



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



LENIARA DA CONCEIÇÃO SILVA

**DO FUMO À FÁBRICA: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO
AGRÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
SANTO ESTEVÃO-BA**

Salvador - BA

2022

LENIARA DA CONCEIÇÃO SILVA

**DO FUMO À FÁBRICA: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO
AGRÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE
SANTO ESTEVÃO-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Lôbo dos Santos

Salvador - BA

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de
Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA

S586 Silva, Leniara da Conceição

Do fumo à fábrica: transformações no espaço agrário e
suas implicações na agricultura familiar de Santo Estevão-
BA/ Leniara da Conceição Silva. - Salvador, 2022.

236 f.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Lôbo dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2022.

1. Geografia Agrícola. 2. Agricultura – Aspectos
Econômicos. 3. Santo Estevão. I. Santos, José Antônio Lobo
dos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA -
DISSERTAÇÃO

**DO FUMO À FÁBRICA: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO
E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO
ESTEVÃO-BA**

LENIARA DA CONCEIÇÃO SILVA



Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos (Orientador/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr.ª Noeli Pertile
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr. Wodis Kleber Oliveira Araujo
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Aprovada em Sessão Pública de 31 de agosto de 2022

Dedico esta dissertação ao meu processo evolutivo, intelectual, individual...
que ao rasgar-me, construiu parte de mim. Dedico aos meus pais, irmãos e
irmãs pelo amor, compreensão e alento.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita desta dissertação foi carregado de múltiplos sentimentos, ora de aprendizado e crescimento intelectual, ora de incertezas e frustrações. No entanto, o trabalho de construir uma pesquisa não se materializa sem a ação de outras pessoas, um coletivo de sujeitos próximos e de longe que possibilitou a colaboração com a leveza, cuidado, atenção o que tornou a caminhada menos angustiante.

Dirijo-me de início a minha família, a base de sustentação dos meus valores, das minhas referências e alento. A minha mãe, dona Paulina, mulher em que devo não apenas o bem maior que é a vida, mas tenho nela a figura de coragem, do trabalho feminino no campo, da liderança rural e as infinitas memórias de proteção e cuidado. A meu pai, seu João, homem de “pouco estudo” que às vezes não entedia as minhas ausências, as mudanças que tive que me adaptar e que no fundo não compreendia o que era o mestrado e o porquê sua filha dedicava tanto tempo para estudar. Porém, sem a ajuda deles bem provável que não conseguiria iniciar os estudos em outra cidade, em Salvador.

Estendo meus agradecimentos as minhas irmãs e irmãos, que sempre vibraram com minhas conquistas. As filhas de dona Paulina: Regiane, Leidjane e Mariluse, tenho nelas uma imensa admiração, as minhas referências de mulheres negras inteligentes e fortes vem de casa. A meus irmãos Sérgio e Júnior, que mesmo de longe admiram a mulher que me tornei e os espaços que venho ocupando. Venho de uma família numerosa do interior da Bahia que mesmo com os diversos obstáculos que a vida impõe a pessoas como eu, tem a fé e a persistência como alimentos para não desistir. Falando em fé, muita eterna gratidão a Deus, as forças de luz e energias positivas que me regam de perseverança e que sempre me guiam para o melhor caminho.

Agradeço também aos meus amigos e amigas mais presentes, principalmente aqueles em que acompanharam de perto os sentimentos que me atravessaram no desenvolvimento desta pesquisa. Gratidão aos afetos e risos compartilhados por Vanessa, Patrícia e Carol, presentes que cultivei graças a minha passagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Infelizmente não é possível mencionar todos os amigos e colegas que tem papel importante na minha vida, que vibram com o meu sucesso, porém, sou grata pelos momentos de escuta e afetividade.

Ao meu amigo, historiador, confidente e intelectual brilhante, Alessandro Cerqueira, no qual tive uma ajuda fundamental no meu processo de escrita. Agradeço as contribuições, as sugestões e todo apoio prestado. Alessandro esteve comigo na minha mudança para Salvador,

nos momentos de risos acalorados para disfarçar nossas frustrações, recém-chegados na capital. Ele foi uma das peças fundamentais para que eu não desanimasse e nunca desconfiasse da minha capacidade intelectual de produzir uma dissertação.

Agradeço a Universidade Federal da Bahia, minha segunda casa onde pude me descobrir e criar laços fecundos. Inicialmente, os primeiros contatos com esta universidade se deram com o ingresso no mestrado em 2019, pude cursar as disciplinas do programa de Pós-graduação em Geografia, no Instituto de Geociências, que, sem dúvidas oportunizaram-me importantes aprendizagens. Agradeço aos professores do programa, aos colegas de turma que permitiram compartilhar calorosos debates que muito acrescentaram para a construção das minhas visões críticas de mundo e de Geografia, além das importantes sugestões ao meu projeto inicial de pesquisa. Não posso deixar de mencionar meus colegas mais próximos de mestrado, Marlison, Neide e Ítalo, pessoas em que tive maior convívio, não apenas dividindo espaços de morada em Salvador, mas o passar das horas nos corredores e as risadas no RU.

Estendo minha gratidão ao orientador desta pesquisa, o professor Dr. José Antônio Lôbo dos Santos, por ter atendido desde a minha curadoria em busca de orientação, assim como em todo decorrer do processo de escrita desta pesquisa. Obrigado pelos conselhos, críticas, e desenvolvimento de um diálogo extremamente agradável e compreensível. Aproveito para agradecer também aos membros da minha banca de qualificação, o professor Dr. Wodis Kleber Oliveira Araújo, a professora Dr^a. Noeli Pertile pelas contribuições na defesa do projeto.

Lembrar de diálogos, redes de proximidade e afeto, é inevitável não mencionar o Núcleo de Estudos Regionais e Agrários, o NERA. Bem mais que uma salinha no IGEO, o NERA é aquele espaço que extrapola as paredes da universidade, isso por que não é um espaço físico, são pessoas, um oceano de construção de conhecimento e o “cordão umbilical” mais próximo e fecundo que tive com a UFBA, principalmente nos períodos de pandemia, intervalo de tempo que cortamos os vínculos com o espaço físico da universidade e recorremos as reuniões virtuais, que por sinal, as realizadas com o NERA foram de extrema importância para minha saúde mental. Gratidão à professora Noeli, Cristóvão, Simoni, João, Neide, Analice e os demais que regam o grupo com conhecimento, amor e profundo afeto.

Agradeço à CAPES, que, por meio de bolsa de pesquisa, possibilitou o financiamento deste trabalho. Para além do financiamento desta pesquisa, a bolsa para estudantes das classes populares, no qual venho, é a manutenção e sobrevivência de muitos que migram dos seus lugares interioranos para estudar na capital. Além disso, em cenários de negacionismos, principalmente

da ciência, a luta pela continuidade da pesquisa científica nas universidades públicas só é viável pela existência do apoio e financiamento, fora isso a reprodução da imbecilidade e desinformação criarão campo fértil nesta terra.

Para finalizar meus agradecimentos, agradeço aos agentes que contribuíram para a concretização desta pesquisa. Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão (SINTRAFSE), que mantém a luta sindical ativa no município estudado e que representa a classe dos agricultores familiares mesmo diante aos cenários de descasos.

A Secretaria de Assistência Social (SEMAS), ao departamento de agricultura familiar, na figura da coordenadora de agricultura, Jacirene Conceição e todos os membros do setor. Agradeço pelas informações disponibilizadas de extrema importância para criar a veracidade dos dados. Agradeço a este espaço não apenas pela pesquisa, mas principalmente por configurar enquanto meu local de trabalho durante pouco mais de um ano, onde pude ter contato com o universo da gestão pública, suas fragilidades e a força de vontade de muitos para fazer dar certo, principalmente para os agricultores mais pobres. Da SEMAS carrego conhecimentos, pessoas queridas e vontade de lutar pela categoria dos agricultores familiares.

Ao grupo dos agricultores da área irrigada do Rio Paraguaçu, em sua maioria famílias de ribeirinhos que cultivam as hortaliças e que contribuíram para costurar as narrativas de luta e trabalho presentes nesta dissertação. Agradeço em especial, ao senhor Valdir que cedeu parte do seu tempo para me receber de forma tão prestativa em sua propriedade familiar.

Estendo minha gratidão as associações rurais e todas as lideranças das comunidades, desde aquela que tive mais contato no momento de pesquisa de campo, quanto aos demais. São as associações que ainda mantêm o flego de luta pelos direitos dos agricultores ainda ativo, são os poucos espaços democráticos ainda existentes nos espaços rurais de Santo Estevão.

Por fim, e talvez a parte mais importante, agradeço aos agricultores familiares de Santo Estevão, as mulheres, os homens, os jovens e as crianças que foram meus principais sujeitos da pesquisa. Foram as mulheres principalmente que me receberam em suas residências, que contaram sobre suas vidas, dificuldades de sobreviver no campo e principalmente o orgulho e amor em defender sua forma de vida e trabalho. A vontade de pesquisar o espaço agrário e o trabalho destes agricultores tem a mistura da vivência no campo alimentado pela absorção de conhecimentos, das bases materiais de perto e de longe, e foi assim que esta pesquisa surgiu.

O homem, antes de tudo, é a terra. Em todos os tempos, ela é para ele a sua encarnação, o seu sonho. Cada sulco que lhe abre é uma esperança, cada semente que lhe lança, um ato de amor, e cada colheita que lhe oferece, um canto de vitória. Ainda hoje é assim. E será sempre.
Francisco Julião (Cambão, 2013).

RESUMO

O espaço agrário no Brasil pode ser compreendido através das contradições, conflitos e toda diversidade de produções que são fundamentais para entendermos as novas dinâmicas presentes no campo. O espaço para Milton Santos (2012) é uma acumulação desigual de tempos e pode ser compreendido pelas categorias da forma, a função, a estrutura e o processo, que, quando articulados, podem analisar a totalidade. Utilizamos as mesmas categorias usadas por Santos (2012) para entender as transformações que o espaço agrário no Brasil vem apresentando, utilizando como recorte a realidade observada no município de Santo Estevão na Bahia. Assim, o objetivo da pesquisa consistiu em analisar as transformações socioespaciais e econômicas no espaço agrário de Santo Estevão-BA a partir da Agricultura Familiar entre o período de 1990 a 2021. As análises se inseriram nas contradições entre a estrutura fundiária e a Agricultura Familiar do município estudado, uma vez que, a terra, a renda e produção agrícola refletem nas estratégias de sobrevivência/permanência dos sujeitos do campo de Santo Estevão. A instalação da fábrica de calçados constituiu também enquanto uma ação no espaço que modificou as formas de trabalho em algumas comunidades e a lógica de permanência no campo, uma vez que absorveu uma parcela da mão de obra rural, por outro lado, contribuiu para alterar a dinâmica da agricultura familiar e a reprodução dos cultivos. No que tange aos caminhos metodológicos percorridos, a pesquisa foi realizada em três comunidades rurais onde foram realizadas as entrevistas e a aplicação dos questionários. Etapa fundamental para construir o diálogo, a proximidade e a investigação das estratégias que os agricultores fazem para dar continuidade a seu modo de vida. Com o contato mais direto com os agricultores do município deu para analisar como a limitação fundiária, a renda e o trabalho compõem a tríade que alimenta os cenários de pobreza nas famílias do campo. A pouca terra que condiciona a baixa produção agrícola influencia na inserção dos membros das famílias nas atividades fora dos estabelecimentos produtivos, que, por sua vez, prejudica na reprodução dos cultivos em maior quantidade. No entanto, mesmo com a presença cada vez mais forte de novos elementos e formas no espaço estudado, ainda se reproduz as práticas tradicionais de cooperação e trabalho, elementos importantes para a reprodução da agricultura familiar.

Palavras chave: Espaço agrário, Agricultura familiar, Santo Estevão.

ABSTRACT

The agrarian space in Brazil can be understood through the contradictions, conflicts and all the diversity of productions that are fundamental to understand the new dynamics present in the field. The space for Milton Santos (2012) is an unequal accumulation of times and can be understood by the categories of form, function, structure and process, which, when articulated, can analyze the totality. We used the same categories used by Santos (2012) to understand the transformations that the agrarian space in Brazil has been presenting, using as a cutout the reality observed in the county of Santo Estevão in Bahia. Thus, the objective of the research was to analyze the socio-spatial and economic transformations in the agrarian space of Santo Estevão-BA from Family Agriculture between 1990 to 2021. The analyses were inserted in the contradictions between the land structure and the Family Agriculture of the municipality studied, since the land, income and agricultural production reflect in the survival/permanence strategies of the subjects of the Santo Estevão field. The installation of the shoe factory also constituted an action in the space that changed the forms of work in some communities and the logic of remaining in the field, since it absorbed a portion of the rural workforce, on the other hand, contributed to change the dynamics of family farming and the reproduction of crops. Regarding the methodological paths taken, the research was carried out in three rural communities where the interviews and the application of the questionnaires were carried out. A fundamental step to build dialogue, proximity and research of the strategies that farmers use to continue their way of life. With the most direct contact with the farmers of the municipality, it was possible to analyze how the land limitation, income and work make up the triad that feeds the poverty scenarios in rural families. The little land that conditions the low agricultural production influences the insertion of family members in activities outside the productive establishments, which, in turn, jeopardizes the reproduction of crops in greater quantity. However, even with the increasing presence of new elements and forms in the studied space, traditional practices of cooperation and work are still reproduced, important elements for the reproduction of family farming.

Keywords: Agrarian space, Family farming, Santo Estevão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Município de Santo Estevão, Território de Identidade Portal do Sertão-BA, 2020.....	23
Figura 2 -	Santo Estevão: Espaço rural e urbano, 2010.....	57
Figura 3 -	Santo Estevão: Dinâmica da feira livre e mercado municipal, 1985.....	64
Figura 4 -	Santo Estevão: Dinâmica da feira livre Municipal, 2018.....	66
Figura 5 -	Santo Estevão: Dinâmica do Centro de Abastecimento e feira livre municipal, 2021.....	66
Figura 6 -	Santo Estevão: Fragmentação da propriedade familiar na comunidade do Lamarão, 2022.....	82
Figura 7 -	Santo Estevão: Fazendas que criam o rebanho bovino, 2021.....	87
Figura 8 -	Um dos estacionamentos dos funcionários da fábrica de calçados em Santo Estevão-BA.....	94
Figura 9 -	Incentivos fiscais fornecidos pelo Estado à fábrica de calçados Dass Clássico em Santo Estevão-BA.....	99
Figura 10 -	População residente rural por setor censitário, Santo Estevão, 2010.....	104
Figura 11 -	Solos encontrados no município de Santo Estevão-BA.....	106
Figura 12 -	Santo Estevão-BA: Comunidades Rurais e Povoados.....	107
Figura 13 -	Santo Estevão: Povoado rural do Paiaiá, 2021.....	108
Figura 14 -	Santo Estevão: Igreja católica, comunidade do Paiaiá, e Lamarão, 2021.....	109
Figura 15 -	Santo Estevão: Raspagem da mandioca na casa de farinha, comunidade do Paulista, 2021.....	110
Figura 16 -	Santo Estevão: Cavalgada do Parque Maroto, 2018.....	111
Figura 17 -	Santo Estevão: Horticultura irrigada, 2020.....	118
Figura 18 -	Santo Estevão: Reservatório de água de cisterna para irrigação, 2020.....	121
Figura 19 -	Santo Estevão: Comunidade da Conga, plantação de mandioca, 2019.....	122
Figura 20 -	Santo Estevão: Produção voltada ao consumo de subsistência cultivada nas comunidades, 2020.....	123
Figura 21	Santo Estevão: Quintais produtivos encontrados nas comunidades do Lamarão e Várzea da casa, 2021.....	132
Figura 22 -	Modelo de cisterna de placa de cimento, comunidade rural do Paiaiá, 2021...	137
Figura 23 -	Modelo de cisterna de polietileno no espaço agrário de Santo Estevão-BA.....	137
Figura 24 -	Santo Estevão: Modelo de casas construídas pelo PNHR na comunidade de Capoeira do Ribeiro, 2020.....	145

Figura 25 - Santo Estevão: Propaganda da Prefeitura Municipal, Programa PNHR, 2020.....	146
Figura 26 - Santo Estevão- Comunidades Rurais visitadas: 2019, 2020, 2021.....	150
Figura 27 - Santo Estevão: Plantação consorciada do milho e feijão na comunidade do Lamarão, 2021.....	159
Figura 28 - Santo Estevão: Casa de farinha comunitária e familiar, comunidade da Conga, 2021.....	160
Figura 29 - Santo Estevão: Pizzaria, farmácia, casa de farinha e plantação de mandioca encontradas na comunidade da Conga, 2021.....	162
Figura 30 - Santo Estevão: Área urbana do Pau de Vela, próximo a comunidade da Conga.....	164
Figura 31 - Santo Estevão: Renda média rural por setor censitário, 2010.....	177
Figura 32 - Santo Estevão: Mutirão coletivo entre os agricultores, comunidade Paiaiá, 2019.....	180
Figura 33 - Santo Estevão: Comunidade rural do Lamarão/Tapaúna, método orgânico de compostagem, 2021.....	197
Figura 34 - Santo Estevão: uso do pilão para moer o milho seco na Comunidade rural do Paiaiá, 2019.....	200
Figura 35 - Santo Estevão: Unidade de Beneficiamento do Mel, comunidade rural de Quebradas, 2020.....	202
Figura 36 - Santo Estevão: comunidades rurais com Escolas ativas e não ativas, 2020.....	207
Figura 37 - Santo Estevão: centro de Abastecimento, Feira Livre, 2021.....	209

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 -	Santo Estevão: taxa de crescimento populacional em dados percentuais e absolutos da população da sede, por décadas, 1940-2010.....	68
Tabela 2 -	Santo Estevão: taxa de crescimento populacional em dados percentuais e absolutos da população rural, por décadas, 1940-2010.....	68
Tabela 3 -	Santo Estevão: população total rural, urbana; taxa de urbanização e percentual da população da cidade sobre a total, por décadas, 1940-2010.....	70
Tabela 4 -	Brasil: Volume de exportações de tabaco por regiões brasileiras (em toneladas), 2008-2017.....	74
Tabela 5 -	Brasil, Bahia e Santo Estevão: Índice de Gini-Concentração Fundiária, 1970-2006.....	77
Tabela 6 -	Índice de Desenvolvimento Humana Municipal de Santo Estevão e da Bahia. 1991, 2000, 2010.....	78
Tabela 7 -	Santo Estevão-BA: Estrutura fundiária, 1996.....	80
Tabela 8 -	Santo Estevão-BA: Estrutura fundiária, 2006.....	81
Tabela 9 -	Santo Estevão-BA: Estrutura fundiária, 2017.....	85
Tabela 10-	Santo Estevão: valores adicionados brutos da Indústria (mil reais) 2012-2019.....	95
Tabela 11-	Santo Estevão: Matrícula Total no município, Número de alunos e Escolas do Campo, 2012 a 2014.....	139
Tabela 12-	Santo Estevão: Investimento via PRONAF, 2016-2018.....	142
Tabela 13-	Santo Estevão: Programas Bolsa Família no ano de 2017-2019; Garantia Safra, 2018.....	144
Tabela 14-	Santo Estevão: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupos de idade (%)......	205
Quadro 1 -	Agentes entrevistados (2020).....	31
Quadro 2 -	Santo Estevão: Número de estabelecimentos rurais, percentual da Agricultura Familiar, PIB agropecuário e pessoal ocupado em estabelecimentos rurais, 2017	113
Quadro 3 -	Políticas Públicas para agricultura familiar em todos os níveis de governo implementadas no município de Santo Estevão.....	140
Quadro 4 -	Santo Estevão: falas dos agricultores em relação a infraestrutura das Comunidades rurais visitadas.....	148
Quadro 5 -	Santo Estevão: principais demandas apontadas pelas comunidades rurais visitadas. Conga, Lamarão, Paiaiá, 2021.....	183
Quadro 6 -	Santo Estevão: agricultores questionados e sua visão sobre o campo, 2021..	194

Quadro 7 - Santo Estevão: Estratégias e projetos que podem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no campo..... 203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Brasil: Maiores produtores do fumo por estados em porcentagem produzida, 2017.....	73
Gráfico 2 -	Santo Estevão: Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%),1949-2010.....	91
Gráfico 3 -	Santo Estevão: Produto Interno Bruto (PIB), 2010-2017.....	93
Gráfico 4 -	Santo Estevão: População Ocupada em percentual, 1970-2010.....	114
Gráfico 5 -	Santo Estevão: Efetivo de rebanhos, 2007-2014.....	115
Gráfico 6 -	Bahia: Municípios em número de estabelecimentos rurais com criação de galináceos, 2017.....	116
Gráfico 7 -	Bahia: Municípios com maior rebanho por cabeças de galináceos, 2017.....	116
Gráfico 8 -	Santo Estevão: Atividades econômicas desenvolvidas no espaço agrário, 2017.....	117
Gráfico 9 -	Bahia: Municípios com maior número de estabelecimentos rurais que produzem feijão-grão-cor, 2017.....	125
Gráfico 10	Bahia: Municípios com maior número de estabelecimentos rurais que produzem milho-grão, 2017.....	125
Gráfico 11-	Bahia: Municípios em número de estabelecimentos produtores do Fumo-folha seca, 2017.....	126
Gráfico 12-	Bahia: Maiores Produtores de feijão-grão-cor em toneladas, 2017.....	127
Gráfico 13-	Bahia: Maiores Produtores de milho-grão em toneladas, 2017.....	127
Gráfico 14-	Bahia: Maiores Produtores de Fumo-Folha seca em toneladas, 2017.....	129
Gráfico 15-	Santo Estevão: Número de estabelecimentos rurais que produzem as principais produções agrícolas e as galináceos, 2017.....	129
Gráfico 16-	Santo Estevão: Área plantada ou destinada à colheita em hectares (1995, 2006, 2017).....	130
Gráfico 17-	Santo Estevão: Relação dos questionados com a família nos estabelecimentos visitados, 2021.....	151
Gráfico 18-	Santo Estevão: auto declaração dos agricultores nos estabelecimentos visitados, 2021.....	151
Gráfico 19-	Santo Estevão: Idade dos agricultores nos estabelecimentos visitados, 2021.....	153
Gráfico 20-	Santo Estevão: Escolaridade dos agricultores nos estabelecimentos visitados, 2021.....	153
Gráfico 21-	Santo Estevão: Total dos estabelecimentos rurais visitados em tarefas de terras, 2021.....	154
Gráfico 22-	Santo Estevão: Origem das terras dos agricultores nos estabelecimentos visitados, 2021.....	156
Gráfico 23-	Santo Estevão: Produtos agrícolas cultivados entre as famílias dos agricultores nas comunidades do Paiaíá, Conga e Lamarão, 2020.....	158

Gráfico 24-	Santo Estevão: Área plantada ou destinada à colheita da mandioca em hectares (1995, 2006, 2017).....	161
Gráfico 25-	Santo Estevão: Participação das atividades agrícolas nas rendas das famílias visitadas, 2021.....	167
Gráfico 26-	Santo Estevão: Fonte de renda e outros ganhos dos estabelecimentos rurais visitados, 2021.....	171
Gráfico 27-	Santo Estevão: percentual dos agricultores questionados já acessaram recursos de programas institucionais de crédito ou o Garantia Safra, 2021.....	172
Gráfico 28-	Santo Estevão: Destino dado aos créditos do Agroamigo e o Garantia Safra entre os agricultores questionados, 2021.....	173
Gráfico 29-	Santo Estevão: Renda média das famílias nos estabelecimentos visitados, 2021.....	176
Gráfico 30-	Santo Estevão: Percentual dos entrevistados que gostam de trabalhar na agricultura, 2021.....	179
Gráfico 31-	Santo Estevão: Maiores dificuldades apontadas pelos agricultores 2021.....	182
Gráfico 32-	Santo Estevão: local de moradia dos filhos dos agricultores questionados, 2021.....	186
Gráfico 33-	Santo Estevão: lugar de morada dos filhos dos agricultores questionados, 2021.....	188
Gráfico 34-	Santo Estevão: Atividades dos filhos dos agricultores questionados fora e dentro das comunidades rurais visitadas. 2021.....	190
Gráfico 35-	Santo Estevão: opções de lazer para os agricultores das comunidades visitadas, 2021.....	195
Gráfico 36-	Santo Estevão: Número de escolas rurais e urbanas, 2017.....	206

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
SINTRAFSE	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
RPAs	Regiões Produtivas Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
UBM	Unidade de Beneficiamento do Mel
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humana Municipal
CEASA	Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima
COVID-19	Corona Vírus Disease
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PMSE	Prefeitura Municipal de Santo Estevão
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	METODOLOGIA E CAMINHOS PERCORRIDOS.....	27
2	ESPAÇO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
2.1	BRASIL: ENTRE FORMAS, FUNÇÕES E ESTRUTURAS.....	33
2.2	QUESTÃO AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: INCERTEZAS E TRABALHO.....	45
3	TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE SANTO ESTEVÃO.....	56
3.1	DO FUMO A FÁBRICA: IMPLICAÇÕES EM SANTO ESTEVÃO.....	56
3.2	ENTRE FAZENDAS E MINIFUNDIOS EM SANTO ESTEVÃO.....	75
3.3	AGRICULTURA FAMILIAR: DIMENSÃO ECONÔMICA E RELAÇÃO CAMPO - CIDADE.....	89
3.4	PRODUÇÃO E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ESTEVÃO.....	105
4	ESPAÇO AGRÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ESTEVÃO.....	134
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E A AÇÃO DO ESTADO.....	134
4.2	A AGRICULTORA FAMILIAR: INCERTEZAS E RESISTÊNCIAS.....	149
4.2.1	Formas, funções e estruturas percebidas nas comunidades rurais visitadas.	150
4.2.2	As estratégias de sobrevivência e a expansão da pluriatividade.....	166
4.2.3	Cooperação e manutenção do modo de vida nas comunidades rurais do Paiaíá, Lamarão e Conga.....	178
4.3	“MEU FILHO TEVE QUE SAIR, SE AQUI NÃO TEM TRABALHO!”: A MIGRAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	185
4.4	UM NOVO OLHAR PARA O RURAL DE SANTO ESTEVÃO.....	192
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
6	REFERENCIAS.....	219
7	APÊNDICES.....	230

1 INTRODUÇÃO

A compreensão dos processos que envolvem o espaço agrário no Brasil se insere na dimensão dos conflitos, da produtividade e das diferentes trincheiras das resistências, em especial, àquelas ligadas às narrativas da luta dos agricultores mais pobres. Nesta perspectiva, o espaço agrário no Brasil é visto, em muitos estudos, a partir de alguns pilares fundamentais, tais como “[...] a evolução das classes sociais no campo, o desenvolvimento das forças produtivas, ou do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais” (STÉDILE, 2013, p.7). São fatores preponderantes, portanto, que não podem se ausentar em uma visão crítica do espaço agrário brasileiro.

As discussões que permeiam a questão agrária estão presentes em diversas produções científicas, em especial nos estudos geográficos. Analisar a produção do espaço agrário, seus novos arranjos produtivos e suas contradições se tornou uma tarefa de grande relevância. De acordo com Ferreira (2003), as mudanças ocorridas no campo sob a perspectiva agrária são sentidas por meio dos processos socioespaciais e envolvem questões como a modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração de renda e das terras e os conflitos sociais. Novos elementos que estão inseridos na produção agrícola.

O desenvolvimento das forças produtivas no campo remete ao processo de fortalecimento dos agentes do capital ligados ao agronegócio, no que tange à manutenção de uma estrutura agrária fortemente concentradora e a tudo que representa o latifúndio. Um dos exemplos dos novos arranjos presentes no espaço agrário brasileiro é a expansão das fronteiras agrícolas e dos elementos técnicos de produção, já analisados por alguns autores, como Elias (2011). Este autor vem denunciando os efeitos da expansão da fronteira agrícola no Brasil, uma vez que se dá nos territórios já ocupados, principalmente pelos camponeses, povos indígenas e quilombolas. Dessa forma, a questão agrária é vista em sua dimensão territorial enquanto uma contradição estrutural do modo de produção capitalista que, em todo processo histórico, se reproduz pela concentração dos meios de produção e pela exploração da força de trabalho, inclusive com a utilização de trabalho escravo.

As formas de produção do espaço agrário envolvem ações antagônicas de agentes que não dialogam em relação ao projeto político, social e econômico. Um exemplo que ilustra este argumento é a dimensão produtiva dos camponeses e agricultores familiares que visa à manutenção do modo de vida e a sobrevivência familiar, em contrapartida, tem as grandes empresas do latifúndio que visam ao lucro e a acumulação.

Milton Santos (1978) analisou o espaço em suas múltiplas dimensões, seja pela concepção do espaço enquanto um conjunto de fixos e fluxos; seja pela ideia de que o espaço enquanto se expressa na forma, na função, na estrutura e no processo. Em uma de suas obras mais recentes, ele apresenta o objeto da ciência geográfica, o espaço, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS 1996). Em relação ao espaço agrário brasileiro, ainda persistem as contradições em suas formas, como a distribuição de terras por exemplo e o acesso aos créditos e investimentos que o Estado direciona suas prioridades.

Assim, as dimensões do agrário envolvem o processo histórico; as formas, em sua dimensão fundiária ligada à concentração de terras; a função que vem desempenhando ao longo do tempo, assim como as mudanças de papéis e formas de trabalho; e por fim, tais conceitos se inserem em um contexto maior, a estrutura, esta última indissociável dos demais uma vez que é ligada ao modo de produção capitalista dominante, que é hegemônico e contraditório.

Compreender como os agentes produzem o espaço agrário através dos usos e das contradições em uma perspectiva crítica é um dos papéis de quem pesquisa tais ações na lógica espaço-tempo. Os “recursos” naturais que são constantemente apropriados pelos agentes hegemônicos são legitimados pela lógica econômica desenvolvimentista, o que por sua vez, acaba negligenciando os sujeitos que são diretamente afetados por isso, como povos tradicionais, pequenos agricultores e camponeses.

A lógica central que ganhará destaque na presente pesquisa é o espaço agrário da Agricultura Familiar, da produção de alimentos, do autoconsumo e da comercialização do excedente. Formas de sociabilidades, de produção e de trabalho que diferem da dimensão hegemônica do latifúndio, das ações multilaterais do agronegócio e da universalização dos valores da produção acelerada. O campo da pouca terra onde o agricultor familiar reproduz sua forma de viver e, mesmo com limitação fundiária, pode ser visto como uma “máquina humana” de produzir alimentos, uma vez que é esse modelo de agricultura que produz cerca de 70% de todo alimento consumido no planeta (CASTRO, 2015).

A dimensão do trabalho e das sociabilidades presente na agricultura familiar estará no centro das análises, de modo a compreender suas adaptações e diversidades, o que permite construir leituras sobre as transformações do espaço agrário no Brasil. Assim, no que tange à categoria Agricultura Familiar, Wanderley (1996, p.2) salienta que esse conceito “[...] pode ser entendido como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de

produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Assim, os agricultores familiares organizam e reproduzem seu trabalho sob a égide da combinação família, terra e produção.

Dessa forma, a discussão envolve a análise de conceitos e questões como: Agricultura Familiar, espaço agrário, estrutura fundiária, e mudanças no campo sob a perspectiva de trabalho e práticas socioculturais, em especial nos pequenos estabelecimentos rurais. Perceber os pequenos agricultores como sujeitos inseridos em uma Agricultura Familiar, que não necessariamente tem a presença de todos os membros de uma mesma família na produção. Investigar como eles vivem em constantes incertezas quanto à renda oriunda do trabalho agrícola, por isso e outros motivos, inserem-se na pluriatividade, ocasionando, muitas vezes, no seu assalariamento, conseqüentemente, os desvinculando da agricultura.

A Agricultura Familiar será trabalhada como um dos conceitos chave, categoria que ganhou destaque nas produções acadêmicas, a exemplo das desenvolvidas por Abramovay (1990), Schneider (1999) (2004), Silva (1999), Wanderley (2003), Neves (2007), Sauer (2008), Carneiro (2009), e tantos outros se debruçaram para investigar a Agricultura Familiar, tendo em vista os novos cenários produtivos no campo, as políticas públicas do Estado, assim como a importância do seu reconhecimento legal com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

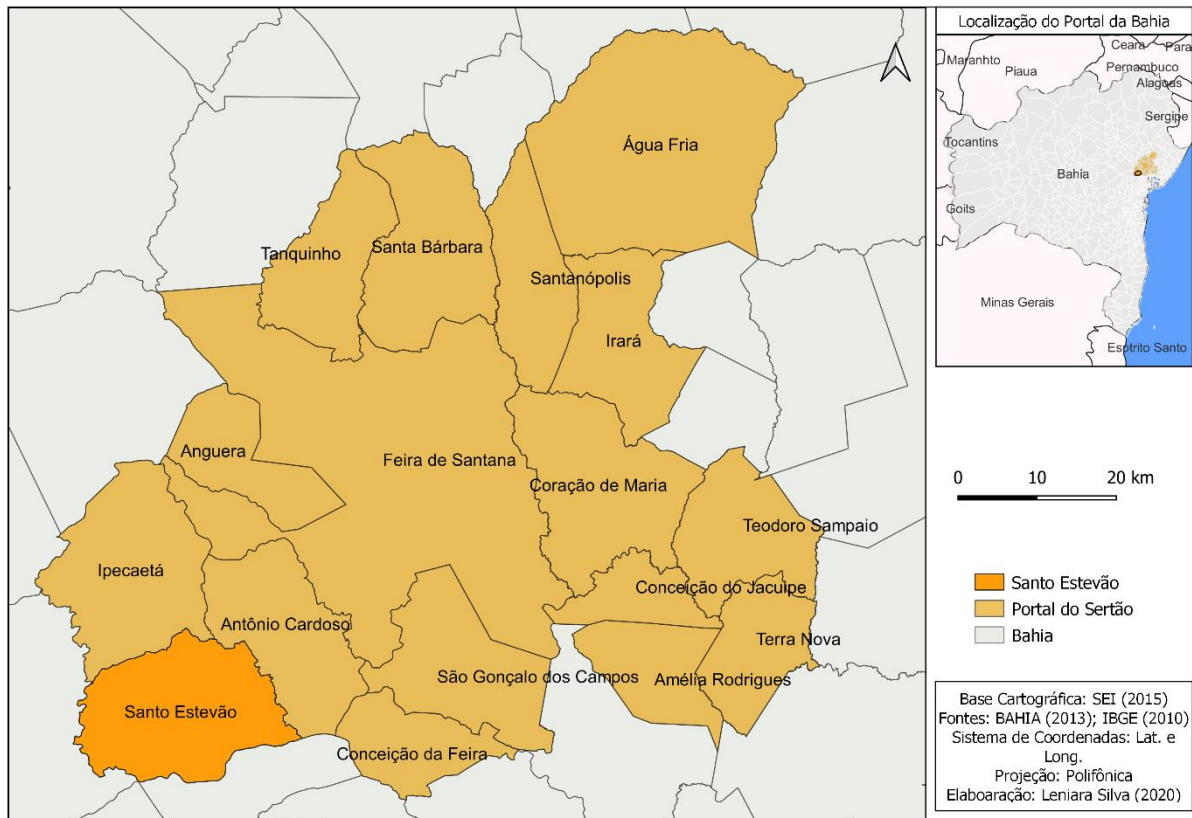
Nesse trabalho, pretendeu-se analisar as dinâmicas do espaço agrário na dimensão das transformações da agricultura familiar no município de Santo Estevão, localizado no interior da Bahia, inserido no Território de Identidade Portal do Sertão¹ próximo a 53 km da segunda maior cidade baiana, Feira de Santana (Figura 1) e a 156 km da capital Salvador. O município de Santo Estevão apresentava uma população de aproximadamente 53 mil habitantes no ano de 2021 (IBGE, 2020). A área de estudo tem como recorte o espaço agrário do município em questão, e dentro deste, quatro comunidades rurais serão analisadas.

Como pode ser observado na Figura 1, o município de Santo Estevão encontra-se no território do Portal do Sertão, tendo limite com os municípios de Antônio Cardoso e Ipecaetá, além de estar inserido na área de influência urbana da cidade de Feira de Santana. Santo Estevão

¹ Segundo Flores (2014), os Territórios de Identidade (TI) são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia criado pelo governo do estado construído desde o ano de 2007. O Território Portal do Sertão é um dos TIs e está localizado na região centro-norte do estado da Bahia, composto por 17 municípios, Santo Estevão é um desses.

também se localiza próximo dos municípios de Rafael Jambeiro e Itatim, que fazem parte do território de identidade Piemonte do Paraguaçu.

Figura 1- Município de Santo Estevão, Território de Identidade Portal do Sertão-BA, 2020



Fontes: BAHIA (2013), IBGE (2010). Elaboração: SILVA, L. C. (2020)

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consistiu em analisar as transformações socioespaciais e econômicas no espaço agrário de Santo Estevão-BA a partir da Agricultura Familiar entre o período de 1990 a 2021. Para tanto, buscou-se: a) analisar os dados da produção e o trabalho da Agricultura Familiar entre o período de 1990 a 2021; b) compreender os principais fatores responsáveis pelas mudanças na Agricultura Familiar de Santo Estevão; d) entender como está organizada estrutura fundiária de Santo Estevão e sua relação com a fragmentação da propriedade rural; e) correlacionar a influência da indústria calçadista da cidade com o aumento do trabalho assalariado no campo.

O recorte temporal adotado para análise da pesquisa se estende de 1990 a 2021. A escolha desse recorte teve como intuito abarcar as principais transformações do espaço agrário de Santo Estevão sob a perspectiva da produção e mudanças que a agricultura familiar do município apresentou. A escala temporal envolve um breve período anterior à instalação da fábrica de calçados na cidade, e outro período pós-instalação da mesma, com intuito de observar as influências que tal empreendimento exerceu na produção agrícola familiar. Além disso,

optou se inserir também dentro do recorte temporal o período de divulgação dos dados dos dois Censos Agropecuários (IBGE, 2006, 2017) e o ano de realização da pesquisa de campo. No que tange as modificações que estão relacionadas à produção agrícola familiar de Santo Estevão, enxergando esse campo como espaço de trabalho e produção de vida, elencou-se tais problemas de pesquisa: Quais foram as principais transformações do espaço agrário de Santo Estevão e suas implicações na Agricultura Familiar? Como se deu a organização da estrutura fundiária de Santo Estevão e sua influência nas práticas alternativas de complementação da renda do agricultor familiar?

A escolha da temática de pesquisa “Do fumo a fábrica: Espaço agrário e implicações na Agricultura Familiar de Santo Estevão-BA” diz respeito à lógica central do trabalho. A intenção da escolha não foi analisar as modificações do espaço agrário no município de Santo Estevão através de uma linearidade dos fatos históricos e espaciais sob a perspectiva socioespacial. A proposta é analisar o espaço agrário tecendo relações com os processos históricos e socioeconômicos que surgiram no município ao longo das décadas, e como os usos e os agentes produtores do espaço agrário e urbano contribuíram nas transformações do trabalho da agricultura familiar. A concepção analítica “fumo” e “fábrica” teve por objetivo direcionar o debate a respeito das mudanças produtivas do município e como tais elementos foram estruturantes para formar modelos de sociabilidades, trabalho e modos de vidas. O “fumo” remonta a uma sociedade essencialmente agrária que tinha na agricultura e na pecuária as principais atividades econômicas produtoras das poucas riquezas e meios de trabalho, enquanto a “fábrica” se insere em outra lógica social, econômica e de mudanças produtivas no município de Santo Estevão. Os usos, as formas e as funções criaram novos arranjos espaciais a partir da instalação da fábrica de calçados², tecendo influências seja no campo, seja na cidade de Santo Estevão.

O município de Santo Estevão teve substancialmente sua base econômica na pecuária e na agricultura como principais atividades econômicas, majoritariamente praticadas em pequenos e médios estabelecimentos rurais. Era com a atividade agropecuária que o município se inseria na economia baiana até 2002, produzindo principalmente feijão, milho, carne bovina e aves (OLIVEIRA, 2012). No entanto, a economia mudou de forma considerável, e passa a ter lugar de destaque com mais de 68% do seu PIB no comércio e serviços, enquanto que a

² O grupo empresarial DASS CLÁSSICO (ex Dilly Nordeste) instalou sua filial em Santo Estevão no ano de 2001, a fábrica produz calçados e artigos esportivos. Atualmente emprega aproximadamente 5.000 funcionários diretos, exercendo um papel muito importante na geração de renda o que impulsiona a economia local.

agricultura passou a representar pouco mais de 3% (IPEA, 2012). Tais mudanças econômicas foram impulsionadas principalmente pela instalação de uma grande fábrica de calçados “Dass Clássico” na cidade de Santo Estevão, que já no ano da sua instalação, em 2001, disponibilizou mais de 2.500 postos de trabalhos com carteira assinada.

Esse cenário foi muito diferente ao longo do contexto histórico e econômico do município, tendo em vista que a agropecuária sempre teve destaque, e era uma das principais fontes de renda do município, além de ter sido um dos maiores produtores de fumo da Bahia. Segundo o IBGE (1958, p.308) a atividade fundamental à economia da região era a agricultura, “[...] o município encontra-se na "zona fumageira" e a produção do fumo em folha, no ano de 1955, o coloca em sétimo lugar no Estado”. Santo Estevão obteve destaque produtivo do fumo sob influência de alguns municípios do recôncavo baiano, que, segundo Barickman (1999), obtiveram grande apogeu como centro produtor de açúcar e fumo, atravessando ciclos de prosperidade e retração, sustentado pelo sistema escravista-colonial brasileiro entre meados do século XVI a inícios do século XVIII.

Santo Estevão possui em sua história estreitas relações com o campo, que desempenhava papéis centrais em contextos econômicos, políticos e culturais na localidade. Assim, no município, que possuía características agrárias predominantes na dinâmica socioespacial e econômica, ganha espaço configurações diferenciadas com novas formas e funções entrelaçadas às lógicas do capitalismo. Essa nova lógica organizativa teve grande influência com a implantação da fábrica de calçados na cidade, acompanhado de um considerável crescimento populacional urbano (SILVA, 2016)³.

Com base na inserção de um novo cenário econômico no município de Santo Estevão, observou-se como é extremamente importante entender como as questões que envolvem a estrutura agrária refletem-se nas formas de sobrevivência e permanência dos sujeitos do campo. Além disso, as atividades agropecuárias desenvolvidas no espaço agrário estudado foram se tornando secundárias em importância e na hierarquização das atividades econômicas. Assim, o “progresso” está na cidade, na figura da indústria, e a agricultura perde força através dessa lógica de valorização do trabalho assalariado urbano.

³ Pesquisa produzida na Iniciação Científica por Silva (2016), tendo como foco principal a análise do processo de urbanização na cidade de Santo Estevão-BA, a qual teve como recorde espacial a área central, seus processos e agentes produtores desse espaço urbano.

A análise desses fenômenos é relevante para compreender as transformações do espaço agrário de Santo Estevão ao longo das décadas. Um espaço que está inserido em uma estrutura maior e conectado a uma lógica de desenvolvimento imposto pelo capitalismo. Nesta perspectiva, é necessário construir as análises que envolvem a leitura dos espaços agrários a partir das contradições, no que refere aos fatores que influenciaram nas mudanças da produção agrícola familiar, seja pela migração geracional⁴ e familiar para os estados mais industrializados, seja pela influência do trabalho assalariado na cidade e nas práticas de pluriatividades entre os agricultores.

A proposta da escolha da temática se deve à ausência de trabalhos acadêmicos sobre o espaço agrário de Santo Estevão. Esse espaço agrário tem um número significativo de população, que, mesmo apresentando uma redução no número de habitantes nas últimas décadas pelo efeito migratório e influências da oferta de trabalho assalariado na cidade, os agricultores ainda reproduzem algumas práticas de sociabilidades e formas de produção familiar. No entanto, percebeu-se a falta de estudos e produções científicas sobre as questões que envolvem o espaço agrário em questão.

O espaço agrário de Santo Estevão se insere em cenários de mudanças e negligências no que tange as políticas públicas mais direcionadas. Foi construída a ideia de que o desenvolvimento econômico está na cidade e na indústria, sendo assim, a agricultura familiar não precisaria de grandes investimentos do poder público, porém a agricultura familiar vem resistindo por meio da ação dos agricultores, sobretudo, dos mais pobres. Assim, é de grande relevância social pesquisas que analisam e reflitam sobre um novo modelo de produção e valorização das riquezas geradas no campo, onde a diversidade e a cooperação sejam um dos caminhos mais eficazes, e o espaço agrário seja pensado pela lógica da valorização das práticas das ruralidades reproduzidas pelos agricultores e não em uma perspectiva urbanocêntrica por meio da hierarquização dos modos de vidas.

Além da relevância social e acadêmica, a pesquisa se insere nos significados que se criaram por meio das minhas vivências cíclicas que tencionaram os questionamentos e as inquietações no que tange ao substrato da teoria e a prática. O ato de pensar perspectivas de transformações referentes às questões agrárias no espaço estudado faz parte das minhas narrativas de mudanças para os agricultores mais pobres. Isto porque a pesquisa apresenta um

⁴ Segundo Menezes (2009, p.277), para os agricultores mais pobres do Nordeste essa migração se dá inicialmente no âmbito familiar, que, de maneira geral, os filhos mais velhos migram primeiro, abrindo caminho para os irmãos que o seguem. Segundo a autora, “a migração dos vários membros da família é realizada por meio das redes familiares e de amizade: tios, primos, amigos e vizinhos”.

teor simbólico identitário, pelos caminhos de vivência que tenho com o objeto de estudo. Assim, permitir-me colocar a mim mesma como parte de um coletivo de sujeitos que já fez do campo lugar de morada, já viveu as dores e as delícias do trabalho rural e que teve a família inserida na pluriatividade, construindo assim parte de minha narrativa de vida.

Sobre a indissociabilidade entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados, Martins (1993) afirma que o pesquisador fala de um lugar social, pertence a uma classe, defende este ou aqueles interesses, tem uma história, uma família, uma narrativa de vivência. E com esse histórico de vivência, por estar inserida por muito tempo em um modelo de agricultura familiar, percebi a necessidade de analisar uma perspectiva diferente. Enxergar os agricultores familiares como protagonistas de um campo, que deve ser criado e pensado para estes, com meios que permita que o trabalho agrícola familiar seja mais eficiente e que dê resultado, através de outro modelo de desenvolvimento agrário para os excluídos.

Acredita-se que a pesquisa seja inovadora e necessária uma vez que preencha uma lacuna deixada pela ausência de estudos específicos sobre o município de Santo Estevão, tanto sobre o espaço agrário, quanto sobre as transformações da Agricultura Familiar. A pesquisa poderá auxiliar também na construção de políticas públicas para o campo de Santo Estevão tendo em vista a necessidade atual. Além disso, em tempos de crise, é urgente pensar formas de produzir mecanismos de trabalho e geração de renda que contribuam para a dignidade dos pobres do campo e da cidade, que potencializem as estratégias de sobrevivência para além das lógicas desiguais do capital.

1.1 METODOLOGIA E OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Com o intuito de tecer contribuições sobre o espaço agrário no município de Santo Estevão, escolheu-se dar significado ao objeto de estudo através do método dialético com fundamento no materialismo histórico, tendo o espaço geográfico como campo central de análise (SOJA, 1993). Sobre esse método, Lefebvre (1975, p.20) o conceitua quando afirma que, “damos o nome de dialética ao movimento mais elevado da razão, no qual essas aparências separadas passam umas nas outras... e se superam”. O “superar” no contexto defendido pelo autor envolve a superação do real, da materialidade dada em toda realidade histórica. Essa superação só existirá quando há a presença da contradição, uma vez que é na “contradição dialética que apresenta o sintoma da realidade. Só é real aquilo que apresenta contradições” (LEFEBVRE, 1975, p.21).

Além da dialética como método, priorizou-se também analisar a produção do espaço agrário por meio das categorias de análises: forma (estrutura fundiária), função (agricultura familiar), processo (contexto histórico) e estrutura (as relações de produção no âmbito do capitalismo) reelaborados por Santos (1978). Conceitos utilizados pelo citado autor com objetivo de analisar o espaço enquanto objeto da Geografia. No entanto, o direcionamento será feito aqui para compreender mais especificamente questões que envolvem a terra e o pequeno agricultor, no que se refere à discussão das contradições entre sua forma, função social, processo histórico e estrutura de relações e produção. A proposta inclui também a análise das mudanças ao longo do tempo pelas transformações ocorridas no tempo e no espaço, tendo como foco principal as mudanças socioeconômicas do espaço agrário de Santo Estevão.

O desafio metodológico e a parte procedimental da pesquisa iniciaram-se com levantamento bibliográfico, com revisões teórico-conceituais de autores que estudam a Agricultura Familiar, juntamente com os processos que envolvem a questão agrária e a estrutura fundiária. Conceitos esses fundamentais para compreender o objeto de estudo, em vista das transformações que a agricultura familiar de Santo Estevão sofreu com o passar dos anos, seja nas mudanças da produção, seja nas novas dinâmicas que os agricultores estão inseridos. Foram realizadas pesquisas bibliográficas visando compreender o processo de produção do espaço agrário do município em questão e de construir embasamento teórico sobre o tema central da pesquisa. São exemplos os estudos de Sauer (2008), Stédile (1999), Wanderley (1996), Neves (2007), Veiga (1991), Abramovay (1990) e Bombardi (2003).

Embora a pesquisa empírica tenha subsidiado o estudo, os passos procedimentais fundamentaram-se também na pesquisa documental. Os dados e informações disponíveis em sites de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da Bahia, nos últimos Censos Agropecuário do IBGE (1996, 2006, 2017), assim como no próprio Acervo Público Municipal de Santo Estevão e no Departamento de Agricultura Familiar possibilitaram as análises necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

Os procedimentos assumidos diante da proposta se apresentaram também por meio dos relatos antigos em jornais, revistas e sites da própria Prefeitura Municipal de Santo Estevão, a fim de obter informações que pudessem contribuir na análise das mudanças espaciais e econômicas ocorridas no município; no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para investigar as características do processo de ocupação e expansão da cidade, assim como em instituições públicas e privadas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores

Familiares de Santo Estevão- SINTRAFSE, algumas agências bancárias de Santo Estevão, responsáveis por disponibilizar créditos bancários aos trabalhadores do município, a exemplo do apoio do PRONAF.

De antemão para construir uma base empírica do estudo, o processo inicial oportunizou a realização do pré-campo em algumas áreas rurais de Santo Estevão, a exemplo das comunidades rurais da Várzea da Casa e Caboclo. O objetivo foi criar uma visão prévia de algumas comunidades, a produção agrícola familiar desenvolvida, assim como também as influências das transformações na agricultura que tais sujeitos vivenciaram com o passar das décadas.

Toda pesquisa implica em caminhos processuais e foi necessário sofrer alterações metodológicas por causa cenário que a humanidade vem enfrentando, causado pelo COVID-19⁵. No que tange ao caráter quantitativo, levando em consideração que no espaço agrário de Santo Estevão existem 4.973 estabelecimentos rurais, pouco mais de 75 % destes estão inseridos nas características da Agricultura Familiar, um total de 3.729 estabelecimentos. A proposta inicial seria aplicar 100 questionários distribuídos nos estabelecimentos rurais em quatro comunidades de Santo Estevão, 25 estabelecimentos rurais de cada comunidade. Utilizou-se da base amostral simples, com cálculo utilizados em pesquisas com parâmetros estatísticos, levou-se em consideração os seguintes parâmetros: se existem 4.973 estabelecimentos rurais, com nível de confiança de 70%, com 0,5 de desvio padrão, e com proporção de 0,5 o tamanho da amostra ficaria 106, optou-se por fechar a conta da amostra aplicando 100 questionários distribuídos entre as comunidades. No entanto, foi necessário reduzir esse número quantitativo, e para obter resultados satisfatórios sem comprometer a qualidade e a segurança dos envolvidos, pesquisadora e sujeitos pesquisados, optou-se por aplicar um total de 75 questionários em três comunidades rurais, excluindo uma, visitando assim 25 estabelecimentos rurais de cada comunidade.

As comunidades rurais escolhidas inicialmente foram Lamarão, Conga, Paiaiá, e Várzea da Casa, esta última sendo excluída do processo de coleta de dados porque a mesma foi visitada na fase de pré-campo. Adotou-se essas comunidades pelos seguintes critérios: a primeira Lamarão pela proximidade da sede e pela influência da nova Avenida Sítio do Aragão, considerada como uma construção visando impulsionar a logística dos agricultores familiares,

⁵ COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo Corona vírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (OMS, 2020). A doença no Brasil em março de 2021 já alcançava mais de 300 mil pessoas mortas pelo vírus, registrando o maior pico já visto desde o primeiro caso de morte, confirmado em março de 2020 no país.

no que refere ao deslocamento para a venda dos seus produtos na cidade; a Conga foi escolhida por estar inserido em uma área com características fitoclimáticas da Mata Atlântica com nível de pluviosidade diferente de outras comunidades rurais do município, além disso, também está próxima a uma área de grande desenvolvimento urbano, a área do Pau de Vela. A comunidade possui também uma dinamicidade em relação ao comércio, a produção do fumo e da mandioca, diferente das outras comunidades rurais. O Paiaia foi escolhido por possuir características climáticas diferentes das comunidades da Conga e Lamarão, por exemplo, com predominância da vegetação da caatinga e com baixa pluviosidade em determinados períodos do ano.

Além disso, entrevistas com os líderes de associações comunitárias rurais foram realizadas, uma em cada comunidade visitada, para analisar a organização política e as formas de acesso às políticas públicas de cada área em questão. Essa etapa foi extremamente importante e possibilitou a coleta de informações no contato direto com os sujeitos da pesquisa. Assim, teve como objetivo reunir informações sobre as transformações do espaço agrário do município, como se organizam as estratégias de reprodução da agricultura familiar, a ação coletiva das associações, as formas de resistências, a diversidade produtiva e as relações diretas entre as associações, sindicato dos agricultores familiares e poder público municipal.

A análise a partir do processo dialético e a busca por informações em espaços que abarcam a realidade no tempo e no espaço facilitou a compreensão dos diferentes perfis da produção agrícola nas comunidades rurais. Priorizou-se também entender através das entrevistas e dos questionários, questões como as mudanças na produção ao longo do tempo, a fragmentação hereditária da propriedade, as lutas enfrentadas pelos agricultores assim como mudanças socioculturais presenciadas no campo, a exemplo da violência rural e a migração. Esta última já faz parte do processo histórico de diferentes gerações de famílias agrícolas em algumas comunidades rurais da área de estudo. As principais variáveis que foram priorizadas no contato com os agricultores foram às dinâmicas dos trabalhos agrícolas e não agrícolas, migração e pluriatividade, estrutura fundiária e as estratégias de reprodução da agricultura familiar e as dificuldades que enfrentam na reprodução do trabalho e permanência no campo, configurando enquanto elementos norteadores das análises.

As vias metodológicas constroem cenários para análise de forma substancial, procurando aqui sempre o cuidado com o rigor do método o respeito à ética dos envolvidos e os direitos humanos. Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas qualitativas com um representante do poder público, para elucidar o cenário da agricultura familiar no município, assim como as ações políticas públicas e sociais direcionadas para a questão. Realizou-se também entrevistas com a presidente do sindicato rural dos agricultores familiares de Santo

Estevão, com um agricultor que produz hortaliças no vale irrigado do Paraguaçu, esta última com objetivo de compreender as dinâmicas desse outro tipo de agricultura desenvolvida também por famílias no município. O roteiro das entrevistas pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1- Agentes entrevistados, 2020

Entidades	Tipo de Agente
Sociedade civil	Associações comunitárias rurais
Poder público	Departamento de agricultura familiar- SEMAS
Classistas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santo Estevão- SINTRAFSE
Financiadores	Banco do Brasil – BB
Produtores rurais	Produtores rurais da área irrigada do Paraguaçu

Elaboração: SILVA, L. C. (2021)

Para entender o espaço físico e o cenário fundiário, construiu-se tabelas e gráficos sobre estrutura fundiária, estabelecimentos rurais; Índice de Gini para compreender o nível de desigualdade na distribuição de terras; distribuição da população urbana e rural do município; produção agrícola com os principais destaques dessa produção na Bahia e em Santo Estevão; número de contratos com o PRONAF, etc. A meta foi sistematizar informações sobre os estabelecimentos rurais da agricultura familiar, as atividades econômicas oriundas do campo, as atividades desenvolvidas no âmbito da pluriatividade, a migração campo-cidade no próprio município, assim como para outros estados do Brasil e como esses processos são influenciados pela estrutura agrária e distribuição de terras em Santo Estevão.

Com relação à organização textual, a pesquisa está dividida em quatro capítulos com suas respectivas subsequências. O primeiro capítulo possui as análises introdutórias e metodológicas. O segundo capítulo “Espaço Agrário e Agricultura Familiar” tem caráter bibliográfico, com uma discursão teórica a respeito do espaço agrário no Brasil dialogando com as contradições históricas da concentração de terras e a modernização conservadora e seletiva no campo brasileiro. Por um lado, tem o espaço agrário do latifúndio concentrador, por outro têm-se a agricultura familiar, esta última reconhecida enquanto categoria de trabalho e de vida que sobreviveu aos diferentes cenários agrários que o país presenciou. A agricultura familiar é analisada como um dos conceitos chaves, compreendendo a sua forma de trabalho, diversidade e modo de vida.

O terceiro capítulo “Transformações no Espaço Agrário de Santo Estevão” direciona o debate para a área de estudo, cujo objetivo é trabalhar o espaço agrário do município de Santo Estevão e suas transformações na Agricultura Familiar. Nessa etapa da pesquisa, verificou-se as características socioeconômicas e históricas do espaço agrário estudado e a agricultura familiar a partir das suas limitações e transformações ao longo das décadas no que tange ao trabalho e produção. Nesse capítulo do trabalho, o debate a respeito das mudanças na produção econômica ganhou força, tecendo relações com o “fumo e fábrica”, analogia criada para debater sobre as mudanças e transição econômica que o município presenciou. A discussão sobre o acesso e o uso da terra é muito importante e por isso discutiu-se também a organização fundiária do município e como a limitação do acesso à terra ainda penaliza os pequenos agricultores familiares.

O quarto e último capítulo “Espaço Agrário da Agricultura Familiar de Santo Estevão” apresenta-se de forma mais direta os resultados adquiridos com a pesquisa de campo, o contato com os sujeitos da pesquisa, os agricultores familiares em suas comunidades. Nesse capítulo, construiu-se uma análise a respeito das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e para a permanência no campo, e como tais ações públicas contribuem ou não para a qualidade de vida de quem mora no campo. Apresentamos também os desafios e as incertezas que esse agricultor vivência, tanto no que tange ao trabalho na agricultura, quanto às outras interfaces, a exemplo da migração geracional e a dependência dos trabalhos na cidade e sua inserção na pluriatividade. E por fim, costuramos através da visualização das diferentes realidades percebidas no campo, uma análise focada na possível construção de uma outra ruralidade para os sujeitos da pesquisa, vinculada à autonomia, à dignidade humana e com meios para se alcançar uma agricultura familiar forte, produtiva, solidária e incluyente.

2 ESPAÇO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

O presente capítulo tem como objetivo analisar as contribuições teóricas a respeito do espaço agrário e seus novos arranjos produtivos. Buscou-se compreender o espaço agrário na dimensão da contradição, da produção e das formas de trabalho desenvolvidas pelos agentes produtores e suas intencionalidades. Além da discussão das forças hegemônicas do campo brasileiro, o debate priorizou as concepções teóricas acerca do espaço agrário e da agricultura familiar, destacando outras possibilidades de produção e resistências no campo.

2.1 BRASIL: ENTRE FORMAS, FUNÇÕES E ESTRUTURA

Para Santos (1978, p.204), a produção do espaço é constituída pela intermediação entre o homem e a natureza através das técnicas e dos instrumentos de trabalho, pois “[...] é através das técnicas que se deve buscar o ponto de partida para a análise das mudanças sociais”. Assim, a produção do espaço na concepção de Santos se desenha por meio da divisão do trabalho no interior das relações socioeconômicas no sistema capitalista e as relações sociais no espaço geográfico.

Ainda de acordo com Santos (2006, p.24), “[...] o homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período se caracteriza por um dado conjunto de técnicas”. Nessa perspectiva, o autor analisou o espaço como resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, pelo intermédio das técnicas transformando objetos naturais em objetos artificiais. Além disso, o espaço na concepção de Santos (2012) é resultado da acumulação desigual de tempos.

O espaço agrário também pode ser visto pela dimensão dos usos das técnicas, transformando o natural em natureza artificializada. À medida que os agentes criam novas funções e arranjos por meio das intencionalidades, o espaço agrário muda, se transforma para responder cada vez mais à lógica de produção hegemônica. Assim, Santos (2006) evidenciou as novas intencionalidades no espaço agrário quando afirma que:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2006, p.43).

Em relação à produção do espaço, Santos (2020) compreende que esse mesmo espaço pode ser analisado por meio da forma, função, processo e estrutura. Para Santos (2020, p.49), “[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita à compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura”. A dimensão espaço temporal é muito importante para realizar esta análise, uma vez que o espaço é acumulação das formas através da ação do homem, podendo ver tempos passados no espaço presente. Dessa forma, é por meio também da paisagem que percebemos as modificações:

A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social (SANTOS, 2012, p.54).

A compreensão da potencialidade da análise do tempo é fundamental para compreender as transformações do espaço. Em vista disso, entende-se que “[...] a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois o espaço é total, a paisagem não é” (SANTOS, 2012, p.59).

Os conceitos gerais de análise do espaço utilizados por Santos (2020) podem ser utilizados também para dimensão do espaço agrário brasileiro. Porém, com intuito de compreender a originalidade do sentido, o autor apresenta tais categorias de análise do espaço da seguinte forma:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o mundo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 2020, p.50. *grifo nosso*).

Na perspectiva do espaço agrário, podemos relacionar a forma como o visível, a organização, o meio, os objetos produzidos e aqueles que foram modificados pelo homem mediante ao trabalho na paisagem. Além disso, as formas podem ser concebidas por meio do processo histórico que criou a propriedade privada da terra, base para a ampliação da concentração fundiária. Formas desiguais que acompanham a produção do espaço agrário brasileiro desde o início da colonização, sendo assim, as formas podem também responder os processos passados, no que tange a ação no tempo e no espaço. Já a função está intimamente ligada com sua forma. Forma e função são duas categorias unidas, uma vez que possui a mesma

base para responder às funcionalidades criadas e erguidas no espaço. No espaço agrário as funções foram sendo modificadas, criando novos arranjos no campo, assim as atividades foram sendo reorganizadas, os papéis foram se criando com novas roupagens e adaptações, porém mantendo sua forma, a da concentração de terras.

O processo envolve as ações no tempo e no espaço, mudanças ocorridas no espaço agrário que vai desde as extinções de formas de produção até as construções de outros modelos produtivos. É por meio das historicidades que identificamos os contextos em que o espaço agrário já passou. No que tange à estrutura, essa é maior, ligada ao todo e indissociável das demais categorias. A estrutura é o que mantém todas as coisas. A estrutura responde ao modo de produção dominante, que é capitalista e contraditória e está nas formas de produzir espaço, tecendo influência diretamente nas demais categorias teóricas.

A compreensão da estrutura enquanto hegemonia ajuda a entender os contextos que envolvem o processo de modernização conservadora do campo brasileiro. A modernização da agricultura ganhou fôlego principalmente depois da década de 1960, baseado na tecnologia, nos incentivos estatais e na produção industrial, configurando como um dos estados mais avançados do capital no espaço agrário. Assim, essa modernização da barbárie, como defendido por Oliveira (2003), teve em sua base uma verdadeira engenharia agrária, científica e tecnológica para acelerar o processo produtivo agrícola, porém, manteve as estruturas arcaicas e violentas de trabalho, expulsou muitos camponeses das suas terras e acentua o processo migratório do campo para cidade.

Nos países periféricos, em especial no caso do Brasil, segundo Graziano da Silva (1981, p.126) “[...] o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado”, essa aliança foi a base para perceber que até os dias atuais, no espaço agrário, permanece a dominação do velho capital comercial concentrador das melhores terras e das maiores extensões fundiárias ao lado do moderno capital financeiro, que ainda reproduz as várias formas arcaicas de relações de trabalho.

A evolução desse fenômeno, no tocante ao modelo globalizado de produzir, foi analisada também por Santos (2006, p.159), quando afirma que “[...] essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global”. O modelo hegemônico do agronegócio de produzir principalmente *commodities* agrícolas se torna globalizado, a universalização das técnicas penetra no campo causando sérias mudanças. Dessa forma,

Devido as novas demandas deste período (técnico-científico-informacional), o espaço agrário sofreu modificações, que refuncionalizaram o sistema de produção. As novas técnicas no campo representaram a valorização e conseqüentemente, a concentração das terras, a subordinação da agropecuária/agricultura ao capital industrial, intensificando assim o êxodo rural (TEODÍSIO; SILVA, 2005, p. 2).

A forma de produção em grande escala, engendradas pelas lógicas do progresso, com fortes relações com o meio-técnico-científico-informacional, (SANTOS, 2006), se fez presente também no campo; conseqüentemente, negligenciou as outras formas de produzir alimentos. Com isso, a pequena produção seria considerada como atrasada sem técnicas avançadas, assim sendo, deveria ser deixada de lado. Todo crédito estatal foi destinado para a modernização nas grandes propriedades, no período conhecido como “revolução verde”. Esse processo gerou a desterritorialização dos pequenos camponeses. Dessa forma, “[...] a estratégia da modernização adotada foi claramente conservadora, e teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho” (MESQUITA, 2008, p.135).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, de acordo com Graziano da Silva (2013, p. 165), foi um processo não somente desigual, mas principalmente excludente, “[...] de modo que também a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração da renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria”. O referido autor analisa tal processo como uma corrida, na qual desde seu início se deu de forma desigual e combinada, assim:

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura é uma corrida. O que estou dizendo é que nessa corrida nem todos partiram do mesmo ponto; partiram de pontos diferentes; alguns já estavam mais à frente do que os outros e, pior do que isso, além de já partirem em vantagem, alguns partiram de moto, outros de avião, e alguns partiram a pé. Ao longo desse processo, desses 30 anos de caminhada, foi ficando pela estrada a grande maioria daqueles que partiram a pé, dos que partiram com tração animal, dos que partiram com o trabalho da família, dos que partiram sem crédito etc. etc. (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 165).

Nessa corrida excludente, muitos camponeses foram trabalhar nas grandes produções de *commodities*, outros se inseriram nas levas de êxodo rural, principalmente a partir da década de 1960. De acordo com Elias (2011, p.158), a desterritorialização acontece por que “[...] a difusão do agronegócio não se dá sobre espaços desocupados, inviabiliza a atividade para milhares de pequenos agricultores, que viviam da subsistência ou da produção simples de mercadorias”, com isso, são expropriados ou expulsos das suas terras, esse processo foi fundamental para a expansão das “franjas agrícolas”, o que causou e continua causando muitos conflitos sociais.

A penetração de um modelo hegemônico de produção não é recente, sua raiz vem desde a lógica de colonialidade imposta, que se insere enquanto origem das principais desigualdades ainda presentes no país. De acordo com Martins (1981), a questão agrária no Brasil nasceu da contradição estrutural do capitalismo, uma vez que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria.

A relação dos cenários reais que ainda existem no campo ajuda a compreender como esse espaço sempre foi marcado pelas contradições. O espaço agrário brasileiro tem em seu processo histórico às lutas no campo, a concentração de terras e o trabalho escravo. Tais processos foram reorganizados no tempo e no espaço pelas estratégias hegemônicas do capital. As formas estão, por exemplo, no aumento das grilagens, da concentração de terras e da reprodução das desigualdades. Com isso, de acordo com Stedile (2013):

(...) nós tivemos e temos graves consequências sociais, a primeira delas é que a terra se concentrou cada vez mais nas mãos de poucos. Basicamente, hoje, 46 proprietários controlam 60% da terra, enquanto 5 milhões de pequenos agricultores, arrendatários e meeiros ficam com o resto (STEDILE, 2013, p.377).

A concentração de terras legitima o latifúndio, que, por seu turno, legitima a violência e as desigualdades. Assim, “[...] com a terra e renda concentradas, os camponeses expulsos da terra tronam-se assalariados, empregados sazonais- visto às inovações dispensarem mão de obra durante todo o ano, e tantas vezes, miseráveis das cidades brasileiras” (WILLIANS, 2010, p.4). Acontece o fenômeno da ação e efeito, forma e conteúdo, visto que, na medida em que o latifúndio avança, criam-se novas formas no campo, novos arranjos produtivos e novas dependências ou desterritorialização de camponeses e agricultores familiares mais pobres.

Os conflitos agrários, por exemplo, se expressam em todo país como parte da dialética do velho e do novo, que volta e meia aparecem nos mais longínquos lugares do Brasil. O avanço do capital no campo foi responsável pelo acontecimento de diversos conflitos no qual causaram a morte de muitas lideranças rurais e camponeses, a exemplo do assassinato da missionária e ativista Dorothy Stang, o massacre de Eldorado do Carajás no Pará, o caso da Operação Faroeste na Bahia dentre outros assassinatos e violências que os agentes do capital no campo provocam. De um lado eclodem os conflitos, de outro se reproduz a produção acelerada, que utiliza cada vez mais tecnologias de ponta na produção das *commodities* e nos símbolos de desenvolvimento no campo.

Sobre a contradição que permeia a ideia de desenvolvimento, Dourado (2012) analisou o modo de vida do camponês caatingueiro no semiárido nordestino, que através de uma visão

hegemônica, são vistos como não produtores de um território ou riquezas, sendo assim, lidos como atrasados. Por meio dessa visão, legitimado por um discurso desenvolvimentista baseado na ideia do Nordeste enquanto região da seca e da pobreza, diversos projetos de modernização liderada por empresas com elevadas tecnologias e com aval do Estado se instalaram nos espaços agrários do semiárido nordestino. Assim, projetos como a exploração de minério de ferro em Caetité (projeto BAMIN), a construção da Fiol (Ferrovia de integração Oeste-Leste) além da implantação dos pontos irrigados (Baixio do Irecê, Salitre)⁶ dentre outros, penetraram nos espaços agrários já ocupados por camponeses com o objetivo de gerar riqueza e trabalho para região, porém, o objetivo real era alimentar os investimentos do grande capital (DOURADO, 2012).

Estudo recente realizado por Pereira (2020), analisou também outro modelo de penetração de projetos de cunho desenvolvimentista no espaço agrário do semiárido nordestino através da implementação dos parques eólicos. A pesquisa evidenciou os impactos sociais e ambientais gerados para as comunidades rurais inseridas nas proximidades das tores eólicas, e como o Estado foi um dos agentes que criou todo o aparato técnico de infraestrutura, melhoria das estradas e introdução de elementos no espaço para subsidiar a implementação desse tipo de modelo de geração de energia eólica nas áreas rurais que possuíam alguma potencialidade para geração deste tipo de energia no Nordeste. Importante salientar que é uma forma de geração de energia mais limpa e renovável e que tem um papel importantíssimo diante dos desafios das mudanças climáticas. No entanto, deve ser pensado e executado de maneira que o modelo possa conviver de forma equilibrada com as comunidades, assim as políticas públicas devem ser construídas para que a geração de energia limpa não seja mais uma forma de gerar impactos socioambientais causados pelo Estado.

Segundo Santos (1994), a humanidade já vivenciou o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o da máquina, agora estamos vivendo o tempo do signo. São os discursos que legitimam os signos, uma vez que os símbolos embaralham porque tomam o lugar das coisas verdadeiras. Se tomarmos os signos para a lógica do espaço agrário no Brasil, antes era o engenho, a cana, a escravidão como símbolos insubstituíveis para o desenvolvimento do país. Hoje é difusão da soja, as agroindústrias, o gado, a mineração, os modelos de geração de energia que se tornaram

⁶ Em junho de 2022 o governo federal realizou o primeiro leilão do Brasil para o projeto público de Irrigação do Baixio do Irecê, localizado na Região do Médio São Francisco, no município de Xique-Xique, na Bahia. Foi a primeira vez que este certame aconteceu no País, concedendo a futura concessionária a responsabilidade pela implantação, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação. Disponível em: <https://portal.ppi.gov.br>

alguns dos símbolos fundamentais para alimentar a ideia do desenvolvimento. Por trás destes signos existe o processo de avanço do capital no campo e as transformações causadas por este modelo produtivo.

Um dos signos que tem como objetivo falsear a realidade imposta ao campo brasileiro é a construção de uma visão economicista e midiática que o Estado e as grandes empresas rurais do latifúndio vendem a respeito do aumento da produtividade das *commodities*. Vendem o aumento da produtividade da soja, do milho, da cana, dentre outras, mas não priorizaram o debate da concentração de terras, do aumento dos conflitos no campo, por exemplo, temáticas que influenciam no modo de vida de uma grande parcela dos sujeitos campesinos. A falaciosa reprodução do discurso das vantagens da grande produção é perigosa, pois constrói a ideia de que se existe riqueza sendo produzida no campo, não existe um problema agrário a ser resolvido. A narrativa do agronegócio é falaciosa, isto por que cenários recentes mostram que, para além dos conflitos agrários, a desigualdade e a fome são marcas presentes nos municípios que lideram a produção da soja no Brasil⁷.

Nessa perspectiva, o debate agrário ainda é algo tão atual, uma vez que as contradições e as atrocidades que se instalaram desde o início no Brasil, ainda estão presentes, de maneira diferente, com novos signos, mas não ausentes nas suas essências. Assim, segundo Fernandes (2008, p.4) “[...] a questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia”. Dessa forma, a questão agrária é uma coisa do passado e também do presente, está em todo lugar, ação e objeto (FERNANDES, 2008).

Ainda em relação aos novos signos instalados no espaço agrário, de acordo com Elias (2011), a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil teve como ápice a hegemonia das redes agroindustriais, resultado da (re)organização do espaço agrário e pela expansão das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). O então processo fez modificar por completo as relações produtivas instauradas no campo, uma vez que sua base de sustentação estava na cidade, mais especificamente nas indústrias de insumos, de adubos, de máquinas, assim como toda técnica que esse novo campo precisava para aumentar cada vez mais sua produção. Além disso,

⁷ Uma reportagem recente produzida pela UOL realizada no município de Sinop no Mato Grosso, considerado uma das maiores áreas de produção da soja do Brasil, apresentou as desigualdades que o agronegócio produz. A riqueza e a pobreza convivem no mesmo município onde possui um elevado PIB. De um lado é facilmente encontrados as mansões nos bairros planejados, do outro brotam novas favelas, alimentadas pela expulsão dos agricultores do campo e a vinda de novos moradores seduzidos pela narrativa da cidade do progresso e emprego. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/educacao/campeoes-da-soja/#page5>. Acesso em 14 de maio de 2022

permaneceu intimamente ligado ao circuito superior do agronegócio globalizado. Através da apropriação do espaço agrícola pelo capital, fez construir pontos luminosos no campo brasileiro, verdadeiros circuitos espaciais de produção globalizada, priorizando algumas áreas suscetíveis a expansão da produção e extremamente dependente das grandes empresas multinacionais (ELIAS, 2011).

Os pontos luminosos defendidos por Elias (2011) se expandem cada vez mais no tempo e no espaço. São os pontos da soja, da laranja, da cana-de-açúcar, do milho, do café, assim como as outras commodities com menor expressividade na balança de exportação nacional. Um dos exemplos próximos dessa realidade é o extremo oeste da Bahia, parte da área está inserida na região produtiva do MATOPIBA que engloba porções do território dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia. Um dos trabalhos que analisou a região do MATOPIBA foi o de Pereira e Pauli (2016), no qual analisaram a produção das commodities como o algodão, cana-de-açúcar, milho e soja na área; além disso, o objetivo principal da pesquisa foi a denúncia do processo de estrangeirização das terras na região, compreendidos como nova fase da corrida mundial por terra entre os países. Assim, de acordo com os autores:

É nesta conjuntura que o MATOPIBA foi delimitado como uma resposta do Estado brasileiro – por meio da identificação de novas áreas para a expansão do capital – para atender às demandas deste capital financeiro estrangeiro, alterando a territorialidade e relações sociais – especialmente de propriedade, transformando a terra, que se constituiu como um território para as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais em ativo financeiro. Os resultados são distintos impactos territoriais, que incluem não apenas questões fundiárias, mas também ambientais, econômicas, culturais e sociais (PEREIRA E PAULI, 2016, p.19).

Diante desse cenário, o espaço agrário no Brasil passa a ser produzido, cada vez mais a partir de novos acordos liderados pelas grandes empresas que atuam no campo do agronegócio e nos circuitos superiores do capital, principalmente, com o aval do Estado. Esse cenário é entendido como elemento da contradição do capital, conforme aponta Santos (2012, p.85), “[...] a produtividade capitalista é a medida atual de um crescimento não igualitário, cujo resultado final é a criação ou o desenvolvimento de estruturas monopolistas”. Não igualitário e não inclusivo, uma vez que essa produtividade ancorada em concentração de capital e elementos técnicos não visa, em nenhuma hipótese, à valorização do trabalho, à sustentabilidade socioambiental e à distribuição de riquezas.

Desta forma, torna-se problemática a reprodução desse modelo no espaço agrário, posto que ocorre o monopólio das terras, em sua parcela transformando terras públicas em privadas. Além disso, reproduz-se a privatização dos elementos naturais, transformando-se em recurso

passíveis de ser explorado. De acordo com Gomes (1990, p.18) “[...] para que haja socialização de bens e riquezas na sociedade é necessária a socialização dos meios de produção, o que implica a mudança efetiva do caráter da propriedade de particular, para social. Sem ela não é possível a utilização socializada da natureza”. A terra enquanto um dos principais meios de produção não se encontra socializada no país, a concentração fundiária é a face mais perversa que originou e mantém as desigualdades. Em meio a todo esse contexto, existem povos que foram expropriados desse meio de produção, além disso, os pequenos territórios ocupados pelos indígenas, camponeses, quilombolas, povos do campo, das florestas e das águas sofrem constantes ameaças das diversas formas, o que dá lugar ao “caldeirão” de conflitos agrários⁸.

No Brasil uma das formas contraditórias se apresenta pelos conflitos agrários, ambientais, territoriais e tantos outros que têm na terra e na água os elementos basilares para compreender as disputas de interesses, sejam hegemônicos ou aqueles voltados para os excluídos. Sendo assim, “[...] não se pode tratar separadamente a questão agrária e a questão hídrica, são pares dialéticos que evoluem tais contradições” (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018, p.31).

A discussão mais recente sobre a apropriação do território brasileiro pelos grandes agentes do capital envolve o monopólio da água. A água, de acordo com Thomaz Jr. (2010), é um dos interesses centrais do grande capital financeiro, agrário e industrial ou do que se convencionou a chamar de *agrohidronegócio*. A água se torna um recurso de alto valor, seja pela geração de energia, por meio das construções gigantescas das hidrelétricas, seja para suprir a demanda irrigada da agricultura moderna com viés mercadológico.

Para exemplificar umas dessas obras no território baiano, têm-se a Barragem Pedra do Cavalo, situado no limite territorial do município de Cachoeira na Bahia, construído em 1986. Para Costa (2007), foi sem dúvida a intervenção mais importante do homem no curso do rio Paraguaçu. Gerenciado pelo Estado sob o viés desenvolvimentista localizada no baixo Paraguaçu, há poucos quilômetros das cidades de Cachoeira e São Félix e distante de Salvador cerca de 140 quilômetros, a citada barragem foi construída com objetivo, segundo os órgãos competentes da época, de controlar as cheias do rio Paraguaçu que inundavam as cidades de

⁸ O caderno de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra- CPT denuncia ano após ano a barbárie que ainda se faz presente no espaço agrário brasileiro. De acordo com o último caderno de 2020, a CPT documentou e sistematizou 2.054 ocorrências de conflitos no campo, o maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6% a 2018. Lembrando que os diversos conflitos envolvendo a água, a terra, o trabalho etc. se deram em um cenário pandêmico, que mesmo com a crise sanitária causada pelo COVID-19, a reprodução das violências não deixou de acontecer (CPT, 2020).

São Félix e Cachoeira e para o abastecimento da capital. Por outro lado, esse empreendimento causou sérios danos para as comunidades ribeirinhas atingidas.

Para Carmo (2008), a construção da Barragem Pedra do Cavalo, na região fumageira do Recôncavo baiano, serviu como mais uma construção em que os impactos sociais dessa lógica desenvolvimentista não consideraram a população atingida que dependia fortemente da terra para sua sobrevivência. A construção da barragem produziu um imenso lago artificial que criou um corpo hídrico de 186 km², inundaram algumas das áreas dos municípios ribeirinhos próximos, o total das famílias desalojadas foi de 1660, segundo Germani (1993, p.596). Santo Estevão, município cortado pelo rio Paraguaçu foi um dos atingidos, 267 famílias ribeirinhas foram realocadas pelos planos emergenciais do governo estadual na época, além daquelas que não conseguiram ser contempladas com os lotes de reassentamento, cenário que causou vários conflitos e manifestações entre os atingidos (PALMA, 2007)⁹. As famílias não reassentadas foram obrigadas a procurar outros espaços para dar continuidade a seu modo de vida, de alguma forma todas acabaram sendo desterritorializadas pelas obras da barragem Pedra do Cavalo (PALMA, 2007).

O Estado em vez de cumprir a lei e implementar uma reforma agrária ampla e coletiva, o mesmo Estado retira povos de suas terras para ceder espaço as obras do capital, faz “vistas grossas” para a grilagem e permite que o espaço agrário brasileiro seja ocupado cada vez mais pelas empresas do *agrohidronegócio* (THOMAZ JR. 2010). Assim, de acordo com Mesquita (2008), novas e eficazes políticas de acesso à terra precisam ser implementadas urgentemente no Brasil.

As ações das populações reprimidas e excluídas são classificadas como subversão da ordem. Este estado de coisas tem como uma das causas a questão agrária não resolvida. Questão agrária no sentido mais amplo, que vai além da própria reforma agrária, que, no dizer de José de Souza Martins, seria a solução da questão, daquela que diz respeito às terras dos índios, dos posseiros, dos seringueiros, assim como às políticas agrícolas e agrárias, e até mesmo ambientais, que acabam por privilegiar o latifúndio em detrimento de grande parcela de trabalhadores que são excluídos, inclusive, do acesso à terra de trabalho (MESQUITA, 2008, p.130).

De acordo com Gomes (1990, p.27), “[...] a história vai sendo edificada no embate dessa luta de contrários representada pelas forças progressistas e reacionárias da sociedade”. É através do processo histórico da concentração fundiária no Brasil que se percebe o quanto o latifúndio sempre esteve presente em toda história de produção espaço agrário desse país, e foi cenário de

⁹ Em Santo Estevão a maior parcela das famílias realocadas receberam seus lotes formando assim a comunidade rural do Modelo, localizada distante das áreas ribeirinhas. Além da comunidade Modelo, outras famílias foram para a comunidade do Paiaíá, entre outras (PALMA, 2007).

diversos conflitos, desde o período colonial. Nessa perspectiva, as populações não inseridas no modelo hegemônico dos privilegiados agrários, foi sendo deixadas às margens, sem políticas públicas de acesso à terra.

No entanto, oposto a esse modelo do latifúndio, reprodutor dos conflitos e desigualdades, existe a produção da Agricultura Familiar, assim como todas as outras classes excluídas no campo. Uma categoria social que não é nova, uma vez que:

A pequena produção na agricultura brasileira está presente em toda história econômica do país, desde os sítios volantes e as posses nos interstícios das sesmarias, das roças dentro dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café, até os atuais posseiros da Amazônia, os parceiros e rendeiros do Nordeste e os pequenos proprietários do Centro-Sul (SILVA, 1981, p.136).

Os agricultores mais pobres resistiram aos diferentes cenários que o campo já presenciou. Mesmo aqueles que acreditaram em sua total proletarização, com a hegemonia do capital estariam fadados a sua extinção, se negaram a perceber a habilidade que esses agricultores camponeses aprenderam em reinventar-se. Uma vez que ora se adaptou às imposições do mercado, ora construíram outras narrativas de ruralidades, de modo que continuassem a reproduzir seus modos de vida.

Fernandes (2002), Linhares e Silva (1981) e Barbosa, Junior e Sá (2017) indicam o quanto os agricultores familiares vem produzindo, em toda sua história, diferentes tipos de cultivos e de produtividade, além de empregarem um número maior de trabalhadores comparados ao latifúndio. Essa diversidade contribui para o aumento da sua produção destinada ao mercado, isso tudo sem deixar de firmar a influência do trabalho na reprodução da família através do autoconsumo. Outro detalhe é que os diferentes tipos de cultivos são feitos em minifúndios, com grande limitação fundiária. Esse tipo de produção alcançaria uma maior produtividade caso houvesse, de fato, uma redemocratização das terras, estas ainda concentradas em mãos de um seletivo grupo hegemônico privilegiado no campo.

Devido às diferentes realidades de tecnificação da grande produção, já foi comprovado que, de fato, quem gera emprego no campo são as pequenas unidades produtivas, acompanhadas de perto pelas médias. Isso por que o poder do latifúndio moderno está centrado na alta tecnologia, nas máquinas, substituindo o trabalho braçal. Ainda de acordo com as análises feitas por Barbosa, Junior e Sá (2017, p.18) com base no Censo Agropecuário de 2006, comprovam que “[...] a agricultura familiar é responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural”.

Em uma realidade estrutural mais recente, de acordo com os dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017), 77% dos estabelecimentos rurais do Brasil são da agricultura familiar, 23% do PIB da agricultura vem da agricultura familiar, além disso, 67% dos empregos gerados no campo também são oriundos desse tipo de agricultura. O Nordeste é a região com maior número de estabelecimentos rurais inseridos no modelo de agricultura familiar, 49% no total ou 2,4 milhões de estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, totalizando aproximadamente 8 milhões de agricultores.

Nessa perspectiva, é possível relacionar a função social da terra¹⁰ e seu aproveitamento por completo. Se, por um lado, os agricultores familiares, mesmo com pouca terra, garantem uma diversidade na produção, por outro lado, assim como o latifúndio improdutivo, a pequena propriedade não consegue cumprir a função social da terra, pois as limitações que o tamanho da propriedade impõe, não permitem um bom aproveitamento, a ponto de prejudicar o bem-estar dos proprietários.

Grosso modo, a exploração da terra deve favorecer ao bem-estar dos trabalhadores e dos seus proprietários, de forma que sejam atendidas às suas necessidades básicas, respeitadas às normas trabalhistas e evitando os conflitos e tensões sociais. A propósito da função social da pequena propriedade no Brasil, Ribeiro e Soares Junior (2015) asseveram que :

O minifúndio prejudica o aproveitamento racional e adequado da terra. Além disso, é incapaz de fornecer bem-estar do seu proprietário, uma vez que não pode promover a sua subsistência. Assim sendo, pode-se concluir que essa é uma modalidade de imóvel rural que não cumpre com a sua função social (RIBEIRO; SOARES JUNIOR, 2015, p.6).

Mesmo não cumprindo a função social da terra, o minifúndio, através da atuação dos agricultores, ainda assim consegue produzir uma diversidade de alimentos. A limitação fundiária é ruim devido ao aproveitamento limitado que a pouca terra impõe aos agricultores e suas famílias; porém, continua sendo a categoria que mais produz alimento no Brasil, diferente das grandes produções das monoculturas.

¹⁰ De acordo com o Art. 186 da carta Magna, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

É com respaldo na lei que uma parcela de camponeses nos últimos tempos vem (re) existindo e fazendo história na forma de assegurar o direito à terra. Utilizando-se do critério do não cumprimento da função social das terras ocupadas pelos latifundiários eles ocupam muitas fazendas improdutivas ou com histórico de grilagem, além de contribuir na obrigação que o Estado tem em assegurar os direitos desses sujeitos presente na constituição. Um dos exemplos é a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No que tange ao raciocínio, de acordo com Mesquita (2008, p.138) “[...] se tem havido conflitos no campo é porque, de certa forma, está havendo reação por parte dos que estão sofrendo violência”. A reação é a denúncia da violência em curso, que vem atingindo uma parcela dos camponeses que pleiteiam a dignidade e o trabalho.

2.2 QUESTÃO AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: INCERTEZAS E TRABALHO

No âmbito das produções de cunho teórico é grande o debate que se estabelece em torno das questões de ordem conceitual sobre a agricultura familiar e o campesinato. Nas últimas décadas, criou certa efervescência nas análises, tanto no que diz respeito às questões agrárias e luta pela terra, quanto à concordância em perceber os desafios que o agricultor familiar vivencia em conciliar a reprodução do seu modo de vida e depender menos do mercado.

Em relação às análises e à perspectiva histórica que permeiam a concepção do campesinato e da agricultura familiar, para Felício (2006), existe um paradigma do capitalismo agrário, no qual os teóricos acreditam que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Esse paradigma pode ser entendido como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade que envolve o campesinato. Os principais nomes são Lênin (1899, 1985) e Kautsky (1986). O paradigma do capitalismo agrário se centra em abordagens que buscam entender o futuro do campesinato no modo de produção capitalista. Faz parte também desse paradigma os teóricos Lamarche (1993,1998) e Abramovay (1990), com leituras diferentes, porém com uma mesma linha de raciocínio sobre o campesinato.

Para Kautsky (1986), a penetração do capitalismo no campo transformaria o camponês em um proletário, não mais autônomo, restando-lhe apenas vender sua força de trabalho no campo ou na cidade. Já para Abramovay (1992, p.104), “[...] a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social”. Assim, para esse autor, o

camponês enfrenta obstáculos que o impede de inserir-se em mercados complexos e desenvolvidos pela economia capitalista, por isso, o seu futuro é o desaparecimento.

É sabido também que os contextos históricos de cada país são extremamente relevantes na forma em que se analisa o futuro do campesinato. A figura do pequeno camponês Russo, com um histórico de servidão é totalmente diferente do camponês existente no Brasil, responsável por tornar o campo brasileiro efervescente de lutas agrárias de base sindical na década de 1940, por exemplo¹¹. Saber diferenciar e contextualizar espaço e tempo a partir da análise agrária é fundamental para não extrapolar às generalizações.

No que concerne à categoria camponesa no Brasil, estudiosos como Veiga (1991,1994) e Abramovay (1990) acreditam que o campesinato enquanto categoria foi destruído pelo capitalismo e implantaram no Brasil uma outra categoria - a Agricultura Familiar. A Agricultura Familiar, para Abramovay (1990), pode ser vista como o “berço” e o “cemitério” do campesinato. O berço estaria relacionado às formas pré-existentes de um campesinato fortemente tradicional, ligado a terra e os valores comunitários. E o cemitério seria a sua inserção por completo no âmbito das lógicas comerciais capitalistas, incentivadas pelas políticas do Estado em direcioná-lo ao mercado, o que segundo o autor, torna-se um mero objeto.

De acordo com Bombardi (2003, p.109), “[...] o termo agricultura familiar tem sido introduzido - principalmente a partir da década de 90 - em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado”. Foi por meio das lutas de movimentos sociais do campo, das novas dinâmicas econômicas presentes no espaço agrário, além da implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural utilizado pelo Estado que se criou certa efervescência teórica no âmbito da Agricultura Familiar. A então “concha fértil” atribuída às novas dinâmicas que surgiram no espaço agrário foi fundamental para construir as diferentes concepções a respeito da Agricultura Familiar, assim, muitas contribuições teóricas surgiram.

Bombardi (2003) ainda questiona o teor ideológico que está embutido na imposição a todo custo da figura do agricultor familiar. Para a autora, o Estado foi o principal interessado

¹¹ Para Oliveira (2007), o final da década de 1940, 1950 e o início da década de 1960 foi marcado pelo processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. Foi no Nordeste que aconteceu o início das lutas, processo conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cujo objetivo centrava na luta pela terra e contra a exploração do trabalho que assolava os agricultores mais pobres.

em superar a figura do camponês no Brasil, sujeito esse com forte característica política e responsável por movimentar e questionar as desigualdades que sempre afligiram os trabalhadores mais excluídos do campo. Assim, criou a ideia do camponês como figura relacionada ao atraso, às práticas tradicionais, e com aversão à modernidade, enquanto o agricultor familiar, figura nova, seria aquele que estaria aberto às novas tecnologias, às lógicas do mercado e acima de tudo, às políticas públicas de crédito criado pelo próprio Estado.

Segundo Wanderley (2017), com o processo de redemocratização, o modelo de desenvolvimento rural imposto foi questionado e debatido no Brasil, uma vez que foi visível a permanência da concentração fundiária. Depois desse período, inclusive na nova constituição federal de 1988, tornou-se necessário incorporar o reconhecimento das outras formas sociais não dominantes na agricultura. Assim, para a autora, a agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, abrangendo todas as formas de agricultura baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como os laços comunitários de natureza étnica.

Para Schneider (2011), a discussão teórica que envolve a agricultura familiar situa-se no debate mais amplo, aquele ligado à persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. O modo pelo qual a forma de trabalho familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e até mesmo muito particulares.

Em relação às diferenças e às semelhanças da agricultura familiar com o campesinato, Wanderley (1996) defende que o agricultor familiar tem em seu modo de vida e forma com que mantém a relação com a terra heranças do passado do camponês tradicional. Para a autora, “[...] o campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.” (WANDERLEY, 1996, p. 7). Mediante a ideia, a forma tradicional de relacionar com a terra e toda cultura de parentescos e compadrio se estabelece enquanto formas de apropriação, inclusive contando com variabilidades históricas e culturais desse campesinato tradicional.

No entanto, Wanderley (2003) acredita que a forma como analisa o agricultor familiar, em contextos de constantes mudanças e adaptações, no atual cenário econômico mais moderno, deve ser diferente da forma em que o camponês era analisado nos espaços agrários mais remotos. Para a citada autora, o agricultor familiar vem perdendo algumas relações pré-existentes típicas do campesinato, principalmente com sua inserção na modernidade, o que fez surgir assim uma figura nova, aliados as estratégias do Estado. Sob esse viés, Wanderley (1996) defende que:

A presença dos agricultores familiares “modernos” tem sido percebida por alguns estudiosos como o resultado de uma ruptura profunda e definitiva em relação ao passado. Tratar-se-ia, nesta perspectiva, de um personagem todo novo, distinto do seu ancestral camponês, gestado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado. (WANDERLEY, 1996, p.7)

Fernandes (2002) também tece críticas a respeito da construção da categoria do agricultor familiar, ele admite, porém, a sua potencialidade. Segundo o autor, criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. Fernandes (2002, p.29) diferencia o agricultor familiar do camponês, uma vez que “[...] pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa”. Assim, todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Ou seja, o agricultor que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Além disso, para Fernandes (2002), essa nova figura, o agricultor familiar, vem perdendo o espírito de união e coletividade. De acordo com tal lógica, o agricultor familiar inserido por completo no mercado acaba se distanciando dos valores comunitários, característicos das relações camponesas.

No entanto, compreende-se que é preciso ter cautela quanto ao debate que se construiu em torno da figura do camponês e do agricultor familiar. A visão dicotômica faz com que estas duas figuras não podem ser analisadas de formas conjunta, como algo que não partilha de nenhuma característica comum. Nem todo agricultor familiar está altamente integrado no mercado, pois vive em precariedade devido à limitação da sua terra, possui poucos recursos para obter assessoria técnica ou máquinas modernas para elevar a sua produtividade, além disso, ele sofre com a perda dos seus membros familiares para a migração ou para o trabalho assalariado na cidade e, muitas vezes, no próprio campo.

Por esses e outros motivos deve-se compreender esses sujeitos por meio das diversidades e das precariedades. Sendo assim, o agricultor familiar, estando inserido no mercado ou não, não necessariamente perde seus laços com a comunidade, ou nega o espírito de coletividade e luta pela terra por exemplo. A negação da sua subjetividade, de sua identidade camponesa é um esquecimento da memória, uma vez que os elementos principais que envolvem o modo de vida desse sujeito não se resumem apenas ao fator econômico ligado ao mercado, ele é composto por várias esferas identitárias, religiosas, políticas, etc.

Tal perspectiva também é compartilhada por Schneider e Cassol (2017, p. 85), quando afirmam que “[...] os agricultores familiares de hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e continuam a ser, em geral, empreendimentos econômicos que operam em regime de economia

familiar”. Porém, de acordo com tais autores, houve um processo de mudança, pois os camponeses extrapolam seus vínculos socioculturais além dos limites de suas comunidades rurais, visto que sua atuação não está confinada apenas aos pequenos povoados isolados, recebendo influências externas (tecnológicas, mercantis e culturais).

A figura do pequeno agricultor que tinha na família a base de sustentação e reprodução de trabalho foi negligenciada e colocada em segundo plano no Brasil, principalmente pelo Estado. O mesmo Estado que via o campo como o espaço de reprodução do capital, sob o viés desenvolvimentista dos grandes latifúndios e da agricultura monocultora mecanizada. A visão que se tinha do campo, de forma direta, era relacionada às grandes produções agrícolas, base que estruturou o atual cenário agrícola brasileiro.

Segundo Germani (2006), foi com o projeto de manutenção da grande propriedade pelo Estado que um modelo de agricultora foi sendo valorizada em detrimento das demais pré-existentes, deixado em segundo plano as outras formas de trabalhar com a terra. Assim, segundo a autora, no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Já para Altafin (2007), a historiografia brasileira vem tentando resgatar o papel do camponês como ator social atuante, especialmente no período colonial e no império, e apresenta a importância de cinco “grupos” que estão na origem da nossa agricultura familiar, são os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus. Foram estes grupos que, nas brechas do latifúndio, reproduziram uma agricultura não patronal, mesmo com as instabilidades e as expulsões.

Em relação à construção do camponês, fazendo referência também às análises de Wanderley (1996), Carneiro (2009) reafirma que:

A construção do espaço camponês brasileiro se fez, na maioria dos casos, sob o signo da “precariedade estrutural”, marcada por uma produção centrada na mínima subsistência e pela pobreza. Daí a elevada “instabilidade” das suas situações vividas como a busca do trabalho fora da unidade como forma de complementação da renda ou a mobilidade em direção às áreas de fronteira (CARNEIRO, 2009, p.63).

A pluriatividade¹², por exemplo, conhecida como as formas de trabalhos exercidos fora da unidade produtiva familiar pode ser analisada como um dos resultados da precariedade estrutural que se encontra os pequenos produtores, que, no seu processo de continuação de uma

¹² De acordo com Schneider (2003), a pluriatividade é exercida entre os membros das famílias que habitam no campo e acabam optando pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas sem deixar sua morada no campo ou até mesmo uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural. Assim, para o autor, a pluriatividade é uma estratégia de sobrevivência diante as precariedades que os agricultores pobres estão inseridos.

cultura familiar de agricultores, vivenciam a pobreza e a falta de qualidade de vida. Assim, as instabilidades a que estão acostumados a presenciar influenciam diretamente nas outras formas de geração de renda e de manutenção da família, uma vez que o aspecto financeiro oriundo da pouca produção agrícola é escasso e insuficiente.

A construção da figura nova do agricultor familiar inserido nas novas formas de produzir e nos novos hábitos e valores foram se construindo também por meio da precariedade estrutural. Os agricultores pobres acabaram se rendendo às estratégias utilizadas pelo Estado e por agentes do capital mediante a construção de políticas públicas direcionadas com o intuito de “modernizar” também as pequenas propriedades rurais. Esse processo, em alguns casos, gerou uma descontinuidade dos valores de solidariedade em comunidade do antigo camponês, uma vez que a imposição do mercado consome o tempo das famílias em produzir cada vez mais, dificultando a reprodução das práticas culturais baseadas na coletividade camponesa.

Em relação ao modo de vida e de trabalho, o agricultor familiar deve ser entendido através de uma característica principal, o caráter familiar da produção. Assim, o que torna um agricultor familiar reconhecido como tal centra na sua essência principal, o fato de os membros da família serem responsáveis pelo processo produtivo, combinando as atividades de administrar a produção e o trabalho na sua unidade familiar. Dessa forma, segundo Abramovay (1990):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional (...) a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1990, p.3).

Os elementos básicos que definem a agricultura familiar se centram na relação íntima entre terra, trabalho e família. Estão no ato de gerir a propriedade, tendo a mão de obra familiar como a principal força de trabalho. Essa dimensão específica é a forma mais apropriada para identificar se uma unidade produtiva pode ser inserida ou não na categoria social e política da Agricultura Familiar. Independente se a produção agrícola seja destinada ao mercado, ou se utiliza esporadicamente uma força de trabalho pago em tempos de colheita, por exemplo, essa propriedade rural continua sendo inserida na categoria da Agricultura Familiar.

Em relação à categoria da agricultura familiar, a característica principal está na essência do trabalho e a que se destina a produção. O tipo de trabalho em que o agricultor familiar faz parte difere daquele presente na grande produção, caracterizada pela figura do latifúndio. A

diferença se encontra nas relações não capitalistas de trabalho, a mão de obra familiar é considerada uma forma de trabalho não assalariado, cujo objetivo principal é a manutenção da família. Veiga (1996) diferencia, por meio das contradições e finalidades, a agricultora patronal da agricultura familiar:

A agricultura patronal, com suas lavas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais (VEIGA, 1996, p.395).

Por isso concordamos com Suzuki (2007, p.7) quando afirma que “ [...] no campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao seu metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas”. No espaço agrário, os sujeitos presentes nesse espaço reconstróem novas formas de lidar com tais mudanças, criam-se assim estratégias de resistências ao poder capitalista e, portanto, permanecem no campo.

Sob a perspectiva das formas de produção não capitalista (a exemplo da mão de obra familiar), inserido sob o modo capitalista de produção que entendemos esse processo como algo contraditório. O modo capitalista de produção mantém e recria formas não capitalistas de produzir, com intuito de se apropriar e acumular ainda mais. Ou seja, o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007). Para Gomes (1990, p.23), a contradição é “[...] simbolizada pela luta dos contrários, é o motor da transformação que impede as classes sociais a produzirem mudanças quantitativas (graduais, contínuas e evolutivas) e qualitativas (radicais, descontinuas e revolucionárias)”.

Existe uma relação essencial no capitalismo para entender a produção desses agricultores inseridos sob a lógica capitalista. Como já mencionado, o fator de diferenciação é a função a que se destina a renda obtida oriundo do seu excedente, o limite da produção, ligado ao ato de sobreviver. Assim, Oliveira (2007, p.40) observa que “[...] a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio da produção agrícola baseados nas relações não capitalistas dentro do próprio capitalismo”. O autor analisou tal concepção para a dimensão do campesinato, porém isso também poderá, em muitas situações, se aplicar aos agricultores familiares, principalmente os mais pobres, cujo objetivo do trabalho é a sobrevivência básica e a reprodução da família, só depois é que ocorre a venda do excedente. Dessa forma, é preciso evidenciar a lógica do mercado e a partir dela saber diferenciar terra de *trabalho* e terra de *negócio* (OLIVEIRA 2003, 2007).

Outra questão bastante problemática é como o atual cenário em torno da Agricultura Familiar está centrado nas diversas formas em que o capital tenta sujeitar essa categoria às suas estratégias de exploração e de subordinação. O trabalho familiar vem sendo visto pelo grande capital das agroindústrias como algo passível de ser lucrativo no campo. O que se percebe é a forma como determinadas empresas agroindustriais utilizam o trabalho coletivo familiar para extrair a renda dos agricultores familiares. Essa relação pode ser vista desde a ação de terceiros como a figura do atravessador, que extrai os maiores lucros por meio da compra dos produtos dos agricultores para revender das diferentes formas, até a perda completa da autonomia do seu trabalho, quando inserido nos modelos de contratos feitos pelas grandes empresas agroexportadoras.

Tais relações de exploração familiar podem ser vista em diferentes realidades vivenciadas por muitas famílias, a exemplo do que acontece nas granjas no Sul do Brasil, como analisado por Pertile (2001)¹³ no município de Quilombo em Santa Catarina, onde se reproduz o modelo agricultura familiar "integrada" juntamente com as empresas industriais do ramo de aves e suínos. Outro exemplo é o modelo de produção da folha do fumo para a empresa da Souza Cruz no Nordeste, utiliza do trabalho familiar na produção do fumo para extrair de maneira predatória a renda da terra dos camponeses em áreas rurais no estado de Sergipe, como analisado por Oliveira (2010)¹⁴. Na mesma perspectiva, Santos Lobo (2012) analisou o processo de expropriação da renda da terra dos camponeses produtores de mamona no Território de Identidade de Irecê na Bahia, no qual agentes do capital agroquímico-financeiro em parceria com o poder público e a ação dos atravessadores criaram uma nova conjuntura organizacional no espaço agrário, formada por complexos pilares de sustentação da acumulação de riqueza, em contradição com a exploração do trabalho camponês.

De acordo com Oliveira (2007, p.12), percebemos que “[...] agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo”. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. O que gera a

¹³ Pertile (2001) analisou a inserção dos pequenos agricultores no modelo de agricultura familiar integrada nas granjas no Oeste Catarinense e percebeu as diversas submissões impostas aos pequenos agricultores e como as empresas buscam atingir suas metas de produção e qualidade forçando as famílias integradas a modificar suas antigas práticas de reprodução familiar para se dedicar exclusivamente ao modelo produtivo integrado.

¹⁴ Trabalho realizado por Oliveira (2010), com objetivo de analisar como o capital se reproduz nas relações não capitalistas de produção em Sergipe através de contratos feitos pela empresa Souza Cruz na produção do fumo de folha, produção essa baseada na exploração do trabalho dos pequenos agricultores e suas famílias.

perda de autonomia do trabalho dos agricultores assim como influencia na diversidade produtiva desses trabalhadores, tendo que seguir as regras impostas pelas agroindústrias.

É inegável que é necessário levar em consideração as diversidades constituídas nas produções e modo de vida desses agricultores. Os agricultores familiares são grupos com características em comum, no entanto possuem perfis de produção distintos. Em toda trajetória histórica, esses agricultores evidenciam tanto a reprodução como a desintegração da condição de agricultura familiar. A própria sobrevivência familiar e a produção reagem de maneira diferenciada a desafios, a oportunidades e a restrições semelhantes e, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças. Assim, para Salvadi e Cunha (2010):

(...) Para que a utilização da categoria de agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato o são: diferentes entre si, não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar (SALVADI E CUNHA, 2010, p.5).

Nesse contexto da diversidade de produção e das possibilidades de se trabalhar com a terra que Delgado e Bergamasco (2017, p.10) defendem a agricultura familiar como um “[...] segmento bastante diversificado internamente, se destaca não apenas pela sua diversificação, mas pela sua capacidade de unificar a produção para o mercado com estratégias de reprodução familiar e de vida”, além de possuir os valores em comunidade. De tal sorte que se compreende que “[...] a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE. 1993,14 *apud*. WANDERLEY 1996, p.3).

A riqueza do modelo de agricultura familiar está justamente na diversidade, seja pelas diferentes formas de trabalhar com a terra, seja na diversidade de produções e culturas. Para Schneider (2011, p. 89), “[...] quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas”. Além disso, são produtores de territórios, de culturas, de culinárias, de saberes, de religiosidades que mantêm vivo um modo de vida para além da lógica do latifúndio monocultor e reprodutor das injustiças. A diversidade é o que os tornam ricos, repletos de significados e identidades.

Sob o viés da legislação, do ponto de vista mais operacional, a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 definiu o agricultor familiar como aquele:

[...] que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades

econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Tendo em vista as diversidades de produções agrícolas familiares, assim como as características socioespaciais de cada comunidade rural nos diferentes municípios do Brasil, a citada lei se, por um lado, foi fundamental para o reconhecimento legal desses agricultores, por outro, foi restrigente em relação à lógica da diversidade que envolve a Agricultura Familiar. Por exemplo, a presença da pluriatividade, ao exercer trabalhos não agrícolas, tendo em vista as novas dinâmicas presentes no campo, o pequeno agricultor não deixa necessariamente de se enquadrar na categoria a qual a lei assegura. Assim sendo, pode ser contrário ao que o inciso III apresenta quanto à natureza da atividade econômica, uma vez que, às vezes, o agricultor pode não ter vínculo apenas com o próprio estabelecimento familiar. No tocante a esse pressuposto, segundo Barbosa, Junior e Sá, (2017, p.17) “[...] o pequeno agricultor camponês é o que ele é independente de onde venha a maior parte da renda”. Para tais autores, a lei criou uma série de amarras, uma espécie de camisa de força na definição do pequeno produtor familiar.

Não obstante essa crítica, a referida lei permitiu avançar na identificação dos agricultores familiares que acessam as políticas públicas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que só depois de onze anos da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, o Estado oficializou no âmbito legal a Agricultura Familiar. A oficialização tardia trouxe problemas para as famílias que dependiam de suas atividades do campo, visto que os créditos distribuídos pelo PRONAF hierarquizaram e homogeneizaram alguns seguimentos, que não são chamados agricultores familiares, mas sim produtores rurais no texto do programa.

Nesse particular, Batista (2012) analisa o PRONAF como:

(...) um programa do Governo Federal, criado em 1995, com o intuito de atender, de forma diferenciada, os pequenos produtores rurais por desenvolverem suas atividades mediante o emprego de mão de obra direta do produtor e de sua família, que ainda não é tido como agricultura familiar, pois este somente será utilizado a partir de 2006 (BATISTA, 2012, p. 6).

O contexto histórico da implementação do PRONAF centrava na negligência por muito tempo do Estado no redirecionamento de políticas públicas para os pequenos agricultores. O Brasil tem economicamente um caráter agrário das *commodities*, produzidas nos grandes latifúndios, com isso deixou a agricultura de base familiar em segundo plano. É nesse processo

que, segundo Mattei (2014, p. 1), as políticas públicas voltadas à área rural, em especial à política agrícola, “[...] privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios”. A construção do PRONAF se deu a partir das muitas reivindicações de órgãos externos o com objetivo de minimizar as desigualdades sociais nos países periféricos e dos movimentos sociais do campo, que tinham como objetivo fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país, redirecionando o crédito rural para os pequenos produtores.

Porém, seria errôneo negar também os exemplos em que créditos disponibilizados pela criação do PRONAF auxiliaram na maior produção e na diversificação da produtividade desses agricultores, levando a ter acesso a novas formas de produção, por exemplo¹⁵. É relevante analisar esse Programa a partir das suas nuances, quando o intuito é inserir os pequenos agricultores nos programas de créditos do Estado.

Dessa forma, no que refere à reprodução social e à autonomia do agricultor familiar, esse agente se encontra em processo de construção, a depender da evolução do modo de organização econômica da sociedade.

Em termos de configuração de pautas de conduta segundo valores éticos e responsabilidade social, o projetado agricultor familiar é, de fato, um agente em construção: antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo... Em resumo, o agricultor familiar não é um estado, é um dever, é um emblema instituinte de representações sobre modos de organização da sociedade (NEVES, 2007, p. 239).

E é enquanto uma categoria social e política que os agricultores familiares resistem às diferentes formas de descasos que as instâncias públicas praticam. Quanto à reprodução social dos agricultores familiares, ela está ligada às políticas públicas de permanência no campo, à manutenção dos laços familiares, à coesão como grupo social e à capacidade de resistir para existir. Por isso, é fundamental a construção de um espaço agrário que seja voltado para a diversidade da pequena agricultura de base familiar de preferência orgânica e agroecológica, sem a reprodução dos usos de agrotóxicos que danificam o ambiente e afetam a qualidade dos alimentos. A não valorização desses sujeitos dá espaço para a hegemonia ainda maior do capital agroindustrial, fadado a reprodução dos alimentos que tem em sua base o uso dos diferentes tipos de agrotóxicos e o aumento da destruição da natureza.

¹⁵ Um dos trabalhos que pode ser analisado é a pesquisa desenvolvida por Santos (2007), que teve como objetivo analisar as implicações do Programa na produção do espaço rural do município de Feira de Santana na Bahia, e percebeu a importância do PRONAF como um instrumento na dinamização da produção agropecuária, renda e ocupação da mão-de-obra dos agricultores familiares no município analisado.

3 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE SANTO ESTEVÃO

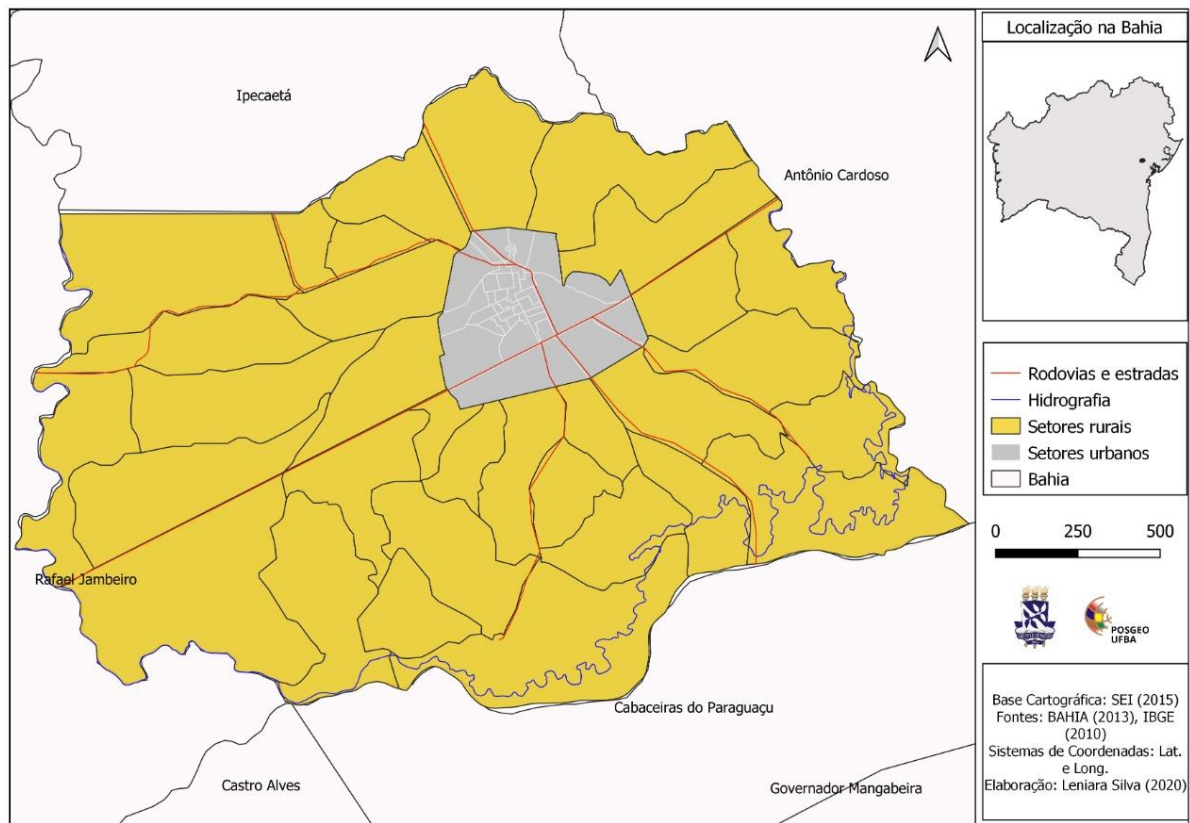
O presente capítulo tem como objetivo analisar os contextos histórico e econômico que o município de Santo Estevão já apresentou. As transformações do espaço ao longo do tempo foram analisadas por meio da dinâmica na produção agrícola, as funcionalidades e formas espaciais do campo e da cidade. Além disso, priorizou-se tecer relações entre o espaço agrário do município, suas características fundiárias e como a produção e o trabalho da agricultura familiar sofreram alterações e mudanças. As interpretações em torno dos termos “fumo” e “fábrica” aparecerá com maior destaque nesse momento, uma vez que priorizou-se a análise de como a instalação da fábrica de calçados da empresa Dass Clássico na cidade teve influências na agricultura familiar, por meio da dimensão do trabalho assalariado, da pluriatividade e da forma de moldar e construir sociabilidades.

3.1 DO FUMO A FÁBRICA: IMPLICAÇÕES EM SANTO ESTEVÃO

Santo Estevão é um município do interior da Bahia, localizado atualmente no território de identidade Portal do Sertão, a 156 km da capital baiana, Salvador. O município se estende em unidade territorial, segundo o IBGE (2010), de 362,961 km² (Figura 2), com 42% da sua população ainda residente no campo, um quantitativo de 20.190 habitantes. Possui um espaço agrário diverso, com comunidades rurais bastante ativas na prática da agricultura familiar e com práticas socioculturais e econômicas que tem em seu histórico as práticas identitárias dos camponeses, mesmo diante das influências externas ao campo.

Santo Estevão se destaca economicamente em relação a alguns municípios vizinhos, como Antônio Cardoso, Ipecaetá, e Rafael Jambeiro. Municípios estes ligados economicamente e culturalmente a Santo Estevão, uma vez que existe um fluxo migratório pendular de pessoas para a cidade com o intuito de realizar compras e trabalhar, o que alavanca principalmente o setor terciário e a indústria, influenciando na economia local do município estudado.

Figura 2 - Santo Estevão: Espaço rural e urbano. 2010



Fontes: BAHIA (2013), IBGE (2010). Elaboração: SILVA, L. C. (2020)

Em relação aos primeiros registros de penetração na área de Santo Estevão, segundo os dados do IBGE (1958), ocorreram no ano de 1739, quando o padre José da Costa Almeida migrou de suas terras, na área do atual município de Antônio Cardoso, à procura de água para seu rebanho, fugindo da seca que assolava a região. Ao chegar às terras do atual município de Santo Estevão, encontrou água para seu gado em um forte manancial, chamado de Riacho do Salgado, situação que o fez permanecer nesse local. Ergueu uma estrutura que chegou a se tornar uma capela para abrigar a imagem do santo, denominado por Santo Estevão, que havia levado consigo da antiga capela do lugar de origem, Santo Estevão Velho, atual Antônio Cardoso. Ainda de acordo com o IBGE (1958), o padre construiu currais para o rebanho bovino, posteriormente, algumas casas surgiram em volta da capela, formando a primeira vila de Santo Estevão do Jacuype.

No entanto, não é o objetivo desta pesquisa investigar todos os acontecimentos históricos, os personagens do segmento dominante e as suas interferências nos processos condicionantes que influenciaram no município estudado e no seu espaço agrário. Entretanto, busca-se introduzir algumas análises de recortes espaciais, assim como as dinâmicas

econômicas que exerceram influências no desenvolvimento político, econômico e social de Santo Estevão e principalmente no espaço agrário do mesmo.

São poucas as fontes que apresentam uma versão mais científica do início do processo de povoamento do município, a narrativa original que se apresenta aproxima-se da fantasia e do misticismo religioso, pois é pouco precisa e em parte deformada pela memória coletiva passada oralmente. Este tipo de memória tende a privilegiar as narrativas míticas, em que personagens individuais realizam os acontecimentos históricos. Segundo Le Goff (1990), para os povos sem escritas, o primeiro domínio se dá pela cristalização da memória coletiva através do fundamento aparentemente religioso, além disso, “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder” (LE GOFF, 1990, p.476).

Quanto ao povoamento do município de Santo Estevão, existem indícios através de relatos dos moradores mais antigos, inventários públicos, além da origem de alguns nomes de comunidades rurais, a exemplo da comunidade rural do Paiaíá situada no espaço rural, de que antes da chegada do Padre José da Costa neste território já habitavam povos indígenas, como os da etnia Payayá e outras comunidades não identificadas. Essas evidências foram apontadas por meio das análises feitas pelo memorialista Fonseca (1983)¹⁶ juntamente com informações coletadas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE)¹⁷ trabalhos que desmistificaram a narrativa da penetração do padre como a primeira feita nas áreas do município em questão.

Segundo os dados disponíveis, antes da chegada do Padre José da Costa Almeida, há indícios de que as primeiras penetrações nas áreas do atual município de Santo Estevão ocorreram anteriormente a esse marco histórico, uma vez que, estas terras pertenciam à sesmária doada à João Peixoto Viegas no século XVII, quando este “combateu” os nativos e instalou suas fazendas de gado, fumo e a mandioca na extensão territorial de sua sesmária, utilizando o trabalho escravo como energia produtiva principal. De acordo com Machado (2019) as sesmárias recebidas por Peixoto Viegas correspondiam a área territorial das freguesias de Água Fria, Itaporocas e Jacuípe. A sesmária Jacuípe era formada pelas terras localizadas entre os rios Jacuípe e Paraguaçu, desde suas nascentes até o encontro de ambos, próximo à Vila de Cachoeira.

¹⁶ FONSECA, Ivan Claret Marques. Introdução a história de Santo Estevão do Jacuípe. Santo Estevão: S/E, 1983.

¹⁷ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. v.20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

As sesmarias remetem à colonização enquanto processo que foi responsável pela consolidação inicial do monopólio da terra e os extermínios dos povos originários no Brasil, assim de acordo com Castro (2009):

A sesmaria como forma jurídica de apropriação e ocupação da terra no Brasil durante o período colonial está fortemente associado ao latifúndio. Na nossa historiografia, sobretudo, na história econômica brasileira, a sesmaria significa o elemento que atendeu a uma forma de ocupação do território brasileiro em função dos interesses mercantis europeus e implicou no estabelecimento de grandes unidades de produção rural (CASTRO, 2009, p.68).

Além do marco da penetração do padre nas áreas do município de Santo Estevão, de acordo com Fonseca (1983), o referido padre nos seus registros oficiais sobre a dinâmica das terras na freguesia de Jacuípe como intitulado inicialmente, reconhecia a existência de algumas “almas” desgarradas nessa região, que sobreviviam do fumo, da agricultura de subsistência e do gado. Matos (2013) percebeu que a expressão “almas” desgarradas remetia ao ideário religioso de identificar os “pagãos” vivendo no espaço, assim a urgência do padre em estabelecer uma capela a fim de cristianizar os não cristãos. Percebe-se assim que existia uma forte relação entre igreja, monopólio das terras e suas relações de poder na área, que em sua maioria era composta por senhores donos de grandes fazendas e grupos de cativos e pessoas libertas.

Como marco histórico oficial, tem-se a fixação do Padre José Costa Almeida na área e com isso, os primeiros vestígios de formação do povoamento local. O mesmo tratou de construir uma pequena capela, em 1751. A presença do símbolo religioso era considerada figura de poder e existência “civilizatória” no local. Posteriormente, Santo Estevão do Jacuípe, como era intitulado, foi elevado à categoria de freguesia, pertencente ao município de Cachoeira¹⁸.

Com a elevação da freguesia, ainda segundo o IBGE (1958), a transição até a culminância da emancipação política do município perpassou por muitas mudanças em sua formação administrativa que merecem ser destacadas: 1) com as aglomerações de pessoas em volta da igreja formou-se o povoado Santo Estevão, elevado à freguesia em 1754, com o nome de Santo Estevão do Jacuípe; 2) Em 1827, criou-se o distrito de paz de Santo Estevão do Jacuípe, subordinado à Vila de Nossa Senhora de Cachoeira; 3) Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, Santo Estêvão do Jacuípe tornou-se distrito pertencente ao município

¹⁸ De acordo com Matos (2013), todas as áreas e as povoações que originaram as regiões que hoje fazem fronteira com Santo Estevão, a exemplo dos municípios de Ipecaetá (fazia parte do município de Santo Estevão), Antônio Cardoso, Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Rafael Jambeiro, se inseriam como parte do território pertencente à Vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, situada no recôncavo baiano.

de Cachoeira; 4) Elevado à categoria de município, com a denominação de Santo Estêvão do Jacuípe, pela lei estadual nº 1481, em 12-07-1921, desmembrado de Cachoeira, com sede no antigo distrito de Santo Estêvão do Jacuípe, constituído então como distrito sede; 5) Por fim, pelo Decreto estadual número 7479, de 8 de julho de 1931, teve a denominação alterada para Santo Estêvão, o qual permanece até hoje.

Vale mencionar que, de acordo com Matos (2013), o processo de emancipação política do município de Santo Estevão foi constituído por muitos conflitos políticos e deu-se por meio negociações entre lideranças agrárias locais, possuidoras das grandes extensões de terras com alguns agentes com influências no governo do estado da época. Assim, as mesmas figuras que possuíam terras e prestígio político, responsáveis pelo processo de elevação da freguesia de Santo Estevão do Jacuípe para um novo município emancipado faziam parte da mesma camada social urbana constituída por famílias que exercem poder até hoje na cidade e no município como um todo.

Em relação às outras mudanças administrativas que aconteceram posteriormente, o município de Santo Estevão passou por alguns reordenamentos para chegar à atual organização em sua área, seja sua emancipação política desvinculando-se do município de Cachoeira, até se desmembrar por completo de outras unidades territoriais, como o município de Ipecaetá, este antes considerado um povoado de Santo Estevão. Ipecaetá alcançou sua emancipação política em 1962, tornando-se um município independente. Assim, a área de estudo possui fortes ligações históricas com outros municípios fixados ao seu entorno, relações estas que, de alguma forma, permanecem até os dias atuais, tanto no que diz respeito ao caráter econômico, como político e social.

Santo Estevão fez parte do município de Cachoeira até meados do ano de 1921, por essa razão, o processo histórico vinculado aos fatores socioeconômicos e políticos do município possui ligação e influência desse contexto histórico de dependência territorial e administrativa com o recôncavo baiano, em especial com o município de Cachoeira. Cachoeira teve seu apogeu nas culturas de cana-de-açúcar, na atividade fumageira e nas culturas de subsistências. O recôncavo baiano era considerado um dos principais centros produtivos do país, com esse destaque:

Esta região obteve grande apogeu na sua função de centro produtor de açúcar e fumo, artigos primário-exportadores que, atravessando ciclos de prosperidade e retração, sustentaram o sistema escravista-colonial brasileiro de meados do século XVI a inícios do século XVIII (BARICKMAN, 1999, p. 228).

Ainda de acordo com Barickman (1999, p. 218), “o fumo produzia-se pelo menos desde meados do século XVII na maioria das freguesias de Cachoeira”. Durante o período colonial, Cachoeira era responsável pelo grosso das exportações brasileiras do produto, mesmo tendo o açúcar como a maior riqueza produzida nos engenhos da região. De acordo com Silva (2015):

A área que ficou conhecida como os “Campos da Cachoeira”, no Recôncavo da Bahia, foi a região onde se concentrou o maior número de fazendas produtoras de tabaco. Possuía as características geográficas necessárias para o estabelecimento da produção do fumo (SILVA, 2015, p. 114).

Sobre as freguesias pertencentes à Cachoeira, Machado (2019) aponta que a zona da agricultura do fumo, conhecida como “os campos da Cachoeira”, eram constituídas por algumas freguesias: São José das Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo, Santiago do Iguape, Desterro, São Felipe, Oliveira, São Bartolomeu de Maragogipe, São Félix, Cruz das Almas e Santo Estevão do Jacuípe. Os quais, segundo aponta a historiografia baiana, abasteciam Salvador ao longo de todo século XVIII, XIX e XX quando os laços econômicos tornaram mais frágeis nessa região. Mas culturalmente continuam ligados pela memória negra da escravidão, pelas práticas afroreligiosas e fluxo de pessoas e parentelas que se mudaram para a capital do estado com objetivo de se inserir no mercado de trabalho, sobretudo a partir de 1950 com a chegada da Petrobrás na Bahia e a intensificação da indústria com a criação do polo petroquímico.

Enquanto freguesia de Cachoeira até o ano de 1921, era na economia do fumo e nas culturas de subsistências, até meados da década de 1970, que Santo Estevão se inseria como suas principais atividades produtivas. Assim, a principal fonte de renda da população santo-estevense centrava nas atividades agropecuárias, reafirmando o caráter essencialmente rural da população nesse período (IBGE, 1958). Herança essa que perpassou desde o período áureo do fumo na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe, quando:

A pluralidade econômica foi uma característica dos habitantes da Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe na segunda metade do século XIX. Estes sujeitos sobreviviam do plantio de culturas variadas. Embora existissem outras produções que movimentavam a economia da freguesia, como a do açúcar, algodão, mandioca e também a pecuária, foi a produção fumageira que possibilitou a formação de médias e de algumas poucas grandes riquezas (MACHADO, 2019, p. 22).

De acordo com o recente estudo feito por Conceição (2021) sobre a produção do fumo na Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe, sua importância no contexto da produção se deu desde o ano de 1620, no século XVII, quando teve o início da plantação do tabaco na região. Esta produção na freguesia inseriu-se de maneira lenta e gradual, que, segundo a autora, só veio de fato a participar como a quinta área produtiva no ano de 1690.

De acordo com Silva (2001), a produção do fumo no recôncavo baiano, considerado como a “lavoura de pobre”¹⁹, foi responsável pela grande exportação do produto, além de movimentar toda cadeia produtiva que centrava desde o trabalho das mulheres charuteiras nas fábricas até os trabalhos manuais exercidos nas casas dos próprios camponeses pobres, que tanto produziam por conta própria para vender no comércio local, quanto perpassava pelo intermédio dos atravessadores e, por fim, a venda diretamente para as fábricas nas cidades.

No entanto, de acordo com Schwartz (1995), o fumo mesmo sendo considerado um produto de menor prestígio e mais barato, acessível a agricultores mais pobres, a fumicultura, responsável pelo peso das principais exportações do recôncavo não era uma “cultura para homens pobres”, uma vez que sua cadeia produtiva dependia da mão-de-obra do negro escravizado, e só quem possuía posses e poder financeiro exercia o privilégio de adquirir uma quantidade razoável de escravos. O autor destaca ainda que metade da população das freguesias nas imediações de Cachoeira no século XVIII era composta por cativos.

Essa análise também foi feita por Conceição (2021), no que tange a produção do fumo na freguesia de Santo Estevão do Jacuípe. A autora percebeu através da investigação dos inventários públicos uma parcela dos agricultores que produziam o fumo na freguesia eram escravos libertos. E alcançaram sua alforria mediante a compra do que adquiria com a própria produção do fumo, esta relação se dava pela dependência fundiária dos senhores detentores das terras. Assim, os negros na condição de libertos solicitavam aos seus antigos senhores porções de terras para poder expandir a cultura do tabaco, em contrapartida, tudo que era produzido nessas terras, o senhor mantinha uma boa parte dos lucros obtidos da produção do tabaco, reproduzindo assim um modelo de arrendamento. Ainda de acordo com Conceição (2021):

Na freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe, os primeiros lavradores de tabaco foram os escravos. Esse produto passa a ser reconhecido na economia como altamente rentável, voltado para exportação, visando dar grandes lucros aos donos das fazendas. Os escravos continuaram a produzir a lavoura do tabaco, agora como a perspectiva de uma vida melhor. Alguns alcançaram a liberdade e se tornaram lavradores de tabaco. Mesmo não tendo terras próprias para poder produzir a cultura do fumo, estes se apegaram aos contratos firmados nas terras foreiras. Para o uso destas terras o senhor estabelecia um contrato com o escravo, homem forro ou livre, que poderia se beneficiar das terras para produzir a lavoura do tabaco, e se eles tivessem bom resultado nessa lavoura, poderiam adquirir mais terras para aumentar a produção, o que se revelou bem rentável aos donos das fazendas (CONCEIÇÃO, 2021, p. 65)

¹⁹ A produção de fumo na Bahia, quando ganha destaque no século XIX, “se tornava cada vez mais associada a pequenos lavradores familiares, ela ganharia uma reputação duradoura de “lavoura de pobre” e lavoura de quintal” (BARICKMAN, 1999, p.223). Termo que remetia a produção feita pelos camponeses pobres e livres, não associado ao mão-de-obra escrava.

Os acordos sociais e econômicos eram estabelecidos entre os senhores e os ex cativos. O fumo nas freguesias de Cachoeira era considerado um dos únicos meios para se alcançar a alforria ou adquirir melhores condições de vida. No entanto, nem todos que plantavam o tabaco alcançavam a alforria. Conceição (2021) percebeu também que além da produção do tabaco, as terras eram usadas para reproduzir a agricultura de subsistência, com as culturas do milho, feijão, batata e mandioca. Esta última com grande importância para a alimentação nas fazendas.

O processo de povoamento da área urbana de Santo Estevão possui semelhanças com algumas outras cidades interioranas da Bahia, ou até mesmo do Brasil. A sede do município estruturou inicialmente através do surgimento de uma vila principal, onde se fixou um símbolo religioso que resultou em toda organização econômica e social em sua volta – da Igreja Matriz. A igreja, por sua vez, subsidiou os principais usos e as primeiras ocupações do espaço central: o alargamento das ruas surgiu a partir desse centro e os primeiros indícios de uma estruturação urbana vão aparecendo com o tempo (SILVA, 2016).

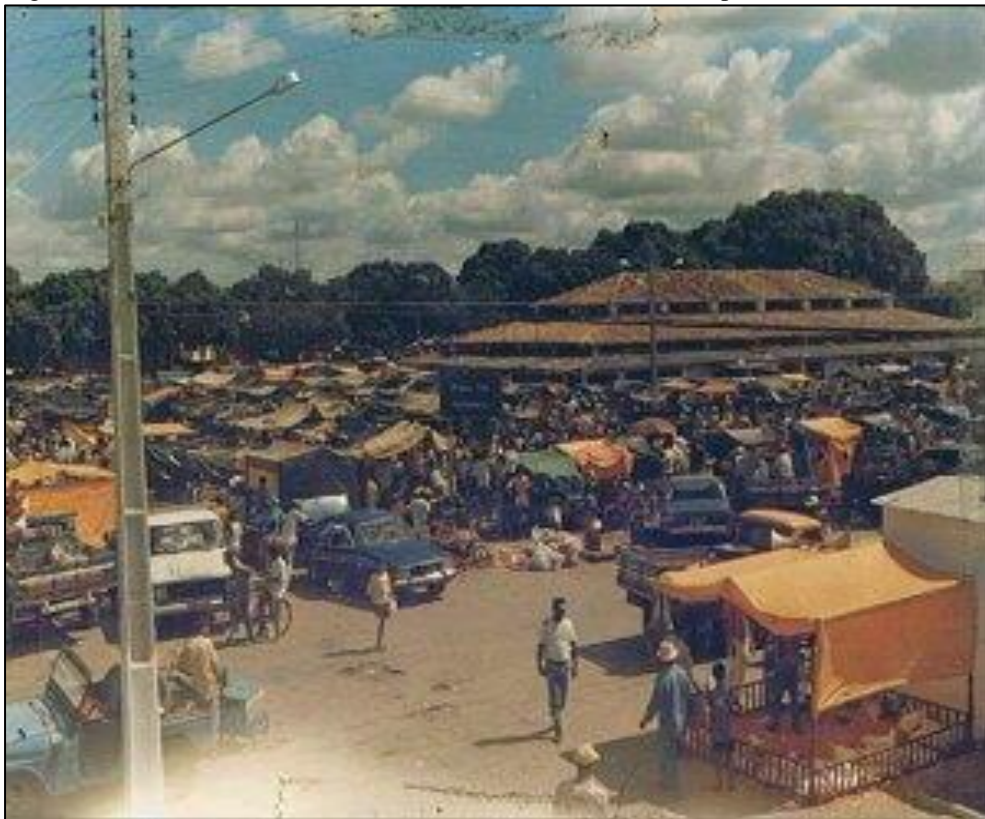
As vilas e pequenas cidades coloniais possuíam funções extremamente ligadas às questões administrativas. No entanto, a função maior caracterizava-se pela importância do comércio, principalmente pelas feiras livres e da religião nos aglomerados e povoamentos do período. Assim,

Duas outras funções tiveram, no conjunto das vilas e cidades coloniais, importância bem maior: a *função comercial* e a *função religiosa*. Na verdade, os aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos habitantes e onde se realizavam os negócios, como também o ponto de concentração da vida religiosa (AZEVEDO, 1956, p.41, *grifo nosso*).

Esse processo possui similaridades com o processo de povoamento de Santo Estevão, em especial de sua área urbana. A dinâmica do primeiro aglomerado urbano configurava-se em função das relações materiais e imateriais, sobretudo da influência religiosa, pois tanto a estruturação das casas, quanto as feiras livres aconteciam próximas à Igreja. A arquitetura da cidade ainda possui resquícios desse período. As ruas mais antigas estão próximas à Igreja Matriz, assim como casas estruturadas desde o início do processo em que surgiram as primeiras ruas e o cemitério mais antigo. Já a feira livre de Santo Estevão, inicialmente, com a dinâmica da freguesia e a relação entre economia e religião, construiu as relações econômicas e culturais do local. O hábito de comercializar os produtos próximos da Igreja Matriz permaneceu na área por muito tempo e movimentou assim toda a sua dinâmica, que era realizada em maior fluxo inicialmente aos domingos.

No entanto, em 1924, devido à própria dinâmica de crescimento urbano e em função da construção da Praça Sete de Setembro e do mercado municipal, a feira livre muda de lugar (Figura 3). Essa mudança teve como finalidade fixar a feira para movimentar as relações com os poucos estabelecimentos comerciais que estavam surgindo na área, mas também visando o melhor reordenamento urbano da cidade. Toda dinâmica e relação rural e urbano eram visíveis nos dias de maior fluxo da feira livre (IBGE, 1958). No entanto, é questionável o teor urbano que a sede do município possuía no período pós-emancipação política, uma vez que seu papel e características econômicas, políticas e sociais eram majoritariamente agrárias.

Figura 3- Santo Estevão: Dinâmica da feira livre e mercado municipal, 1985.



Fonte: Acervo Público Municipal de Santo Estevão (2020).

A fixação da feira livre na Praça Sete de Setembro e o Mercado Municipal alavancaram as trocas comerciais na cidade, a feira cresceu em espaço e ganhou maior representatividade econômica. Não somente a pequena população residente na sede fazia uso dos produtos vendidos na feira, mas, principalmente, a população rural por ser maioria do ponto de vista populacional. Além de consumir os produtos básicos para suprir suas necessidades, os agricultores utilizavam do espaço para vender os produtos cultivados, adquiridos através da Agricultura Familiar, assim como a venda de criações ovíparos, suínos e caprinos, etc.

As trocas comerciais e o trato com os produtos na maioria das vezes aconteciam no ato da compra. Havia o hábito entre vendedores e consumidores da comercialização de produtos de origem animal abatidos na hora, como a carne de boi, porco, carneiro. Fonseca (1983) também apontou que no espaço era possível encontrar uma variedade de produtos, desde cerâmica produzida pelos agricultores e artesãos da região, até a farinha de mandioca produzida nas casas de farinha, além dos produtos mais “caseiros”, a exemplo do sabão produzido da soda caustica e sebo industrializado de forma tradicional em casa.

Para além de um espaço para trocas comerciais, a feira livre era o lugar do encontro, das conversas entre os amigos, das realizações de negócios e do relacionamento social. As relações econômicas de comércio e as sociabilidades eram compatíveis com a dimensão da população e as materialidades urbanas do espaço. Assim, neste contexto:

A feira livre ficava no início deste século ao lado da igreja, mais ou menos onde ficava o cemitério antigo desmanchado no final do século passado. Alí se vendia de tudo. Havia um hábito da terra que era o de se abater criações, como carneiro, bode e porco, na hora do início da feira. [...] a vila era pequenina e todo o seu comércio e toda a sua atividade social e religiosa se restringia quase exclusivamente na praça, ao redor da igreja (FONSECA, 1983, p. 72).

O encontro entre a população rural e a pequena parcela da população urbana se estabelecia pelas trocas comerciais da feira livre local, pois era o espaço em que o pequeno produtor rural comercializava o resultado das suas produções, isto é, o destino final das suas culturas agrícolas. Assim, Fonseca (1983) acrescenta que:

A nossa feira é o que há de mais importante em nosso município sob o ponto de vista comercial. Da nossa feira depende todo o comércio e indiretamente toda a nossa população, porque é nela que todo o comerciante da cidade tem a maior percentagem de venda em uma semana. É da feira que depende toda a população da zona rural, que é uma população eminentemente agrícola; para ela traz seus produtos do campo para serem comercializados (FONSECA, 1983, p. 117).

O cenário atual da feira livre se insere em uma dinâmica diferente daquela do passado, pois conta com uma estrutura mais organizada do ponto de vista sanitário, com a presença de uma diversidade de feirantes e produtos comercializados, entretanto atualmente a feira está localizada nos galpões dentro no Centro de Abastecimento, mais compactado e fechado, como pode ser visto na Figura 4 e 5.

Figura 4- Santo Estevão: Dinâmica da feira livre municipal, 2018.



Fonte: <http://tradicoesantoestevao.blogspot.com>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

Figura 5- Santo Estevão: Dinâmica do Centro de Abastecimento e feira livre municipal 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo. SILVA, L. C (2021).

Ainda permanece uma parcela de feirantes que são da agricultura familiar do município, porém, a grande maioria é composta por comerciantes que compram os produtos agrícolas nas CEASAs de Feira de Santana, por exemplo, ou por meio dos atravessadores que vendem diretamente os produtos aos feirantes no próprio espaço. A nova dinâmica da feira livre abriu espaço para a diversidade no que compete aos perfis dos feirantes, muitos se deslocam de outros municípios próximos e usam do mesmo espaço que os feirantes locais. Porém, cada vez mais a figura do agricultor familiar local está perdendo o protagonismo na feira devido às fragilidades

da pequena produção agrícola do município, as dificuldades de mobilidade, de escoamento da produção, os custos com transporte, as péssimas condições das estradas, a presença dos atravessadores, dentre outros obstáculos que dificultam a venda dos produtos no local.

O caráter agrícola da população eminentemente rural construiu a base econômica local, assim como também a demografia do município. No que se refere à questão demográfica, o histórico da concentração das trocas comerciais na cidade e a expansão comercial resultaram no crescimento populacional. Em relação aos primeiros aglomerados urbanos, segundo o IBGE (1958), Santo Estevão, na década 1950, possuía um número pequeno de aglomerações já estruturadas na cidade, além de algumas vilas nas áreas mais distantes da sede. No que diz respeito às mudanças administrativas e territoriais, a área do atual município de Ipecaetá ainda fazia parte de Santo Estevão enquanto vila, que alcançou, através de desmembramento, em 1962, sua emancipação política tornando-se independente. Dessa forma, a partir das análises documentais, nota-se que:

Existiam em 1950 dois aglomerados urbanos com a seguinte população: cidade de Santo Estevão com 1437 habitantes e vila de Ipecaetá com 142. A população da cidade de Santo Estevão estimada para 1957 é de 1800 habitantes. Em 1953 foi criada a vila de Cavunge cuja população é de menos de 500 pessoas. (IBGE, p.308, 1958)

Os dados demonstram que a população urbana de Santo Estevão cresceu ao longo das décadas em dados absolutos. Ao observarmos na Tabela 1, os números dos dados absolutos (incremento), os mesmos apresentam um crescimento contínuo referente à população da sede do município depois da década de 1980 e em seguida um leve crescimento após a década de 1991, mas não deixou de apresentar crescimento contínuo, principalmente depois do ano de 2000 com a instalação da fábrica de calçados Dass Clássico na cidade.

Já o crescimento decenal da sede do município apresenta oscilações de aumento populacional no intervalo 1950 e 1960, que registrou as maiores taxas de crescimento em relação às demais décadas analisadas devido ao incremento de população de alguns distritos, após a década de 1960, com a emancipação política dos diversos distritos o município de Santo Estevão perde esse número de moradores, o que diminui consideravelmente sua população urbana da época. Em relação aos períodos mais recentes, na confrontação dos dados dos Censos de 1991 e 2000, verificou-se um crescimento de 7.039 habitantes vivendo no espaço urbano nesta década em questão, passando de 12.654 em 1991 para 19.674 habitantes em 2000, isto é, experimentou um aumento de 55, 48% da população (SANTO ESTEVÃO, 2003, p.27).

Tabela 1– Santo Estevão: taxa de crescimento populacional em dados percentuais e absolutos da população urbana¹, por décadas, 1940-2010

Períodos	Dados Percentuais		Dados Absolutos
	Crescimento médio anual (%)	Crescimento decenal (%)	Incremento populacional
1940-1950	3,38	39,24	444,0
1950-1960	22,9	684,9	10.815
1960-1970	-9,38	-62,7	-7.766
1970-1980	4,79	59,6	2.759
1980-1991	5,01	71,3	5.267
1991-2000	5,04	55,6	7.039
2000-2010	3,47	40,6	7.997

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Organização: a autora (2019).

Notas: 1- Apenas os dados da população urbana dos distritos antes existentes e da sede do município.

Ainda segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município de Santo Estevão, comprovados também pelos dados da Tabela 1, a urbanização de Santo Estevão vem crescendo a taxa média de 5,2% a.a. a partir de 1970. Esse crescimento populacional urbano foi expressivo nos anos de 1970 e 1980, reduzindo-se progressivamente a partir dos anos de 1990, tendo em vista, principalmente, a queda da taxa de crescimento vegetativo e do crescimento absoluto. Já Tabela 2 demonstra alguns aspectos interessantes da dinâmica populacional do campo em Santo Estevão.

Tabela 2– Santo Estevão: taxa de crescimento populacional em dados percentuais e absolutos da população rural, por décadas, 1940-2010.

Períodos	Dados Percentuais		Dados Absolutos
	Crescimento médio anual	Crescimento decenal	Incremento populacional
1940-1950	1,83	19,83	4.978
1950-1960	-2,48	-22,25	-6.693
1960-1970	-1,18	-11,16	-2.611
1970-1980	1,23	2,96	2.694
1980-1991	0,37	3,74	877
1991-2000	-1,40	-11,91	-2.901
2000-2010	-0,60	-5,88	-1.262

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Organização: a autora (2019).

O que mais chama atenção são as oscilações de acréscimos e decréscimos nas taxas com o passar das décadas. Os primeiros dados encontrados no período de 1940-1950, do crescimento decenal, evidenciam a maior taxa de concentração da população rural, reafirmando o caráter

rural que o município de Santo Estevão carrega em seus aspectos socioeconômicos e culturais desde os primórdios do processo de povoamento do município.

Observa-se também, ainda na Tabela 2, que há um decréscimo significativo e semelhante entre as décadas de 1960 e 1991, a primeira devido ao desmembramento de povoados para constituir o município vizinho de Ipecaetá, já mencionado acima, e a última decorrente do intenso êxodo rural, dentre outros fatores, que o município apresentou com o passar dos anos.

Vale mencionar que foi justamente a partir da década de 1960 que a Bahia apresentou movimentos migratórios intensos, sentido rural-urbano, influenciados principalmente pelo processo de industrialização nos estados da região Sudeste, além da expansão agrícola nos estados do Centro Oeste do Sul. Para a realidade do município estudado, a industrialização acompanhada pelo aumento na construção civil nos estados do Sudeste foi um dos elementos principais que influenciaram a migração de muitos agricultores do município. Em cenários mais recentes, destacam-se também a migração para as médias cidades como Feira de Santana devido também ao processo de instalações de complexos industriais e crescimento do setor terciário. No que tange o cenário populacional rural na década 2000, pode-se observar ainda na Tabela 2 outra perda nos números da população rural, que correspondem a - 5,8% e - 1268 do crescimento decenal e do incremento populacional, respectivamente.

Esses dados evidenciam que, depois da década de 1991, mais de 4.000 pessoas saíram do campo, conseqüentemente, intensificando o processo de êxodo rural, alguns com destino à sede do próprio município e outros para grandes cidades industrializadas do Brasil, a exemplo de São Paulo. No entanto, como pode ser analisado na Tabela 3, foi justamente nesse período, depois da década de 2000, que o município apresentou as maiores taxas de urbanização, ou seja, uma maior concentração da população urbana (57,8%) que ultrapassou a rural (42%).

É relevante destacar referente aos dados da Tabela 3, que, entre as décadas de 1940 e 1950, os dados reafirmam o caráter rural que o município ainda possuía, uma vez que a população da sede na década de 1940 era de 156 habitantes e a taxa de urbanização alcançava os 4,3% (IBGE, 2010). Os aglomerados urbanos da época possuíam números irrisórios de pessoas residentes, assim a cidade e seu modo de vida, em aspectos econômicos e culturais, formas e suas funções carregavam estreitas relações com o campo.

Tabela 3- Santo Estevão: população total rural, urbana; taxa de urbanização e percentual da população da cidade sobre a total, por décadas, 1940-2010

Períodos	Total	Rural	Urbana ¹	Taxa de Urbanização ²	Cidade	(%) cidade sobre total
1940	26.242	25.108	1.134	4,32	156	0,59
1950	31.665	30.086	1.579	4,99	1.437	4,54
1960	35.787	23.393	12.394	34,63	3.059	8,55
1970	25.410	20.782	4.628	18,21	4.530	17,83
1980	30.863	23.476	7.387	23,93	7.404	23,99
1991	37.007	24.353	12.654	34,19	12.654	34,19
2000	41.145	21.452	19.693	47,86	19.693	47,86
2010	47.880	20.190	27.690	57,83	27.690	57,83

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Organização: a autora (2019).

Notas: 1 - São inclusas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados;

2- Percentual da população urbana sobre a total;

O espaço se transforma quando acompanha o ritmo de crescimento e de concentração espacial da população, influenciado principalmente pelos fluxos econômicos. De acordo com Santos (2020),

[...] na medida em que a economia se altera profundamente, assim como a sociedade correspondente, e na medida também que os tipos de relações econômicas e de toda ordem mudam substancialmente, as cidades se tornam rapidamente outra coisa em relação ao que eram até então (SANTOS, 2020, p. 64).

Assim, percebe-se que o número da população rural do município de Santo Estevão, até o ano de 2000, sempre esteve superior a população urbana. Não se configurava apenas um dado isolado, pois os motivos pelos quais a população se encontrava essencialmente no campo se davam, em especial, pelos fatores histórico e econômico. A forte relação em que o município tinha com o setor primário, a agricultura principalmente, fazia com que as pessoas se fixassem no campo, e esse aspecto possui resquício desde o início da estruturação socioeconômica do município e, de certo modo, perdura até hoje. Dessa forma, de acordo com o IBGE (1958, p.308),

[...] da população em idade ativa no município, consideradas as pessoas de 10 anos e mais, 52% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia da região é a agricultura. O município encontra-se na "zona fumageira" e a produção do fumo em fôlha, no ano de 1955, o coloca em sétimo lugar no Estado. No ano de 1954, contavam-se 2 860 propriedades agropecuárias no valor de 46 677 milhares de cruzeiros.

A produção de fumo se configurava enquanto atividade econômica de maior destaque no município de Santo Estevão, como já mencionado, alcançou o sétimo lugar no estado da Bahia em 1955, sob influência da hegemônica atividade fumageira do recôncavo baiano, além disso, os agricultores mantinham continuidade dessa produção desde o período em que Santo

Estevão enquanto freguesia ainda fazia parte do Cachoeira, mas que, além do fumo, cultivava-se também o feijão, o milho e a mandioca, além da criação dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos.

Apesar de todo protagonismo fumageiro, a lógica produtiva do município estudado nos períodos após a sua emancipação política não se inseria enquanto os maiores produtores de fumo da Bahia, já que esse protagonismo estava nos municípios do recôncavo baiano, a exemplo de Cachoeira, São Félix e Maragogipe. Em Santo Estevão se produzia o fumo, mas o município não despontava entre os principais produtores do estado, teve destaque entre os sete maiores produtores, mas o declínio da produtividade veio logo em seguida, assim como em outros municípios do recôncavo, devido a própria dinâmica da economia fumageira. O ato de produzir fumo ainda existe nas áreas do recôncavo baiano, porém em menor escala. Neste contexto, segundo Silva (2001, p 26), “[...] a indústria de charutos desenvolveu-se e potencializou econômica e socialmente a área fumageira até 1950, quando acentuou-se o processo da crise e declínio da produção na região, dentro de um complexo contexto de contradições.”

O enfraquecimento da produção do fumo na Bahia foi analisado também por Mesquita e Oliveira (2003), segundo tais pesquisadores, foi na década de 1960 que a fumicultura baiana mergulhou uma espiral decrescente, “[...] a produção primária experimenta sucessivos reveses, caindo do patamar de 44 mil toneladas, em 1965, para inexpressivas 9,1 mil toneladas, em 2002”, perdendo seu protagonismo nacional, caindo para quarto estado produtor no *ranking* nacional (MESQUITA E OLIVEIRA, 2003, p. 31).

Para a realidade de Santo Estevão, o início do declínio da produção do fumo teve influência de processos internos e externos. No final da década de 1960 e nos anos de 1970, algumas fábricas de tabaco situadas em Cruz da Almas e Cachoeira estabeleciam relações produtivas diretas com os agricultores que cultivavam o fumo. Muitas famílias retiravam seus ganhos por meio do cultivo do fumo, que demandava um trabalho manual exaustivo para atender às demandas das fábricas ou até mesmo ao mercado da feira livre. Por meio de informações orais de agricultores, com as visitas a campo, percebeu-se que esta relação com as fábricas era estabelecida sem a presença dos contratos formais, constituía por meio unicamente da venda direta do produto. Quando retiravam uma boa colheita do fumo, vendiam para os representantes das fábricas, quando não o faziam, ficavam sem o ganho.

Esta dinâmica mencionada sofreu discontinuidades com o passar do tempo. Alguns aspectos sociais e econômicos influenciaram para o declínio produtivo do fumo no recôncavo e nas áreas rurais de Santo Estevão. Podemos citar alguns desses processos, a exemplo das fortes campanhas do anti-tabagismo e seus malefícios à saúde desenvolvidas pelo ministério da saúde em nível nacional, pelas pragas que tomaram as lavouras do fumo desenvolvidas pelos agricultores, os preços que decaíam constantemente, as secas prolongadas e até mesmo a perda da mão de obra familiar que migraram com o processo de industrialização das grandes cidades. Estes elementos foram decisivos para o enfraquecimento progressivo da produção fumageira na área estudada.

A perda de ganho na renda das famílias rurais que cultivavam o fumo foi significativa. Muitas famílias ficaram reproduzindo apenas a agricultura de subsistência, tendo que se inserir em outras estratégias de sobrevivência. Para suprir a ausência do ganho com o fumo as famílias se tornaram dependentes dos repasses financeiros dos familiares que migraram para trabalhar em São Paulo, por exemplo, da inserção nos trabalhos não agrícolas, além disso, a “válvula de escape” foi a construção do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) implantado em 1971 no governo de Médici²⁰. A aposentadoria rural, os auxílios por morte, o salário maternidade foram alguns dos repasses federais que influenciaram na qualidade de vida das famílias dos agricultores, retirando-os, momentaneamente, das extremas fome e miserabilidade.

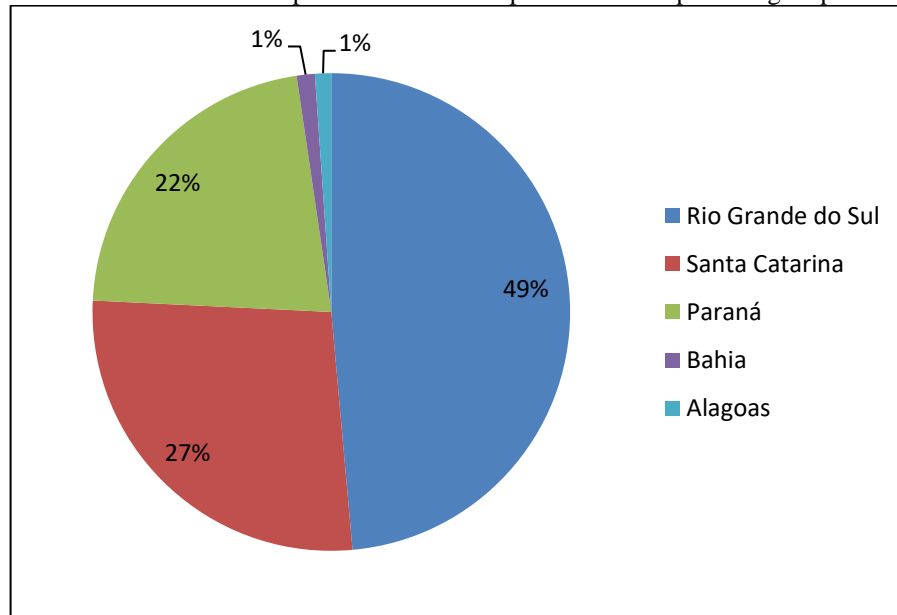
Para a realidade atual, o fumo na paisagem rural é um elemento quase ausente nas produções agrícolas das famílias. O produto não aparece em grandes volumes nos últimos Censo Agropecuário (2006, 2017), o que demonstra a perda na produção ao longo das últimas décadas. A mandioca mesmo com a perda da continuidade da cultura, ainda é possível encontrar nas comunidades em maior quantidade que a produção do fumo.

No cenário atual no Brasil, os estados que estão no topo da produção do fumo em folha são Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respectivamente, atrás destes estão o estado da Bahia e em seguida Alagoas, de acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). O ciclo produtivo se modifica por completo, no período colonial a Bahia era o estado de maior

²⁰ Segundo Garcia (2009), a construção do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) foi uma conquista dos movimentos sindicais e políticos do campo, que por muito tempo desde a década de 1950 mobilizava o campo para adquirir os direitos dos camponeses. Além disso, várias conquistas para os trabalhadores da cidade já estavam sendo implementadas na época, para o rural apenas o Prorural foi implementado.

protagonismo no país, com o declínio produtivo, além dos circuitos de produção acelerada, atualmente esse posto cede lugar para produtores da Região Sul (Gráfico 1).

Gráfico 1- Brasil: Maiores produtores do fumo por estados em porcentagem produzida, 2017



Fonte: IBGE (2017). Organização: a autora (2021).

As relações produtivas no campo se modificaram significativamente para atender principalmente às demandas do capital agrário e exportador. A produção de tabaco no Brasil, em sua maior escala produtiva, assim como os grandes complexos agroindustriais estão localizados na região Sul do país. As famílias de agricultores são integradas às empresas do ramo tabagista e têm no fumo um dos principais produtos que gera riqueza para as grandes empresas, que ocupam parcelas significativas no PIB dos municípios produtores desta cultura. De acordo com o estudo realizado por Tendências (2018), entre os municípios com até 10 mil habitantes localizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, salvo raras exceções, têm o fumo como a principal produção agrícola, podendo chegar a 40% ou mais do PIB, advindo do trabalho e da produção desta cultura agrícola, alguns casos podem chegar até 70% das riquezas geradas em determinados casos.

O Brasil é considerado o maior exportador do fumo no cenário mundial desde 1993 e ganhou significativa importância no comércio internacional de tabaco, principalmente pela dependência e pela exploração do trabalho dos agricultores familiares. O volume das exportações por regiões do Brasil pode ser visto na Tabela 4.

Observa-se, pelos dados da Tabela 4, que a região Nordeste é a segunda maior em exportação, mais de 90% deste volume se dão pela participação dos estados da Bahia e Sergipe - os únicos exportadores do produto na região. De acordo com os dados realizados por

Tendências (2018), a Bahia ainda é o estado que mais comercializa o tabaco nordestino, responsável em média por 80,6% dos embarques da Região. Cenários de mudanças e descontinuidades, tendo em vista que a Bahia foi o principal centro produtivo do fumo no país.

Tabela 4- Brasil: Volume de exportações de tabaco por regiões brasileiras (em toneladas), 2008-2017

Ano	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
2008	0.0	4.185,9	0.0	627,6	686.541,6
2009	0.0	3.060,3	3.0	294,6	671.363,7
2010	2.4	2.667,8	0.0	247,3	502.702,6
2011	3.5	3.004,4	0.7	540,0	541.807,0
2012	0.0	3.352,1	0.3	804,5	633.618,7
2013	0.1	1.877,1	1.6	764,5	624.582,8
2014	0.1	2.859,7	0.0	267,7	473.089,9
2015	0.1	2.670,7	0.0	321,1	513.764,7
2016	0.3	2.239,1	0.0	200,8	480.612,8
2017	0.0	1.849,4	0.0	489,0	458.753,3

Fonte: MDIC/Secex; Tendências (2018).

Outra característica que influenciou nessa mudança é o aspecto fundiário dos produtores da cultura do fumo. Enquanto na Região Sul a lógica produtiva se concentra nas grandes empresas que têm o monopólio da força de trabalho dos pequenos agricultores e, em alguns casos, se utilizam dos contratos com as famílias que acabam ficando responsáveis por uma parcela do processo produtivo do fumo, independentemente da quantidade de suas terras, o que ocasiona a subordinação do trabalho familiar, no Nordeste, o cultivo do fumo ainda é, em sua grande maioria, feito por pequenos agricultores de maneira tradicional e independente. Nesta perspectiva:

Em linhas gerais, a produção baiana de fumo reproduz a configuração geral do modelo nordestino no que concerne à concentração da produção em pequenas propriedades, havendo predominância naqueles estratos produtivos de até cinco hectares. (MESQUITA, OLIVEIRA 2003, p.35)

Esse aspecto fundiário foi analisado também por Silva (2001, p. 41), segundo ela, “[...] a maioria dos plantadores de fumo do Recôncavo era formada de rendeiros que, por um contrato verbal e inviolável, faziam o uso e pagamento da terra ao seu proprietário”. Mesmo existindo mudanças na produção, nas dinâmicas produtivas do fumo, tal característica é marcante no espaço agrário estudado, o que não desapareceu por completo nas diferentes formas de trabalhar com a terra. As categorias de trabalho no campo, como rendeiros, meeiros, arrendatários são estratégias que os agricultores aprenderam com as gerações anteriores, levando em conta as limitações da terra ou, até mesmo, a ausência desta.

Contudo, compreende-se assim que Santo Estevão possui em sua história o papel destacada de sua forte produção agrícola, em especial a produção fumageira e as culturas de subsistências. O município apresentou números elevados de população rural, superior à população urbana até o ano de 2000, quando presenciou grandes transformações socioespaciais, não só na economia, nas principais fontes de rendas, mas também uma acelerada urbanização se comparado ao padrão das cidades pequenas do seu entorno. Antes um município eminentemente agrário, do fumo e da agricultura de subsistência, hoje uma população cada vez mais urbanizada, no que se refere aos valores culturais, aos mundos do trabalho e aos modos de vida.

3.2 ENTRE FAZENDAS E MINIFÚNDIOS EM SANTO ESTEVÃO

Analisar a perspectiva da propriedade privada da terra não é uma tarefa fácil, muito menos em municípios com histórico de escravidão e com escassas referências teóricas e, muitas vezes, históricas sobre a condição real de constituição do processo de apropriação privada dessas terras. A questão fundiária continua a ser um debate complexo, tendo em vista que é trabalhada de maneira diferente entre geógrafos, historiadores, sociólogos e tantos outros estudiosos que se buscam entender a questão da estrutura agrária no Brasil.

No entanto, é ponto comum entre os especialistas que a estrutura agrária no Brasil foi e continua sendo marcada pela concentração fundiária e acumulação de riquezas. A desigualdade não está presente só nos espaços da cidade, o campo apresenta a outra face desse processo. Assim, o latifúndio caracterizado pela concentração das grandes extensões de terras é a marca histórica desse processo desigual, e o minifúndio é o resultado da lógica contraditória. Segundo Santos (1978), é impossível falar sobre a terra, sem falar sobre o território, sobre o espaço, sobre o lugar, já que são categorias flexíveis e mutáveis, definidas histórica e socialmente por relações sociais contraditórias entre si. Isto explica o porquê há uma parcela considerável de trabalhadores familiares sem terras e um grupo seletivo com o monopólio das grandes extensões de terras no país. A contradição no capitalismo mantém estruturas excludentes. Para construir riqueza, foi necessário passar haver o processo contínuo de expropriação do território, e falar de território, por sua vez, é dizer das relações de poder e da reprodução dos conflitos entre classes sociais antagônicas.

De acordo com Oliveira (2007), o processo de concentração da terra no modo capitalista de produção é diferente do processo de concentração do capital. Isso porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular,

e natural que é a terra. Assim, “[...] a terra transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano” (OLIVEIRA, 2007, p.66). Diante da contradição da organização fundiária no Brasil atual, no país os territórios rurais ainda são marcados pela concentração das terras, os dados são meios importantes para analisar essa desigualdade fundiária. Dessa forma, Bollinger e Oliveira (2010) apontam que:

A estrutura social do meio rural é composta por um grupo numericamente pequeno (1%) de grandes proprietários rurais (acima de 1.000 ha), que concentra em torno de 43% da área total, e um grupo muito expressivo (em torno de 47%) de pequenos proprietários (áreas inferiores a 10 ha), que detém apenas em torno de 2,5% da área total de terras (BOLLINGER e OLIVEIRA, 2010, p.10).

A concentração de terras se construiu em decorrência da apropriação de um território, da violência e dos conflitos agrários, da expulsão dos mais pobres das suas terras para dar lugar aos grandes cultivos. De acordo com Germani (2006), a formação das pequenas propriedades se deu através da prática e da ocupação de áreas existentes nas brechas entre as grandes plantações e em terras consideradas de ninguém, uma vez que não tinham acesso ao sistema de doação de terras.

Dessa forma, pretende-se analisar a estrutura fundiária do município de Santo Estevão entendendo-a a partir das contradições ainda presentes no campo, aquelas ligadas aos processos da concentração de terras, do elevado número de minifúndios e da fragmentação hereditária da terra. A limitação da terra é o cenário presente na maioria das famílias dos agricultores familiares do município. Percebeu-se, com a pesquisa de campo, que a pequena propriedade além de não conseguir atender à função social da terra, torna impossível assegurar a dignidade dos membros da unidade familiar. O campo de Santo Estevão pode ser analisado pelas relações entre a função que agricultura familiar desempenha, alicerçados pela estrutura fundiária extremamente fragmentada, ou seja, as formas espacialmente desiguais. Estes elementos foram importantes para compreender processos que envolvem os sujeitos do campo, a origem das desigualdades e das escassas possibilidades de permanência neste espaço.

Existem elementos capazes de demonstrar a desigualdade sustentada pela concentração de terra e de renda em dado um território. O Índice de Gini²¹ é uma das ferramentas mais utilizadas nas análises sobre o espaço agrário visando verificar o nível de concentração de

²¹ De acordo com Leite (2018), o índice de Gini é um coeficiente de mensuração da desigualdade utilizado principalmente em estudos sobre a distribuição de renda e de terras. “No caso do estudo sobre a distribuição de terras, 0 corresponde à completa igualdade (a terra está igualmente dividida entre os imóveis), portanto quanto mais próximo de 1 estiver o valor, mais desigual será a distribuição das terras” (LEITE, 2018, p.12).

terras, que varia de uma concentração fraca a média (entre 0,1 a 0,5) até muito forte a absoluta (entre 0,9 a 1,0). Quanto mais perto do número 1 estiver, maior a concentração de terras e renda, ou seja, maior a desigualdade presente. No que se refere a esta situação, analisando o cenário no município de Santo Estevão em relação aos dados do Brasil e da Bahia, percebe-se (Tabela 5) a evolução da concentração fundiária.

Tabela 5- Brasil, Bahia e Santo Estevão: Índice de Gini-Concentração Fundiária, 1960-2017.

Ano	Brasil	Bahia	Santo Estevão
1960	0,839	0,779	0,697
1970	0,843	0,795	0,725
1975	0,854	0,805	0,722
1980	0,857	0,821	0,740
1985	0,857	0,835	0,732
1996	0,856	0,829	0,703
2006	0,854	0,838	0,826
2017	0,867	0,713	0,837

Fonte: INCRA, Projeto Geografar (2004, 2017). Organização: a autora (2020).

Percebe-se que os níveis de concentração de terras da Bahia e do Brasil em todos os anos analisados foram superiores se comparados aos do município de Santo Estevão. No entanto, em todas as escalas, estadual, nacional e municipal o índice de Gini se insere na categoria de forte a muito forte (0,701-0,900), o que demonstra um espaço concentrado e, portanto, desigual na distribuição de terras. Este cenário só demonstra que a dinâmica territorial do país segue condicionada a sua estrutura fundiária, que, historicamente, impossibilita o acesso democrático às terras. Esta realidade se faz presente também no espaço agrário de Santo Estevão, contribuindo como um dos fatores que impedem o desenvolvimento rural.

Ainda de acordo com a Tabela 5, até o ano de 1996, em comparação às décadas anteriores o município apresentou pequenas oscilações nos números de desigualdades, permanecendo na escala 0,7. No entanto, foi em 2006 que o nível de desigualdade aumentou, continuando no patamar de forte a muito forte (0,701- 0,900), de acordo com os parâmetros do INCRA²², porém, ainda mais concentrada, subindo para 0,829. Já nos dados mais recentes, do

²² O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, é o órgão responsável por delimitar os níveis de concentração fundiária no país. Este nível de concentração vai de Fraca a Média (0,251-0,500), Média a Forte (0,501-0,700), Forte a muito Forte (0,701-0,900) e Muito forte a absoluta (0,901-1,00).

último censo agropecuário do IBGE (2017) houve um aumento na concentração, passando para 0,837 no município, permanecendo, com efeito, na categoria de forte a muito forte.

Leite (2018) acredita que devemos ter cautela quando utilizamos os dados do Índice de Gini na análise da concentração fundiária de determinado território. De acordo o autor supracitado, o índice mensura a desigualdade relativa entre os detentores e não a sua concentração. Leite salienta que estes são conceitos relacionados, mas diferentes, uma vez que “[...] enquanto a desigualdade pode ser compreendida como a falta de equilíbrio na distribuição da terra entre os que possuem esse bem, a concentração se debruça na razão entre área de terra sob a posse de cada indivíduo e a quantidade de terra disponível” (LEITE, 2018, p.13). Além disso, os dados omitem algumas informações, como a possibilidade de um mesmo proprietário possuir diferentes propriedades rurais.

De acordo com Oliveira (2012), utilizando os mesmos critérios do Índice de Gini, o município de Santo Estevão elevou os números de empregos formais, com 2.750 trabalhadores empregados na fábrica de calçados da empresa Dass Clássico²³, além dos empregos gerados pelo efeito-renda no comércio local. Porém, com a análise dos dados foi perceptível observar que, por um lado, a desigualdade aumentou em níveis de concentração de renda, pelas taxas do Índice de Gini, por outro, diminuíram os índices de pobreza, redução que se deve ao incremento do salário mínimo em muitas famílias, oriundo do trabalho na fábrica e suas influências na econômica local. Um dos dados analisados foi o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁴, como pode ser observado na Tabela 6. De acordo com os dados do IPEA (2013), a dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,808, seguida da renda, com índice de 0,611, e de educação, com índice de 0,498.

Tabela 6- Índice de Desenvolvimento Humana Municipal de Santo Estevão e da Bahia¹. 1991, 2000, 2010.

Município	IDHM- 1991	IDHM- 2000	IDHM- 2010
Santo Estevão	0,323	0,430	0, 626
Bahia	0,386	0,512	0,660

Fonte: PNUD, IPEA (2013). Elaboração: a autora (2020).

Notas: O índice que mede o Desenvolvimento Humano Municipal é IDHM, para a Bahia é o IDH.

²³ O grupo empresarial DASS CLÁSSICO (ex Dilly Nordeste) instalou sua filial em Santo Estevão no ano de 2001, a fábrica produz calçados e artigos esportivos. Atualmente emprega aproximadamente 5.000 funcionários diretos, exercendo um papel muito importante na geração de renda o que impulsiona a economia local.

²⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é utilizado para a análise do padrão de qualidade de vida dos habitantes de um determinado município no Brasil, o cálculo leva em conta três dimensões, que vai desde as taxas de longevidade de educação e a renda. PNUD (2013)

Se comparado os dados do IDH da Bahia em relação ao IDHM de Santo Estevão percebemos que o município ficou com taxas inferiores em relação às demais do estado em todos os anos analisados, porém seguindo uma mesma proporção de elevação. Em 2010, por exemplo, a Bahia registrou 0,660 de IDH, enquanto Santo Estevão ficou com 0,626 de IDHM.

O incremento salarial na renda de muitos trabalhadores da fábrica de calçados, além do efeito renda no comércio e na oferta de serviços do município repercutiram nos dados socioeconômicos. O município de Santo Estevão apresentou uma evolução no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, um crescimento de 45,5% entre os períodos analisados (1991, 2000, 2010). No entanto, de acordo com a SEI (2014), dos municípios do seu Território Identidade Portal do Sertão, o município aparece no sétimo lugar entre os dezessete municípios, ficando atrás dos municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Informação interessante uma vez que o município de Santo Estevão apresentou o terceiro melhor PIB no ano de 2013 do seu território de identidade, ficando atrás apenas do município de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe (SEI, 2014).

É importante destacar também que algumas políticas públicas nacionais impactaram no IDH do município, como o saneamento básico nas áreas urbanas, principalmente com o Programa de Aceleração ao Crescimento o PAC na Bahia a partir de 2006, os programas saúde da família vinculado ao SUS que reforçaram a atenção básica, as políticas educacionais de educação básica e acesso ao ensino superior, dentre outros. Além disso, a criação do PRONAF, do Garantia Safra, do Bolsa Família, também influenciaram nesses índices. Os impactos dessas políticas públicas no município de Santo Estevão analisaremos com mais detalhes nos próximos capítulos.

Em relação à estrutura fundiária do município de Santo Estevão, é perceptível (Tabela 7) que a realidade fundiária no ano de 1996 era composta majoritariamente por minifúndios. Dos 4.633 estabelecimentos rurais dessa época, 3.408 possuíam menos que 5 hectares de terras, ocupando pouco mais que 25% da área total. Grande parcela deste grupo fundiário não se enquadra ao menos em um hectare. No município estudado, assim como em outras partes da Bahia, os agricultores não fazem muito o uso da medida hectare enquanto medida fundiária,

mas sim dividem o tamanho da sua propriedade por tarefas de terras²⁵. Sendo assim, o primeiro grupo fundiário (de 1 a menos de 5 ha) possui uma fragmentação bastante significativa.

Tabela 7- Santo Estevão: Estrutura fundiária- 1996¹

Grupo de área (ha)	Estabelecimento (nº)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Menos 1 a 5	3.408	5.592	81,65	25,76
5 a menos de 10	415	2.801	9,94	12,91
10 a menos de 20	207	2.854	4,96	13,15
20 a menos de 50	86	2.535	2,06	11,68
50 a menos de 100	34	2.322	0,81	10,70
100 a menos de 200	17	2.355	0,41	10,85
200 a menos de 500	4	1.307	0,10	6,02
500 a menos de 1.000	3	1.938	0,07	8,93
Total	4.633	21.029	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1996). Projeto Geografar (2004). Organizado pela autora (2020).

Em cenários mais recentes, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), analisando os dados da Tabela 8, o município permaneceu com o aspecto fundiário limitado para a esmagadora parcela da população do campo, com a presença maior de minifúndios, porém cada vez mais fragmentada a disponibilidade das terras. Levando em consideração que o módulo fiscal²⁶ do município é de 50 hectares, 86,3% dos estabelecimentos rurais não possuem ao menos 1 módulo fiscal, sendo incapaz por si só de cumprir a função social da terra, o que dificulta a geração de renda e o bem estar para os membros da família. Uma das diferenças nos dados comparados ao censo anterior de 1996 foi a diminuição da porcentagem no número de estabelecimentos com menos de 5 hectares, antes esse grupo de área correspondia a 81,6% em 1996, já no censo de 2006, esse mesmo grupo fazia parte dos 75 % dos estabelecimentos rurais, com uma área também menor, com 4.446 hectares, ocupando apenas 21,1% de toda área disponível.

²⁵ De acordo com o IBAMA (2000), uma tarefa de terra baiana corresponde a 66 x 66 metros, o que equivale a 0,44 hectare. Sendo assim, um agricultor precisa ter duas tarefas e meia para equivaler à medida de um hectare.

²⁶ Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil instituída pela Lei n.º 6.746 de 10 de dezembro de 1976. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, dependendo do sistema de produção predominante. A depender do município, 1 Módulo Fiscal varia de 5 a 110 hectares. (Bianchini, 2015). Com efeito, busca-se evitar a existência de minifúndios, uma vez que sua limitação é insuficiente para colaborar com o progresso econômico e para que a propriedade atenda à sua função social.

Tabela 8- Santo Estevão: Estrutura fundiária- 2006¹

Grupo de área (ha)	Estabelecimento (Qt)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Menos de 1 a 5	3.998	4.446	75,03	21,13
5 a menos de 10	304	2.108	6,56	10,02
10 a menos de 20	138	1.910	2,98	9,08
20 a menos de 50	84	2.605	1,81	12,39
50 a menos de 100	23	1.534	0,50	7,30
100 a menos de 200	11	1.564	0,24	7,44
200 a menos de 500	21	6.296	0,45	29,94
500 a menos de 1000	1	-	0,02	-
Produtor sem área	575	-	12,41	-
Total	4.633	27.969	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006). Organização: a autora (2020).

Notas: ¹ Em 2006 o IBGE utilizou outra metodologia de subdivisões dos grupos por área e acrescentou o produtor sem área

Percebe-se que a área ficou ainda mais concentrada, pois aumentou o número de estabelecimentos rurais com menos de 1 a 5 hectares, de 3.408 para 3.476, ocupando menos área. Isto se explica pelo processo de fragmentação da pequena propriedade rural, cresce o número de estabelecimentos rurais, porém, diminui a sua área ocupada. Assim, é quase impossível viver no campo com tamanha limitação fundiária. Analisando a Tabela 8, observa-se que existe apenas 1 estabelecimento inserido no grupo fundiário de 500 a 1000 hectares com área não identificada, os dados disponibilizados pelo IBGE declaram que neste tipo de propriedade quando não se encontra pelo menos três informantes a área fica como desidentificadas.

Observou-se também que dentro deste grupo a área provavelmente concentrou, já que no ano de 1996 possuíam 3 propriedades no grupo de 500 a 1000 hectares com área de 1.938 hectares, já em 2006 apenas uma propriedade ocupava esse grupo e sem área declarada, em 2017 permaneceu apenas uma propriedade sem declarar sua área. Quando a área de uma propriedade rural não é declarada, não se sabe qual o uso, a quantidade dessas terras em hectares ou a origem do proprietário. Sabe-se que, com a pesquisa de campo, muitos agricultores que moram próximos as áreas das grandes fazendas mencionaram que propriedades deste tipo costumam ser utilizadas para a criação do rebanho bovino, ou não criam nenhum uso econômico. Além disso, alguns fazendeiros que não são oriundos de Santo Estevão, acabam deixando o gerenciamento e a organização das fazendas com seus funcionários e caseiros.

Ainda no que tange a partilha familiar da propriedade, configura como um dos principais elementos percebidos também a campo nas comunidades rurais visitadas. A unidade maior, geralmente tendo os pais como os principais responsáveis, partilhada em vários terrenos, a

dependem do número de filhos, contribuindo assim para o aumento das minúsculas propriedades no espaço agrário do município de Santo Estevão, como pode ser observada na Figura 6.

Figura 6- Santo Estevão: Fragmentação da propriedade familiar na comunidade do Lamarão, 2022.



Fonte: Trabalho de campo, a autora (2022).

A realidade da fragmentação da pequena propriedade foi observada também por Araujo (2015) no município de Feira de Santana. Segundo esse autor:

A fragmentação da terra produzida por fatores financeiros ou familiares é ao mesmo tempo um problema e uma solução. Torna-se problema, à medida que essa propriedade sofre uma partilha da área original, reduzindo, principalmente o espaço

destinado à produção agrícola. Entretanto é uma solução, quando a família aumenta o número de filhos e esses passam a habitar no mesmo espaço da propriedade patriarcal, garantindo a sua reprodução (ARAUJO, 2015, p. 236).

No entanto, Araujo (2015) observou também que esta fragmentação da pequena propriedade possui um limite, que é quando já não existe mais terra para se parcelar, minando as possibilidades de permanência no campo, o que, por seu turno, provoca a migração para os lotes urbanos, aprofundando os problemas sociais da cidade. Realidade percebida também no campo de Santo Estevão.

Em relação às desigualdades no acesso à terra, é extremamente complicado pensar em desenvolvimento econômico e social para os pequenos agricultores se estes não possuem de forma suficiente o bem natural da terra para plantar e criar meios de sobrevivência. Compreende-se enquanto um problema estrutural no Brasil, a concentração de terras sob o domínio de poucos grupos, em contrapartida, a socialização da falta de terras, da pobreza e da desigualdade aos pequenos agricultores. Dessa forma, Araujo (2015), sinaliza que:

A crise para a família camponesa é a falta de terra, o tamanho da unidade familiar não permite a manutenção dos membros da família com dignidade, a terra de trabalho não proporciona uma renda satisfatória obrigando os trabalhadores a buscarem o sustento em outro lugar que não sua unidade familiar de produção. É preciso mais terra de trabalho e não terra de negócio (ARAUJO, 2015, p.74).

Realidade essa fortemente presente no espaço agrário do município em questão, a migração, a pluriatividade, os trabalhos não agrícolas, os programas federais de transferência de renda e a aposentadoria rural são enxergados como as poucas e, talvez, as únicas possibilidades de gerar meios de sobrevivência e de fuga da miserabilidade nesse campo. A ausência de terra para reprodução do modo de vida dos pequenos agricultores é uma questão agrária mal resolvida em todo o país, onde a existência de injustiças e de desigualdades é latente. Stédile (1997) aponta que:

No geral, pode-se constatar a existência de problemas agrários em qualquer país, sempre que a forma de distribuição da terra, seu uso e propriedade se constituem num empecilho para o aumento da produção, para o abastecimento satisfatório de toda a população e para o progresso social e econômico da sociedade (STÉDILE, 1997, p. 8).

No ano de 2006, em Santo Estevão, apenas 56 estabelecimentos rurais possuíam um ou mais módulos fiscais, 1,3% dos estabelecimentos rurais existentes, ocupando pouco mais de

74% de toda área disponível. O que torna um espaço concentrado, mesmo existindo uma pequena parcela de médias e grandes propriedades²⁷.

Moreira e Germani (2021) compreendem que a concentração de terras no Brasil convive lado a lado com a propriedade privada, ambas constituídas pela configuração histórica de formação do território brasileiro. Destarte, a concentração de terras na prática só existe pela dificuldade que se criou em relacioná-la com a função social da terra, pouco absorvida pelo ideário social brasileiro. A não disseminação do que se compreende pela função social da terra abre espaço para a naturalização de todas as desigualdades e as mazelas ligadas à concentração de terras. A pobreza que afeta uma grande parcela dos pequenos agricultores despossuídos desse bem natural justifica-se pelas ações individuais de cada pessoa, assim, a origem do problema deixa de ser vista como estrutural e perversa e passa a ser analisado como falta de esforço na concepção meritocrática ligada às conquistas dos bens materiais adquiridos individualmente por cada sujeito.

Para Stédile (2005, p.15), “a carência e a verdadeira ignorância sobre as questões agrárias em nosso país são frutos dessa submissão colonial, que impediu o desenvolvimento das ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo”. Nesse raciocínio, segundo o mesmo autor, o tardar dos estudos sobre a questão agrária influenciou na manutenção de um pensamento social que não questiona as desigualdades no acesso à terra, desconhecendo assim as realidades que estão fora das grandes metrópoles. A falta de conhecimento sobre os cenários encontrados fora dos muros das cidades facilita e mantém os privilégios do grupo que concentram as maiores porções de terras, visto que a sociedade brasileira se torna passiva frente aos conflitos e todas as questões que envolvem a propriedade privada da terra no país.

Sobre a realidade fundiária mais recente do município estudado, o cenário pode ser observado pela Tabela 9. Quando relacionado aos anos analisados anteriormente, a estrutura apresenta poucas mudanças no que concerne à distribuição das terras, aumentando ainda mais a fragmentação da pequena propriedade familiar. Nesse sentido, a concentração fundiária não modificou seu cenário ao longo do tempo, confirmando que o domínio dos meios de produção permanece concentrado sob a mão dos mesmos agentes detentores das maiores extensões de terras no campo.

²⁷ De acordo com o INCRA e com a Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), a definição de minifúndio são os imóveis rurais com área inferior a 1 módulo fiscal, a pequena propriedade são os imóveis de área compreendidas entre 1 e 4 módulos fiscais, a média propriedade corresponde aos imóveis rurais de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais e a grande propriedade entende-se pelas áreas superiores a 15 módulos fiscais.

Tabela 9- Santo Estevão-BA: Estrutura fundiária- 2017

Grupo de área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Menos de 1 a 5	4227	4306	87,1	60,7
5 a menos de 10	195	1340	0,24	7,44
10 a menos de 20	92	1231	1,85	6,65
20 a menos de 50	55	1667	1,11	9,01
50 a menos de 100	19	1276	0,38	6,90
100 a menos de 200	18	2623	0,36	14,18
200 a menos de 500	17	5950	0,34	32,16
500 a menos de 1000	1	x	0,02	x
Produtor sem área	349	-	7,02	-
Total	4.973	18.393	100	100

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Organização: a autora (2020).

Compreender essa realidade é perceber quão danoso é o minifúndio para as famílias dos agricultores pobres. Famílias que já passaram pelo processo de fragmentação hereditária da propriedade tornando a porção da terra disponível cada vez menor. Outro dado relevante que pode ser observado ainda na Tabela 8 é a categoria crescente dos estabelecimentos considerados sem área, 575 destes que não possuíam terras para reproduzir seus cultivos em 2006, 12% dos estabelecimentos rurais existentes no município. Já no último Censo de 2017, como apontam os dados da Tabela 9, o quadro diminuiu para 349 estabelecimentos sem terras no município, 7% dos estabelecimentos rurais. Esta redução dos estabelecimentos sem área não está ligada às políticas de reforma agrária ou ao surgimento de assentamentos rurais, pois no município Santo Estevão não existe nenhuma ação ou projeto vinculado à reforma agrária e nem existe mobilização política eficiente entre agricultores, sindicato e associações rurais para questionar a concentração fundiária existente. Para o IBGE (2017), o estabelecimento sem área é aquele em que:

[...] o produtor de mel que não possui área e trabalha em matas ou em outros estabelecimentos agropecuários, nos quais instala suas colmeias; o extrativista de matas ou florestas (babaçu, castanha-do-brasil, látex, lenha etc.); o criador de animais em beira de estradas; o produtor em vazantes de rios, em roças itinerantes, em beira de estradas, que, na data de referência, não ocupava mais esta área; o produtor que, no período de referência, produziu em terras arrendadas, em parcerias ou ocupadas, mas que, na data de referência, não estava mais com uso dessas terras (IBGE, 2017, p.39).

Assim, foi visível com o trabalho de campo que existem relações exercidas entre fazendeiros que disponibilizam algumas porções de suas terras para os agricultores reproduzirem sua forma de trabalho. Essa relação envolve códigos de condutas e relações de proximidade familiar entre o fazendeiro e o agricultor, que já reproduzia tal prática de forma

geracional entre as famílias envolvidas, criando uma relação de favor e dependência sem possuir nenhuma formalidade contratual, a exemplo do comodato²⁸ ou do arrendamento. Configurando-se apenas enquanto um acordo de confiança reproduzido verbalmente. No entanto, em algumas fazendas do município estão deixando reproduzir tal prática, uma vez que as terras com o passar do tempo estão dando lugar para a pecuária. O estabelecimento com produtor sem área cabe nesta realidade mencionada, muitos utilizam terras de terceiros para produzir seus cultivos por meio do arrendamento ou da parceria.

A relação de clientelismo também se encaixa nos acordos que o pequeno agricultor sem-terra acaba fazendo com os fazendeiros no município em questão. A precariedade no acesso à terra e a dependência cede lugar à precariedade no trabalho, nas violências simbólicas e distanciamento das políticas públicas destinadas ao agricultor familiar.

Existe outra prática muito parecida citada acima é a formalidade do uso do comodato, com contrato registrado entre os agricultores que trabalham em terra de terceiros ou em terras de familiares. No entanto, normalmente este contrato só é feito oficialmente quando os agricultores precisam solicitar junto aos órgãos públicos acesso a algum tipo de política pública que exija alguma documentação formal das terras no qual o agricultor faz o uso, ou quando solicitam a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF, a DAP para outros programas. Além da relação de formalidade contratual, há aqueles agricultores que trabalham em terras de terceiros por não possuírem terras próprias para o cultivo, porém sem nenhum tipo de contrato, reproduzindo seu plantio baseado na dependência e na vontade de outros agricultores que possuem quantidades maiores de terras, ou até mesmo de familiares e parentes. São trocas baseadas também pela cooperação e pela solidariedade familiar no uso das terras para a reprodução das roças, a ausência da individualidade cede lugar a parceria, uma vez que reproduzir os plantios já faz parte da vida e da reprodução da agricultura familiar.

Em uma dimensão mais micro, a conotação do “ser fazendeiro” no município estudado refere-se aos sujeitos que possuem uma quantidade maior de terras que o diferenciem dos demais, aqueles com as minúsculas propriedades. Além do fator terra, tem outros elementos que também compõem essa propriedade, podendo ser o gado, a estrutura da casa, assim como o prestígio econômico e social que o fazendeiro possui ou adquiriu com o tempo, isto é, para além da materialidade existe o valor simbólico que esta figura carrega. De acordo com Martins (1996), o termo “fazenda” no período colonial escravocrata:

²⁸ De acordo com Reis e Alves (2020), o contrato de Comodato consiste no em uma espécie de contrato que de forma mais habitual o proprietário cede a posse de um bem a terceiro, principalmente no que se refere a imóveis rurais. Esse vínculo criado se dá, em regra, através de contratos, nos quais são estabelecidas obrigações mútuas entre as partes ou até mesmo de forma gratuita.

Significava o conjunto dos bens, do que foi feito, a riqueza acumulada; significava, sobretudo os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo. Estava, pois, muito próxima da noção de capital e muito longe da de propriedade fundiária, que é o sentido que tem hoje (MARTINS, 1996, p.35).

Em Santo Estevão, assim como nos cenários mais hegemônicos do país, uma parcela da classe privilegiada do ramo político ou aqueles que possuem algum prestígio econômico-urbano são as mesmas que possuem as maiores extensões de terras no espaço agrário estudado. O fazendeiro do campo nem sempre é aquele que mora nesse espaço rural, muitos são residentes da cidade, de acordo com os dados públicos disponibilizados pelo INCRA, ou até mesmo pessoas que saíram do campo, mas mantiveram terras nos espaços de antiga morada. Possuem aqueles que adquiriram essas terras via herança familiar, das poucas elites agrárias que chegaram a existir na região de Santo Estevão. No entanto, atualmente, em sua maioria, estas propriedades com maiores quantidades de módulos fiscais se encontram subutilizadas, algumas sem função agropecuária, outras arrendadas ou sendo utilizadas para a criação do rebanho bovino (Figura 7). Além disso, há aqueles proprietários que criaram outro significado ao campo, vinculado ao sossego e tranquilidade, com a construção de casas para o lazer ou passar festejos e finais de semanas com a família oriunda da cidade.

Figura 7- Santo Estevão: Fazendas que criam o rebanho bovino, 2021





Fonte: Pesquisa de campo, SILVA, L.C. (2021).

A Figura 7B, por exemplo, é uma fazenda que fica às margens da BR 116 sul próxima à comunidade rural do Paiaiá. A então comunidade é considerada como um povoado, um dos maiores problemas que os agricultores enfrentam é a falta de terras para reproduzir seus cultivos, muitos se inserem nas relações de parceria ou arrendamento. O caminho que se percorre pouco antes de chegar na comunidade é um cenário fundiário totalmente diferente, com grandes áreas de pastagens destinadas à criação bovina, enquanto que os agricultores do Paiaiá possuem apenas a sua área com moradia e com pequenos quitais produtivos, realidade que mencionaremos mais adiante.

Assim como nos espaços agrários das grandes extensões de terras privadas do Brasil, em Santo Estevão existe um grupo com maiores extensões de terras que ora utilizam para a pecuária, ora não utilizam para a função agropecuária, em contrapartida há muitos agricultores que vivem reproduzindo sua agricultura de subsistência em minúsculas porções de terras, com elevada limitação fundiária, como já apresentado nos dados anteriores.

A contradição se faz presente em qualquer espaço que foi modificado pelo homem e é regida pela lógica capitalista de produção. Resta ao pesquisador perceber e desnudar as essências para daí saber diferenciá-la de sua aparência (SANTOS, 2012).

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR: DIMENSÃO ECONÔMICA E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

A agricultura familiar do município sofreu significativas transformações ao longo do tempo. Formas de produção, organização do trabalho, além das influências externas, como o forte processo de industrialização de outros estados²⁹ e a ausência de políticas públicas adequadas contribuíram para o enfraquecimento da produção agrícola. Tais processos influenciaram nas formas de produção, distribuição e consumo assim como nas redes de sociabilidades que são fundamentais no fortalecimento da Agricultura Familiar. Compreende-se aqui que para a agricultura familiar:

A forma de produzir refere-se a organização do trabalho num processo produtivo que seja capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução. (...) a sociabilidade pode se dar através do parentesco, da solidariedade vicinal, da religião e das atividades lúdicas, ocorrendo em grau maior ou menor de acordo com a dimensão destes grupos e dependendo da diversificação social e da complexidade das relações (SCHNEIDER, 2004, p.21).

A complexidade das relações e dos processos produtivos presentes na cidade de Santo Estevão influenciam a configuração do espaço agrário do município. A lógica produtiva que exercia protagonismo e que estava centrada na agricultura e pecuária, foi se enfraquecendo economicamente. Esse cenário se modificou ainda mais no século XXI, sob influência da indústria calçadista que se instalou na cidade. Esse fenômeno passou a atrair de forma crescente uma força de trabalho ligada à agricultura, principalmente os jovens. Essa atração se tornou um dos principais fatores que fez emergir um novo cenário econômico em Santo Estevão, vinculados a uma nova dinâmica social e econômica pautada pela industrialização difusa³⁰ e as consequentes transformações na Agricultura Familiar. No espaço do campo e da cidade emergiriam formas de trabalho, de produção, de culturas e de sociabilidades. A esse propósito, Schneider (2004) assinala que:

A industrialização é entendida como um processo social que, além de demonstrar sua superioridade econômica sobre as demais formas de trabalho afeta,

²⁹ De acordo com Baeninger (2005), as tendências migratórias populacionais no Brasil ocorridas desde os anos 30 até a década de 70 estiveram centradas na enorme transferência de população do meio rural para o urbano. Os principais fatores e destinos foram a expansão das fronteiras agrícolas, o fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana, além do processo de industrialização de cidades do Sudeste. Em relação as migrações para São Paulo, dentre os principais estados da Região Nordeste, destacam-se o incremento da imigração, vinda principalmente da Bahia (de um volume de 437 mil pessoas, nos anos da década de 1980, para 652 mil, nos anos da década de 1990), do Maranhão (de 32 mil para 63 mil migrantes, respectivamente) e do Piauí (de 79 mil para 109 mil pessoas).

³⁰ A ideia de dispersão ou difusão tem sua origem no próprio processo de desenvolvimento industrial, no qual ocorre a disseminação de atividades industriais, em geral de pequeno e médio porte, em espaços também ocupados por outras atividades econômicas, majoritariamente, a pequena agricultura. (Reis, 1985, apud. Schneider, 1996)

significativamente, uma série de valores e instituições alheias à produção e ao mercado como a tradição, a disciplina, os costumes e a etnia; enfim, o modo de vida vigente (SCHNEIDER, 2004, p.49).

Dessa forma, para além das mudanças econômicas, o modelo de industrialização por meio da instalação de fábricas em cidades pequenas causa novas configurações sociais e transformam os valores culturais diferentes daqueles, portanto, dos antes existentes, alterando-se as formas tradicionais de reprodução sociocultural do trabalho. Tais alterações, no caso de Santo Estevão, ocorreram com maior impacto por conta do papel que a indústria calçadista assumira gradativamente após a sua instalação.

A empresa Dass Classico, que teve uma das suas filiais instaladas na cidade de Santo Estevão no ano de 2001, é responsável pela produção de artigos esportivos como calçados e vestuários com marcas próprias ou com empresas de destaque internacional sob concessão, como Fila, Tryon, Dilly e Umbro, e de clientes estrangeiros, como Nike, Adidas, Puma, Reebok e Asics. No entanto, as principais marcas produzidas na unidade fabril de Santo Estevão são a Nike e a Fila, sendo que a maior parcela dos artigos produzidos é vendida para os estados do Sul e Sudeste, além de exportar para a Argentina e Estados Unidos. A empresa ganhou destaque na produção investindo fortemente em tecnologia, transformando ao longo do tempo em uma das organizações industriais calçadistas mais modernas da América Latina³¹ (DASS, 2010, OLIVEIRA, 2012).

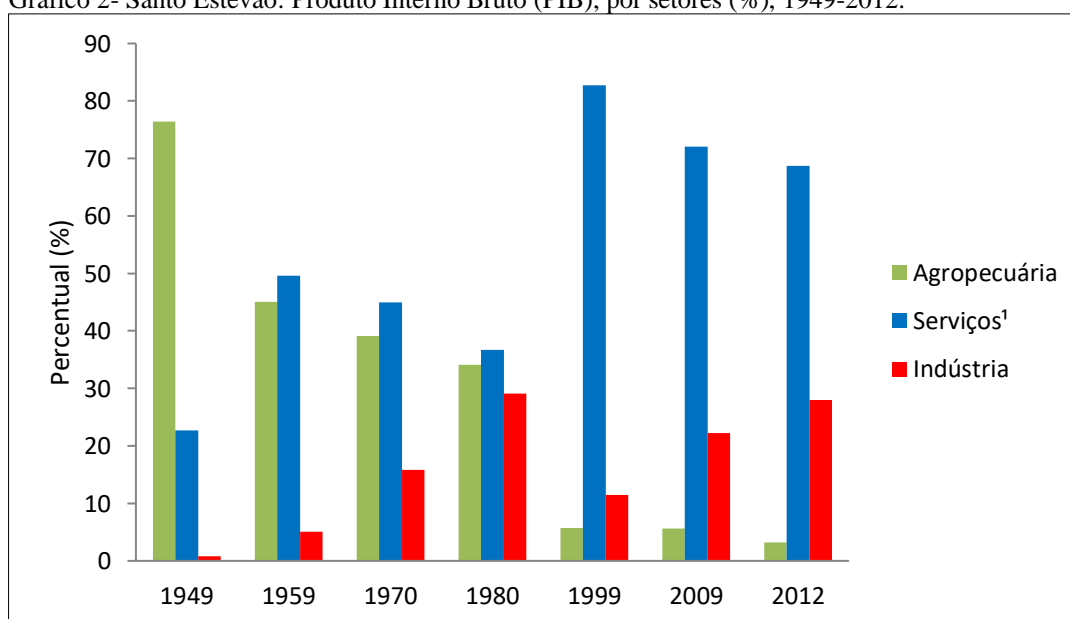
A instalação da fábrica é mais um dos exemplos de como o capitalismo cria estratégias para usar dos espaços para acumular seu capital utilizando-se principalmente da mão de obra barata dos trabalhadores nos locais mais vulneráveis. A sede da empresa fica no Rio Grande do Sul, seguindo, pois, a lógica dicotômica entre os centros de comando e os centros de produção. Normalmente estas empresas mantêm suas sedes administrativas nas cidades dos seus estados e distribui suas fábricas nos locais mais distantes, onde dispõe das melhores vantagens fiscais para a produção visando ao lucro. Dessa forma, reproduz-se, assim, uma divisão territorial do trabalho em escala nacional (OLIVEIRA, 2012).

³¹ O grupo Dass Clássico emprega atualmente 24.000 trabalhadores nas unidades instaladas pelo Brasil. A empresa é responsável pela produção de peças de artigos esportivos (calçados esportivos, uniforme para futebol, chuteiras, confecções). No final do ano de 2020 a empresa fechou seu faturamento com uma receita de R\$ 1,639 bilhão, período em que o mundo enfrentava uma das piores pandemias causada pelo Covid-19. No ano mais difícil do setor, o grupo investiu R\$ 80 milhões na abertura de lojas, fábricas e na compra de máquinas, contratou três mil novos colaboradores e se manteve, pelo segundo ano consecutivo, no topo do setor têxtil, couro e vestuário. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/09/29/valor-1000-grupo-dass-reverte-as-perdas-de-um-ano-dificil>. Acesso em: 04/06/2022

O projeto de instalação de fábrica de calçados em Santo Estevão esteve conectado com a implementação de polos calçadistas na Bahia. Anterior à década de 1990, o Nordeste possuía uma tímida produção do ramo, estando esse setor concentrado nas regiões Sul e Sudeste. Após este período, os estados da Bahia e Ceará se tornariam os estados com maior produção no Nordeste, influenciados pela desconcentração fabril causada pela abundante e barata mão de obra disponíveis, pelos incentivos fiscais e pela logística de escoamento da produção (OLIVEIRA, 2012).

A instalação da fábrica de calçados criou um novo cenário em Santo Estevão, depois da década de 1990 aconteceu uma transição econômica no município, modificando a dinâmica produtiva tanto no campo quanto na cidade, como pode ser visto no Gráfico 2. Nesta perspectiva, antes a população se encontrava em sua grande maioria em atividades agrícolas e também na pecuária, o cenário ganha novas formas e novas funções com a chegada do século XXI. Nesta perspectiva, o incremento salarial da indústria contribuiu para o setor terciário crescer ultrapassando os quadros de empregos do setor primário, isto fez surgir muitas mudanças no crescimento urbano, entrelaçados às ações dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, como os setores imobiliário, industrial e comercial.

Gráfico 2- Santo Estevão: Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%), 1949-2012.



Fontes: IPEA (2014); SEI (2011). Organização: a autora (2020).

Nota: 1 - O comércio está incluso.

De acordo com o Gráfico 2, observa-se um declínio produtivo nas atividades agropecuárias, porém percebe-se também que, até a década de 1980, o setor primário do município se mantinha como uma das principais atividades econômicas, cujo protagonismo

agrícola ficava, segundo o IBGE (1958), por parte da produção de fumo, mandioca, milho e feijão, além da atividade pecuária.

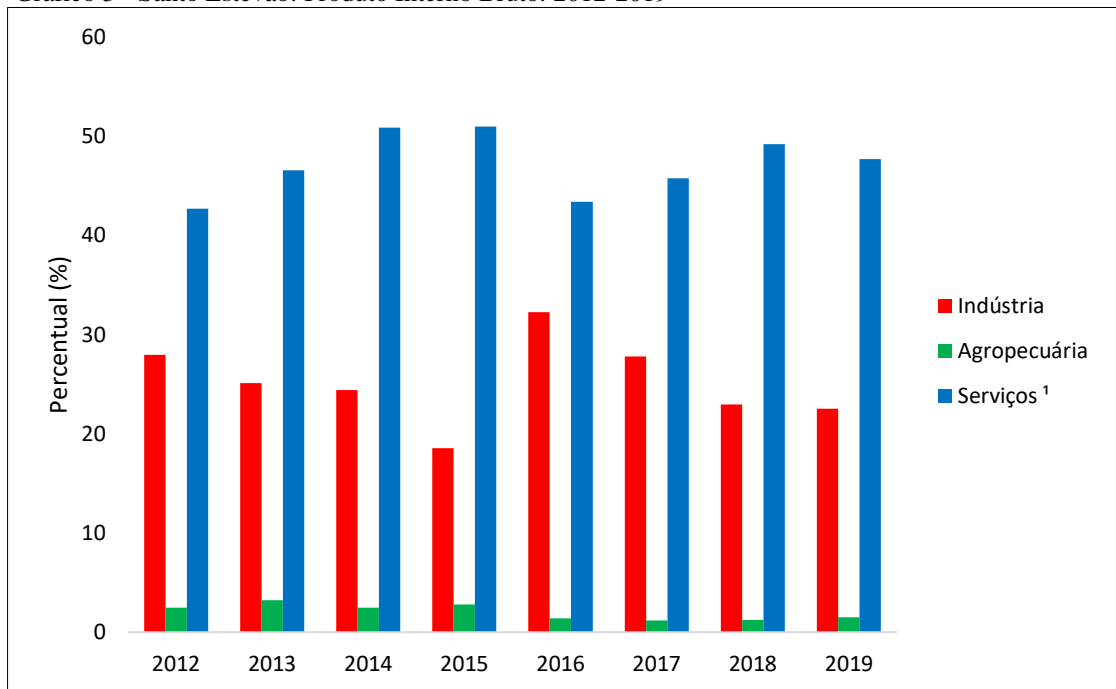
No entanto, nota-se uma redução nas atividades agropecuárias, principalmente a partir da década de 1980. Pode-se fazer relação com essa perda, não necessariamente apenas nesse período, a partir de alguns fatores: a baixa produção agrícola, o uso exaustivo do solo, a ausência de assistência técnica, crédito, políticas públicas de permanência, a concentração da terra, a predominância de cultivos agrícolas de baixo valor agregado, a escassez de água, a fragmentação hereditária da terra, a saída de pessoas do campo para cidade, o que, conseqüentemente, também decorreu em uma maior expansão urbana na cidade.

Posteriormente, a implantação da fábrica de calçados da empresa Dass Clássico na cidade no ano de 2001 foi um vetor de atração para o trabalho assalariado na cidade, esta que abriu mais de 2.500 postos de trabalhos, aumentando a circulação de dinheiro e a economia local (OLIVEIRA, 2012). No ano de 2020, a empresa já empregava mais de 5.000 funcionários diretos, incluindo os terceirizados que prestavam serviços diretamente à fábrica, pagando o valor do 1 salário mínimo aos seus “colaboradores”. Compreender como este número de trabalhadores exerce influência direta nos usos do espaço, via consumo, dinâmica populacional e fluxos contínuos no campo e na cidade permite entender como era o espaço de Santo Estevão antes e depois deste tipo de empreendimento. Os dados só reafirmam o processo que município apresentou, o “do fumo a fábrica” que debruçamos para analisar ao longo da pesquisa diz muito sobre tais transformações.

Em relação aos cenários mais recentes, o PIB do município permaneceu com as mesmas características econômicas que as analisadas anteriormente, porém com crescimento nas atividades terciárias, serviços e comércio, além das poucas oscilações nos dados do setor industrial, como pode ser observado no Gráfico 3.

Com relação às mudanças econômicas que o município experimentou, as novas formas de trabalho de origem industrial se inseriram nos principais quadros de empregos presentes no município, compreendendo desde o assalariamento direto da fábrica e indiretamente no comércio e serviços. Essa força de trabalho é originária tanto do meio rural, quanto da própria cidade de Santo Estevão e de alguns municípios vizinhos. Analisar as mudanças que o campo presenciou ao longo do tempo é relacionar, pois, as dinâmicas internas e externas do espaço geográfico.

Gráfico 3- Santo Estevão: Produto Interno Bruto. 2012-2019



Fonte: IBGE (2017). Organização: a autora (2020).

Nota: 1- O comércio está incluso.

A realidade econômica do município em questão responde às transformações presentes no campo e na cidade, de modo que o trabalho e a ocupação da sua mão-de-obra dialogam com as mudanças dessas atividades econômicas. Assim, a população rural cada vez mais se insere em atividades não-agrícolas e urbanas. Suzuki (2007) aponta que:

Nesse caso, a população é rural por residir no campo, mas a atividade que se realiza na cidade não pode ser considerada uma ocupação rural se inserida nos setores secundário e terciário da economia, caracterizando uma população rural de atividade urbana (SUZUKI, 2007, p. 10).

A inserção da fábrica de calçados em Santo Estevão criou novos fluxos e usos no espaço, tanto no campo quanto na cidade. As formas materiais mudaram o conteúdo das paisagens, o antigo espaço urbano modificou-se para responder às novas demandas, criando assim outras formas e funções para atender às transformações que o novo espaço apresentou. No caso da fábrica, a sua funcionalidade permitiu criar outra dinâmica na economia municipal, no ramo habitacional, no lazer, no comércio e serviços, por que o trabalho e o novo incremento na renda da população local impactaram nas configurações espaciais. Sobre esse tema, Santos (2020) afirma que :

O movimento da totalidade social acarreta mudanças no equilíbrio entre diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas. O espaço responde as alterações na sociedade por meio de sua própria alteração (SANTOS, 2020, p.77).

O fluxo de funcionários da empresa em questão na cidade é intenso, principalmente nos horários iniciais de entrada de cada grupo. Para os trabalhadores que residem nas áreas rurais, o deslocamento para o local de trabalho na citada fábrica é feito com maior dificuldade, a depender da qualidade das estradas. O ir e vir criou um novo fluxo no espaço rural, principalmente para aqueles que possuem sua própria motocicleta como meio de transporte para ir trabalhar. Neste raciocínio, os trabalhadores que se deslocam das áreas rurais mais distantes são ainda mais penalizados, já que a empresa não dispõe de vale transporte, o que acaba pesando no salário líquido final com gastos em gasolina ou passagens nos transportes de terceiros. A dimensão da quantidade dos funcionários pode ser vista com o volume das motocicletas nos estacionamentos da empresa destinados aos seus trabalhadores, no total são cinco pátios de estacionamentos que ficam repletos de motos e bicicletas, como pode ser visto na Figura 8.

Figura 8- Um dos estacionamentos dos funcionários da fábrica de calçados em Santo Estevão-BA.



Fonte: SILVA, C. L. Trabalho de campo (2020).

A instalação da fábrica de calçados no ano de 2001 modificou por completo o cenário econômico do município, que ocasionou também o redirecionamento da produção espacial no âmbito habitacional e comercial, uma vez que houve a ampliação de estabelecimentos comerciais, assim como também dos serviços, que se tornaram mais diversos e com maior alcance regional. Assim, para Schneider (2004, p.47), no capitalismo “[...] o processo de industrialização passou a ser sinônimo de urbanização, e ambas noções associadas à ideia de desenvolvimento econômico e progresso”. A fábrica é analisada socialmente como sinônimo do progresso, do crescimento econômico no município, sendo assim, as demais atividades não formais são menos relevantes em termos da valorização social e na hierarquia das profissões.

De acordo com Oliveira (2012), Santo Estevão alcançou uma transição econômica do setor primário para o terciário, com maior representatividade nos usos e consumo depois da chegada do século XXI, período que coincidiu com a instalação da fábrica de calçados, justamente pela influência dos postos de trabalhos que a mesma gerou, direta e indiretamente. Atualmente a empresa emprega pouco mais de 5000 funcionários diretos, assim, a renda de uma grande parcela dos trabalhadores do município é resultante do trabalho na fábrica, essa mesma que tem o papel significativo no fortalecimento, até nos cenários atuais, do setor terciário do município. Os valores brutos adicionados à economia local decorrente da indústria no intervalo entre 2012 a 2019 podem ser visto na Tabela 10.

Tabela 10- Santo Estevão: valores adicionados brutos da Indústria (mil reais) 2012-2019.

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
110.249	116.246	119.387	97.036	215.677	182.114	149.122	147.572

Fonte: SIDRA, IBGE (2020). Organização: a autora (2021).

Santos (2020) compreende o espaço enquanto instância da sociedade, nele contém e está contido as diversas instâncias econômica, social, cultural e ideológica. Porém, a essência do espaço é social isso por que o espaço é a natureza mais a sociedade. É no espaço que as firmas, as instituições, os homens e o meio ecológico se articulam e suas funcionalidades e se dão pelos caminhos que o modo de produção vigente estabelece. Além disso, “cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo” (SANTOS, 2020, p.13).

Para Santos (2020), o espaço é a totalidade, e cada lugar exerce uma função dentro dessa totalidade, assim como está interligado ou sofre influência dos sistemas produtivos externos. Neste contexto, o município de Santo Estevão não foge desta lógica, a produção do espaço local, o consumo e a circulação de mercadorias e pessoas estão conectados aos sistemas produtivos. A fábrica encontra-se, portanto, inserida nessa lógica de contradições. Sua função maior é destinada à reprodução do lucro por meio da extração da mais-valia. A energia dos trabalhadores é o que alavanca a produção para o enriquecimento dos agentes de fora, detentores do monopólio e do poder da empresa.

As relações existentes entre o campo e a cidade ajudam a entendermos os contextos das mudanças e transições econômicas que Santo Estevão apresentou. Se por um lado, a instalação da fábrica de calçados configurou um fator de auxílio na permanência de muitos sujeitos no campo que, com novas possibilidades empregatícias, decidiram não migrar para outras cidades

ou estados, por outro lado, essa nova relação contribuiu para o distanciamento desses sujeitos das atividades agrícolas.

Desse modo, os novos cenários produtivos e econômicos ajudaram a promover discontinuidades de uma cultura camponesa de muitas famílias do campo, o fato de não mais perpetuar as práticas de trabalho e de tradições que fazem parte das gerações dos sujeitos camponeses, por exemplo. A inserção de uma parcela das pessoas, jovens em especial, em um novo modelo de trabalho, o assalariamento na cidade, enfraqueceu em parte a agricultura familiar do município. Esse processo é perceptível através da análise da entrevista feita com a Secretária de Agricultura Familiar do município de Santo Estevão, a responsável pela mesma pontuou os principais impactos na pequena agricultura após a implantação da fábrica no município:

Teve um impacto muito grande. Eu analiso como ponto negativo pela falta da permanência do jovem no campo, mas o outro lado, também com ponto positivo, referente à renda, por que todos nós dependemos dessa renda pra a sobrevivência. Eu falo em relação àquelas pessoas que antes trabalhavam no campo, depois com a vinda da fábrica, deixaram suas atividades agrícolas para ser trabalhador assalariado. Com certeza teve impacto! até por que a nossa renda do campo ela é mínima e a renda da fábrica, que é uma renda fixa, o trabalhador ele sabe que ele vai receber. Mas o impacto foi muito grande, por que os pais que já estão idosos, com 50, 60, 70 anos, ele juntamente com o seu filho ia pra roça e fazia aquele plantio maior, hoje com a falta desses filhos, a falta da permanência desses filhos eles evitam até fazer esse plantio. Então isso teve um impacto de, não vou te dizer 100%, mas de 90% na produção agrícola do nosso município (Entrevista concedida por J. C. G.C no dia 31.01.2020).

A implementação da fábrica de calçados contribuiu ainda mais para afastamento dos jovens da participação na produção agrícola familiar nas últimas décadas. Além dos fatores terra e renda, resultante hoje da pequena produção agrícola e pela limitação fundiária. No entanto, esse impacto gera um sentido oposto, uma vez que, para muitas famílias rurais, ter um filho ou filha assalariado (a) na fábrica é visto como algo positivo. Isto se explica por que a pequena produção gera pouco ou nenhuma renda financeira para as famílias dos agricultores, assim a própria família incentiva os seus filhos a se empregarem em trabalhos assalariados na cidade. Outro ponto é que, ao terem os filhos trabalhando na cidade, os pais evitam distanciar-se deles, pois estes não migram para lugares mais distantes, o que dá continuidade à ligação familiar e de proximidade com o campo.

No campo, o aspecto financeiro é um dos fatores fundamentais para a manutenção das despesas com a família e até mesmo as estratégias de permanência nos espaços rurais. Assim, os membros são responsáveis pelo suporte nas despesas da casa e os mais jovens se incumbem

de criar meios para adquirir seus desejos materiais. Nesta perspectiva, o trabalho assalariado é visto como um vetor importante e a solução mais viável de assegurar a estabilidade econômica, ou nos termos dos interlocutores desta pesquisa “fazer o pé de vida”. Ressalta-se aqui que a concepção rural do “fazer o pé de vida” é uma expressão popular utilizada no campo para referir-se às conquistas materiais pessoais. Tais conquistas, para muitos agricultores ou seus próprios filhos, se expressam na possibilidade de construir uma casa, comprar uma moto ou até mesmo estabelecer meios para constituir uma família na comunidade mesmo, perpetuando as redes de sociabilidades e de identidades rurais. Quanto à questão de gênero, fazendo o recorte para as mulheres, o trabalho na cidade é a solução para se distanciar da agricultura, do trabalho “árido” e sem rentabilidade, mesmo que para elas a dupla jornada que envolve sair de casa para trabalhar seja mais um obstáculo.

No entanto, é falaciosa esta ideia que penetrou também nos espaços rurais sobre o trabalho assalariado urbano como algo positivo e com um teor romantizado. O trabalho de Oliveira (2012) demonstrou diversas precariedades em que os funcionários da fábrica de calçados são expostos constantemente. Além do trabalho exaustivo de repetição, já houve casos de mutilações de dedos e mãos dos trabalhadores causados pelas máquinas nas linhas de produções. O cheiro forte dos produtos que são usados para colar os sapatos também é outro elemento prejudicial, causando tonturas e desmaios nos funcionários. As péssimas condições de trabalho, os baixos salários são problemas estruturais típicos do sistema capitalista, que penaliza os mais pobres.

De tal sorte que para os agricultores do campo de Santo Estevão, em especial os jovens, há uma dupla estratégia muito comum de enfrentar a escassez de renda no espaço agrário no qual estão inseridos. A primeira se resume ao movimento de migrar para alguns estados com maiores oportunidades de empregos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, através principalmente pelas redes familiares e de amizades, como defendido por Menezes (2009), assim como podem migrar também para cidades baianas com maiores potencialidades econômicas, como Salvador e Camaçari. Além dos atrativos e destaques econômicos que as cidades médias vêm oferecendo nas últimas décadas, no caso de Feira de Santana como um exemplo de centro de captação desta mão de obra³². A segunda estratégia é aquela ligada ao ato

³² Para Santos (2020), entre as décadas de 1950 a 1980 os grandes centros industrializados do Sudeste eram os principais destinos migratórios de muitos sujeitos rurais que buscavam melhores condições de vida, nos cenários mais recentes, pela precariedade do trabalho nos grandes centros urbanos fruto da crise estrutural do capitalismo, o destino principal desta migração está sendo as médias cidades e até mesmo as pequenas com determinado tipo de atrativo econômico.

de concorrer a uma vaga de emprego formal na fábrica de calçados na cidade, uma vez alcançada, o indivíduo se insere em outra lógica produtiva, diferente da Agricultura Familiar. Assim, ressignificam suas trajetórias, vislumbram novos caminhos, adentram em outra rede produtiva, ligada à exploração da mão de obra vendendo sua força de trabalho para suprir suas necessidades mínimas de existência.

Reafirmo também que devemos superar a ideia do campo como signo pobreza, da imobilidade, e a cidade como sinônimo do progresso e do movimento, para não incorrerem em reducionismos e dualidades. De acordo com Martins (2005), tal concepção deve ser superada, já que existem diferentes tipos de ruralidades nas grandes cidades, assim como também há hábitos considerados urbanos nos chamados espaços rurais. Além disso, o modelo de cidade capitalista que temos, principalmente em países pobres e periféricos, está longe de ser o lugar de referência para as populações mais excluídas, onde a desigualdade é latente e as vulnerabilidades são constantes.

Em relação aos processos que influenciam a área de estudo, a instalação da fábrica na cidade de Santo Estevão apareceu como uma solução para o “problema” econômico que o município encontrava. A estagnação econômica e a falta de oportunidades de trabalho foram mais os motivos norteadores para o município se colocar na lógica de um dito modelo de desenvolvimento para o Nordeste e na descentralização econômica proposta pela SUDENE³³, criada no final da década de 1950. Deste modo, para Oliveira (2012):

Muitos estados brasileiros (a exemplo da Bahia e do Ceará) iniciaram o século XXI influenciados fortemente por uma política de crescimento econômico calcada no fiscalismo, como meio de promover a atração de novos empreendimentos cujo objetivo mais apregoado era gerar emprego e renda. Para muitos governos estaduais e municipais que empreendem tais ações, o mercado é interpretado como o grande agente norteador e estruturador das bases produtivas (OLIVEIRA, 2012, p.68)

Os estados e as cidades do Nordeste que possuíam maiores vantagens comparativas para as grandes empresas fabris, com mão de obra barata, isenções fiscais, melhor estrutura para escoar a produção, dentre outros fatores, ganharam destaque e maiores possibilidades de atrair o capital produtivo. Inserido nessa lógica, Santo Estevão entrou nessa “batalha” regional. Sob a ação dos agentes hegemônicos locais, visando superar o “problema” da estagnação econômica

³³ Em 1956, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, encarregado de identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los, e os mecanismos mais eficazes para desenvolver econômica e socialmente a Região. Em 1959 o congresso nacional cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, uma espécie de estrutura administrativa adequada, e elencou como prioridade o desenvolvimento da Região mediante a diversificação da produção interna, através principalmente da industrialização. (CARVALHO, 2001)

do município e para melhorar o quadro econômico, o governo local em parceria com o Estado, juntamente com os interesses da empresa Dass Clássico³⁴, apresentaram a “solução”, que seria a instalação da grande fábrica de calçados na cidade.

Com o cenário vantajoso, o município apresentou elementos suficientes para ganhar essa “guerra entre lugares”, que, segundo Santos, (2006, p.167), “[...]ganha cores dramáticas quando está em jogo o problema do emprego”. Podemos destacar a existência de mão de obra barata abundante e a necessidade da empresa de expandir a produção, as lideranças políticas locais estavam dispostas a investir forte para esse projeto, isentando a empresa de tributos por longo prazo (Figura 9)³⁵ como formas de atrativos.

Figura 9- Incentivos fiscais fornecidos pelo Estado à fábrica de calçados Dass Clássico em Santo Estevão.



Fonte: SILVA, C. L. Trabalho de campo (2020).

Além das isenções fiscais, a exemplo da redução do imposto de renda, a isenção de 99% do Imposto sobre Circulação e Mercadorias e Serviços (ICMS) cedidas à empresa, o município possui uma localização estratégica, o território de Santo Estevão que é cortado por uma BR Federal de bastante fluxo, a 116 Sul. Além disso, o município também tem proximidade com a

³⁴ A fábrica de calçados instalada em Santo Estevão em 2001 tinha como nome a Dilly calçados, posteriormente no ano de 2003 houve uma fusão na empresa entre os grupos empresariais Clássico e a Dilly, transformando o nome do grupo como Dass Clássico (OLIVEIRA, 2012).

³⁵ O nome jurídico da empresa é Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. Atualmente a empresa possui 18 unidades espalhadas pelo Brasil, em sua maioria, as instalações se encontram no Nordeste.

capital baiana e com Feira de Santana, esta última sendo a segunda maior cidade da Bahia e considerada polo industrial e comercial da microrregião da Bahia.

O município de Santo Estevão está nessa lógica de crescimento econômico precário, uma vez que criou um crescimento no número de trabalhadores assalariados e no efeito renda consumo. A exploração do trabalho caracterizada pela exploração da mão de obra barata e pouca qualificada fornece vantagens para a continuidade do funcionamento da fábrica por mais de duas décadas no município. Assim, trata-se de uma relação de permanente incerteza, pois a fábrica pode ficar nas cidades onde instalaram suas filiais até quando os lucros, as estruturas técnicas e os incentivos fiscais existirem. Além disso, as vulnerabilidades e as fragilidades a que estes lugares ficam submetidos abrem margem para as chantagens das empresas, que sustentam o argumento de finalizar com as atividades se suas imposições não forem cedidas. A respeito desta relação desigual de forças, Nery (2016) discute que :

Esses espaços, ditos ganhadores e/ou vencedores por terem atraído empresas de trabalho-intensivo através da guerra fiscal, apresentam, num primeiro momento, dinamismo na geração de emprego e renda, durante certo tempo. Isto ocorre em virtude de o lugar possuir um grande contingente de força de trabalho disponível e, ao incorporar essa massa de trabalhadores ao mercado de trabalho, gera um crescimento provisório, incerto, com prazo de validade e sem garantias de permanência no tempo/espaço. Essa realidade configura, o crescimento econômico precário. (NERY, 2016, p.58)

Santos (2000) também já apontava os efeitos catastróficos ligado às chantagens ideológicas que estas empresas criam ao se instalarem em lugares empobrecidos. Segundo o autor:

Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado (SANTOS, 2000, p.34).

A guerra entre os lugares transforma o espaço em mercadoria, essa lógica reflete também nas novas formas de produção fabril, desencadeada após a revolução industrial. O trabalho se torna alheio ao sujeito, sobretudo no âmbito do modelo de produção fordista. A especulação modifica toda a dinâmica do espaço, buscando construir novos arranjos espaciais mais sintonizados à lógica da reprodução do capital, para se inserir no modelo urbano-industrial. Tal lógica pode ser percebida quando:

O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são mercadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão a posteriori, o espaço se converte numa gama de

especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente em conjunto. (SANTOS, 2012, p.30)

A conjuntura de desenvolvimento do país no bojo do século XXI se desdobrou para novas tendências de mercantilização, um capitalismo “espontaneista”, mais estratégico, que transformou a forma de conceber qualquer relação comercial no Brasil e em outros países do mundo. Essa lógica inseriu o município de Santo Estevão em um modelo de desenvolvimento globalizado com valorização do setor industrial e urbano.

A cooptação de Santo Estevão para a inserção em uma perspectiva de produção industrial difusa e descentralizada, através das ações dos agentes hegemônicos locais, buscou “superar” o caráter agrário e a estagnação econômica que o município apresentava, principalmente na década de 1990. Sendo assim, se investiu na produção industrial e promoveu a interiorização de atividades industriais de modelo fabril como mecanismo de alcançar o crescimento econômico. No entanto, o mesmo teor de incentivo produtivo e de caráter técnico não foi destinado a uma base produtiva importante, a agricultura familiar. O poder público municipal deixou de potencializar ações de fortalecimento do campo, o que contribuiu para tornar o rural um espaço estagnado em termos de produção agrícola familiar e sem grandes políticas públicas de geração de renda no campo.

A postura política e econômica adotada incentivou ainda mais o movimento migratório rural e a inserção das populações rurais em trabalhos não agrícolas. A agricultura familiar, que já apresentava indícios de mudanças e fragilidades, com o tempo, tornou-se mais enfraquecida, ocasionando a perda do protagonismo econômico do setor primário no PIB, reduzindo, portanto, a produção agropecuária no município.

Os ciclos de expansão de desenvolvimento econômico que não se articulam às diversas possibilidades de geração de renda não constituem como um modelo de desenvolvimento igualitário. Se por um lado, qualquer produção econômica, seja ela estanque ou não, promove certo tipo de desenvolvimento, a mesma também pode promover desigualdades, o que penaliza os mais pobres. Assim, não dá para superar a desigualdade sem a promoção da qualidade de vida, sem superar a dependência econômica e sem diminuir a falta de autonomia produtiva. Refletindo sobre esses processos de distribuição desigual do desenvolvimento, Santos (2020) nos mostra que:

Nessas condições, a forma como a mais-valia alcançada será distribuída e o seu destino geográfico passam a ter uma importância fundamental. Se a produção aumenta, mas só alguns se beneficiam dos seus resultados financeiros, a massa de consumidores pode não aumentar, ou somente aumentar quantitativamente. Nessa

caso, as relações criadas não permitem o desenvolvimento de cidades de um nível mais elevado (SANTOS, 2020, p. 112).

A fábrica, sob a lente do conceito marxista de mais valia, apenas se apropria do espaço de Santo Estevão, de sua força de trabalho através dos funcionários e dos recursos naturais do município. O espaço se torna apenas a base material para sua fixação. As dimensões culturais, artísticas, políticas são instâncias que a empresa que gerencia a fábrica não fomenta no município. O espaço é, pois, uma mercadoria por excelência e tudo que ele oferece é o pano de fundo para a reprodução da lógica capitalista de produção. O espaço e o trabalho no capitalismo possuem uma relação indissociável, tendo em vista que ambos são enxergados como elementos capazes de produzir mercadorias, para gerar riquezas para os proprietários. Assim:

Para o capitalista, a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias, ou seja, a única que cria mais valor do que aquele que ela própria contém. Portanto, no ato de produção, o capitalista destina seu capital para a aquisição da força de trabalho e dos meios de produção. Nesse processo, a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador (OLIVEIRA, 2007, p.37)

A lógica de enxergar o espaço enquanto mercadoria e o trabalho enquanto propriedade econômica de quem paga também está presente no município de Santo Estevão. Esse sistema de produção hegemônica que penetra nos lugares mais pobres e frágeis economicamente e deslegitimam outras formas de desenvolvimento, outras formas de produção. Absorvem e investem em uma única concepção de produção baseada no industrial, que se opera de forma mecanizada e de forma urbana, que expropria toda riqueza produtiva existente no lugar. Santos (2012, p.68) já dizia “o crescimento apenas pelo crescimento não é desejável. O crescimento deve ser subordinado aos dados sociais”. Crescer é evoluir em qualidade de vida para todos, sem essa lógica, a reprodução das desigualdades e das explorações estão sendo geradas nas entrelinhas da chamada produtividade.

Nesta perspectiva, o projeto de desenvolvimento econômico implementado no município de Santo Estevão está pautado pelo projeto de desenvolvimento desigual e precário, no qual crescem os postos de trabalho, mas mantém-se as contradições sociais por meio da concentração da renda, do fortalecimento da precarização e da exploração do trabalho desqualificado. De acordo com Furtado (1981, p.41), “muitos governantes compreendem o desenvolvimento associado apenas à ideia de crescimento econômico, por isso focam suas ações no incentivo a entrada de empresas que possam gerar emprego e renda”. Para autor

supracitado, a dimensão econômica e seus incentivos devem dialogar na mesma importância que as outras dimensões, também imprescindíveis à sociedade (sociais, ambientais e políticas).

A resposta disso se encontra na visão hegemônica capitalista, esta deixa subentendida que a única forma de progresso se encontra na indústria capitalista, nas grandes produções mecanizadas do agronegócio e distante do poder de decisão da classe trabalhadora do campo e da cidade. Essa lógica de desenvolvimento econômico, que nega a potencialidade dos pequenos agricultores também está presente em Santo Estevão, a agricultura familiar resiste pelas ações dos próprios agricultores, sem grandes investimentos do poder público. A divisão campo-cidade no município estudado sob a lógica do trabalho, agricultura e indústria se torna ainda mais intensa entre o arcaico e o moderno, respectivamente. É compreendendo como a modernidade coloca cada espaço a partir das ideologias dos signos e discursos que Rua (2005) assevera que:

A polarização construída na modernidade e exercida pela cidade concentrou nela poder político, capital, cultura, moda, etc e projetou um modo de viver, pensar e agir urbano que, cada vez mais, tem subordinado o campo – visto como atrasado, incivilizado, rústico. Estas imagens são reforçadas pela linguagem: civis civilizados; urbs-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês. O próprio termo cidade (em suas múltiplas origens) é apropriado para criar a representação social do “burguês polido, político, educado, cidadão”. O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude – passa a ser visto como o “outro, nessas representações (RUA, 2005, p.47).

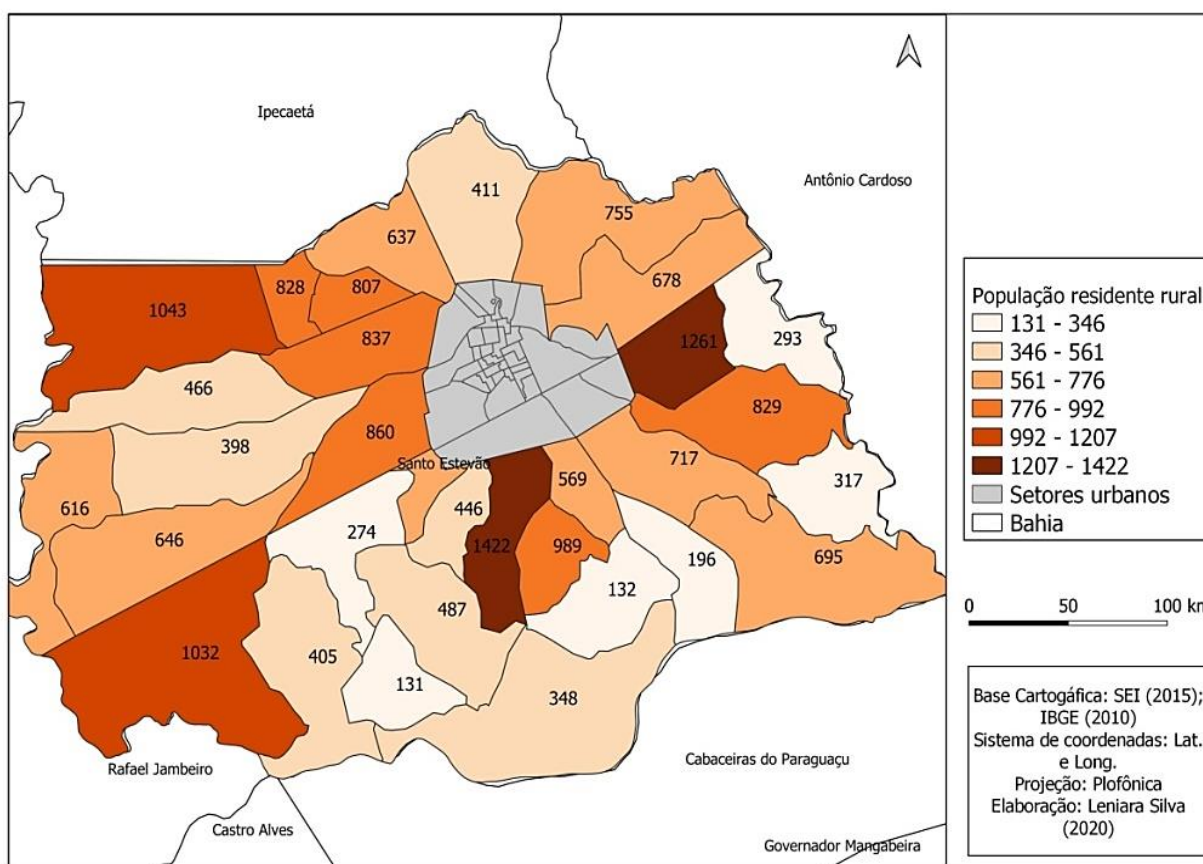
A lógica desenvolvimentista do capitalismo de responder a toda forma produtiva, abre pouco espaço para a valorização e para o incentivo de práticas já existentes nos lugares, o modelo de acumulação é exterior ao lugar onde as instalações das fábricas são construídas. A forma espacial, a função e seus arranjos se modificam, criando novas dinâmicas para atender aos interesses da acumulação e reprodução de capital. Assim, segundo Santos (2012), baseado na lógica desenvolvimentista, a própria cidade torna-se estranha à região, a região fica alienada, uma vez que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam.

No entanto, mesmo diante das críticas a respeito do uso e retorno ao espaço, não estamos negando as potencialidades que a instalação da fábrica de calçados promoveu e ainda promove na economia do município e na vida de muitos funcionários que são dependentes da renda oriunda desse trabalho. A crítica se justifica pela falta de autonomia econômica, no que tange principalmente as formas de rendas e de empregos que um espaço deve ter e promover.

Essa nova dinâmica posta em Santo Estevão, causada pela instalação da fábrica e sua influência, possibilitou um verdadeiro desequilíbrio na economia municipal. O PIB do setor terciário cresce a cada ano, pelo papel do comércio e dos serviços, por outro lado, a produção

agrícola familiar entra no seu pior cenário econômico reduzindo produção que se volta cada vez mais para o auto consumo, refletindo na incapacidade de fixação dos jovens no campo. A valorização do trabalho assalariado é um dos fatores que contribui para esse desequilíbrio, mesmo existindo um grande número de pessoas que ainda residem no campo do município. Segundo o IBGE (2010), 20.190 pessoas ainda vivem nesse campo, 42% em relação à população total, podendo ser observado na Figura 10, essa distribuição populacional por setor censitário (IBGE, 2010).

Figura 10- Santo Estevão: População rural por setor censitário, 2010.



Fontes: BAHIA (2013), IBGE (2010). Elaboração: SILVA, L.C. (2020)

Como demonstra a Figura 10, os setores censitários rurais com maior número de pessoas residentes são aqueles acima de mil pessoas. Possui setores que existem mais de uma comunidade rural, alguns com um contingente populacional alto, outros com menor número de moradores. Além disso, existem aqueles setores com números reduzidos em moradores por estarem localizados em comunidades rurais dividindo a mesma área com fazendas com maiores extensões de terras, o que contribui para o baixo número de pessoas, isto por que possuem um único dono que, na maioria das vezes, nem reside nestas fazendas. Os setores com maior

número de moradores são aqueles que apresentam uma maior fragmentação da propriedade rural, a fixação dos membros da família no mesmo espaço da comunidade contribui para esta maior dinâmica populacional.

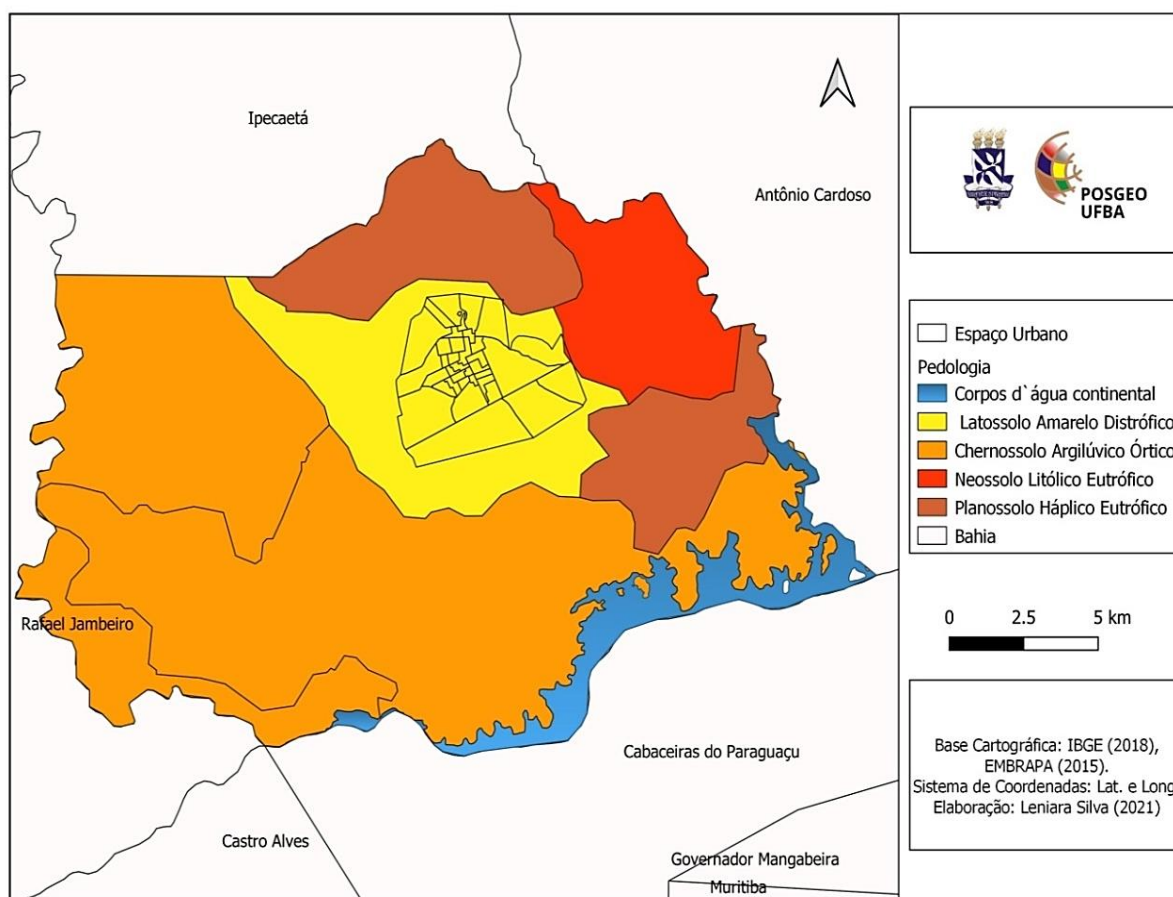
Compreende-se que, mesmo diante as influências do modelo urbano, industrial e civilizatório em curso, o espaço agrário estudado ainda reproduz o trabalho agrícola, reproduz as resistências e os modelos de trabalhos presentes na agricultura familiar, diferente da lógica de desenvolvimento do agronegócio. A forte influencia da fábrica na cidade não descaracterizou por completo as outras formas de trabalho no campo, mesmo a migração sendo um elemento presente na dinâmica das famílias, o trabalho agrícola de subsistência ainda é desenvolvido pelas famílias no campo de Santo Estevão.

3.4 PRODUÇÃO E TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ESTEVÃO

Grande parcela do município de Santo Estevão está inserido no clima semiárido, porém em algumas áreas rurais há resquícios da vegetação característica da Mata Atlântica. Segundo o estudo feito por Neto (1999), a temperatura média anual fica em torno de 24,2 °C, quanto aos períodos mais chuvosos da área estudada, variam de março a junho (40% do total anual), período que os agricultores utilizam para plantar suas principais culturas, principalmente as de sequeiro. A precipitação pluviométrica média é de 819,30 mm/ano. Essa média, no entanto, apresenta um coeficiente de variação de 30,2%, o que implica alto risco de ocorrência de seca.

Os solos do município de Santo Estevão podem ser observados a partir da Figura 11. Eles são caracterizados pelos chernossolos, muito férteis, apresentam de médios a altos teores de carbono, cálcio e magnésio, conferindo alta saturação por bases; os latossolos, são altamente intemperizados e sem incremento de argila em profundidade; os planossolos apresentam textura predominantemente arenosa em superfície, com grande aumento de argila em superfície, extremamente duros quando secos e os neossolos, são solos pouco evoluídos pedogeneticamente e com ausência de horizontes diagnósticos subsuperficiais (EMBRAPA, 2011).

Figura 11- Santo Estevão-BA: Solos encontrados



Fonte: IBGE (2018), EMBRAPA (2015). Elaboração: Leniara Silva (2021).

Os solos considerados com melhores características são encontrados nas áreas próximas ao espaço urbano, áreas com pouca produção agrícola e com forte tendência de expansão urbana. Já os latossolos amarelos e os chernossolos são considerados de média fertilidade, com textura média argilosa, presente em boa parte do espaço agrário, porém com ótima fertilidade nas áreas ribeirinhas do rio Paraguaçu, e os neossolos e planossolos ao norte e leste do município, com presença média de areia e de baixa fertilidade (IBGE, 2018). Dessa forma, os solos encontrados em boa parte da área de Santo Estevão são propícios ao intemperismo, que lixiviam facilmente com a ação das fortes chuvas, principalmente as torrenciais de verão, além daqueles que são pouco desenvolvidos e pouco férteis, ou seja, ruins para a agricultura.

Quanto à vegetação, na área de Santo Estevão existem manchas características de floresta estacional decidual e contato, além da caatinga-floresta estacional, esta última quando perde sua folhagem nos períodos secos possui alto poder de regeneração com a chegada das chuvas. No que tange à hidrografia, a principal bacia hidrográfica é a do Rio Paraguaçu, que possui uma área especial de proteção ambiental, a Área de Proteção Ambiental (APA) do lago da Pedra do Cavalo. Os principais rios intermitentes que banham o município são o Rio

atividades de vivências e pertencimentos culturais. Além das comunidades rurais, no espaço agrário de Santo Estevão existem os povoados³⁷, que constituem núcleos com uma dinamicidade maior que as demais comunidades, ainda que ambos estejam inseridos no campo. A maioria dos povoados possui uma infraestrutura pública e privada mais diversa, como por exemplo o calçamento das vias principais, sedes da igreja católica e de diferentes denominações evangélicas, postos de saúde, escolas de ensino fundamental I e II, pequeno comércio etc. (Figura 13).

Figura 13- Santo Estevão: Povoado rural do Paiaia, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021)

Os povoados funcionam como micro polos espacializados no campo, com o intuito de atender em níveis de educação e saúde as comunidades rurais próximas, para que assim os moradores das comunidades não sejam tão dependentes dos serviços da cidade. O poder público gerencia seus serviços e a população, em sua maioria composta de agricultores familiares, reproduzem sua vida pelo trabalho e pelas estratégias de sobrevivência.

Além das vivências e pertencimentos culturais mencionados acima, há uma forte valorização aos laços de parentescos, do senso de comunidade e dos laços de religiosidade presentes no campo. De acordo com Silva (2011), os laços de sangue são essenciais para a origem das comunidades, além disso, os laços de amizade e de vizinhança são extremamente

³⁷ De acordo com o IBGE (2010), o povoado é uma área caracterizada pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.

importantes para a coesão das comunidades rurais. Para a citada autora, as comunidades rurais derivam basicamente dos parentescos, das vizinhanças e das amizades.

Silva (2011), ao fazer referência a Tedesco (1999), defende a ideia de comunidade enquanto uma estrutura social fundamental para o desenvolvimento humano. Para Tedesco (1999), a terra, a moral, a honra, a afetividade, a disposição para o trabalho são elementos considerados como marcadores sociais, vividos e concebidos individualmente, porém legitimado pelo âmbito comunitário. Partindo da concepção de comunidade tecendo relações com o rural de Santo Estevão, as comunidades rurais do município, algumas delas passaram por processos de mudanças socioculturais e nas formas de usos coletivos do espaço rural. Existem comunidades que a principal rede comunitária de lazer e espaços de sociabilidades são as igrejas e suas ações religiosas em períodos festivos, como pode ser visto nas Figuras 14.

Figura 14- Santo Estevão: Igreja católica, comunidade do Paiaíá, e Lamarão, 2021



Fonte: SILVA, C. L. Trabalho de campo (2021)

Para outras comunidades, além da materialidade das igrejas, podendo ser católica ou evangélica, há as sedes das associações rurais dos agricultores familiares, que, por meio das reuniões coletivas, reproduzem o contato, as trocas e as formas de reprodução coletiva, social e política dentro das comunidades. As igrejas e as associações são as formas nas paisagens rurais que ainda permanecem como um dos poucos espaços de sociabilidades coletivas de muitos agricultores e demais moradores rurais do município. Além das igrejas e associações rurais, há os bares e os campos de futebol, estes últimos sendo espaços ocupados majoritariamente por homens. Onde impera a lei patriarcal da separação dos gêneros, o que torna o rural um espaço que reproduz desigualdades entre homens e mulheres, destinando

espaços específicos a cada um dos gêneros. No entanto, entre os espaços negociáveis, existem aqueles em que emergem a solidariedade e cooperação comunitária, que atravessam gerações, a exemplo das poucas casas de farinhas que ainda resistem no campo de Santo Estevão, como pode ser visto da Figura 15. No entanto, para além das sociabilidades e trocas familiares as casas de farinhas são espaços de trabalho, e são as mulheres, principalmente, que estão presentes na reprodução e dinâmica destes espaços.

Figura 15 - Santo Estevão: Raspagem da mandioca na casa de farinha, comunidade do Paulista, 2021



Fonte: Print do vídeo do canal “Boa Sorte Viajante”- You Tube (2021).

Outro exemplo de sociabilidades rurais são as cavalgadas que acontecem nas comunidades, normalmente são eventos que já fazem parte do calendário festivo do município, já que em algumas a partida inicia no campo e finaliza o percurso na cidade com realização de shows (Imagem 16). As grandes cavalgadas se inserem enquanto evento não apenas de lazer, mas também de visibilidade, as rainhas e princesas escolhidas nem sempre são mulheres ou filhas de agricultores, as vezes é aquela figura de notoriedade política e econômica na cidade, o que acaba descaracterizando os personagens que realmente devem ser os protagonistas, os

sujeitos rurais. Sendo assim, os marcadores sociais no espaço agrário de Santo Estevão, perpassam também pelos elementos políticos, de lazer e sociabilidades rurais. Os acordos sociais em sua maioria são gerenciados por e partir desses elementos nas comunidades rurais do município estudado.

Imagem 16 - Santo Estevão: Cavalgada do Parque Maroto, 2018



Fonte: Otto Ribeiro (2018).

Com a análise das relações e o funcionamento que envolve a agricultura familiar é possível perceber que esta categoria vai além da análise meramente econômica. A reprodução da vida e a produção dos espaços rurais perpassam por diversas esferas, onde os acordos sociais, as relações culturais e geracionais são códigos presentes nas funcionalidades desses espaços. O estudo feito por Pires (2007) sobre a multifuncionalidade encontrada na agricultura familiar, é um exemplo a ser analisado das relações internas dentro da agricultura familiar que vão além da esfera econômica. Para o mesmo autor, em qualquer categoria de trabalho “não existe, portanto, um fenômeno essencialmente econômico, político ou cultural; na realidade, eles se apresentam à experiência de forma multidimensional” (PIRES, 2007, p.26), e acrescenta que cabe a nós pesquisadores estarmos atentos às complexidades quando desenvolvermos nossas análises.

Em relação à produção advinda da Agricultura Familiar de Santo Estevão, a chegada da fábrica de calçados Dass Clássico para a cidade não foi o único fator que influenciou no enfraquecimento da produtividade agrícola no município. Configura enquanto um importante vetor que auxiliou na retirada de muitos trabalhadores da agricultura depois da chegada do

século XXI. Porém, os próprios dados do PIB do município, já apresentados anteriormente, demonstram que o processo de diminuição na produção da Agricultura Familiar configura-se como um fenômeno processual, que já havia demonstrado, portanto, indícios de transformações na forma de produzir por conta de uma série de fatores.

Entre as principais causas do processo de desarticulação e enfraquecimento na produção agrícola da Agricultura Familiar em Santo Estevão podemos destacar: a pressão demográfica, o que acarretou na partilha por herança das terras entre os membros da família, reduzindo a propriedade em tamanho; a diminuição da produção agropecuária, pelas limitações fundiárias e pela redução no número de filhos por família, além da migração dos jovens para centros urbanos, o que gera impactos na distribuição das tarefas na unidade familiar. As influências da modernidade também auxiliam nas modificações culturais e de trabalho no campo, que se reveste na hierarquização das profissões, deixando em segundo plano atividades como a agricultura. Além disso, a carência de políticas públicas de incentivo à produção, valorização dos produtos, escoamento e comercialização. A limitação de serviços públicos de qualidade, a exemplo de educação e saúde, e políticas de permanência no campo acabam incentivando a não permanência no campo.

Deste modo, no modelo de sociedade urbano-industrial, a função social e econômica que o pequeno agricultor exerce pode não ser considerada como uma profissão. Nessa situação, o agricultor familiar é visto socialmente enquanto uma categoria sem grande rentabilidade já que é um sujeito que está fora dos trabalhos assalariados, e se este exercer apenas atividades de subsistência, tal concepção fica ainda mais evidenciada. Outra questão que está no bojo das transformações da agricultura familiar do município estudado, diz respeito ao assalariamento, ou aos trabalhos temporários de uma parcela da força de trabalho rural, seja na própria cidade, nas estratégias da pluriatividade e da agricultura de tempo-parcial, seja migração para outros estados e capitais industrializadas como já mencionado. Em relação aos dados referentes à agricultura familiar de Santo Estevão, há uma discrepância entre o número de estabelecimentos rurais, a porcentagem de agricultores inseridos nesse de atividade rural e o percentual do PIB oriundo da agropecuária, como fica perceptível através da análise do Quadro 2.

Quadro 2- Santo Estevão: Número de estabelecimentos rurais, percentual da Agricultura Familiar, PIB agropecuário e pessoal ocupado em estabelecimentos rurais, 2017

Estabelecimentos (n)	Agricultura Familiar (%)	PIB agropecuária (%)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas)
4.973	75,7	2,19	12.810

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017), IBGE (2012). Organização: a autora (2021).

No espaço agrário de Santo Estevão, dos 4.973 estabelecimentos rurais, pouco mais de 75 % possuem características da Agricultura Familiar, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Número considerado alto em comparação aos valores do PIB do setor primário, que não chega a 3,0 % em relação às outras atividades. No entanto, é importante também refletir sobre o peso monetário que a agricultura tem em relação aos outros setores, boa parte dos produtos agrícolas produzidos pela Agricultura Familiar é de baixo valor agregado, o que faz parecer pouco produtivo perto do peso da indústria e do setor terciário, por exemplo. Sendo assim, existe uma grande parcela de agricultores que ainda estão ocupados nas atividades agropecuárias, 12.810 pessoas, mais da metade da população rural registrada no último censo do IBGE (2010), como mostra no Quadro 2. No entanto, é perceptível através da leitura dos valores do PIB oriundo das atividades agropecuárias que estas são atividades que vem apresentando baixa produção em termos de volume, a agricultura em especial, caracterizando-se principalmente pela produção de subsistência. Para a secretária de agricultura de Santo Estevão:

O ponto forte da agricultura do município de Santo Estevão agora é a agricultura de subsistência, mas também existe uma porcentagem pra o comércio. Aquela ligada as produções da irrigação. As produções temporárias, como a safra do milho, do feijão, do pequeno comércio mesmo, no ano que tem uma boa safra vende [sic.] porque sabemos que o nosso município hoje tem potencialidade muito grande no cultivo do milho e feijão. E em terceiro lugar tem as produções das hortaliças, que produz todo ano (Entrevista concedida por J. C. G. no dia 31.01.2020).

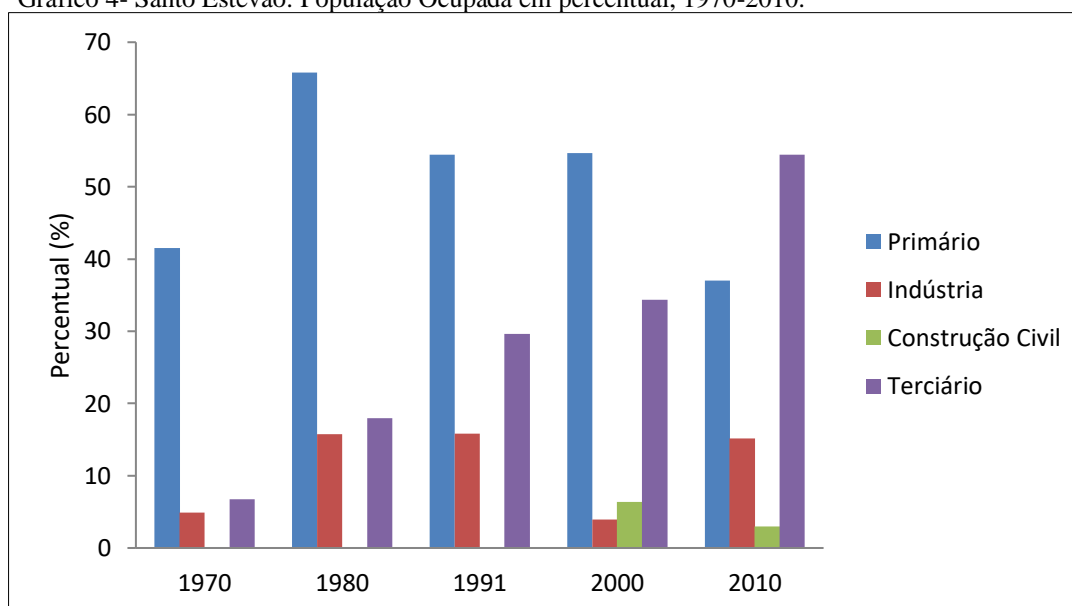
A diferença entre produção e produtividade na Agricultura Familiar é fundamental para entendermos o contexto econômico do espaço agrário de Santo Estevão. O ato de produzir sempre existiu no campo estudado, as culturas agrícolas sofreram oscilações e mudanças, algumas deixando de serem produzidas, outras surgindo com o tempo, acompanhando a necessidade da família e da lógica do mercado. A limitação fundiária e a essência socioeconômica da agricultura familiar ajudam a compreender por que não há produtividade na forma de produção desta modalidade agrícola. O objetivo principal da produção familiar é para

a sobrevivência dos seus membros, além de criar mecanismos para adquirir uma renda e não o lucro, já que a sua função é reproduzir o seu modo de vida, como mesmo aponta Oliveira (2007):

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (OLIVEIRA, p. 40, 2007)

A população ocupada em Santo Estevão acompanhou cenários de transformações com o passar das décadas, como pode ser observada no Gráfico 4. Assim como apresentou uma transição econômica do setor primário para o secundário, as ocupações nas atividades econômicas também seguiram esta transição. Na década de 1980, 65% da população se encontrava ocupado nas atividades da agropecuária, já na década de 2010 essa mesma atividade apresentou apenas 37% das ocupações em relação à indústria, o setor terciário e da construção civil.

Gráfico 4- Santo Estevão: População Ocupada em percentual, 1970-2010.

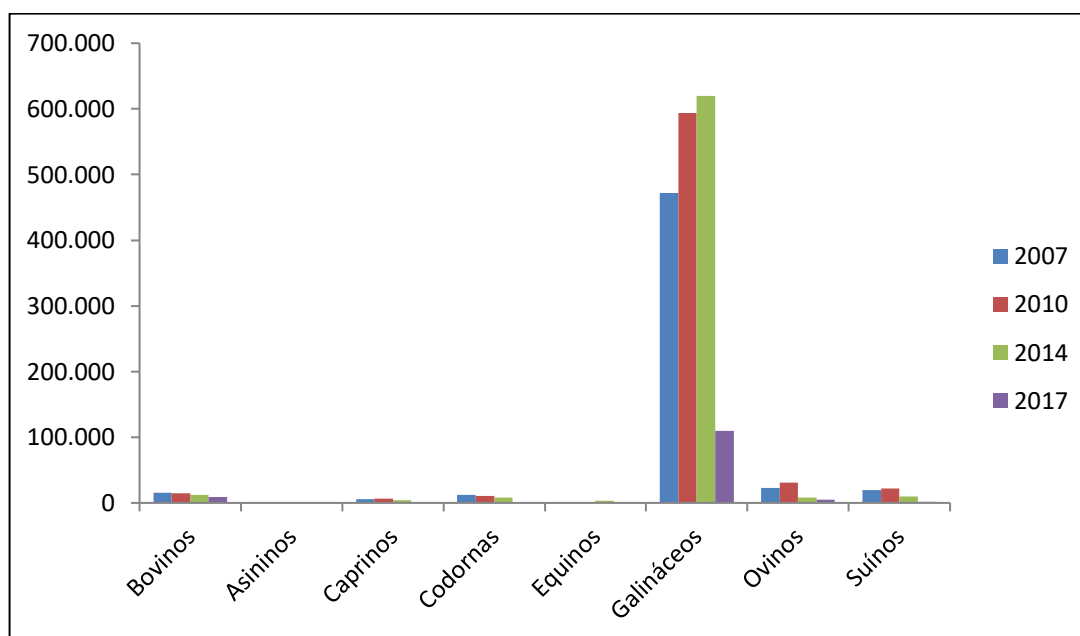


Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Organização: a autora (2020).

Mesmo existindo uma baixa produção nas atividades ligadas à agropecuária, no que tange aos valores do PIB, o campo de Santo Estevão é um espaço em que se reproduz as práticas de trabalhos rurais, como pode ser observado nas porcentagens das ocupações do setor primário, já citados no Gráfico 4. Se por um lado 37% das pessoas do município estavam ocupados em atividades agropecuárias no ano de 2010, apenas 3,2% de tudo que produz de acordo com o PIB do município são oriundos do setor primário. Isso se explica pelo fato de que essa ocupação dos trabalhadores rurais nas atividades da agropecuária, em sua grande maioria, se resume à

produção agrícola de subsistência, como já mencionado, e a criação de caprinos, ovinos, galináceos, suínos e a pecuária bovina. A criação bovina no município alcançou destaque nos anos analisados, como pode ser observado no Gráfico 5. Todavia, os maiores rebanhos são criados em maiores extensões de terras, diferente da configuração típica da agricultura familiar.

Gráfico 5- Santo Estevão: Efetivo de rebanhos (cabeças), 2007-2017.



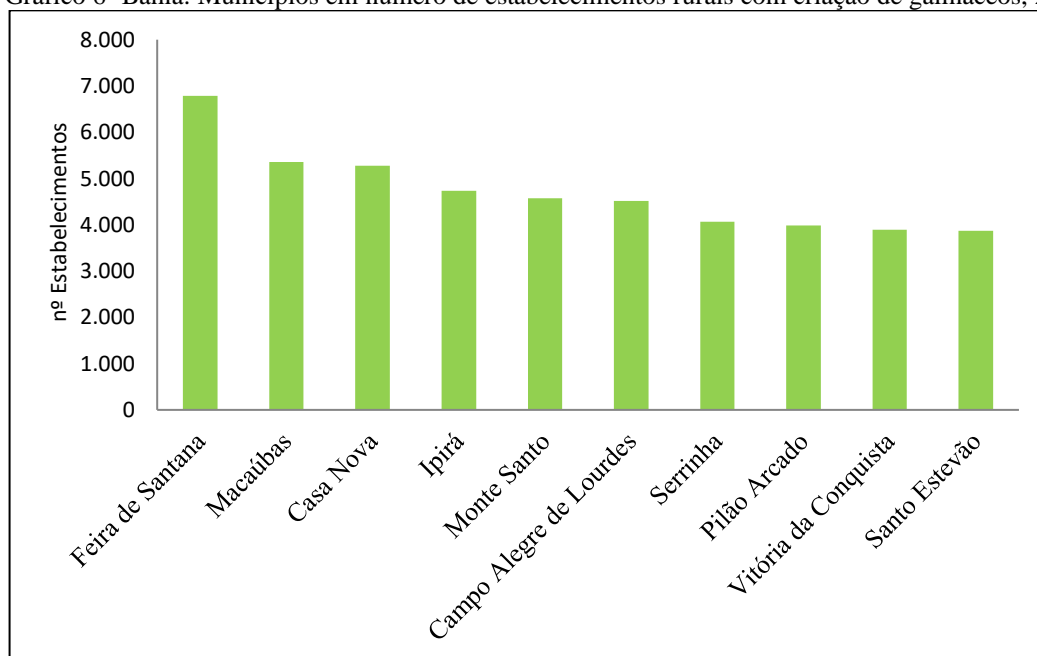
Fonte: IBGE (2015, 2017), SEI (2016). Organização: a autora (2020).

Dessa forma, os maiores rebanhos encontrados no espaço agrário de Santo Estevão centravam na criação de galinhas e frangos, com 620.000 cabeças, em segundo lugar se encontra o rebanho bovino, com 12.546 cabeças de gado, e, em seguida, tem o rebanho de suínos com 10.000 registrados em 2014. Entretanto, percebeu-se uma redução nestes rebanhos no ano de 2017. Em algumas comunidades, as áreas onde antes se produziam os cultivos agrícolas, com o tempo, estes foram sendo substituídos pelo gado de corte (NETTO, 1999). A criação de galinhas, por exemplo, é feita pelos pequenos agricultores da Agricultura Familiar. Já na criação do gado, os maiores rebanhos são criados principalmente pelos produtores rurais que possuem maiores extensões de terras, o que, de acordo com o padrão fundiário de município, são aqueles que possuem mais de 10 hectares.

A criação de galinhas no município teve um crescimento depois do ano de 2010 como apresentado nos dados anteriores. No entanto, na relação dos maiores rebanhos no estado da Bahia, Santo Estevão só aparece como um dos municípios com maior número de estabelecimentos rurais que criam esse tipo de aves, com 3.874 estabelecimentos, como mostra

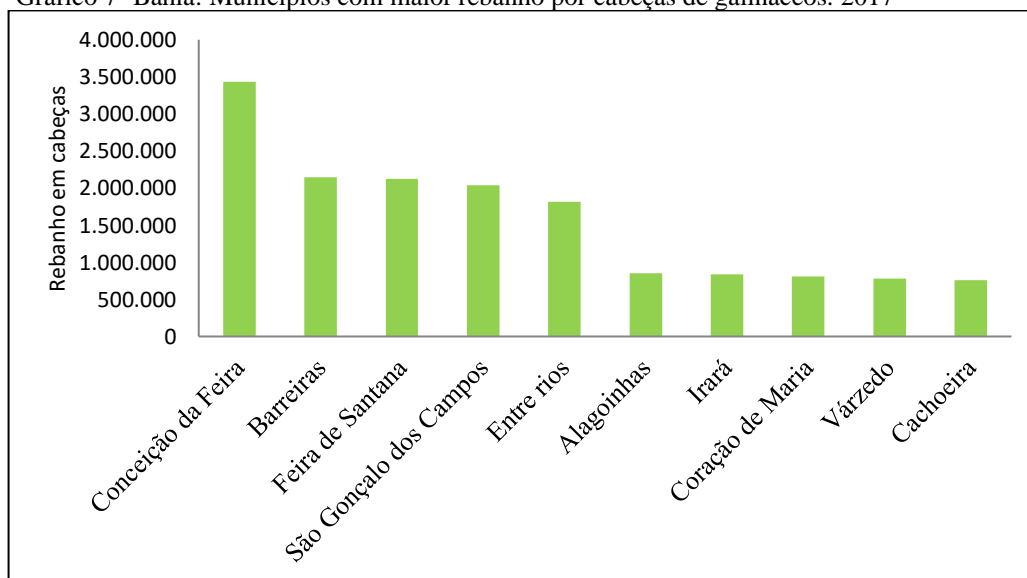
o Gráfico 6, ficando em último lugar entre os dez municípios com maior quantidade de estabelecimentos rurais que criam as galináceos no estado. Em relação aos maiores rebanhos, de acordo com o Gráfico 7, em primeiro lugar está o município de Conceição da Feira com 3.433.955 cabeças, e em segundo o município de Barreiras com 2.149.064 cabeças, municípios estes inseridos na produção em grande escala, nos modelos de granjas destinados para as grandes empresas do ramo.

Gráfico 6- Bahia: Municípios em número de estabelecimentos rurais com criação de galináceos, 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Elaboração: a autora (2020).

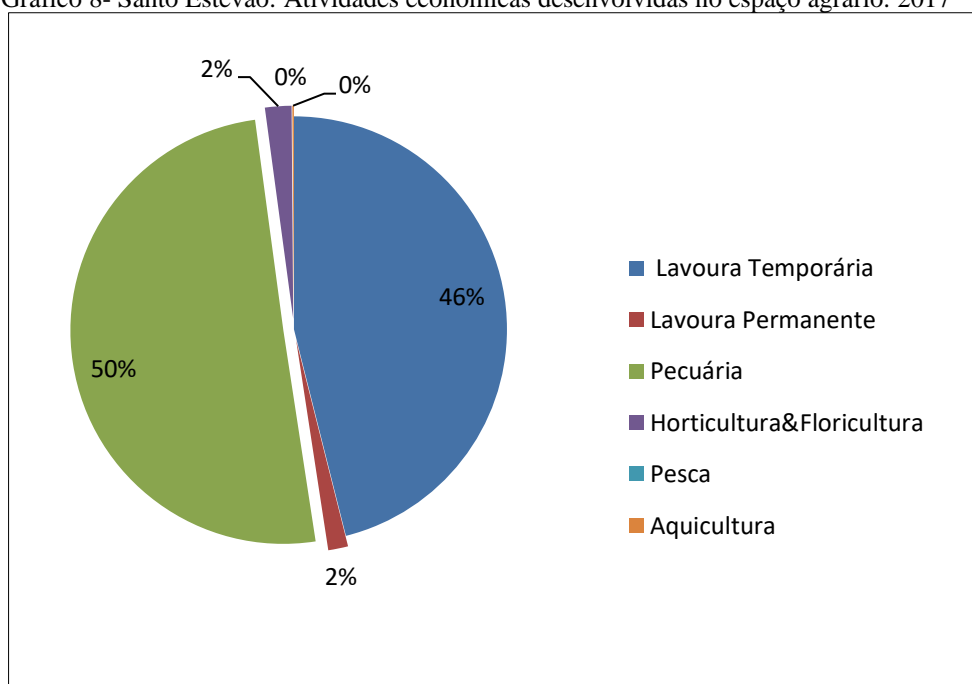
Gráfico 7- Bahia: Municípios com maior rebanho por cabeças de galináceos. 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Elaboração: a autora (2020).

No que tange ao uso das terras e as atividades desenvolvidas, o Gráfico 8 apresenta a porcentagem das atividades desenvolvidas do campo e como a pecuária se destaca no ano analisado. O destaque da pecuária está incluso todos os rebanhos já apresentados nos dados acima, porém em maior número as galináceos e o gado bovino, onde são os principais rebanhos que ganham destaques no uso das terras e na atividade da pecuária desenvolvido em Santo Estevão. O perfil dessa pecuária é o gado de corte, que abastece os principais frigoríficos do município e da região, mas sem grande expressividade para a produção do leite, de acordo com os dados do Censo agropecuário (IBGE, 2017).

Gráfico 8- Santo Estevão: Atividades econômicas desenvolvidas no espaço agrário. 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Elaboração: a autora (2020)

Dessa forma, são as lavouras temporárias caracterizadas como de sequeiro que são desenvolvidas em maior proporção entre os agricultores do município, 46% dessa lavoura se resume ao plantio do milho, feijão, mandioca, abóbora, batata-doce dentre outras com menor relevância produtiva. Já a lavoura permanente pode ser aquelas ligadas as arvores frutíferas, como a manga, banana, caju, acerola facilmente encontrada em muitas comunidades rurais. Quanto os dados da horticultura, são as produções de coentro, alface, cebolinha, couve e quiabo desenvolvidos principalmente nas comunidades próximas ao rio Paraguaçu, como pode ser observado nas Figuras 17.

Figura 17- Santo Estevão: Horticultura irrigada na comunidade Porto Castro Alves, 2020



Fonte: Armindo Nogueira (A), SILVA, C.L (B) (2020).

O modelo de agricultura irrigada encontrada no município apresenta uma outra lógica produtiva, destinando-se ao mercado das feiras livres, para o abastecimento do comércio local e, em alguns casos, para a Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA) de Feira de Santana. Em entrevista com um produtor da área, o mesmo informou como se desenvolve este tipo de produção e suas dinâmicas:

Nós produzimos um cultivo que é constante, você todo dia está colhendo. Por que toda semana é plantada e o objetivo principal da nossa produção é visar o comércio local. Nós fornecemos aos supermercados da cidade, alguns mercadinhos e alguns vendedores da feira livre também pegam conosco. E tem um rapaz que pega pra vender em Ipirá, ele leva pra Ipirá a nossa produção também. *E para a CEASA de Feira de Santana, vendem lá também?* Não, nós já vendemos há um tempo, mas devido a dificuldade de acesso, custo, deixamos de ir pra Ceasa. O que a gente produz vendemos ou aqui na propriedade, na feira ou entrega nos mercados. (Entrevista com um produtor da área, concedida dia 07/09/2020).

Esse tipo de atividade agrícola é desenvolvido também por famílias, embora pode-se encontrar, em alguns lotes, a existência do trabalho pago, o qual normalmente é cobrado por diária. Além disso, a área irrigada do Paraguaçu pode ser considerada como “os pontos luminosos” do espaço agrário do município em relação à produção agrícola, visto que a produção é desenvolvida o ano todo, sem a dependência dos fatores naturais como a chuva, além de possuir destino certo depois de produzido. A relação entre produção, transporte e comercialização funciona nesse modelo de agricultura, mesmo de forma individual e sem muita articulação coletiva, os produtores das hortaliças conseguem produzir e comercializar sua produção, o que difere da maioria dos agricultores familiares do município. Sobre as relações de trabalho na produção das hortaliças, um produtor nos esclareceu como se articula a relação família e colaboradores:

É a família que está constantemente produzindo, trabalhando junto, mas nós também possuímos colaboradores. No total somos quatro irmãos trabalhando na área e além de estarmos juntos produzindo, cada um de nós possuímos mais dois, um ou dois colaboradores pra ajudar na produção, porque quando se trata de hortaliças na produção convencional, existe uma incidência muito grande de ervas daninha, por isso necessita de uns tratos de um modo geral. A produção na área visa a produção local, que hoje em Santo Estevão existe um comércio grande, diga-se de passagem, um comércio grande por isso precisa de colaboradores. (Entrevista com um produtor da área, concedida dia 07/09/2020).

O fato de a produção das hortaliças se constituir como um modelo de produção convencional destinada ao mercado inserido não impede de que aí sejam visíveis as características da agricultura familiar. Nos lotes produtivos, o que prevalece são famílias gerenciando a produção, com o uso esporádico dos diaristas para auxiliar principalmente nos

dias de colheitas semanais. Revela-se, pois, uma produção plural e multifacetada. Segundo Carneiro e Maluf (2005):

Algumas unidades que produzem basicamente para o autoconsumo não consideram essa atividade agrícola uma forma trabalho na medida em que a produção não está voltada para o mercado e não é responsável pela renda monetária da família, apesar do seu importante papel na reprodução da mesma. Outras unidades ressaltam o lado penoso da atividade agrícola e avaliam-na como uma fonte limitada de renda nas condições atuais de produção e comercialização; outras a vêem através da lógica da produção e do trabalho e como essenciais na definição de uma identidade social. Logo, o que se espera do desempenho da agricultura na relação com a sociedade será condicionada também pela maneira como essa atividade é inserida nas estratégias das famílias rurais (CARNEIRO E MALUF, 2005, p.43).

A agricultura familiar se tornou muito mais que um segmento que produz alimentos. Ela é responsável por criar estratégias de sobrevivências, articulando mecanismos de produção e geração de renda. Dessa forma, não existe apenas um modelo de trabalho dentro da agricultura familiar no município. Assim, é possível encontrar agricultores que se articulam de diversas formas para reproduzir seu modo de vida. Seja os produtores das hortaliças que conseguem escoar suas produções, seja os agricultores que vendem o pouco do excedente que produzem. Até mesmo aqueles com pouca terra, que produz apenas para o auto consumo e acabam inserindo-se nas mais diversas formas de atividades e de trabalho para complementar a renda, se associam à agricultura familiar.

Em relação aos produtores das hortaliças, outra característica relevante da área são as relações de trabalho e a renda da terra que se extrai por meio uso dos terrenos. Existem lotes que funcionam nos modelos de arrendamento, ou utiliza-se a relação de parceria e meia, esta última consiste na divisão da produção *in natura* ou em dinheiro entre o dono do terreno e o agricultor que produziu e trabalhou na terra. Muitos compram lotes na área para extrair a renda da terra por meio do aluguel pelo arrendamento. Acaba sendo uma estratégia vantajosa financeiramente, uma vez que se estabelece o valor da terra, que é um bem natural, transformando em mercadoria antecipada.

Pode encontrar também na área o tipo de produção que utiliza ainda o sistema de irrigação via cisternas de grande profundidade, assim não é totalmente dependente das águas do rio Paraguaçu (Figura 18). Esse é um modelo mais sustentável que a retirada da água diretamente do leito do rio, uma vez que utiliza água do subsolo, característico dos lençóis freáticos, no processo de irrigação que retorna para o solo.

Figura 18- Santo Estevão: Reservatório de água de cisterna para irrigação, 2020



Fonte: Trabalho de campo. SILVA, C.L (2020).

Mesmo com a existência de muitos fatores que favorecem a migração, as estratégias e resistências por um modo de vida rural ainda prevalecem. Existem comunidades com uma porcentagem grande de estabelecimentos rurais que cultivam suas culturas e mantêm a prática de criar os pequenos rebanhos para suprir as necessidades da família, configurando também como a única reserva financeira de que dispõem. Assim, quando a necessidade financeira aparece recorrem à venda dos animais, estratégia percebida também por Menezes (2009) entre os agricultores pobres no sertão Paraibano. Para estes agricultores, o pequeno rebanho (bovino, ovinos e caprinos) tem como função a reserva de valor no estabelecimento produtivo familiar, destes os trabalhadores se utilizam das diversas formas quando aparece uma necessidade. Em relação aos cultivos de subsistências, são realizados principalmente nos períodos de maior incidência de chuvas, que variam entre os meses de abril e julho. De acordo com Dourado (2012), a chuva, para os camponeses, principalmente aqueles que vivem no Semiárido nordestino, é tratada com certa dose de misticismo, mais que em qualquer outra região do Brasil. De sorte que o “tempo bom é o tempo de chuva”.

Para minimizar os fatores que auxiliam na perda da identidade camponesa, existem diferentes formas de resistências que ainda são cultivadas no espaço agrário do município

estudado, a exemplo da pluriatividade, os trabalhos temporários não-agrícolas, a venda de algumas culturas nas feiras livres como a produção de mandioca (Figura 19), assim como também as outras produções agrícolas de subsistência. As principais produções de subsistência cultivada pelos agricultores de Santo Estevão são o milho, feijão, mandioca, abóbora quiabo e outras em menor número, apresentaremos com mais detalhes tais culturas no capítulo 4.

Figura 19- Santo Estevão: Comunidade rural da Conga, plantação de mandioca, 2021



Fonte: Trabalho de Campo. SILVA, L.C. (2021).

Celso Furtado (1970) foi um dos teóricos mais conceituados que trabalhou o modelo de subsistência na agricultura desde o período colonial, discutindo a relação entre o latifúndio monocultor e a agricultura de autoconsumo. Para esse autor, a “roça” era e continua sendo a base da economia de subsistência, as pequenas plantações centravam de modelo familiar de subsistência e produzem os principais alimentos para o consumo das populações, o que prevalece até os dias atuais. Em relação ao conceito de subsistência, Delgado (2004) afirma que:

O setor de subsistência compreende o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação à parte expressiva da população. Tais atividades e relações não estão reguladas pelo contrato monetário de trabalho, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou serviços com fins lucrativos (DELGADO, 2004, p.6).

A agricultura de subsistência pode ser compreendida através de três elementos básicos: o autoconsumo, a alimentação familiar e a ausência de fins lucrativos. As atividades agropecuárias no âmbito da subsistência no espaço agrário de Santo Estevão são desenvolvidas exclusivamente nas roças, nos minifúndios pelos pequenos agricultores, uma vez que é esse o

perfil fundiário mais comum dos agricultores mais pobres do município. A agricultura de subsistência faz parte das formas de reprodução da agricultura familiar e desempenha um papel importante ao minimizar os gastos com a compra de alimentos no mercado, posto que se refere à produção de alimentos (VEIGA, 1991; SCHNEIDER, 2003). Nas comunidades rurais de Santo Estevão, há uma diversidade de produtos que os agricultores cultivam nos seus quintais e nas roças, como pode ser visto na Figura 20.

Figura 20- Santo Estevão: Produção voltada ao consumo de subsistência cultivada nas comunidades³⁸, 2020



Fonte: SILVA, C. L. Trabalho de campo (2020).

Segundo Silva (1999, p.161), “[...] práticas como o autoconsumo, a reutilização de produtos, a redução do endividamento e a ajuda mútua aparecem não como signos do atraso de uma agropecuária arcaica, mas como estratégias de adequação a condições adversas”. O cultivo feito no próprio estabelecimento rural familiar, como o feijão, a mandioca, o milho, além da criação de galinhas, porcos e derivados contribuem para diminuir as despesas com produtos na feira e nos supermercados, constituindo-se, pois, em uma das estratégias de sobrevivências dos agricultores. Além disso, é comum encontrar entre os agricultores o ato de dividir entre eles uma parcela do excedente das produções. Muitos optam em não vender o que sobra para doar

³⁸ Na Figura 18 pode ser visto produtos da agricultura familiar como a abóbora, o tomatinho, o milho cozido, o feijão carioquinha ainda na vagem, o quiabo e a cabacinha. Nomes que podem mudar a depender do município ou região brasileira.

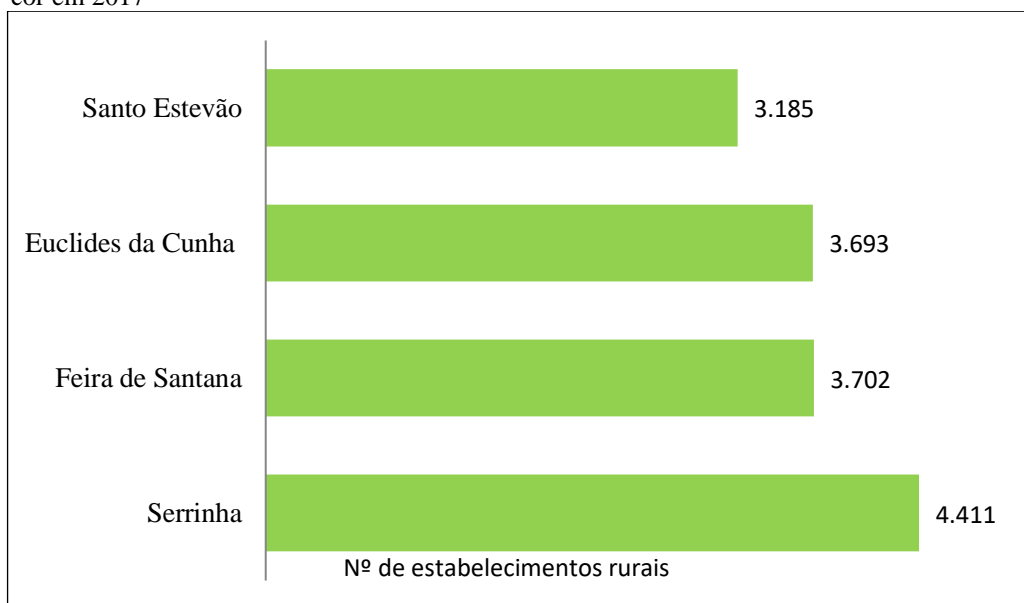
entre os agricultores mais próximos o restante do que retira nas colheitas. Além do ato de perpetuar a solidariedade e cooperação, muito presente nas comunidades rurais, essa doação do excedente existe pois não é vantajoso vender a pequena produção por preços que não condizem com o trabalho que envolve desde o plantio até a colheita final. Existe também uma relação afetiva com o cultivo que a terra disponibiliza depois da colheita, além do significado religioso expresso através da gratidão e do afeto pelo que o trabalho e a terra retribuem ao fim do processo produtivo.

Cabe mencionar novamente que precisamos analisar a agricultura familiar para além do viés da produção e economia, a sua característica solidária deve ser vista enquanto o maior diferencial e a difere da lógica do capital, onde tudo se baseia na obtenção do lucro. Os agricultores do campo de Santo Estevão, em especial ao que se teve contato direto, valorizam a troca dos seus cultivos sem a presença de retornos financeiros, a atividade agrícola tem um papel importante de manutenção e reprodução dos laços de amizade e afetividades. Nesta perspectiva que Carneiro e Maluf (2005) compreende esta relação presente na agricultura. Para o autor supracitado:

[...] no Brasil a atividade agrícola cumpre um papel fundamental na vida das famílias rurais que vai além de seu significado econômico. Relacionada a um modo de vida, a atividade agrícola cumpre um papel importante na manutenção dos laços sociais, alimenta troca entre parentes e vizinhos e sustenta manifestações culturais garantindo, assim, a densidade do tecido social em certas localidades rurais. (CARNEIRO E MALUF, 2005, p.43).

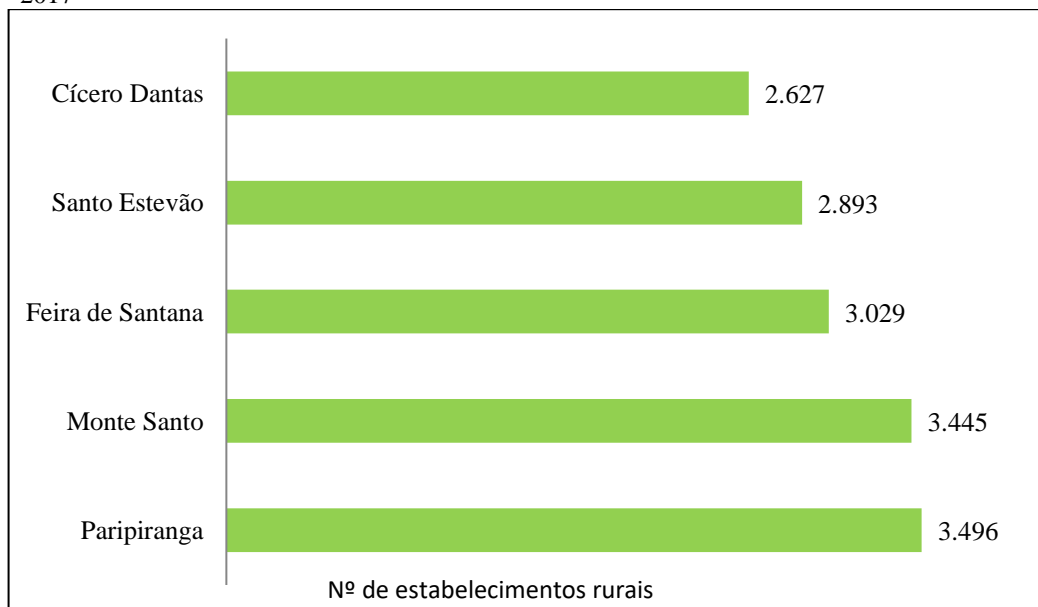
Em relação à posição do município de Santo Estevão no *ranking* da produção agrícola na Bahia, de acordo com os dados do novo Censo Agropecuário do IBGE (2017), o município não aparece como um dos maiores produtores do estado da Bahia em nenhuma cultura agrícola. Porém, o município ganha posição em relação à quantidade de estabelecimentos rurais que produzem determinadas culturas. Entre os dez municípios com maiores números de estabelecimentos rurais que produzem as culturas do feijão-grão cor, do milho e do fumo na Bahia, Santo Estevão aparece no 4º lugar para as duas primeiras culturas, e na 5ª posição para o Fumo em folha, como pode ser observado nos Gráficos 9, 10 e 11. Dessa forma, os dados demonstram que há uma diversidade produtiva na agricultura familiar do município, no entanto, o milho e o feijão configuram enquanto as culturas mais popularizadas produzidas pelos agricultores do município. Tendo em vista que em Santo Estevão existem 4.973 estabelecimentos rurais segundo o IBGE (2017), 3.185 destes produziram o feijão de acordo com os dados abaixo.

Gráfico 9- Bahia: Municípios com maior número de estabelecimentos rurais que produzem feijão-grão em 2017



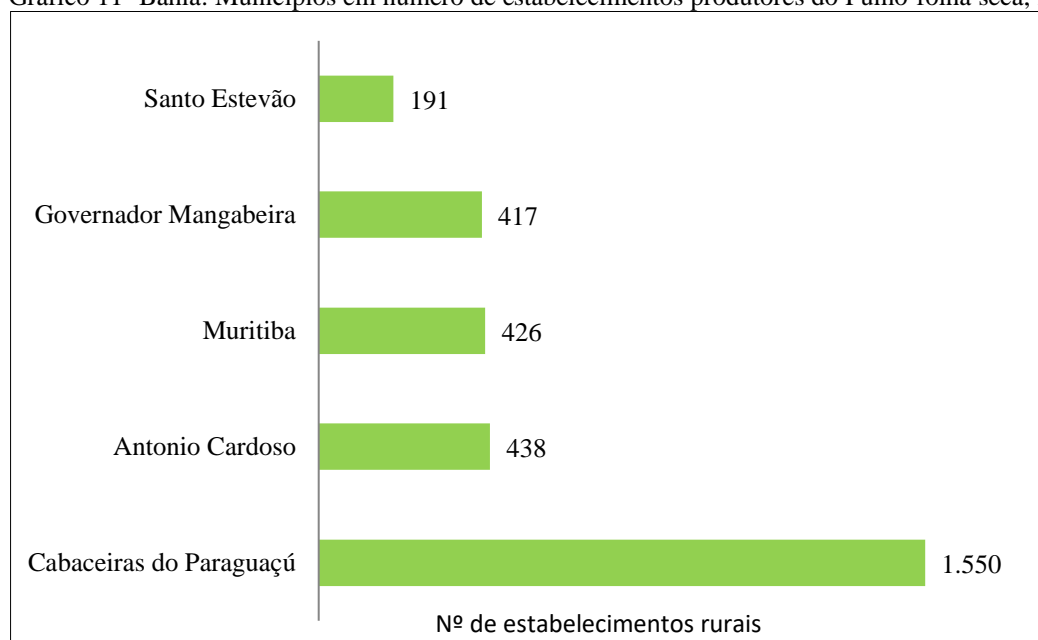
Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

Gráfico 10- Bahia: Municípios com maior número de estabelecimentos rurais que produzem milho-grão, 2017



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

Gráfico 11- Bahia: Municípios em número de estabelecimentos produtores do Fumo-folha seca, 2017

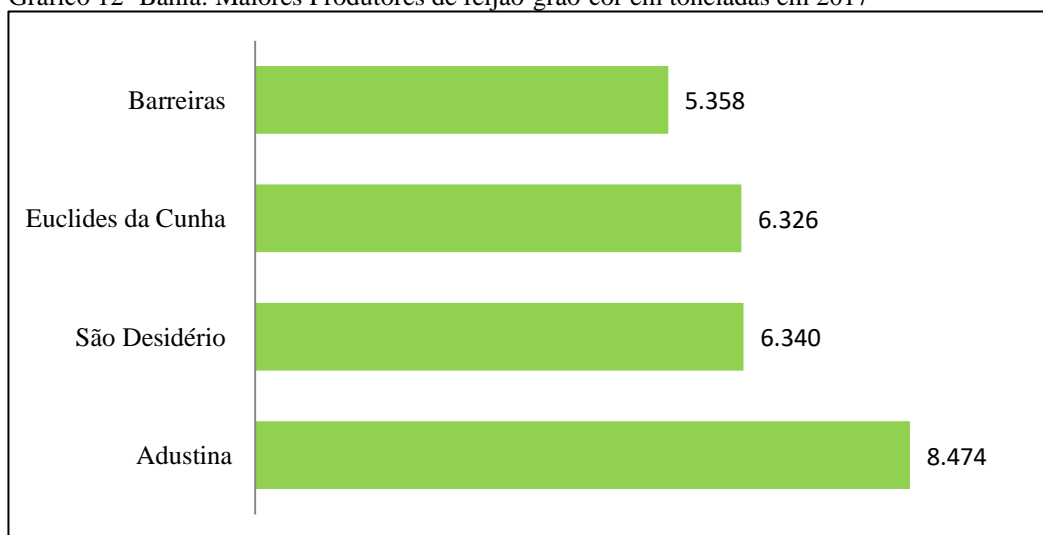


Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

No que tange à agricultura familiar desenvolvida no espaço agrário de Santo Estevão, fica perceptível que existe uma diferença entre produção e volume em toneladas. A produção agrícola de Santo Estevão é desenvolvida pelos agricultores nos minifúndios, sem grandes incentivos no que tange a organização produtiva para alcançar maior volume nas produções, ficando limitado em sua maioria ao consumo e pouco é destinado ao mercado. A produção neste caso não é sinônimo de volume em quantidade, muitos estabelecimentos cultivam o milho e feijão, porém tais culturas não ganham destaque na região em toneladas, muito menos na Bahia, estado com alguns municípios que se inserem em outra lógica produtiva pautada no modelo de agricultura patronal.

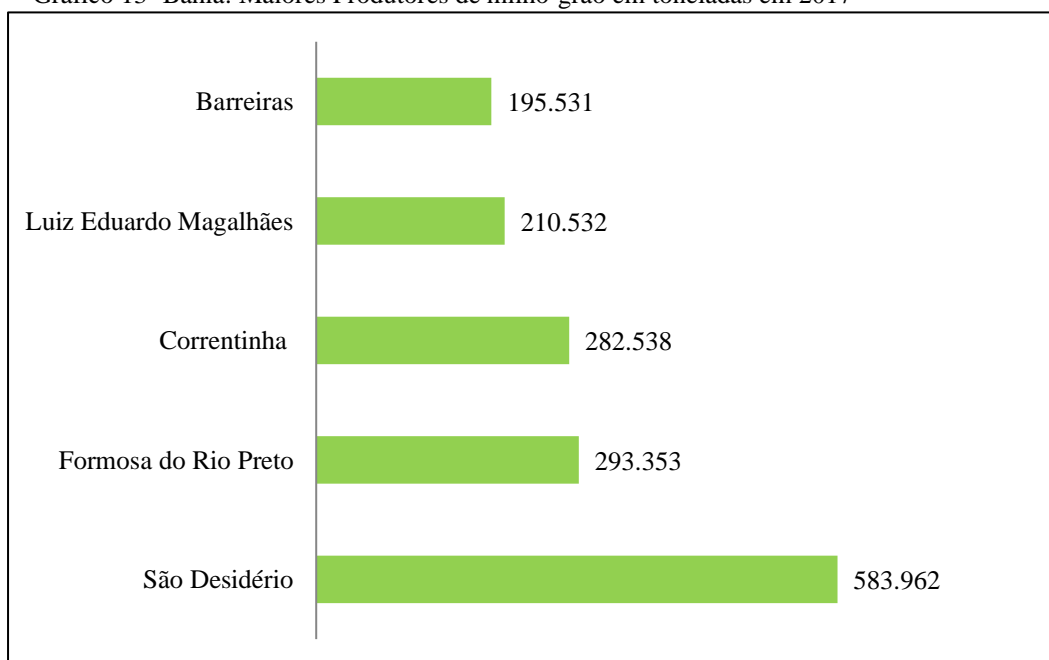
Em relação aos maiores produtores de feijão-grão-cor da Bahia, no ano de 2017 o município de Adustina liderou em produção com mais de 8.000 toneladas, como pode ser visto no Gráfico 12. Segundo os dados dos Gráficos 12 e 13, entre os maiores produtores de Feijão-grão-cor e de Milho acaba se repetindo alguns municípios do oeste baiano (Barreira, São Desiderio, Correntinha, Luiz Eduardo Magalhaes, Formosa do Rio Preto) - região considerada como a maior área de expansão agrícola do estado da Bahia pautada no modelo de agricultura patronal do agronegócio. Região conhecida também por produzir principalmente a soja, mas que também se destaca em outras culturas agrícolas. Até um passado recente, era a Agricultura Familiar a principal responsável por produzir, em maior número, a cultura do feijão na Bahia, atualmente, porém as grandes empresas do agronegócio estão produzindo esse tipo de cultura no estado.

Gráfico 12- Bahia: Maiores Produtores de feijão-grão-cor em toneladas em 2017



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

Gráfico 13- Bahia: Maiores Produtores de milho-grão em toneladas em 2017



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

Entre os maiores produtores de milho na Bahia, destacam-se os municípios do Oeste baiano, a principal fronteira agrícola do estado, que é uma área de intensa territorialização do capitalismo no espaço agrário. Cada vez mais esta região se destaca na produção de outras culturas, como a do milho, *commodities* que também servem como ração animal, exportadas para países como China, Holanda, Espanha etc. Segundo Elias (2011), um dos maiores problemas da penetração do capital globalizado no espaço agrário são as transformações que se estabelecem no modelo de produzir, o que, por sua vez, traz prejuízos ambientais, sociais e

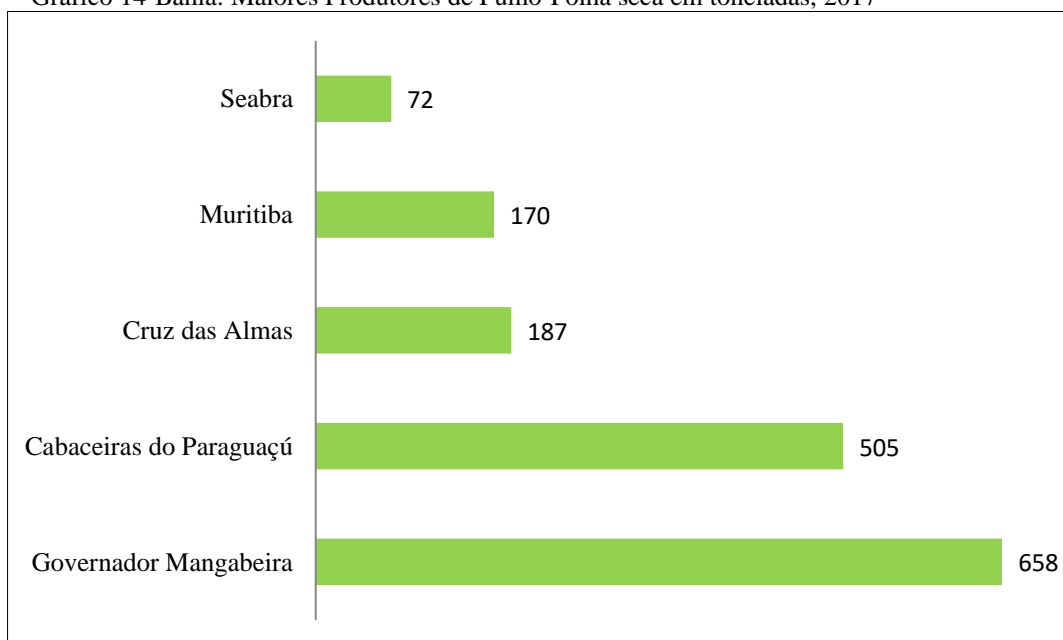
territoriais. Assim, os conflitos agrários referentes a desapropriações ou expulsões dos camponeses já fixados nos espaços tornam-se constantes.

Através dos dados da produção do milho e feijão na Bahia, podemos perceber que a produção agrícola do estado não está concentrada apenas nas grandes produções de milho e soja da região oeste da Bahia. Adustina, município baiano com 17. 126 habitantes (IBGE, 2010), onde a maioria da população ainda vive no campo e é composta por pequenos e médios produtores, se destaca no estado na produção de feijão. No entanto, quando mencionado nos principais meios de comunicação sobre o volume agrícola na Bahia, o destaque é voltado sempre para as grandes produções do Oeste baiano, visto que é a área de concentração das grandes monoculturas do agronegócio.

Vale ressaltar que o poder da narrativa associada à produtividade propalada pelo agronegócio é ainda um dos discursos presentes na mídia e no imaginário social brasileiro. Reis (2021) observou esta lógica em seu trabalho. Para a autora, os agentes do agronegócio construíram não apenas uma territorialidade baseada na ausência da diversidade produtiva no campo, mas também a valorização e naturalização das monoculturas construída na própria epistemologia motriz do processo. A aliança entre política e a mídia, fez emergir discursos cujos signos remetem ao agronegócio como sinônimo do desenvolvimento e da tecnologia, que traduz, entre outras coisas, na narrativa do “O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”. Sendo um campo sem diversidade, alicerçado pela narrativa única, não sobra espaço para a visibilidade das riquezas produtivas construídas pela agricultura familiar e pelos seus camponeses.

Em relação à produção fumageira na Bahia, de acordo com os dados do IBGE (2017) retratados no Gráfico 14, os maiores produtores ainda se concentram nos principais municípios do recôncavo baiano, que já tem um histórico de produção dessa cultura. Santo Estevão aparece em número de estabelecimentos rurais, 191 estabelecimentos plantam a cultura, como já registrado no Gráfico 11.

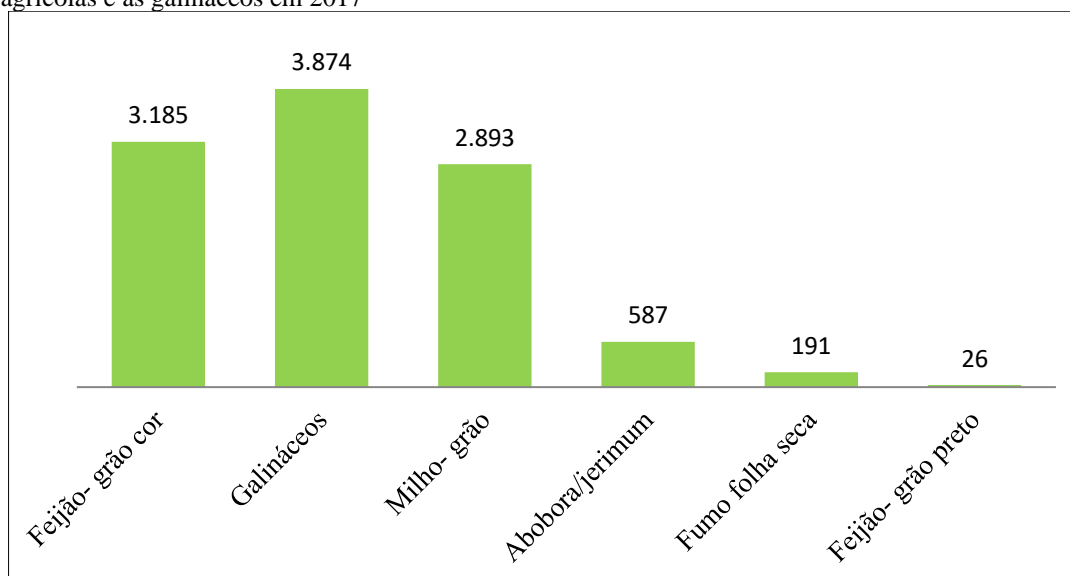
Gráfico 14-Bahia: Maiores Produtores de Fumo-Folha seca em toneladas, 2017



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020).

Partindo por outra lógica, mesmo diante as contradições presentes no espaço agrário de Santo Estevão, os dados apresentam a resistência camponesa, que é traduzida em não deixar enfraquecer o ato de cultivar as principais culturas, desenvolvidas geração após geração pelos agricultores familiares. Nesta direção, como apresenta o Gráfico 15, a quantidade de estabelecimentos rurais que desenvolvem as principais culturas agrícolas deixa visível essa produção e o trabalho desenvolvido pelos agricultores.

Gráfico 15- Santo Estevão: Número de estabelecimentos rurais que cultivam as principais produções agrícolas e as galináceos em 2017



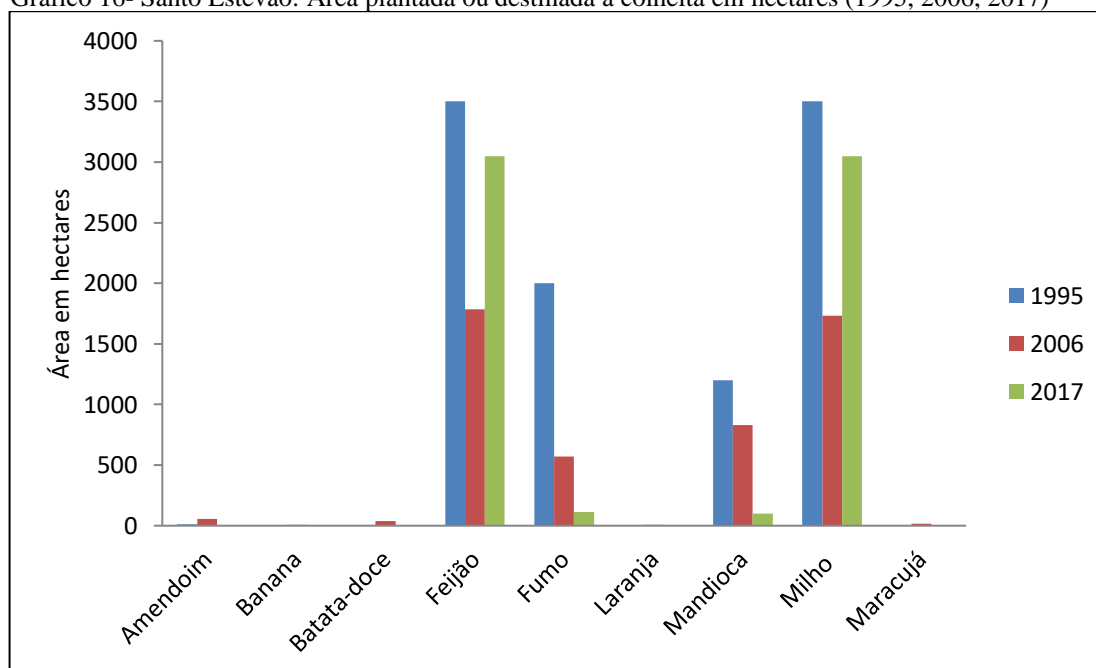
Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

No entanto, deve ser feito sempre o debate com os agricultores sobre a importância da diversidade de cultivos, as potencialidades em produzir roças alternadas é de grande relevância, por exemplo, uma vez que auxilia no aumento da renda e na diversidade produtiva. Assim, produzir vários tipos de culturas em um mesmo estabelecimento rural é fortalecer a diversidade e principalmente a soberania alimentar. A produção agroecológica é outro mecanismo que deve ser incentivado na maneira em que o pequeno agricultor produz suas culturas. Para Leff (2002):

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades rurais (LEFF, 2002, p.36)

Em relação às principais mudanças na produção agrícola de Santo Estevão ao longo do tempo, percebemos, por meio do Gráfico 16, o cenário de transformações produtivas que o espaço agrário da agricultura familiar já passou. No ano de 1995 o feijão, o fumo, a mandioca e o milho eram as culturas com maiores áreas cultivadas ultrapassando os 3500 hectares de produção, em especial o milho e o feijão. Essas mesmas culturas no ano de 2006 apresentaram um declínio significativo se comparado ao ano de 1995.

Gráfico 16- Santo Estevão: Área plantada ou destinada à colheita em hectares (1995, 2006, 2017)



Fonte: IBGE – PAM (1995, 2006, 2017). Elaboração: SILVA, L.C (2020)

A produção da mandioca e o fumo se esvaziou culturalmente entre os agricultores, além de ocupar uma área maior e demandar maior tempo, configura-se enquanto um dos motivos da

perda em produção ao longo das décadas dessas culturas. Sobre algumas mudanças na produção da agricultura familiar, segundo a coordenadora de agricultura de Santo Estevão:

A estiagem dificultou muito, hoje no nosso município perdemos muitas culturas, a exemplo da cultura do plantio do fumo. Hoje a gente tem uma dificuldade no plantio da mandioca, não por falta de agricultor e não por falta do cultivo, mas sempre falam que é por conta do tempo que leva para colher. Praticamente quase não se produz mais o fumo, não se produz mais. Hoje a produção do fumo do nosso município não chega a cinco por cento da produção. Teve um declínio no recôncavo, mas aqui foi de forma bem forte (Entrevista concedida por J. C. G. no dia 31.01.2020).

A estiagem para a entrevistada é a descontinuidade das chuvas ou a sua ausência durante longos períodos, o que impacta diretamente na produção agrícola de sequeiro. Já em relação ao último censo agropecuário, de 2017, percebe-se ainda com o Gráfico 16, um cenário produtivo com descontinuidades de produção, a exemplo das culturas da batata-doce, da banana, do maracujá e principalmente do amendoim, esta última deixando de ser cultivada em volume no espaço agrário de Santo Estevão, mesmo apresentando uma área de mais de 50 hectares de cultivo no ano de 2006.

No que tange a produção total em hectare, a chegada do século XXI para o espaço agrário produtivo de Santo Estevão foi cenário para fragmentação e descontinuidade das formas de trabalho. A redução da área total em cultivos tem relação com a migração dos agricultores, a inserção do trabalho assalariado na cidade e nas práticas de pluriatividade como já mencionado e na falta de políticas públicas mais direcionadas.

O fumo ganhava destaque também, além do milho e feijão. Era por meio da reprodução das roças que se criava uma função, destinada ao consumo familiar, já o excedente era vendido em maior número na feira livre local, segundo os relatos dos agricultores. Os membros familiares exerciam influência também, as famílias em sua maioria eram mais numerosas, assim tanto requeria uma produção maior de alimentos, quanto a força de trabalho era mais bem distribuída entre filhos, pais e demais familiares em geral. Além da ausência de grandes tecnologias para auxiliar nos processos produtivos, o campo de Santo Estevão, e assim como em todo cenário nacional, na década de 1980 e 1990, prevalecia o descaso no que tange às políticas públicas mais direcionadas à agricultura familiar, os agricultores se mantinham por estratégias próprias de sobrevivência.

A relação família, terra e trabalho pode ser analisada também no espaço agrário de Santo Estevão para entender as mudanças do campo em relação à produção agrícola juntamente com suas práticas socioculturais. Percebe-se que novos elementos penetram no campo, à medida que

a migração, os trabalhos não agrícolas e as novas influências externas culturais alcançam mais intensamente essas áreas, com o tempo, estes fatores acabam incentivando a criação de uma gama de novos arranjos, funções, usos, paisagens e formas de trabalho e de consumo.

Diante do exposto, o que se percebeu no espaço agrário estudado, confirmado também pelos dados já analisados, transformações e mudanças na produção agrícola familiar. A não continuidade produtiva de muitas culturas, a fragmentação da propriedade rural e o incentivo cada vez mais do distanciamento principalmente dos jovens desse tipo de atividade, alimentado também pela ausência de políticas públicas mais direcionadas para o fortalecimento da categoria influenciaram essas transformações. No entanto, as mudanças na dinâmica da agricultura familiar não podem ser vistas apenas enquanto elemento negativo, uma vez que se insere no curso das mudanças sociais e econômicas, inerentes à condição humana. Além disso, as alterações na forma de trabalho são causa e efeito de contextos estruturais hegemônicos, de modo que os processos no campo mudam porque a sociedade muda também.

Em relação aos outros elementos que compõe a produção agrícola familiar, existem as culturas com menos expressividades produtiva sendo ainda reproduzida no espaço agrário de Santo Estevão, como pode ser visto na Figura 21.

Figura 21: Santo Estevão: Quintais produtivos encontrados nas comunidades do Lamarão e Várzea da casa.



Fonte: Trabalho de campo. A autora (2019, 2021).

A produção que não é contabilizada ou de difícil mensuração pelos dados é um elemento importante, uma vez que os plantios que ficam restritos ao autoconsumo são responsáveis pelo

fortalecimento da soberania alimentar de muitos agricultores, a exemplo do quiabo, abobora, batata-doce, tomatinho, couve e de frutas como acerola, manga, cajú, umbu, cajá, banana e tantas outras não aparecem nos dados devido à baixa quantidade produzida.

Outra questão é que esse tipo de produção não é reconhecido pelos agricultores como produções que valem a pena de ser mencionadas quando os representantes do censo agropecuário chegam a suas residências, porém são produtos que auxiliam na alimentação de muitos agricultores.

Dessa forma, a diversidade de situações e de produções reflete o aspecto em comum que os agricultores santo-estevenses tem com outros os milhares de agricultores familiares do Brasil. Mas isso não quer dizer que a produção familiar represente um grupo social homogêneo, muito pelo contrário. A realidade multiforme desta forma de produção é resultante da sua capacidade de adaptação a diferentes ambientes históricos e conjunturais (SCHNEIDER, CASSOL, 2017).

A agricultura familiar mais precarizada e sem terras se encontra em um longo processo de criar meios para que a chama do “fogão à lenha” não se apague, uma vez apagada os membros da família ou não se alimentam ou precisam criar meios de descontinuidades do seu modo de vida. São através de estratégias que reinventam a forma de manusear os poucos recursos que os agricultores e as agricultoras mais precarizados criam para não serem expulsos do campo pela pobreza e pela falta de renda. O campo da pouca terra ainda é o espaço dos descasos no que tange às políticas públicas, porém é o terreno fértil para as resistências e para potencialidades diversas, por isso “[...] o agricultor familiar não é um estado, é um devir, é um emblema instituinte de representações sobre modos de organização da sociedade” (NEVES, 2007, p.106)

4 O ESPAÇO AGRÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ESTEVÃO

O objetivo do presente capítulo é analisar, de forma empírica por meio dos resultados adquiridos no trabalho de campo, como são realizadas as diversas formas de reprodução da agricultura familiar no espaço agrário de Santo Estevão. Políticas públicas, novas vivências rurais, renda e trabalho serão alguns dos tópicos mais presentes nas discussões, compreendendo o campo como ambiente de constantes mudanças e adaptações.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A AÇÃO DO ESTADO

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar no Brasil se encontram em processos de descontinuidades, enfraquecimento e ausências. Os cenários políticos atuais permitiram acelerar os descasos que, ao longo do tempo, foram destinados às pessoas mais pobres do campo no país. Não podemos deixar de mencionar também os impactos que a pandemia da COVID-19 vem causando também no campo, principalmente para os pequenos produtores que viram as vendas das suas produções agrícolas despencarem pelo efeito da doença na economia e na sociedade como um todo. No entanto, para além das dificuldades econômicas enfrentadas, foram os agricultores familiares, camponeses e sem terras que doaram toneladas de alimentos para milhares de famílias que passaram por processos de empobrecimentos pela crise causada pela pandemia, reafirmando, portanto, o espírito de coletividade e de cooperação que existe entre os segmentos sociais mais pobres no Brasil. O MST por exemplo, foi um dos movimentos de luta que mais doou alimentos orgânicos na pandemia. Toneladas de produtos saíram de muitos assentamentos para destinar as pessoas mais necessitadas durante a crise causada pela Covid-19.

Com relação às políticas públicas para os agricultores, compreende-se que historicamente os créditos e os esforços públicos priorizaram a grande produção do latifúndio, em contrapartida negligenciou quem de fato produz alimento no país, a agricultura familiar. Partindo desse pressuposto, as políticas públicas para a agricultura familiar de Santo Estevão se inserem no contexto mencionado acima, com momentos de ausências e descontinuidades, mesmo reconhecendo os esforços e conquistas adquiridas nas décadas anteriores com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

No contexto nacional, de acordo com o estudo feito por Souza (2014), as principais políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e pequenos produtores são: Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Garantia Safra, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), Programa Terra Legal, Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Organização Produtiva das Mulheres Rurais, Territórios da Cidadania, Arca das Letras, Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), (MDA, 2013).

Entre as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, o PRONAF configura-se como uma das políticas públicas mais conhecidas e acessadas pelos os agricultores, porém esta política, que é destinada ao acesso ao crédito, possui outras subcategorias que, em sua maioria, são desconhecidas pelo seu público alvo. O PRONAF, inicialmente, foi criado para ser uma política de investimento e custeio, mas, com o passar dos anos e com o reconhecimento da diversidade que existe entre os agricultores mais pobres, outras subcategorias foram sendo alocadas. Algumas das subcategorias do PRONAF são: PRONAF – Floresta, PRONAF – Semiárido, PRONAF – Mulher, PRONAF – Jovem, PRONAF - Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, PRONAF - Cotas-Partes, PRONAF - Microcrédito Produtivo Rural, PRONAF – Agroecologia, PRONAF – PGPAF, PRONAF – Eco, PRONAF - PNCF e PNRA e o Mais Alimentos. (MDA, 2013)

No município de Santo Estevão, as principais políticas públicas que ocasionaram mudanças na qualidade de vida dos moradores do campo, construídos principalmente pelo Governo Federal, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores foram: o programa de eletricidade rural mais especificamente o “Luz para Todos” criado no ano de 2003, teve como objetivo acabar com a exclusão elétrica no país; o programa “Bolsa Família” reelaboração do “Bolsa Escola”, reconstruído no ano de 2004, também pelo Governo Federal com objetivo de contribuir para a eliminação da extrema pobreza e miserabilidade; o fundo de “Garantia Safra”, criado em 2002 com objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência para os agricultores com perda da safra devido ao fenômeno de estiagem; a Política Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado em 2009 com finalidade de estruturar mecanismos para que o agricultor familiar, o trabalhador rural e as comunidades tradicionais tivessem acesso à moradia digna no campo; O Programa “Água para

Todos”, programa do Governo Federal, através da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), sua primeira etapa foi criado em 2011 no governo de Dilma Rousseff, com objetivo construir cisternas, açudes e barragens nas áreas rurais, aproveitando água da chuva que cai no telhado e armazenando para o consumo e produção; O Programa Semeando, executado pela EBDA³⁹, em parceria com a Superintendência de Agricultura Familiar a Seagri/Suaf, criado em 2007, com objetivo de distribuição de sementes e mudas de boa qualidade, além de capacitar os agricultores para formação de bancos comunitários de sementes, programa destinado aos agricultores familiares da Bahia; e o PRONAF, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 1996, com objetivo de atender de forma diferenciada os agricultores familiares, assentados de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, por meio dos financiamentos de forma individual e coletiva para elevar a produtividade (SOUZA, 2014), (MDA, 2013).

De acordo com a Coordenadora Municipal de Agricultura Familiar de Santo Estevão, a Sr^a Jacirene Conceição, a construção das cisternas no campo foi uma das últimas políticas públicas implantadas no município que transformou a lógica de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores rurais. A estiagem das chuvas ainda consiste enquanto uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores, uma vez que, existindo a possibilidade de minimizar o problema da falta de água, acaba por melhorar na qualidade de vida desses agricultores. De tal sorte que, sem as cisternas, gastava-se muito tempo nas caminhadas coletivas a procura de água para o consumo diário, além dos gastos com a compra de água por meio dos “carros pipas”.

Com relação aos dados disponibilizados pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) na área rural de Santo Estevão possuem 4973 estabelecimentos agropecuários, e dentre estes apenas 10% possuem cisterna, isso significa que apenas 497 estabelecimentos rurais possuem cisternas. Os modelos das cisternas disponibilizadas pelo Governo Federal, através da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) com o programa “Água para Todos” no município de Santo Estevão foi executado em duas etapas com o apoio da Prefeitura Municipal, a primeira parcela dos agricultores recebeu inicialmente as cisternas de cimento (Figura 22) e no segundo momento, outra parcela receberam as cisternas de polietileno, como pode ser visto da Figura 23. De acordo com os dados da Prefeitura Municipal sob responsabilidade da Coordenadoria de agricultura familiar só em 2018 foi lançado uma das etapas do projeto, que teve como

³⁹ Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária

iniciativa o Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com o Portal do Sertão e da Prefeitura Municipal sendo disponibilizadas 108 cisternas, um investimento no valor de R\$ 419.430.96. Além do projeto das cisternas, o município possui o projeto municipal de universalização da água encanada potável, que, em 2019, alcançou 80% de projeto concluído, segundo o poder público municipal. Assim, aquelas comunidades que não possuíam rede de água encanada construída pela EMBASA⁴⁰ foram as mais beneficiadas com a implementação das cisternas.

Figura 22- Santo Estevão: Modelo de cisterna de placa de cimento, comunidade rural do Paiaíá, 2021



Fonte: Trabalho de campo. SILVA, L. C. (2021).

Figura 23- Santo Estevão: Modelo de cisterna de polietileno, comunidade do Paiaíá, 2020



Fonte: Trabalho de campo. SILVA, L. C. (2020).

Outro elemento extremamente importante que permite relativo equilíbrio financeiro a muitas famílias no campo é a aposentadoria rural. É fácil encontrar em um mesmo

⁴⁰ Empresa Baiana de Águas e Saneamento

estabelecimento familiar duas ou mais famílias que são dependentes financeiramente da aposentadoria dos pais ou de avós, por exemplo. Chegar a gozar do direito constitucional da aposentadoria rural para muitos agricultores é uma espera vista com certa ansiedade, alcançar a velhice desfrutando desse direito é chegar ao maior patamar da qualidade de vida rural para aquelas famílias mais pauperizadas. Nesta perspectiva, para Paulilo (2004, p. 235) alcançar a aposentaria “[...] não significa parar de trabalhar, mas receber todo mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado. Com a longevidade aumentando cada vez mais, os que trabalham junto à família ficam na posição de dependentes por longo tempo”.

Foi perceptível com a pesquisa de campo que ser beneficiário desse tipo de previdência social não necessariamente é deixar em segundo plano o trabalho, muito pelo contrário. São os adultos e os idosos que mantêm a agricultura familiar do município ainda funcionando. Nesta perspectiva, a coordenadora municipal de agricultura reafirmou que a figura principal que ainda mantém os cultivos agrícolas são os idosos:

A gente tem hoje um cronograma baseado no Garantia Safra que as pessoas que vêm buscar esse direito são pessoas de 50 anos acima, os jovens são minorias que permanecem ou ainda plantam na roça. A gente ver na no sistema da DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, percebemos que a maioria que busca esses direitos são aquelas pessoas que até mesmo que já estão aposentados (Entrevista concedida por J. C. G. no dia 31.01.2020).

O trabalho é a categoria que está presente em todas as gerações rurais, desde a infância até a velhice. O trabalho e a reprodução das roças são processos indissociáveis. Para as famílias inseridas na agricultura familiar, geralmente a infância é marcada pelo trabalho, e não muda muito com a velhice. O funcionamento do estabelecimento rural depende do trabalho familiar e, por isso, é uma categoria tão presente na vida dos membros inseridos. Nesta perspectiva, Rios (2011, p.27) aponta que “os alunos e alunas da roça, iniciam suas histórias de trabalho desde a infância, o trabalho na roça chega cedo, aos cinco, seis, sete anos – eles e elas já passam a conviver com a “lida” nas plantações, a “lida” doméstica”. Além disso, a infância é marcada pelo ato de cuidar dos irmãos e dos animais, obrigações que, normalmente, são associadas às tarefas escolares, ou se sobrepõem a estas. A jornada se torna, portanto, dupla ou tripla a depender da idade, e o trabalho passa a ser o elemento principal desta vida. O cenário de matrículas dos alunos do campo no município pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11- Santo Estevão: Matrícula Total no município, Número de alunos e Escolas do Campo , 2012 a 2014

Ano	Matrícula total	Nº de alunos do campo	Nº de escolas do campo
2012	8.186	4.089	29
2013	8.198	3.856	29
2014	8.097	3.604	25

Fonte: MEC/INEP. Secretaria Municipal de Educação (2015).

A redução do número de alunos nas escolas do campo é um cenário presente no município, além da redução no número de filhos por mulheres, os processos migratórios, a negligência no direcionamento das políticas públicas de permanência, somado ao fechamento de escolas no campo são alguns dos fatores que impactam diretamente na dinâmica educacional e no número de matrículas nas escolas rurais de Santo Estevão, processo este que discutiremos mais adiante. A questão do cenário educacional no campo de Santo Estevão discutiremos mais adiante.

Ainda sobre as políticas públicas, as entrevistas realizadas com a coordenadora da Agricultura Familiar de Santo Estevão, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar de Santo Estevão o SINTRAFSE, além do contato com os líderes das associações e os demais agricultores permitiram a compreensão do cenário atual do campo referente às políticas públicas construídas e redirecionadas para a agricultura familiar. O quadro 3 apresenta as principais políticas públicas existentes no município além daquelas que deixaram de existir ao longo da última década.

Como já mencionado, 90% das políticas públicas e projetos direcionados para a agricultura familiar de Santo Estevão se deu pelas ações do Governo Federal, em especial os governos do Partido dos Trabalhadores-PT nas últimas duas décadas. O campo anterior a esse período se constituía por cenários de esquecimentos e ausências em políticas públicas para o agricultor mais pauperizado. O reconhecimento é legítimo uma vez que são os sujeitos mais pobres do campo que diretamente perceberam as mudanças em suas vidas quando se teve acesso, em maior escala, à eletricidade, à água limpa para o consumo e a uma renda mínima visando garantir a alimentação básica das famílias. Porém, para além do reconhecimento das ações do Estado, são as lutas sociais do campo que exercem papel fundamental nas conquistas das políticas públicas para os agricultores familiares.

Quadro 1- Santo Estevão: Políticas públicas para agricultura familiar em todos os níveis de governo implementadas no município.

POLÍTICAS E PROJETOS	COMPETÊNCIA FEDERAL	COMPETÊNCIA ESTADUAL	COMPETÊNCIA MUNICIPAL	POLÍTICAS E PROJETOS FINALIZADOS/ VIGENTES ¹ EM SANTO ESTEVÃO
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação (PNAE)				-
PRONAF				V
Bolsa Família				V
Aposentadoria Rural				V
CadÚnico				V
Crediamigo/ Agroamigo				V
Garantia Safra				V
PNHR				V
Programa água para todos				V
Programa de Eletrificação Rural				V
PAC- pá carregadeira, retroescavadeira, carro pipa, caçamba.				V
Programa requalificando aguadas e açudes				V
Programa aração de terras				V
Programa Semeando				F
Programa recuperando estradas rurais				V
Programa de distribuição de caixas d'água				V
Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária				V

Fonte: FAO/INCRA; (SOUZA, 2014); Elaboração: SILVA, L. C.(2020).

Notas¹: Vigentes- V; Finalizados- F; Não se aplica -

Por meio do Quadro 3, também é possível observar que as principais políticas públicas implementadas no campo de Santo Estevão foram executadas pelo Governo Federal. A principal ação do governo do Estado se deu pela articulação com a ASA na construção das cisternas, além de outros projetos em parceria com a EBDA⁴¹ não mais existente na Bahia.

Em relação ao PRONAF, a adesão do programa entre os agricultores do município de Santo Estevão vem diminuindo ao longo do tempo. Ainda de acordo com a coordenadora de Agricultura Familiar do município, um dos principais problemas que dificulta a permanência dos agricultores no campo é a falta de incentivo e recursos, além da falta de conhecimento acerca dos direitos e das políticas públicas criadas para esse público, assim para a mesma:

Essa evasão do homem do campo tem a ver com a permanência dele na sua propriedade. Ela vem até pela falta do recurso, de condições pra ficar, por que a políticas públicas voltadas para o homem do campo é pouca, tanto a nível Federal como Estadual, e o município por si só ele não dá conta. Mas a própria política pública acaba dificultando, por exemplo, existe o PRONAF jovem, tem para a mulher, mas a gente ver tudo na teoria, quando parte para a prática percebemos que dificulta quando esbarra na burocracia. No nosso município, por exemplo, hoje nunca se conseguiu implantar esse PRONAF jovem, que é uma política que pode ajudar a permanência do homem no campo e as vezes nem o próprio agricultor sabe que existe. A verdade é que é uma política que é divulgada muito pela mídia, mas na base não chega e quando algum se desperta para o interesse de buscar saber, quando se depara com a burocracia percebe que é difícil e as vezes não consegue se enquadrar (Entrevista concedida por J. G. C. dia 21/01/2020).

O PRONAF enquanto política de crédito e financiamento rural possui fragilidades e limitações que dificultam o acesso aos agricultores mais pobres. Suas subcategorias hierarquizam os perfis de agricultores familiares, porém é uma das poucas políticas públicas que o agricultor familiar tem acesso e tem conhecimento da sua existência. No município de Santo Estevão, são as Associações Comunitárias, o Sindicato dos Agricultores Familiares e a Prefeitura Municipal que diretamente incentivam e levam as informações para os agricultores sobre os caminhos para conseguir os créditos do PRONAF. Como já mencionado, os números de contratos feitos pelos agricultores nesse tipo de programa vêm diminuindo ao longo dos últimos anos, como podemos observar na Tabela 12.

De acordo com os dados dos anos analisados, foi no ano de 2016 que o município de Santo Estevão obteve o maior número de contratos feitos pelos agricultores para ter acesso ao PRONAF. No ano seguinte, reduziu drasticamente a quantidade dos contratos feitos, tal redução

⁴¹ Em Santo Estevão existia uma sede da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuária- EBDA, o órgão foi extinto na Bahia no de ano 2015, e parte de suas competências ficou sob responsabilidade da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER).

está relacionada aos poucos investimentos no programa no período pós golpe que aconteceu no país em 2016 com a retirada da presidente eleita Dilma Rousseff.

Tabela 12- Santo Estevão: Investimento via PRONAF, 2016-2017

DAP em 16/08/2017	PRONAF			
	2016		2017	
Nº de DAP Principal	Nº total de contratos	Valor total de crédito acessado (R\$)	Nº total de contratos	Valor total de crédito acessado (R\$)
2.193	956	1.478.733,75	457	742.465,14

Fonte: Banco Central do Brasil, SDE (2018), SEAD (2022). Elaboração: SILVA, L. C. (2020)

Outra forma de acesso ao crédito destinado à agricultura familiar que alguns agricultores do município solicitam é o Agroamigo, que também faz parte de uma das categorias do PRONAF. O Agroamigo é subdividido em “Agroamigo crescer” que atente ao público dos agricultores inseridos no PRONAF B, e o “Agroamigo mais” que atente às demais categorias do PRONAF, exceto o grupo A e A/C (MDA, 2010). Os agricultores de Santo Estevão normalmente solicitam esta formalidade de auxílio para as melhorias nas estruturas dos currais dos animais e cercados, compra de criações de animais, para a agricultura, além de investirem alguma quantia em artesanatos e nos pequenos comércios.

Outra informação importante coletada no trabalho de campo é sobre as instituições bancárias que o agricultor vai à procura para acessar o Programa do PRONAF. De acordo com o gerente da agência do Banco do Brasil de Santo Estevão, o programa está ativo no município, porém, na agência onde trabalha, os próprios agricultores não solicitam o crédito. Ainda segundo o mesmo gerente, os números dos contratos ativos são feitos em outras instituições como o banco do Nordeste por meio das visitas dos técnicos em parceria principalmente com o Sindicato dos agricultores familiares, uma vez que na cidade não existe sede da agência do banco do Nordeste, os técnicos vem de municípios vizinhos, como Feira de Santana.

Vale ressaltar também que os números ativos das DAPs⁴², (Declaração de Aptidão ao PRONAF) no município é baixo comparado a quantidade de estabelecimentos rurais que existem no espaço agrário de Santo Estevão. Em 2017, apenas 2.193 agricultores possuíam a

⁴² De acordo com antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em maio de 2016 no Governo de Michel Temer, a DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e possui duração de dois anos. Foi por meio do decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016 que o Governo Federal transferiu as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estavam com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead).

DAP ativas. Esta declaração é muito importante por que é justamente através dela, cuja emissão se dá pelos órgãos públicos e autorizadas pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF)⁴³, que os agricultores familiares conseguem ter acesso aos principais programas e às políticas públicas mencionadas anteriormente, a exemplo do Garantia-Safra, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Brasil Sem Miséria – PBSM, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Beneficiário Especial da Previdência Social Aposentadoria Rural - Funrural e o próprio PRONAF (MDA, 2015). Em contato com alguns líderes de associações rurais, estes apontaram que muitos agricultores familiares não possuem a DAP pela falta de documentação das terras, pelo uso de terras de terceiros ou familiares ou até mesmo pela limitação das suas terras, muitos não chegam a possuir 1 tarefa de terras, o que é equivalente a 0,43 em hectares e impossibilita na aquisição do cadastro rural.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Santo Estevão nunca existiram de maneira eficiente. O poder público local teve a iniciativa de fazer convênios com os agricultores, porém, segundo os mesmos, no município não havia uma regularidade de produção dos alimentos utilizados na alimentação escolar. Isso não permitiu criar incentivos e organização entre os agricultores para que tais programas funcionassem, muitos agricultores não tem conhecimento da existência dos programas, assim não criam organização para produzir com a regularidade necessária. Além disso, a ausência de cooperativas, projetos solidários e coletivos de geração de renda dificulta na funcionalidade dos programas, criou-se assim dificuldades para que o PAA funcionasse no município. De acordo com a presidente do SINTRAFSE, o poder público compra produtos da agricultura familiar de outros municípios vizinhos, porém não criam estratégias para que essa renda fosse gerada pelos próprios agricultores de Santo Estevão, cenário esse que cria descaso para a valorização da agricultura familiar e, portanto, gera sua estagnação.

Em relação ao programa Bolsa Família⁴⁴, vale dizer que as políticas públicas de redistribuição de renda são extremamente importantes para amenizar das desigualdades

⁴⁴ Após 19 anos de funcionamento do maior programa de redistribuição de renda da história do Brasil, foi extinto em agosto de 2021 o Bolsa Família. Com a medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 o Governo Federal liderado pelo presidente Jair Bolsonaro instituiu o programa Auxílio Brasil com objetivo de substituir o antigo Bolsa Família (BRASIL, 2021). A medida foi feita em um cenário de crise sanitária causada pela Covid-19 com o

presentes no país. Para os agricultores familiares do município, esse programa auxilia na melhoria da qualidade de vida de muitas famílias com rendas inferiores a R\$140,00 por pessoa e que tenha cadastro no Cadastro Único. O cadastro no programa Bolsa Família é feito em sua maioria pelas mulheres que têm filhos com frequência ativa na educação básica. No que tange ao programa, para muitas famílias do campo em questão, este se caracteriza como a única garantia efetiva que auxilia na compra de alimentos e despesas básicas do ambiente familiar. Mesmo o valor financeiro sendo relativamente baixo para suprir todas as necessidades, ainda sim é de grande importância, principalmente para as mulheres que só possuem essa renda para suprir pequenas demandas pessoais e do coletivo familiar. No que concerne aos dados, com a Tabela 13 pode-se ter uma noção da quantidade de beneficiários do programa no município.

Tabela 13- Santo Estevão: Programas Bolsa Família no ano de 2017-2019; Garantia Safra, 2018.

Garantia Safra		Bolsa Família					
2018		2017		2018		2019	
Nº de beneficiários	Valor total em milhões (R\$)	Nº total de beneficiários	Valor total em milhões (R\$)	Nº total de beneficiários	Valor total em milhões (R\$)	Nº total de beneficiários	Valor total em milhões (R\$)
1.544	252.960.00	8.378	17.938	8.512	18.700	7.412	18.788

Fontes: Governo Federal; Portal da Transparência (2020). Elaboração: SILVA, L. C. (2020)

Em relação aos dados do programa Bolsa Família da Tabela 13, percebe-se que o valor disponibilizado pelo Governo Federal nos anos analisados evoluiu, porém o número de beneficiário no município sofreu uma redução. Já para os beneficiários do programa Garantia Safra, 1544 agricultores conseguiram acessar o programa no ano de 2018, conseqüentemente, obteve o seguro para auxiliar nas despesas. O programa Garantia Safra auxilia o pequeno agricultor quando suas produções são atingidas pela escassez ou irregularidade de chuvas, o que prejudica todo ciclo produtivo. Outra questão que dificulta os agricultores conseguirem a inscrição no garantia safra tem relação com Declaração de Aptidão ao PRONAF a DAP, como já apresentado anteriormente. Muitos não possuem a DAP ou por não possuírem terras o suficiente para se enquadrar nos parâmetros assegurados pelo programa, ou por trabalharem em terras de terceiros, além disso, existem aqueles agricultores que possuem pequenas quantidades

objetivo de criar um valor fixo de R\$ 400,00 reais para as famílias que se enquadravam no programa. Porém, criou-se um cenário de incertezas e redução no valor repassado, desqualificando a proposta que se tinha do Bolsa Família.

de terras, no entanto, não tem a titulação das mesmas. Dessa forma, existem políticas que podem auxiliar para a qualidade de vida do agricultor familiar, porém, existem as burocracias e os parâmetros fundiários que os impedem de serem contemplados em muitos programas.

Em relação a Política Nacional de Habitação Rural (PNHR) que disponibiliza novas habitações para os agricultores familiares que vivem em casas em situação precária, tal política no campo de Santo Estevão se configura como uma ação muito necessária do Governo Federal juntamente com o poder público local, uma vez que esta política cria meios para que os agricultores tenham o mínimo de conforto digno, com novas casas com banheiro e sanitário, elementos historicamente ausentes em muitas casas. As primeiras construções do PNHR em Santo Estevão inicialmente foi uma conquista da luta do SINTAFSE e das associações rurais, o poder público local se encarregou de operacionalizar as construções, que atualmente são mais de 200 casas construídas por meio desse programa. O modelo que foi implementado no campo em Santo Estevão pode ser observado na Figura 24.

Figura 24 – Santo Estevão: Modelo de casas construídas pelo PNHR na comunidade de Capoeira do Ribeiro, 2020.



Fonte: Trabalho de campo. SILVA, L. C (2021)

Na Figura 25 mostra uma das propagandas divulgada pelo Governo Municipal apresentando o Programa de habitação rural vinculado ao PNHR. Nesta etapa a Prefeitura Municipal em parceria com o Banco do Brasil e o Instituto para Um Mundo Melhor (IMMEL)

entregaram 39 casas para as famílias dos agricultores que viviam em péssimas condições de moradia no campo

Figura 25- Santo Estevão: Propaganda da Prefeitura Municipal, Programa PNHR, 2020



Fonte: ASCOM, Santo Estevão. Instagram (2020).

Em relação às políticas públicas para a agricultura familiar, de acordo com as líderes do SINTRAFSE, há uma parceria entre o sindicato, as associações rurais e o poder público na aquisição e implementação dos principais programas, assim segundo a presidente do sindicato no município, no que tange as políticas públicas implementadas:

Teve um milhão de cisternas, habitação rural, o projeto de apicultores, avicultura, caprino, suíno. Muitas políticas, os projetos tiveram o vínculo com os órgãos estaduais e federais, parceria muito grande. A construção de habitação rural, por exemplo, auxiliou para a melhoria de vida do homem do campo, para o agricultor. O sindicato que foi, na verdade, a base pilar para a criação desse projeto no município. Quem primeiro contribuiu nas primeiras habitações rurais na zona rural foi o Sindicato em parceria com a Prefeitura e os órgãos Federais (Entrevista realizada com o SINTRAFSE em 16/09/2020).

As demais políticas públicas se inserem mais em medidas paliativas, já apresentadas no quadro anterior. O poder público local ainda é o principal agente capaz de criar estratégias por meio das políticas públicas para melhorar e impulsionar a agricultura familiar, porém, as ações se inserem mais na lógica do convívio com o rural do que fomentar a melhoria na qualidade do trabalho dos agricultores. São disponibilizados aos agricultores por meios dos programas locais

caixas d'águas para armazenar água das chuvas, fazem sempre a requalificação e patrulhamento das estradas rurais, das aguadas, auxiliam mesmo que de maneira limitada o projeto de aração de terras⁴⁵, no entanto, as políticas públicas de geração de renda no rural, a exemplo da construção de cooperativas para produzir alimentos, pescados, artesanato, compotas de frutos, ovos de galinha caipira e demais produtos não são devidamente fomentadas ou fortalecidas no espaço agrário do município pelo poder público local. Com efeito, a prática da agricultura familiar tende a reproduzir seus cultivos por meios das técnicas tradicionais, sem auxílio, por exemplo, de uma assistência técnica ou projeto de melhoria para fortalecer e impulsionar a produção. Além da pouca terra e uso excessivo do solo, as repetições dos mesmos cultivos e das mesmas técnicas auxiliam no processo de migração daqueles jovens que são “expulsos” do campo pela pobreza e falta de trabalho.

Ainda de acordo com a experiência dos membros do SINTRAFSE, a realidade do campo de Santo Estevão é caracterizada por cenários de estagnação dos cultivos e a falta de participação dos jovens para a reprodução da agricultura familiar, assim, segundo os membros da presidência do sindicato:

A mudança hoje, na sua maioria está vinculado ao fato de que a juventude praticamente não quer saber da agricultura. Primeiro por que não tem uma política específica pra os jovens da agricultura familiar que incentivem eles, não existe uma escola agrícola no município, além disso, os gestores municipais não investem especificamente em projetos ligados à agricultura familiar. Assim, não existe oportunidade para os jovens permanecer na zona rural. Então, hoje os jovens normalmente estudam, concluem o ensino médio e depois vão procurar trabalhos fora da agricultura. Quem está mantendo ainda agricultura familiar no município são os idosos, quem possui acima de 30 anos, as pessoas abaixo desta idade não querem ficar de roça. Primeiro porque a violência subiu muito, e a qualidade de vida financeiramente ficou muito cara. Então, hoje a agricultura diminuiu muito por isso. Não temos essa ligação, essa permanência. Em relação a fortalecer a cultura da permanência no campo, o sindicato até tentou, buscando os projetos ligados a agricultura familiar pra os jovens, mas infelizmente não deu continuidade, estagnou. Apesar de uma série de fatores que acabam expulsando esses jovens, que na verdade são vários para além do trabalho em si. (Entrevista realizada com o SINTRAFSE em 16/09/2020.)

No geral, a dignidade para as famílias mais pobres do campo nas comunidades visitadas está vinculado também as políticas públicas ligadas as melhorias na infraestrutura dos seus lugares. Quando a creche, a escola, o posto de saúde, o calçamento chegam nos espaços rurais,

⁴⁵ O poder público local possui um programa de aração de terras que disponibiliza gratuitamente o serviço para os agricultores que são membros das associações rurais, no entanto, esse programa ficou mais de dois anos parados (2017, 2018) posterior a esse período a parceria dada pelo poder público foi sendo enfraquecida, sendo as associações juntamente com os agricultores que custeavam o serviço, normalmente pagavam pela hora dos tratoristas. Em 2021 o Governo Municipal retomou com o programa, disponibilizando mais de 3.500 horas de aração para os agricultores vinculados as associações rurais.

junto se cria um ambiente melhor e com mais acesso aos serviços públicos, que historicamente concentravam na cidade. Este cenário pode ser visto no Quadro 4 com as falas dos agricultores em relação a melhoria nas suas comunidades nas últimas décadas.

Quadro 4- Santo Estevão: falas dos agricultores em relação a infraestrutura das Comunidades rurais visitadas

Comunidades visitadas	Falas dos agricultores em relação a infraestrutura da sua comunidade
Conga	Calçamento, o posto, a farmácia, o mercado, a casa de farinha, o comércio e a creche, essas coisas temos aqui na comunidade (M, S.S. 2021)
	Chegada do posto de saúde, da associação e o calçamento na rua principal. Muitas coisas chegaram, como farmácia, creche, escola (L, S.C. 2021)
Paiaíá	Infraestrutura melhorou, a duplicação da BR que trouxe benefícios pelos empregos com a chegada do posto de gasolina e alguns problemas também na travessia. A escola aumentou, temos o postinho, o parque, calçamento nas ruas isso foi bom (C, M. S. 2021)
	O calçamento das ruas, a duplicação da BR, o posto de gasolina que deu trabalho para os jovens, teve a rede de esgoto e o postinho que ajuda bastante a comunidade (M, D. C. 2021)
Lamarão	Chegou gente nova, com a avenida construíram algumas chácaras. A avenida mesmo, melhorou muito a comunidade que antes era tudo lama (J, S. L. 2021)
	Chegou a avenida que deu uma melhorada na comunidade. Tem a escola só, aqui não tem posto de saúde, pra usar o postinho a gente tem que ir no Sítio aqui perto ou na cidade (G, C. S. 2021)

Fonte: Trabalho de campo (2021). Organização: Silva, L.C (2022).

Dessa forma, observa-se por meio das falas dos agricultores que a construção de um posto de saúde, de uma escola, ou até mesmo o calçamento nas vias principais das comunidades auxiliam na dinâmica e melhoria das comunidades. As políticas públicas neste sentido tornam-se um dos poucos instrumentos capazes de fomentar a efetivação e acesso de direitos historicamente negados aos trabalhadores rurais, seus espaços de moradia e reprodução de vida devem ser lugares de dignidade e qualidade de vida.

Contudo, pensar em medidas para construir um espaço agrário diverso, capaz de ofertar formas de trabalho e com isso garantir a geração de renda para que os agricultores não se tornem dependente do trabalho assalariado urbano é urgente e necessário em Santo Estevão. Enquanto o campo for o espaço da limitação fundiária para os mais pobres, da negligência em políticas públicas de fortalecimento, produção de trabalho e riqueza para a agricultura familiar o mesmo

continuará sendo o espaço da reprodução da pobreza traduzida na expulsão dos agricultores mais pobres para as grandes cidades.

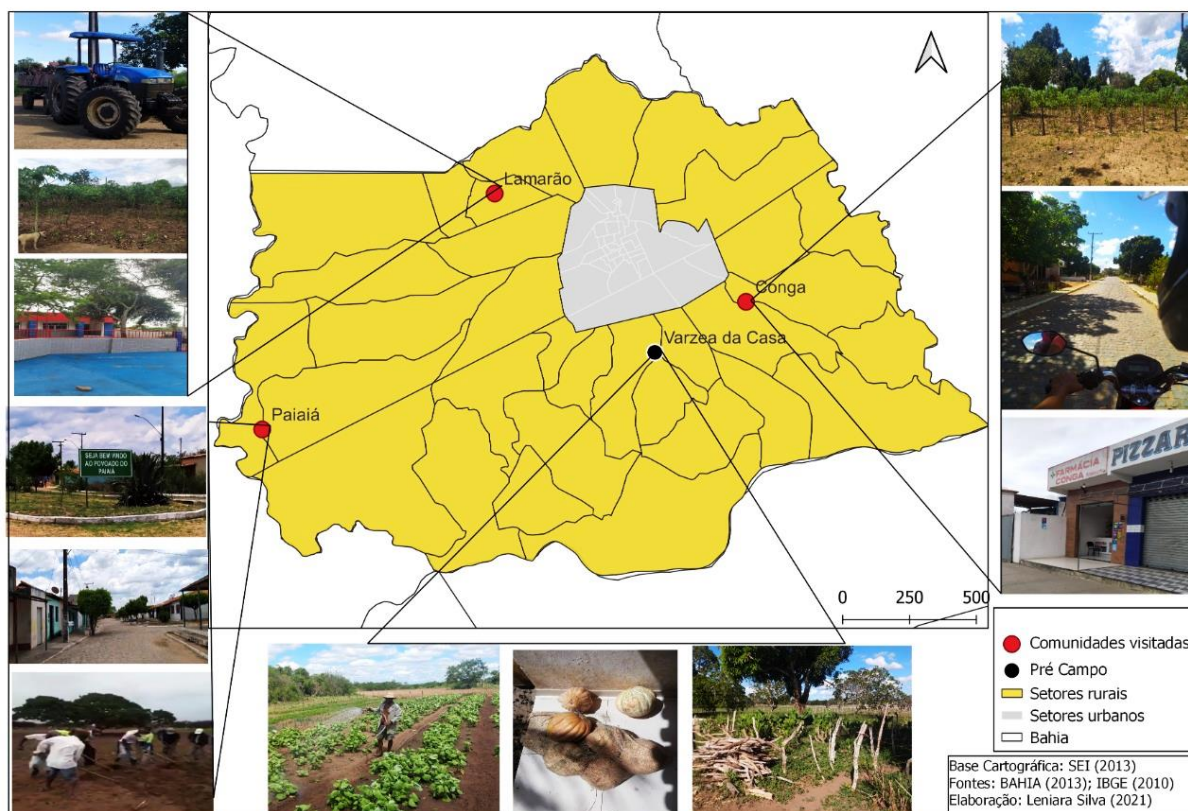
4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: INCERTEZAS E RESISTÊNCIAS

A lógica social que permeia a agricultura familiar se insere na combinação do trabalho e gestão tendo a família como a principal agente que gerencia o estabelecimento familiar e a sua relação com a terra. Dessa forma, é no âmbito familiar que o processo de produzir meios de sobrevivência é exercido de maneira mais diretiva. A dinâmica se cria no ambiente familiar do agricultor mais pobre quando toda família se articula para criar meios para o funcionamento econômico do estabelecimento rural, essa dinâmica envolve tanto a produção dos meios de sobrevivência, que pode incluir a produção para o auto consumo, a criação de animais de pequeno porte para auxiliar nas despesas assim como na diminuição das despesas com o mercado, além disso, aparece a reprodução dos trabalhos não agrícolas fora na unidade produtiva como elemento importante para auxiliar na renda familiar.

Partindo da análise da agricultura de subsistência enquanto elemento mais presente para a reprodução da agricultura familiar em Santo Estevão, nesse momento pretendemos apresentar de forma mais analítica e empírica os cenários socioeconômicos, espaciais e culturais que encontramos a campo nas comunidades visitadas. Iniciaremos descrevendo as realidades que observamos no espaço agrário da agricultura familiar das comunidades, apresentando os perfis dos agricultores, os tipos de produções, as formas de trabalhos agrícolas e não agrícolas encontradas e as dificuldades que os agricultores enfrentam na realização cotidiana da agricultura familiar. Assim, percebemos que os aspectos econômicos e as precariedades na forma de vida das famílias rurais estudadas estão relacionados ao processo de enfraquecimento, estagnação e ausência das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Do mesmo modo, é extremamente difícil para os agricultores e agricultoras manterem seu modo de vida em um contexto marcado pela limitação fundiária.

As comunidades visitadas foram o Paiaíá, a Conga e o Lamarão (Figura 26). As duas primeiras comunidades apresentam uma estrutura mais complexa que a comunidade do Lamarão, visto que possuem características que nos permite qualificá-los como povoados, mesmo estando dentro do espaço agrário do município.

Figura 26- Santo Estevão: Comunidades Rurais visitadas, 2019, 2020, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019, 2020, 2021). Elaboração: SILVA, L. C. (2021).

Assim, tanto na comunidade do Paiaia como na Conga existem calçamento nas suas principais vias, serviços públicos como posto de saúde, escolas de ensino fundamental e sede de associação⁴⁶. Já a comunidade do Lamarão dispõe de características próprias, porém, com semelhanças nos usos da terra e no perfil de produção da agricultura familiar, bem como nos aspectos fundiários encontrados. Inicialmente apresentaremos os resultados vistos em campo das comunidades, correlacionando os processos e elementos percebidos na dinâmica da agricultura familiar.

4.2.1 Formas, funções, processos e estruturas nas Comunidades Rurais visitadas

Assim como o espaço é constituído pelas suas formas, funções, processos que respondem a uma estrutura, este mesmo espaço é composto por pessoas, que trabalham e articulam suas atividades para (re)produzir seu modo de vida. Além disso, para além da perspectiva econômica, os sujeitos estabelecem sociabilidades e as vivências como parte

⁴⁶ A sede da associação da Conga funciona no prédio da antiga escola municipal que foi desativada pelo poder público municipal, se encaixando entre uma das escolas do campo que foi fechada nas duas últimas décadas. Além das reuniões, o prédio funciona como centro de esporte e capoeira, além de cultos religiosos de igreja evangélica que também usa do espaço.

integrante na formação dos lugares. Partindo deste pressuposto, as realidades percebidas nas comunidades visitadas serão analisadas de maneira mais empírica, apresentando o objeto de estudo e os elementos que compõe a agricultura familiar nas comunidades rurais do Paiaiaí, Conga e no Lamarão do município de Santo Estevão.

No que tange as pessoas que ainda mantém a agricultura familiar funcionando no campo de Santo Estevão, o perfil dos sujeitos que se teve o contato mais direto foi majoritariamente feminino. Foram as mulheres - em sua maioria afrodescendentes, isto é, pretas e pardas, com baixa escolaridade, acima de 30 anos, mães, tanto casadas quanto às únicas responsáveis pelo ambiente familiar - que responderam os questionários em maior número. Graças à receptividade das mulheres agricultoras, foi possível construir um ambiente marcado pelo diálogo de proximidade e de escuta na pesquisa de campo. Neste perfil, 83% dos entrevistados foram mulheres, esposas e donas de casa, que em sua maioria se autodeclararam como pretas 56%, e 43% como pardas, conforme pode ser observado nos Gráficos 17 e 18.

Gráfico 17- Santo Estevão: Relação dos entrevistados com a família nos estabelecimentos visitados. 2021

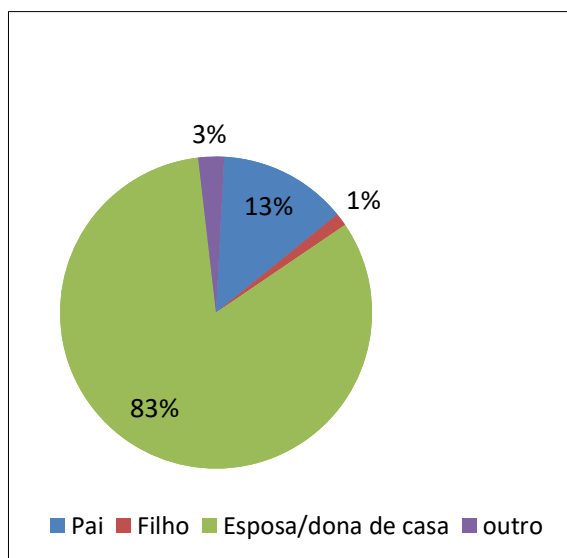
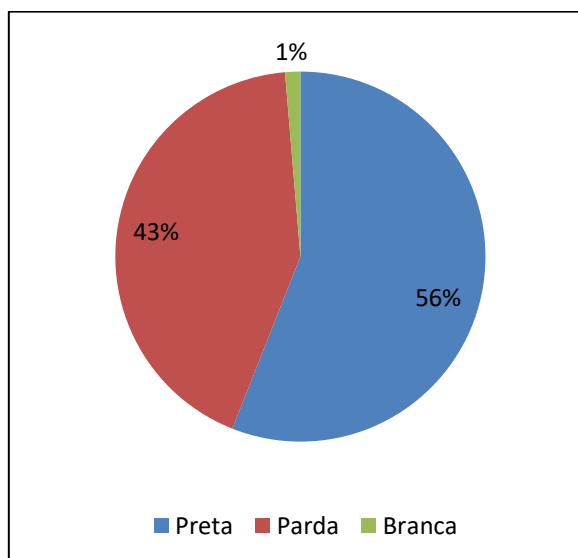


Gráfico 18- Santo Estevão: auto declaração dos entrevistados nos estabelecimentos visitados. 2021



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

Nesta perspectiva, no campo estudado, raça e acesso à terra são pares dialéticos que não podem ser analisados separadamente. Neste sentido, de acordo com o estudo feito por Souza (2019), a questão racial e a questão agrária são elementos indissociáveis para compreender a realidade social e fundiária dos países da América Latina, que são marcados pelo processo de colonização e expropriação das riquezas. Souza (2019, p. 244) compreende “a questão agrária como uma unidade contraditória de primeira ordem na luta de classes,

determinada pela relação terra-trabalho-raça sob a égide do capital”. No tocante a ideia, entende-se também que a produção do espaço se dá a partir da acumulação das formas espaciais ao longo do tempo por meio da ação dos agentes e pelo trabalho. Além disso, o espaço na concepção de Santos (2012) é resultado da acumulação desigual de tempos. Isto se explica pelas estruturas desiguais nas formas do espaço, a concentração fundiária e a reprodução das violências.

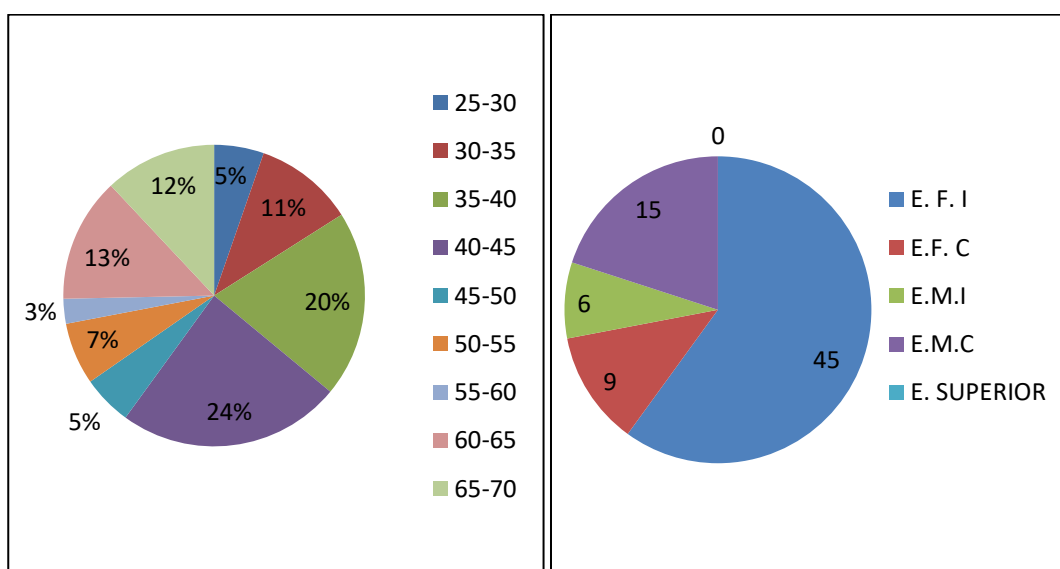
Compreende-se aqui que o racismo, enquanto estrutura sistêmica, sempre organizou a sociedade brasileira, ou pelo menos desde o estabelecimento do processo colonial. Processo que iniciou-se com a repartição do território através das capitanias hereditárias, em seguida pelas sesmarias, além da Lei de terras de 1850 que privaram aos negros e indígenas ao acesso à terra e, por isso, a organização espacial desde o início já foi bem desigual em termos de raça. Assim, explica também o porquê da concentração de riquezas nas mãos de um seletivo grupo dominante, as materialidades espaciais assim como o domínio das terras. No sistema capitalista ter poder é possuir domínio econômico, social e político. Sendo assim, ainda de acordo com Oliveira (2011, p. 61), “[...] o poder econômico além de nos informar sobre as suas marcas nas desigualdades raciais historicamente criadas, nos apresenta a possibilidade da cidadania mutilada”.

Os lugares, portanto, são espaços vividos que, compartilhados com diferentes pessoas, tem nas identidades de gênero, raça e classe elementos decisivos para criar as negociações, os conflitos internos e as articulações para o desenvolvimento destes lugares. Pensando a realidade do campo estudado, espaços em que as mulheres, negras em sua maioria, são os agentes fundamentais para o funcionamento da agricultura familiar, acaba sendo as que mais são atingidas pelas violências domésticas, pelo abandono afetivo, sofrem com as influências do racismo e da pobreza. Além disso, são as mulheres que mais são afetadas com a migração dos seus filhos para o mercado de trabalho distante dos seus lugares de origem, em outros estados em certas situações.

Além desta característica racial e de gênero, mais de 50% do perfil dos agricultores entrevistados possuíam acima de 40 anos de idade, agricultoras em especial, com acima de 3 filhos, um grupo de solteiras ou separadas, viúvas e aposentadas com baixa escolaridade. A realidade percebida foi que 60% dos sujeitos possuíam o ensino fundamental incompleto, muitos assinavam apenas o nome de maneira mecânica, o que caracteriza o que se chama de

analfabetismo funcional, enquanto 12% completaram apenas o ensino fundamental e 20% alcançaram o ensino médio, dados que podem ser visualizados nos Gráficos 19 e 20.

Gráfico 19- Santo Estevão: Idade dos agricultores entrevistados nos estabelecimentos visitados. 2021



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

Notas: EFI (Ensino Fundamental Incompleto) EFC (Ensino Fundamental Completo), EMI (Ensino Médio Incompleto), EMC (Ensino Médio Completo) E. Superior (Ensino Superior).

Mesmo com as limitações metodológicas e com os cuidados tomados impostos pela pandemia da COVID-19, foi possível entender as necessidades e os anseios dessas mulheres rurais. Pesquisa essa que se construiu pelas mãos e histórias de muitos e muitas, para além do trabalho, categoria chave nas análises. As narrativas das agricultoras foram importantes para compreender as principais vertentes que permeiam o espaço agrário da agricultura familiar de Santo Estevão, ligado a terra e ao trabalho.

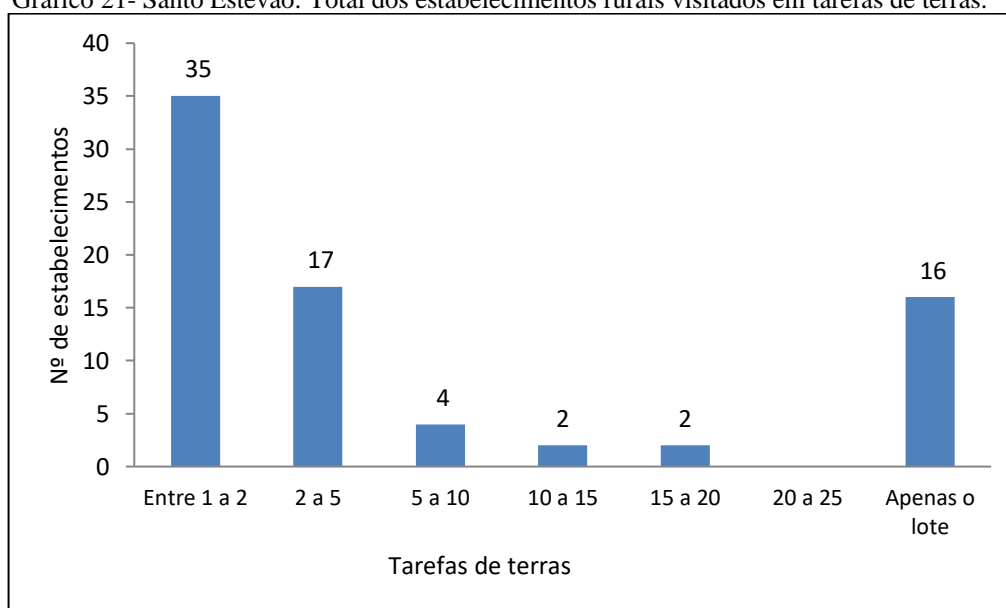
As formas presentes no espaço agrário estudado são as mesmas que remetem as contradições estruturais do problema agrário mal resolvido no campo. A primeira delas percebidas e que assume o caráter central nas análises cai no aspecto fundiário e na limitação das terras para a reprodução da agricultura familiar. A segunda diz respeito ao trabalho e como os agricultores criam estratégias de reprodução do seu modo de vida, consorciados com os trabalhos não agrícolas. A terceira focaliza o debate das formas de obtenção de renda e as discontinuidades dos filhos dos agricultores nas atividades ligadas a agricultura, causando também o seu enfraquecimento. Terra, trabalho, renda e família ganham dimensões e

significados diferentes ao longo do tempo no campo, o que analisaremos de maneira mais empírica para as comunidades visitadas.

A terra continua sendo o elemento chave que mantém parte dos problemas estruturais enfrentados pelos agricultores no espaço agrário do município estudado. Enquanto esse bem natural estiver concentrado sob o poder de poucos, os problemas de renda, trabalho e as escassas possibilidades de permanências no campo permanecerão. De acordo com último censo agropecuário (IBGE, 2017), 50,7% dos estabelecimentos rurais do município de Santo Estevão possuíam menos de dois hectares de terras. Para as comunidades visitadas, na Conga, Lamarão e Paiaiá essa realidade foi bastante latente. Com relação às medidas fundiárias, os agricultores não utilizam o hectare como parâmetro, mas sim a tarefa.

No que tange aos agricultores questionados, 69% dos estabelecimentos visitados possuíam entre 1 até 5 tarefas de terras, área dividida entre o espaço de moradia e as porções destinadas aos cultivos, como pode ser observado no Gráfico 21. No entanto, para a comunidade do Paiaiá, por ser considerado um povoado, a maioria dos agricultores possui apenas a área do lote⁴⁷, espaço que compõe apenas a casa de moradia e o pequeno quintal. As áreas eram consideradas enquanto minúsculas propriedades com quintais produtivos, porém, sem espaço para reproduzir os cultivos maiores do milho e feijão por exemplo. Assim, os agricultores plantam apenas as árvores frutíferas e plantas medicinais e criam as galinhas no mesmo quintal.

Gráfico 21- Santo Estevão: Total dos estabelecimentos rurais visitados em tarefas de terras.



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

⁴⁷ Na comunidade do Paiaiá a maioria dos entrevistados possuíam apenas o lote com pequenos quintais produtivos, nestes estabelecimentos sua área não chegava a 1 tarefa de terra, sendo consideradas enquanto minúsculas propriedades com apenas a área de moradia.

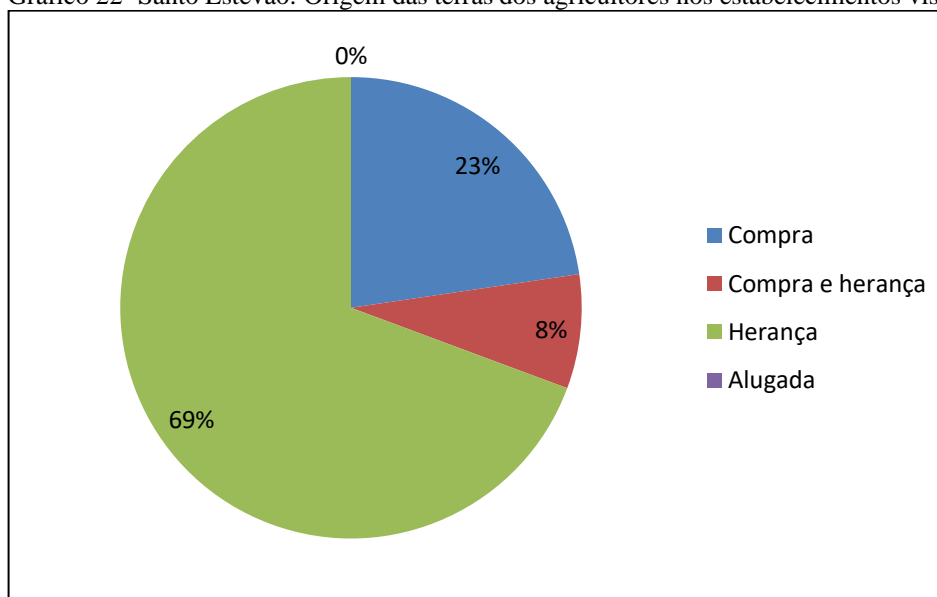
No que compete aos cultivos agrícolas, muitos agricultores da comunidade do Paiaia trabalham realizando suas plantações em terras de terceiros, tanto dos vizinhos e familiares com maiores extensões de terras que cedem para os que não possuem, quanto nas terras dos proprietários considerados fazendeiros das áreas próximas. É por meio dos acordos verbais estabelecidos entre os envolvidos, que percorre gerações reproduzindo essa mesma prática, o que se intensifica com o tempo quando ocorre a fragmentação da pequena propriedade familiar.

Considerando a forma como uma fração do espaço em sua totalidade, as limitações fundiárias em que os agricultores vivenciam é o resultado do processo contraditório do acesso a terra no Brasil. Segundo Santos (2012, p. 59), “[...] as formas em si mesmas, isto é, os objetos geográficos, deixavam de ter um papel exclusivamente funcional. As coisas nascem já prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade [...]”. Nesta perspectiva, a estrutura fundiária de Santo Estevão responde à lógica desigual inerente a produção do espaço no capitalismo. A falta de terra inviabiliza processos de ascensão social e, por isso, impacta a qualidade de vida dos agricultores familiares, grupo que ainda é um dos mais afetados com a falta de uma reforma agrária eficiente no país.

Para os agricultores das comunidades visitadas, a falta de terra é uma realidade que atravessa gerações. Os sujeitos já normalizaram a sua limitação tendo em vista que nunca vivenciaram outra realidade. Nasceram com a ideia de inserção no processo de partilha familiar, tornando as propriedades cada vez menores. Para Germani (2006, p. 142), a questão agrária brasileira “gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum” o que resultou nas formas desiguais do acesso a terra no país, não menos diferente no campo de Santo Estevão.

A função que a terra exerce para o agricultor familiar carrega uma dimensão para além do ato do plantar e colher. A terra é herança que se pode deixar para os filhos, é onde se constrói a morada e o quintal para criá-los, e, acima de tudo, é o substrato de (re)reprodução do seu modo de vida. A relação familiar que se cria em torno da terra é complexa, em vista que a compra da terra para os agricultores pobres é uma ação distante da realidade financeira de muitos. Sendo assim, uma grande parcela dos agricultores que vivem no espaço agrário estudado tem as suas terras como herança familiar, passada entre gerações, como pode ser visto para os sujeitos da pesquisa no Gráfico 22.

Gráfico 22- Santo Estevão: Origem das terras dos agricultores nos estabelecimentos visitados.



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

Como demonstra os dados, 69% dos estabelecimentos visitados a origem das suas terras é via herança, processo que permanece, uma vez que é comum encontrar as construções das casas dos filhos próximos as dos pais. O fato de grande parcela dos agricultores questionados não possuírem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), dentre as visitadas, 60% não possuíam a declaração e 40% possuíam a DAP, além daquelas que não possuíam por que não havia a titulação das suas terras. Como a divisão dos terrenos passou pelo processo de fragmentação da propriedade maior (geralmente dos pais e avós), esta repartição acaba não sendo regulamentada, ficando apenas com uma única titulação inicial.

A falta de regulamentação das terras e o não registro da DAP afeta diretamente a aquisição das políticas públicas destinadas à categoria destes agricultores, a exemplo do acesso aos créditos do PRONAF, do Garantia Safra, dentre outros. Além disso, o efeito da fragmentação da propriedade:

[...] a longo prazo, pode inviabilizar a própria reprodução camponesa, seja porque a terra pode não ser mais suficiente para garantir a subsistência familiar ou porque corre-se o risco de afrouxarem-se os laços familiares em função do estabelecimento de unidades menores (PIRES, 2007, p.94).

No que tange ao trabalho e os perfis produtivos encontrados nas comunidades, percebeu-se que a agricultura familiar, ao longo do tempo passou por fragilidades culminando na diminuição da pequena agricultura, o que prevalece ainda é a agricultura de subsistência. A função que existe a produção agrícola para a subsistência da família é concebida como um vetor

extremamente importante que auxilia na autonomia e soberania alimentar. Configura enquanto processo mais comum encontrado nos estabelecimentos produtivos visitados e são desenvolvidas em maior número, possuindo maior importância no aspecto econômico da família, se comparadas às atividades agrícolas destinadas ao mercado. É uma relação também de causa e efeito, forma que responde aos processos da estrutura fundiária do município estudado.

Para Santos (2012, p.67) “em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas”. Assim, a concentração de terras é uma forma que responde a esta estrutura, desigual típico do capitalismo. Quando Santo (2021, p 69) afirma que “a forma é o aspecto do visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de seus aspectos num dado instante de tempo”, só demonstra como não se deve observar as formas espaciais, o visível isoladamente sem compreender o processo que condicionou tais formas e como está subordinada a estrutura maior, ligada a contradição e desigualdade.

Para os agricultores mais pobres de Santo Estevão, estes vivem com uma grande limitação fundiária, com pouca ou nenhuma terra para reproduzir seus plantios, e o único modelo de produção que conseguem reproduzir com tamanha limitação de terras é a agricultura de subsistência. Um modelo tradicional, reproduzindo de maneira geracional as mesmas técnicas de cultivos e manuseio da terra, perdendo em quantidade ao longo das décadas. José de Souza Martins (1996) que analisou o histórico da agricultura de subsistência, chamada também de economia de excedente no período colonial no Brasil. De acordo com este autor:

A agricultura de subsistência, como mencionei antes, destinava-se fundamentalmente à reprodução do próprio trabalhador e sua família e a atenuar as despesas monetárias do fazendeiro de café, que com base numa economia estritamente salarial correria o risco de não concretizar os objetivos capitalistas de sua empresa (MARTINS, 1996, p.171).

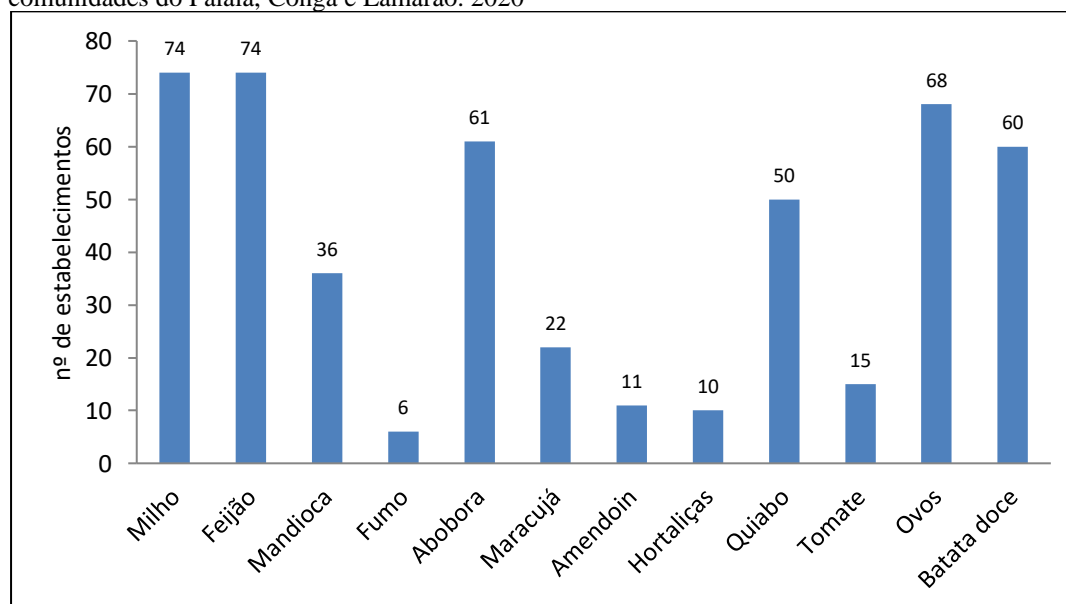
A agricultura de subsistência deve ser vista também pela análise da diversidade, mesmo existindo uma essência em comum, a forma em que é gerenciada e produzida, mesma assim carrega certa especificidade. Existem os agricultores que produzem apenas para o consumo, possuem aqueles que produzem para o consumo e o excedente da produção é destinada ao mercado, além de possuir a forma de divisão do processo produtivo desde o início, entre o montante destinado para as sementes e aquela parcela que é separada para a alimentação familiar. A diferenciação ocorre também quando combina as práticas agrícolas com a criação

dos pequenos rebanhos. A criação de galinhas e frangos, por exemplo, nas áreas visitadas possui um papel importante que auxilia na alimentação da família, e, por isso, contribui para minimizar as despesas em ocasiões de escassez com a compra de carnes, peixes e frangos no mercado.

Dessa forma, tais estratégias se enquadram como ações diversas de reprodução do modo de vida e da essência, ou princípio da agricultura familiar. As formas de organizar a subsistência da família não devem ser compreendidas enquanto sinônimo de atraso só por que não envolve diretamente a reprodução financeira. Muito pelo contrário, estas devem ser analisadas como ações capazes de ofertar subsídio para a reprodução do modo de vida camponesa, diferente da lógica hegemônica da monocultura do agronegócio.

A agricultura familiar praticada nas comunidades visitadas em seu aspecto produtivo possui similaridades no que tange ao sistema de produção. Além das culturas temporárias do milho e feijão, as árvores frutíferas, as pequenas criações como as galináceos, ovelhas, cabras e porcos e aqueles pequenos rebanhos bovinos estabelecem como elementos que ainda mantêm a agricultura familiar e potencializam, portanto, a soberania alimentar das famílias. O Gráfico 23 demonstra as culturas mais produzidas na última safra nas comunidades do Paiaíá, Lamarão e na Conga.

Gráfico 23- Santo Estevão: Principais produtos agrícolas cultivados entre as famílias dos agricultores nas comunidades do Paiaíá, Conga e Lamarão. 2020



Fonte: SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021).

Como aponta o Gráfico 23, 74 famílias questionadas plantaram o milho e o feijão na última safra (2020), culturas que são as mais desenvolvidas no espaço agrário de Santo Estevão

(Figura 27), dados anteriores já demonstraram esta realidade. A maior parcela da produção do milho e feijão é cultivada para a alimentação da família e das galinhas, esta última, em especial, é responsável pela produção dos ovos, elemento integrante na alimentação dos agricultores.

Figura 27- Santo Estevão: Plantação consorciada de milho e feijão na comunidade do Lamarão, 2021



Fonte: REIS, B. SILVA, L. C. Pesquisa de campo (2021)

Além do milho e do feijão, os agricultores aproveitam os quintais e as roças consorciadas para plantar mandioca, batata doce, quiabo, abóbora dentre outros cultivos, embora com menor expressividade. Foi possível observar que a depender da comunidade e suas características climáticas e aspectos do solo, as roças podem possuir uma grande diversidade. O elemento chuva desponta como base para a aquisição de outros cultivos além do milho e feijão, ou até mesmo o acesso a água por meio da irrigação para diversificar as produções. As diferenças entre as produções agrícolas nas comunidades da Conga e Paiaiá, por exemplo, está justamente nesta diversidade produtiva. Os agricultores da Conga pelos elementos terra, características do clima e solo encontrados na área, além da tradição agrícola conseguem produzir roças mais diversas.

Com relação à mandioca, esta cultura segue ausente no Paiaiá, de acordo com as falas dos agricultores da comunidade. De acordo com eles, a mandiocultura não se adapta devido às características físicas dos solos encontrados na área e também não faz parte da tradição agrícola entre os cultivos plantados. A prioridade são as culturas do milho e feijão, visto que os agricultores, por possuírem pequenas porções de terras, acabam não sendo viável ocupar o

pequeno espaço com a mandioca ao invés das culturas com colheitas mais rápidas. No geral, o milho e o feijão são as culturas mais cultivadas, além dos pequenos plantios de abobora, quiabo, batata doce e as pequenas hortaliças que se plantam nos quintais. Além disso, nos estabelecimentos rurais das comunidades foi possível encontrar os galinheiros e chiqueiros. As galinhas e frangos com objetivo de alimentação da família e os porcos e outras criações para a venda quando surge uma maior necessidade financeira.

A Conga possuem 3 casas de farinha, duas de uso coletivo da comunidade e uma de uso familiar como pode ser visto na Figura 28. A mandioca era uma cultura muito forte na área, no entanto, vem diminuindo devido a não adesão ao plantio pelos agricultores mais novos. Além da não adesão entre os agricultores, à cultura da mandioca requer um árduo trabalho, que vai desde o seu preparo, o tempo entre o plantio da maniva⁴⁸ até o processo final de colheita e a produção da farinha. Assim, a produção da mandiocultura demanda um trabalho processual muito demorado, fazendo com que os agricultores optem pela não continuidade dos plantios. Outro fator importante na diminuição da produção da mandioca é o uso dos terrenos, muitos pela limitação das terras decidiram substituir a mandioca pelo plantio do milho e feijão, por serem culturas com colheitas mais rápidas e resultados mais imediatos que a da produção de mandioca.

Figura 28- Santo Estevão: Casa de farinha comunitária e familiar, comunidade da Conga, 2021



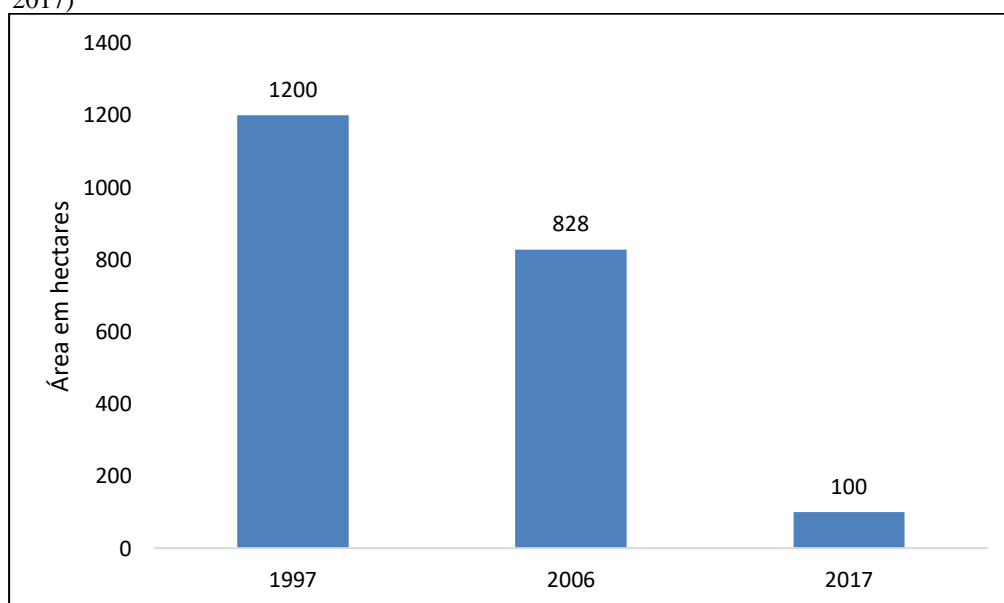
Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

⁴⁸ Maniva é o nome dado à rama da mandioca ou parte da rama destinada ao plantio.

As comunidades da Conga e Lamarão foram às únicas áreas, dentre as visitadas onde ainda é possível encontrar plantação da mandioca, porém, no município ainda existem outras comunidades que produzem este tipo de cultura. Entretanto, mesmo com a diminuição do plantio da cultura da mandioca nas comunidades, ainda assim alguns agricultores resistem com o ato de dar continuidade com esse tipo de produção. Para os agricultores da Conga, por exemplo, foi possível perceber que alguns que cultivam as maiores roças vendiam a produção *in natura* para os atravessadores, com objetivo de escoar e vender a produção para o município de Cruz das Almas. Além disso, outros agricultores produziam a farinha na comunidade mesmo, nas casas de farinha que ainda permanecem na área, ora passava também pela ação dos atravessadores no ato da venda e escoamento da produção, ora vendiam seus produtos na feira livre local mesmo.

Com a mandioca, os agricultores também retiravam os derivados do produto, como o beiju e a massa da mandioca para fazer as receitas diversas para o próprio consumo familiar. Assim, o ato de produzir farinha se constitui enquanto uma prática que vem resistindo nesses espaços rurais, mesmo diante a falta de continuidade da mandiocultura pelos agricultores mais jovens. A redução da produção em área plantada da cultura da mandioca pode ser observada no Gráfico 24.

Gráfico 24- Santo Estevão: Área plantada ou destinada à colheita da mandioca em hectares (1995, 2006, 2017)



Fonte: IBGE – PAM (1995, 2006, 2017). Elaboração: SILVA, L.C (2020)

Pensar os espaços rurais é perceber que não podemos mais analisar enquanto espaços isolados, sem conexões e fortes relações com o urbano. Para a área de estudo, as funções e

processos inseridos dentro o dinâmica da agricultura familiar são ligados às transformações em que este espaço já passou, e as consequências geradas por tais mudanças. Cada vez mais os processos de adaptações condicionaram a expansão dos trabalhos não agrícolas em que os agricultores e agricultoras juntamente com seus filhos estão inseridos.

O espaço rural passa a ser um espaço de combinações entre lugar de reprodução da agricultura, ou apenas o campo de morada, para aqueles sujeitos que combinam as atividades agrícolas e não agrícolas. Novas figuras e atividades vão surgindo neste mesmo espaço, criando uma multi-dimensionalidade que envolve as relações presentes no rural. Os novos elementos no campo convivem sumariamente com as velhas formas que remetem as ruralidades. A expansão dos elementos do urbano, por exemplo, está penetrando nos espaços do campo dando uma nova configuração a estes lugares. A comunidade da Conga este processo foi percebido com maior ênfase, como pode ser visto na Figura 29.

Figura 29- Santo Estevão: Pizzaria, farmácia, casa de farinha e plantação de mandioca encontrados na comunidade da Conga. 2021



Fonte: SILVA, L.C. Trabalho de campo (2021).

Na mesma área da comunidade, por um lado é de fácil acesso encontrar os mercadinhos, pizzarias, salão de beleza, borracharias e casas e materiais de construção (Figura 29 B), além do calçamento na principal estrada que liga a comunidade, por outro lado, é possível encontrar as casas de farinha, plantação da mandioca (Figura 29, C, D) e a reprodução dos mutirões, o que indicam a manutenção das formas tradicionais de trabalho reproduzidas no espaço agrário. Para Santos (2020), a paisagem é o resultado da acumulação dos tempos e dos usos das técnicas, ela é formada pelos fatos do passado e do presente. É por meio da paisagem que as novas e velhas materialidades, modificadas ao longo dos processos, indicam o quanto o espaço e tempo respondem aos novos elementos, mantendo outros no mesmo espaço. Dessa forma, a tradição dos plantios da mandioca, do milho e feijão resistem, enquanto no mesmo espaço os serviços considerados do urbano penetram e começam a fazer parte da nova paisagem rural.

As novas formas presentes no campo são resultados das transformações que este espaço vem apresentando nos últimos tempos. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, o surgimento de novas relações de trabalho reflete nas diversidades de formas que vem surgindo no campo. A pluriatividade é um dos exemplos de novas formas de trabalhos nos espaços rurais. Para Schneider (1999, p.185) “o termo pluriatividade tem sido utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural”.

As formas e usos do espaço na comunidade da Conga carregam uma diversidade maior, no que tange a presença dos serviços e comércios, ausentes nas outras comunidades visitadas. Além dessa estrutura de comércio e de serviços, em 2019 foi construída na comunidade uma creche municipal, com objetivo de atender principalmente os filhos das mães que trabalham na fábrica de calçados e no comércio da cidade. A presença de comércio e serviços na Conga se explica pela sua proximidade com a sede do município e principalmente com a área urbana do bairro Pau de Vela, no qual possui um grande fluxo viário considerado como ponto de passagem de caminhoneiros que trafegam pela BR 116 (Figura 30). Esse fluxo movimentava a economia da área, essa influência alcança a comunidade da Conga pelo efeito trabalho e renda. Muitos filhos de agricultores da comunidade trabalham nessa área, assim como na fábrica de calçados na cidade.

Figura 30- Santo Estevão: Área urbana do bairro Pau de Vela, próximo a comunidade da Conga. 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Nesta perspectiva, na comunidade da Conga, foi possível perceber que dentro dos núcleos familiares existe uma força de trabalho, os filhos de agricultores principalmente, os que estão fora dos trabalhos agrícolas e diretamente ligados com os trabalhos urbanos na área do Pau de Vela⁴⁹. Se constitui em sua maioria como trabalhos temporários e informais que se dedicam em lavar os caminhões que param no local, tanto para fazer algum serviço de mecânica, quanto aqueles caminhoneiros que param para descansar das longas viagens. São trabalhos mal remunerados quando não estabelecem um fluxo contínuo, uma vez que, é uma atividade instável e sem carteira assinada, dias conseguem muitos caminhoneiros que solicitam seus serviços, ora não alcançam as mesmas atividades com muita frequência. Dessa forma, na comunidade em questão, essa força de trabalho juvenil rural vem crescendo cada vez mais nas margens da área urbana, tanto pelo lado financeiro que chega com mais rapidez, tanto pela não adesão aos trabalhos agrícolas no qual os pais e parentes já desenvolvem por muito tempo.

A descontinuidade dos trabalhos agrícolas pelos mais jovens da comunidade é o resultado de como o campo se apresenta atualmente no que tange a geração de renda. A percepção do campo como sinônimo do atraso ainda é partilhada pelas novas gerações, e

⁴⁹ Bairro próximo ao centro da cidade onde possui um intenso fluxo de caminhoneiros que movimentam a economia do lugar, com diversos serviços ligados principalmente a mecânica.

enquanto as políticas públicas não alcançarem de maneira eficiente o campo permitindo meios para os jovens alcançarem o trabalho remunerado e processos que possibilitem a ascensão social, a cidade será alimentada constantemente como o espaço do progresso e emprego. É nesta perspectiva que “o preconceito, o baixo nível de renda e a penosidade do trabalho na agricultura afastam os jovens da profissão de agricultor” (SCHNEIDER, 1999, p. 189), por sua vez, quando inseridos nos trabalhos urbanos se dá de forma precarizada, excludente e, em sua maioria, entram nos trabalhos informais.

As rendas não agrícolas se encaixam no que entendemos enquanto pluriatividades, os trabalhos temporários e as atividades de tempo parcial, tanto no campo quanto na cidade. A comunidade da Conga, por exemplo, são os filhos, filhas e maridos das agricultoras que se encontram empregados nos comércios, serviços e na fábrica de calçados na cidade, esta última muito presente entre os jovens das comunidades. Uma mão de obra que é pulsante e que gera renda para a família. Assim, “pode-se dizer que a pluriatividade redefiniu o processo de produção das pequenas propriedades rurais e alterou as estratégias de reprodução das famílias rurais mediante a crescente participação das fontes de rendas não-agrícolas” (SCHNEIDER, 1999, p.116). Dessa forma, é necessário reconhecer que mesmo a família estando inserida nas características da agricultura familiar, grande parte dos filhos dessas agricultoras já se desvincularam das atividades agrícolas, são trabalhadores urbanos, mesmo aqueles com trabalhos temporários, sem carteira assinada que “ajudam” os pais nas produções quando mais necessitam, porém, se encaixam em outra lógica de trabalho.

No entanto, mesmo com a penetração de elementos urbanos no espaço das comunidades do Paiaíá e da Conga ainda há resistências expressas através das práticas coletivas de ruralidades e cooperação mútua entre os agricultores. Além disso, a inserção dos filhos dos agricultores na fábrica de calçados na cidade, na maioria dos casos, não chega a provocar de fato a saída do campo para a cidade e a extinção das práticas de ruralidades específicas das comunidades rurais. Algumas comunidades isto é possível graças as facilidades de transporte, a proximidade com o espaço urbano e as combinações que se construiu entre os empregos agrícolas e não agrícolas, esta última exercida na cidade, muitos jovens continuam reproduzindo seu modo de vida rural, mesmo não vivendo mais das atividades de trabalho específicas deste espaço.

4.2.2 As estratégias de sobrevivência e a expansão da pluriatividade

Diante as diferentes realidades presentes no campo, não é mais viável teoricamente negar as outras estratégias de sobrevivência que pequenos produtores lançam mão. Para além da concepção dos agricultores familiares como sujeitos que estão inseridos nas práticas agrícolas, o espaço agrário sob o ponto de vista econômico não pode mais ser visto exclusivamente como sinônimo das atividades agropecuárias, em especial o campo da pouca terra. É perceptível que as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores mais pobres sofreram modificações nos períodos recentes, e ignorar esta realidade é negar as dinamicidades de organização desses sujeitos que criaram estratégias para não sucumbir enquanto categoria e modo de vida particulares.

De acordo com Carneiro (1997) o espaço rural não se define mais exclusivamente pelas atividades agrícolas. Graziano da Silva (1996) foi um dos principais teóricos a identificar a redução de pessoas ocupadas na agricultura e o forte crescimento das atividades não agrícolas no campo, realidade que pode relacionar ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas aliada também com a combinação do trabalho agrícola com outras fontes de rendimento, a exemplo dos serviços e turismo rural.

Os agricultores familiares desempenham as mais diferentes estratégias de produção, sobrevivência e permanência, seja de trabalho, de sociabilidades e organização da unidade familiar. É preciso ressaltar que o objetivo principal desses sujeitos envolve a continuação do modo de vida camponesa e sua sobrevivência, nem que para isso seja necessário vender sua força de trabalho fora da unidade familiar, em atividades agrícolas ou não. Além disso, os agricultores podem recorrer à migração sazonal e/ou pendular para lugares mais distantes com intuito de auxiliar na renda da família. É a realidade vivida entre muitos agricultores familiares do Brasil que, pela limitação fundiária, assim como outros fatores os impedem de sobreviver apenas das atividades agrícolas, este cenário se insere também do município de Santo Estevão e apresentaremos esta realidade com mais especificidade neste momento.

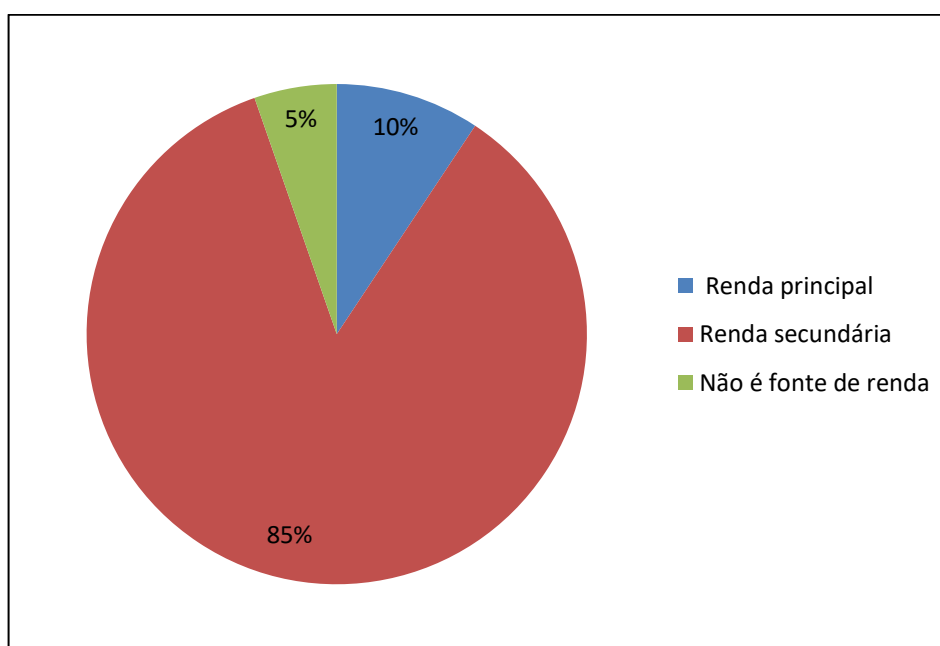
Esta inserção e construção de novas dinâmicas no campo para Carneiro (1997), o que conhecemos enquanto pluriatividade, ainda que antigo, no Brasil ganhou dimensões novas, uma vez que, em muitos espaços vem acontecendo o desaparecimento da figura do agricultor em tempo integral, no entanto, esta tendência é mais uma forma de exploração da mão de obra rural tanto no campo quanto na cidade.

De acordo com Schenaider (2003) a pluriatividade é exercida entre os membros das famílias que habitam no meio rural e acabam optando pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, sem deixar sua moradia no campo ou até mesmo uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural.

As diversas estratégias que o pequeno agricultor reproduz para driblar as dificuldades de renda presentes no campo são comuns entre os agricultores do município estudado. Tais atividades podem ser tanto os profissionais autônomos ou assalariados, temporários ou permanentes, combinados ou não com atividades agrícolas. Para o espaço agrário de Santo Estevão, quanto mais diversa é a comunidade em termos de serviços e comércio, quanto mais próxima for do espaço urbano, menores são as chances dos seus moradores, principalmente os jovens, estarem ligados exclusivamente às atividades agrícolas. Porém, não de forma generalizada, pois há exceções.

Quando perguntado sobre o papel que as atividades agrícolas desempenham nas rendas das famílias nos estabelecimentos visitados, os resultados só reafirmaram o estado de precariedade que se encontra a pequena produção familiar do espaço agrário de Santo Estevão. Como base no Gráfico 25, 85% das famílias não possuem as atividades agrícolas como sua principal renda, enquanto apenas 10% retiravam todo o seu sustento advindo da pequena produção.

Gráfico 25- Santo Estevão: Participação das atividades agrícolas nas rendas das famílias visitadas, 2021.



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

De acordo com os agricultores, nas comunidades do Paiaia, Conga e Lamarão, há uma certa ausência de renda agrícola entre as famílias por que a prioridade e função da produção cultivada nas roças são destinadas para a alimentação familiar, motivo que ajuda a explicar a dificuldade da venda destes produtos no mercado. Assim, a prioridade será sempre o autoconsumo, em vista que existe uma limitação muito grande no volume que se produz, tornando quase inviável gerar renda agrícola no final de todo processo. A agricultura familiar nesse caso está reproduzindo a sua essência, que é a produção de alimentos para a subsistência familiar, ou seja, sua própria reprodução (VEIGA, 1991; SCHNEIDER, 2003), porém, ainda se encontra nas vulnerabilidades pela falta de renda e formas diversas de trabalho.

A pluriatividade no campo é um reflexo demonstrativo do cenário econômico do município de Santo Estevão e como se apresenta o espaço agrário e a sua agricultura familiar. Como já apresentados anteriormente, o PIB municipal nas últimas décadas continuou ganhando destaque no setor terciário e industrial. Isto se explica também pela força de trabalho vinda do campo para a cidade, dos agricultores que reproduzem uma agricultura de tempo parcial permanecendo os cultivos para a subsistência, porém a renda principal da família é de origem não agrícola. Os trabalhos não agrícolas podem ser de característica temporária, no comércio ou serviços, no poder público municipal ou na fábrica de calçados. Esse cenário é reproduzido principalmente pelos jovens, que vendem sua força de trabalho na cidade e nas horas de mais necessidades trabalham no campo para auxiliar nos cultivos das roças desenvolvidas pela família. É comum encontrar os filhos dos agricultores trabalhando em atividades não-agrícolas, porém ainda morando no campo e apenas seus pais reproduzindo agricultura, caracterizando-se assim as chamadas famílias pluriativas. De acordo com Schneider (2004):

A pluriatividade, neste sentido, parece ser ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da agricultura de tempo parcial. A disponibilidade de empregos fora da propriedade (sobretudo nas fábricas de sapatos) permitiu ao colono reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola ao mercado de trabalho não-agrícola (SCHNEIDER, 2004, p.116).

Assim como a categoria dos agricultores familiares contém nela própria uma enorme diversidade, seja em sua forma de produzir, as sociabilidades, variando de lugar e ecossistemas, a pluriatividade também deve ser analisada através de uma perspectiva diversa. Dessa forma, os sujeitos que ainda habitam o meio rural e tem no campo seu lugar de vida, reproduzem as formas distintas de atividades, sejam elas autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras, assalariados, que exercem seu trabalho tanto no campo como na cidade.

O estudo feito por Oliveira (2015) sobre a reprodução da pluriatividade no município de São Gabriel na Bahia pode ser um exemplo de como a pluriatividade e as atividades não agrícolas configuram-se enquanto elementos que fazem parte da realidade das novas atividades exercidas no espaço agrário brasileiro. Para o citado autor, “o entendimento de que a produção do espaço agrário, sua ocupação e organização, estão cada vez mais em constante transformação, é fundamental na compreensão da realidade do campo na contemporaneidade em espaços de pouco dinamismo” (OLIVEIRA, 2015, p.118). Os espaços com a predominância da produção familiar são aqueles mais propícios a se inserirem na pluriatividade, uma vez que são os estabelecimentos com menores níveis de renda oriunda das atividades agrícolas e que possui uma urgência na complementação financeira.

Com a visita nas comunidades encontramos sete modelos de famílias que gerenciam suas despesas articulando renda agrícola e não agrícola. Dentre elas são: i) agrícolas com bolsa família; ii) agrícola com aposentadoria rural; iii) agrícola com trabalhos temporários não agrícolas; iv) agrícola com trabalhos fixos urbanos; v) agrícola com atividades comerciais no campo; vi) agrícola com trabalhos agrícolas em outras propriedades; vii) agrícola com atividades no setor público municipal. No que tange ao raciocínio, de acordo com nossas análises, a crise da agricultura familiar de Santo Estevão está ligada as limitações ligadas ao elemento terra, renda e políticas públicas o que alimentam o processo da inserção cada vez mais dos membros das famílias nas atividades não agrícolas, atividades estas como o principal meio de manutenção das despesas das famílias. Nas comunidades da Conga, Lamarão e Paiaíá foi possível encontrar funções como: pedreiros, funcionária pública, funcionários da fábrica de calçados, atendentes de farmácia e de supermercado, frentistas, motoristas, revendedora de cosméticos, açougueiros, dentre outros.

Para Schneider (1999, p.112), “a busca de atividades não agrícolas constitui uma forma dos pequenos agricultores ampliarem suas rendas”. O autor ainda defende a noção da agricultura de tempo parcial como um dos elementos em que as famílias rurais estão cada vez mais inseridas, neste caso, é possível perceber que pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem mais a propriedade rural como o seu principal local de trabalho. Um dos exemplos destes marcadores no campo estudado é o papel que a fábrica de calçados exerce nas funções em que os sujeitos estão inseridos no campo, neste caso, quando a família tem um membro ou mais empregados na fábrica, a função de reproduzir os plantios fica sob responsabilidades daqueles que não estão empregados nos trabalhos não agrícolas, criando assim as famílias pluriativas.

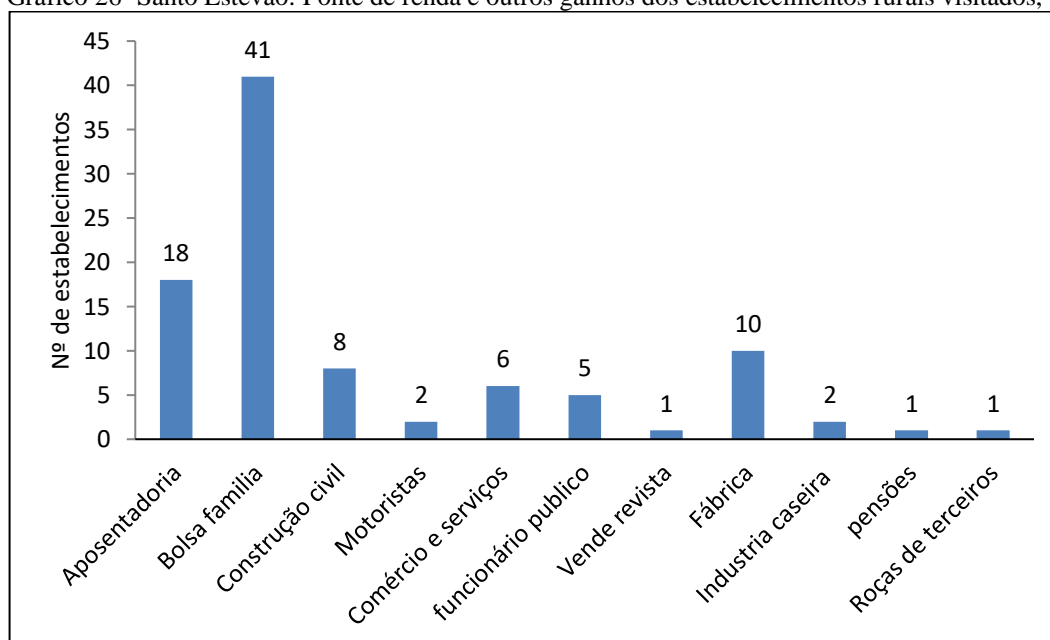
O espaço quando é modificado, quando penetram novos agentes econômicos, toda relação econômica, social e política sofre alterações também. Segundo Santos (2020, p.67):

Para expressá-lo em termos mais concretos, sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas.

No entanto, sabemos que as novas formas econômicas quando penetradas nos espaços não conseguem absorver a força de trabalho disponível. Nestes casos, a migração aparece como saída mais viável para os agricultores, assim, foi possível encontrar a campo a renda dos “chefes” de famílias que constantemente migram para outros lugares, mantendo a família no campo. Isto surge como uma estratégia de sobrevivência, na falta de renda, o sujeito, que está empregado nas áreas mais distantes fica com a função de enviar mensalmente os recursos financeiros para a manutenção da casa, assim, mesmo distante, nesses casos, este sujeito passa a ser o principal responsável pela manutenção financeira do estabelecimento familiar. Neste último caso, de acordo com Santos (2020, p.63) “ essa migração se dá como consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica de exercer as novas funções”.

No entanto, nas comunidades da Conga, Lamarão e Paiaiá, estas duas últimas de maneira mais intensa, para além da presença dos membros da família estarem inseridos nos trabalhos urbanos e não agrícolas, perto ou longe, a origem da principal renda de uma grande parcela das unidades familiares tem origem em programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família substituído pelo atual Auxílio Brasil e a aposentadoria rural, como demonstra o Gráfico 26. Como já apresentamos anteriormente, o município de Santo Estevão em 2019 possuía 7.412 beneficiários do programa Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, pelas limitações de renda, mais da metade desses beneficiários se encontram no campo.

Gráfico 26- Santo Estevão: Fonte de renda e outros ganhos dos estabelecimentos rurais visitados, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Os elementos que se encaixam como uma espécie de “válvula de escape” financeira dos agricultores questionados são a aposentadoria rural, os trabalhos na fábrica e no comércio na cidade e, principalmente, o Bolsa família⁵⁰. Observa-se que ainda que a fábrica exerce grande influência nos trabalhos que os moradores do campo estão inseridos, em algumas comunidades este tipo de função não aparece com tanta frequência, isto por que depois que começam a trabalhar na fábrica, optam em migrar para a cidade.

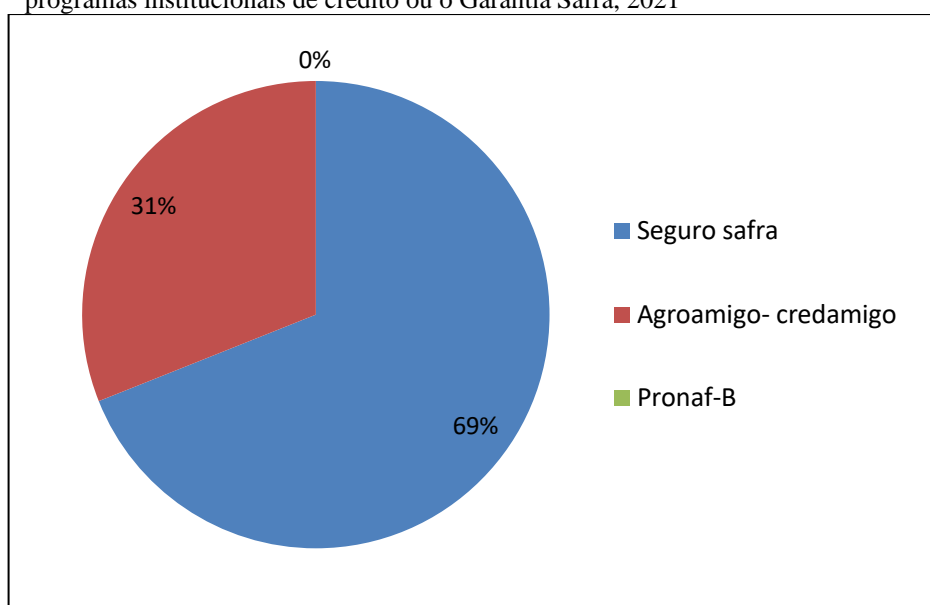
Ainda sobre o Gráfico 26, no campo existem estratégias típicas desse espaço que influencia para o gerenciamento financeiro das famílias para não cair na miserabilidade extrema, uma delas é a junção dos repasses financeiros do Bolsa família e da aposentadoria rural, das redes de ajuda entre os familiares que trabalham em outros estados, dos trabalhos não agrícolas de tempo parcial e a reprodução das atividades agrícolas no campo. Sobre a absorção e a dispersão do trabalho e a organização do espaço, de acordo com Santos (2021, p. 45), “certamente a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço”. Para o autor, os fatores de dispersão são ligados à difusão das informações, aos modelos de consumo dos países hegemônicos principalmente, já os fatores de concentração podem ser relacionados

⁵⁰ A realização da pesquisa de campo se deu no primeiro semestre de 2021, assim o Bolsa Família ainda estava vigente enquanto principal programa de transferência de renda. O Auxílio Brasil só se tornou um programa regulamentado após a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 e posteriormente com o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 (BRASIL, 2021).

com os poucos pontos privilegiados no espaço, o tamanho das empresas, as externalidades urbanas e as condições para a realização das atividades mais importantes.

Com relação às outras fontes de renda, de caráter temporário, nas comunidades percebeu-se que uma parcela dos agricultores já teve acesso a algumas políticas de crédito e programas de fortalecimento da produção. Alguns agricultores ou havia solicitado o Agroamigo, modelo de crédito inserido dentro da categoria do PRONAF B, ou havia recebido o programa do Garantia Safra para auxiliar na perda das produções devido à estiagem. Cenário este que pode ser visto no Gráfico 27.

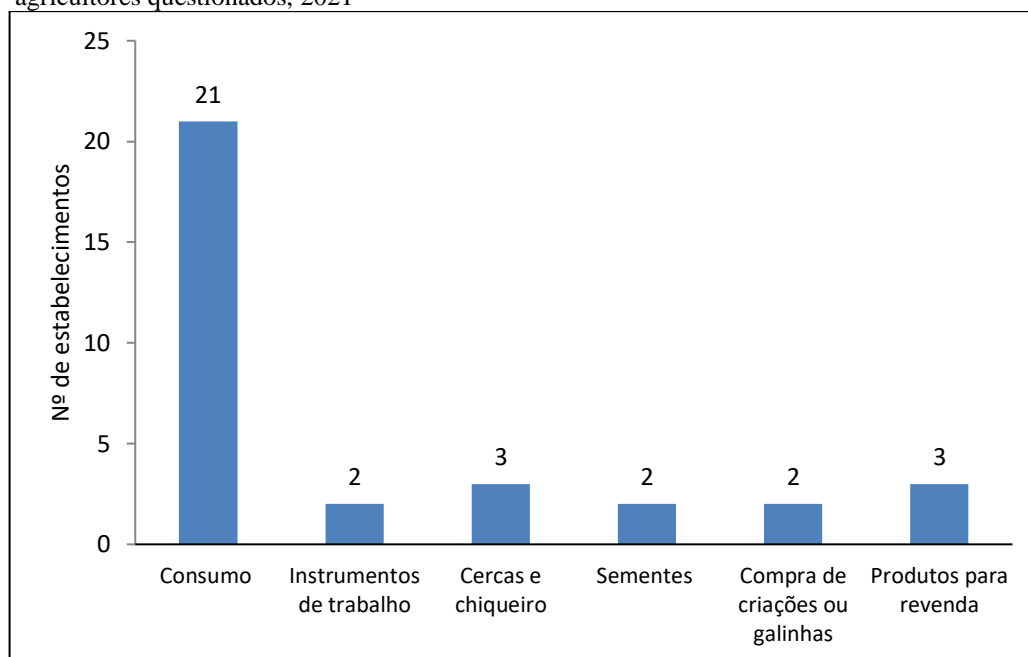
Gráfico 27- Santo Estevão: percentual dos agricultores questionados já acessaram recursos de programas institucionais de crédito ou o Garantia Safra, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Quando perguntado qual a finalidade de solicitar os financiamentos do Agroamigo, muitos responderam que o acionavam por meio do banco do Nordeste para melhorias nas estruturas dos galinheiros, cercas, compra de animais ou até mesmo para adquirir produtos de cunho comercial, a exemplo dos produtos de beleza ou limpeza doméstica para revender entre amigos e na comunidade. Já o Garantia Safra, funciona como auxílio financeiro no caso de perda de Safra. Como o município de Santo Estevão está inserido na área do polígono das secas, nos anos em que ocorrem os fenômenos de estiagem e há percas de safras, os agricultores conseguem ter acesso ao programa, o que auxilia nas despesas das famílias. O Gráfico 28 demonstra esta realidade, o destino que as famílias dão para os créditos do Agroamigo e do Garantia Safra.

Gráfico 28- Santo Estevão: Destino dado aos créditos do Agroamigo e o Garantia Safra entre os agricultores questionados, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Percebeu-se que as famílias vivem em constante precariedade de renda fazendo com que a maior parcela dos agricultores que recebem o Garantia Safra utilize o recurso financeiro para auxiliar nas despesas da própria casa, resultado da perda da produção ocasionado pelas estiagens. Já para os agricultores que solicitam os créditos do Agroamigo, os mesmos investiram na estrutura do próprio estabelecimento produtivo e na aquisição de meios não agrícolas para adquirir uma renda financeira.

Algumas das causas que influenciam a inserção dos agricultores nos trabalhos fora da unidade familiar vão desde o tamanho da terra, a baixa produtividade, o que resulta na renda insuficiente para reprodução social. Além disso, a pluriatividade, sob a perspectiva das questões de gênero, raça, e as outras clivagens sociais, demonstra que não são apenas as relações econômicas que influenciam nas práticas de trabalho desses sujeitos. Isto é perceptível na experiência das mulheres, quando estas saem de casa para trabalhar fora da unidade familiar, mas sua atividade produtiva não é vista socialmente da mesma forma que o homem⁵¹. Ou quando as mulheres se inserem nos trabalhos remunerados, este é visto como uma “ajuda” na

⁵¹ Perspectiva analisada por Scott (2010) no qual estudou gênero e geração em contextos rurais. A ideia que se criou em volta da mulher em relação ao trabalho se insere bem mais como uma “ajuda” nas atividades agrícolas e fora desta do que perceber as mulheres rurais enquanto aquelas que assumem plenamente as tarefas, que ganham políticas de crédito, e em muitos casos, tem o seu trabalho como as principais administradoras e tomadoras de decisões sobre recursos produtivos em muitas unidades familiares do campo, rompendo assim com a falaciosa visão da figura que apenas ajuda nas principais atividades.

renda da casa, uma vez que, é o homem que historicamente é considerado como o “chefe” da família camponesa, isto é, o responsável pela manutenção da ordem financeira e dos valores morais da família.

Fazendo referência a divisão do trabalho por meio do gênero, os homens se encontram mais nos trabalhos fora dos estabelecimentos produtivos, nas atividades urbanas, enquanto são as mulheres que gerenciam e mantêm o ambiente familiar em equilíbrio. As produções agrícolas ficam sob tutela delas e dos filhos, que não estão trabalhando fora, uma vez que a presença dos maridos se insere em outros tipos de atividades, demandando seu tempo e energia. No entanto, esta não é uma realidade para todas as famílias encontradas na pesquisa. Uma parcela das agricultoras se enquadraram enquanto mulheres solteiras, viúvas, mães solo ou divorciadas, sendo as únicas responsáveis pela manutenção do ambiente familiar e, por isso, pelo próprio processo produtivo. Neste último caso, àquelas possuíam apenas a renda do programa Bolsa Família para o gerenciamento das despesas, recorriam também e principalmente às redes de parentescos e familiares, a exemplo dos pais e avós que possuíam a aposentadoria rural.

Por outro lado, analisar a pluriatividade meramente como algo que não perpassa pela vontade dos agricultores familiares é negar que esses sujeitos possuem vontade própria, e também optam em escolher os trabalhos fora da unidade produtiva. Isto se explica por que a limitação que os minifúndios impõem não permite a retirada de uma renda suficiente adquirida apenas pela atividade agrícola. Essa lógica inclui principalmente os jovens, que cada vez mais pleiteiam novos horizontes, alimentados também pelo discurso da cidade como o lugar do progresso e facilidade. A juventude não perdeu a vontade de permanecer no campo, porém, eles não se veem mais no campo da escassez em oportunidades, da pouca renda oriunda da baixa produção agrícola, do campo da pobreza e acima de tudo do espaço das ausências de políticas públicas de permanência.

É nesta perspectiva da renda enquanto elemento que mais afasta os agricultores da agricultura buscando outras atividades, que muitos repetiram a renda e o trabalho como as principais ausências vivenciadas nas comunidades, como demonstram as falas a seguir:

Falta trabalho, falta de renda, só a agricultura não garante o sustento (COSTA, J.C. 2021).

Falta de renda, e a chuva são os principais (SILVA, S.M. 2021).

A distância dos serviços, as ausências e a falta de trabalho (LEAL, D. R. 2021).

O trabalho, meio de sobreviver (salário), aqui a gente tem que sair pra ter dinheiro (SILVA, S.S. 2021).

Falta de água, melhorar a renda das famílias que é baixa (SANTOS, B.G. 2021).

Renda pouca, falta trabalho, acesso aos serviços, isso deixa tudo mais difícil (SOARES, N. D.2021)

As redes familiares de apoio financeiro no campo são consideradas como válvulas de escape para muitas famílias, o que deixa evidente o quanto políticas públicas de desenvolvimento rural podem transformar a qualidade de vida dos sujeitos não urbanos. No que tange a reprodução do trabalho familiar:

Nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista (PAULILO, 2004, p.245).

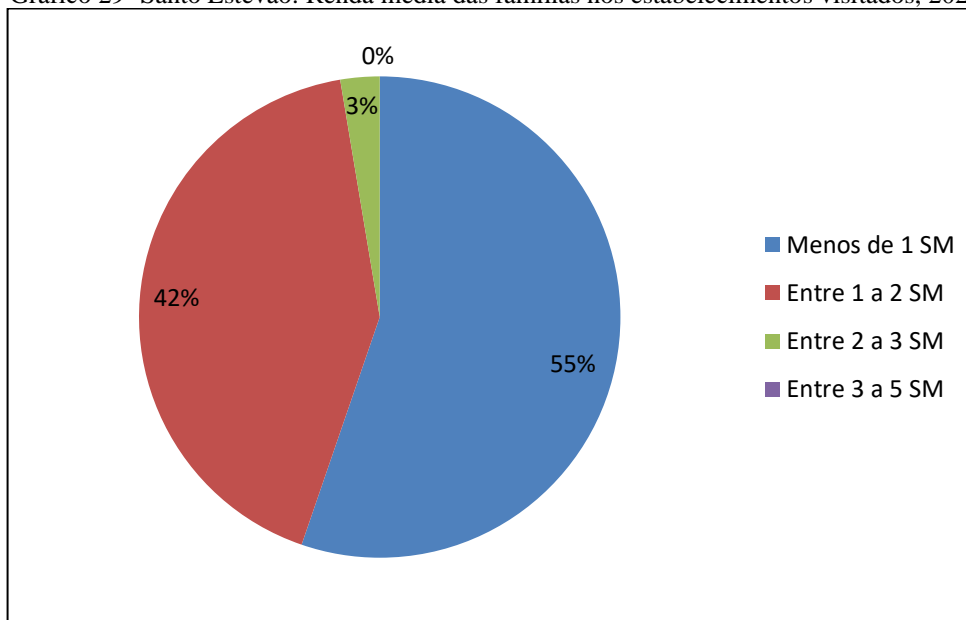
Percebemos aqui que o campo da agricultura mais pauperizada existe uma verdadeira institucionalização da pobreza. A pobreza é vista como um fenômeno natural, os agricultores enxergam como algo ligado a não aquisição do trabalho assalariado na cidade, já que o que se planta “é só para comer” como afirmam muitos deles. O Estado quando prioriza a grande produção através das políticas públicas de acesso aos créditos e do fortalecimento do aparato técnico e logístico, acaba secundarizando a agricultura familiar, o que torna tarefa difícil diante de tantas ausências, já citadas nesta pesquisa. As estruturas que naturalizam as pobreza dos sujeitos do campo são as mesmas que criam leis e acessos para o aumento da produtividade da grande produção, permitindo também a contaminação dos alimentos pelo uso excessivo dos agrotóxicos, uma vez que o uso destes fertilizantes estão em maior quantidade nos grandes cultivos. Na implementação das políticas públicas entre priorizar os interesses do capital e investir para a justiça social e a diluição da desigualdade, o Estado priorizará os interesses do capital. Nesta perspectiva:

Ainda que o Estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem maior, os interesses sociais, embora sejam levadas a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital (SANTOS, 2020, p. 101).

Nesta perspectiva, no espaço agrário das comunidades visitadas, um dos elementos mais marcantes consiste na dificuldade que o agricultor familiar enfrenta ao buscar viver apenas da pequena produção. Para muitas famílias, a agricultura não é considerada enquanto fonte de renda principal, mas sim secundária para a subsistência. Nas comunidades do Paiaíá, da Conga e do Lamarão, como mostrado no Gráfico 29, 55% das famílias questionadas viviam com menos de 1 salário mínimo mensal, famílias com 4 e até 6 membros vivendo no mesmo estabelecimento. Para estas famílias a renda principal vem do Bolsa Família, responsável por

cumprir com as despesas básicas. Já para os estabelecimentos que vivem com 1 e até 2 salários mínimos, 45% dos estabelecimentos eram das famílias que ou possuía um membro com aposentadoria rural, ou estavam inseridos nos trabalhos assalariados na cidade, sejam temporários ou fixos, consorciando com a produção agrícola.

Gráfico 29- Santo Estevão: Renda média das famílias nos estabelecimentos visitados, 2021

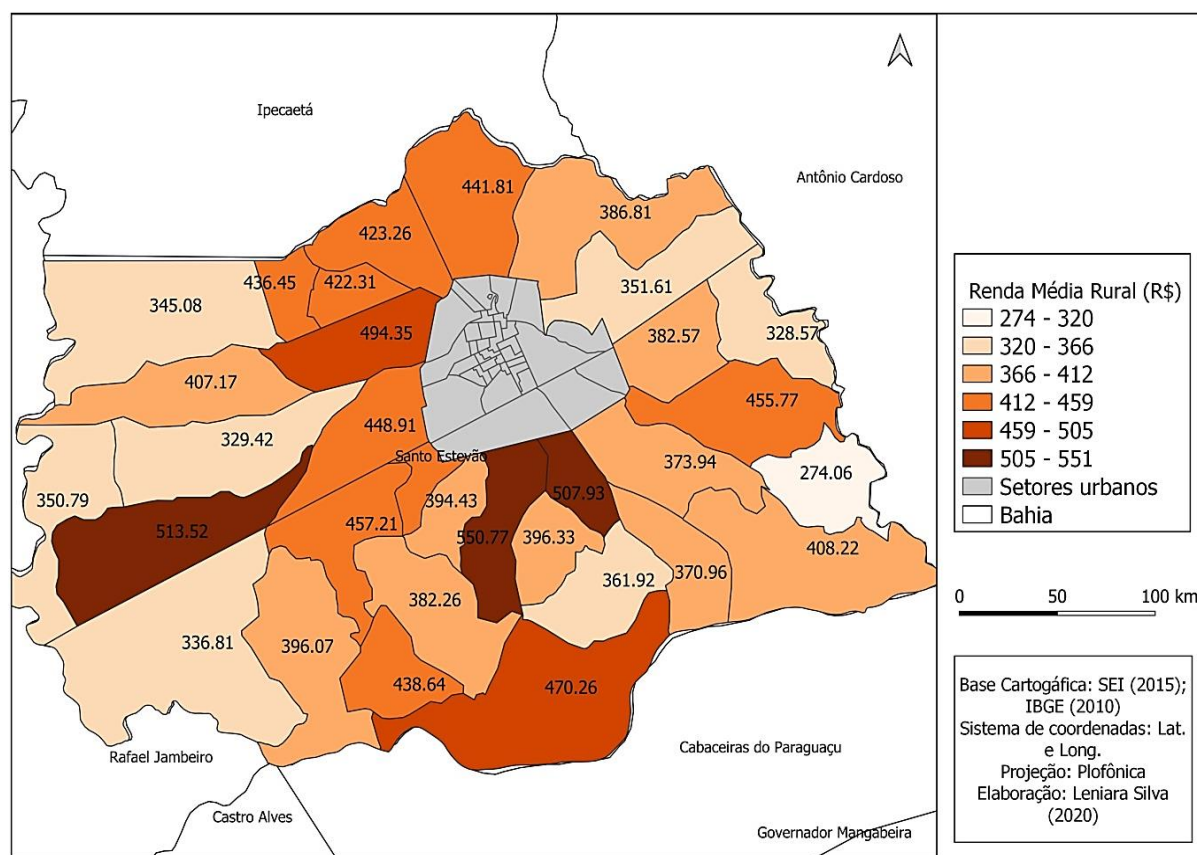


Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

A pequena agricultura encontrada nos espaços rurais visitados é insuficiente para gerar renda e, com isso, afastar os agricultores da pobreza extrema. O atraso tecnológico em que muitos estabelecimentos estão inseridos impossibilita uma maior produção das atividades agrícolas, isto acarreta uma não absorção da mão de obra excedente juvenil no campo. É com estas condições que a pobreza se reproduz entre as famílias visitadas. A falta de renda agrícola exige que as famílias diversifiquem suas atividades se inserindo em funções fora do estabelecimento produtivo, porém, inserir-se nos trabalhos não agrícolas não significa eliminar a condição de pobreza, já que, via de regra, os agricultores encontram apenas trabalhos temporários ou sem grandes ganhos.

Entretanto, não se pode negar que existem diferenças entre as famílias que apenas vivem da agricultura e dos repasses federais com aquelas que exercem outras funções, ligadas as melhores condições de vida. A precariedade na renda das famílias é uma realidade preocupante, precisa ser fomentadas diversas articulações entre os agentes públicos e entre os agricultores e seus órgãos que os representam para mudar de cenário. No que tange a renda média rural, esta realidade pode ser vista na Figura 31.

Figura 31- Santo Estevão: Renda média rural por setor censitário, 2010.



Fonte: SEI (2015), IBGE (2020). Elaboração: Leniara Silva (2020).

Analisando a Figura 31, percebe-se que os setores com maior renda rural não ultrapassam a renda média de até 600 reais no ano de 2010, neste mesmo ano o salário mínimo era de 510 reais. Já os setores com rendas inferiores, são aqueles que não alcançam os 300 e 400 reais de renda média, alguns setores com níveis baixos de residentes, outros com números elevados de moradores, a exemplo da comunidade de Capoeira do Ribeiro, que possui mais de 200 famílias residentes, no entanto está localizada no setor com a renda média de até 345 reais mensais. Para as áreas visitadas, a comunidade do Lamarão se encontra no setor censitário com renda média de até 422 reais, o Paiaíá está localizado no setor com renda média de até 513 reais, já a Conga está no setor com renda média de até 455 reais mensais.

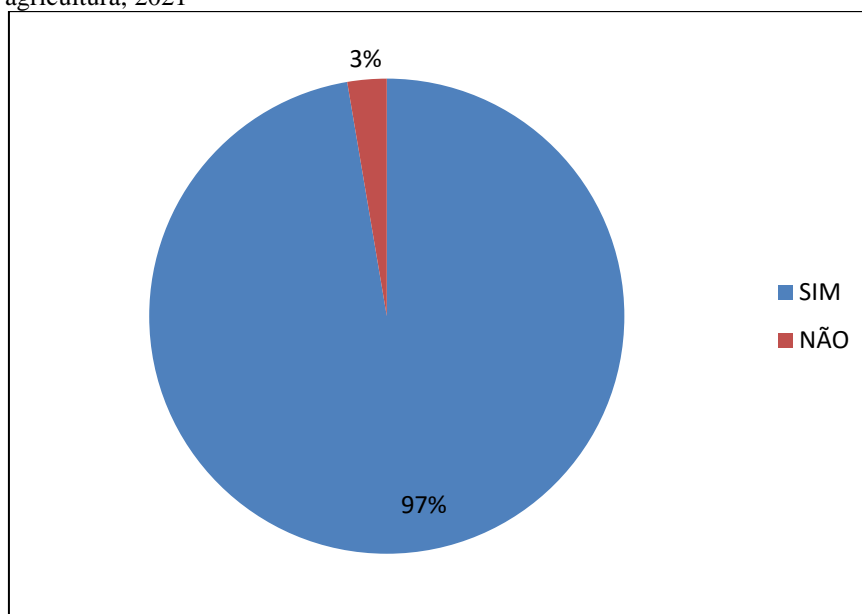
4.2.3 Cooperação e manutenção do modo de vida nas comunidades rurais do Paiaia, Lamarão e Conga

Mesmo com as estruturas excludentes ligadas à terra e à renda nas comunidades, percebeu-se que os moradores, em sua maioria, gostam do estilo de vida que têm, em função do local tranquilo onde moram e da convivência em comunidade, porém, reclamam da falta de atenção e apoio das autoridades. Os moradores das áreas visitadas, apesar das vulnerabilidades sociais, das influências do urbano cada vez mais presente no campo e da penetração dos trabalhos não agrícolas, se reconhecem enquanto agricultores familiares e sentem orgulho da sua comunidade rural e de suas ruralidades.

Outra característica marcante é o apego que as famílias afirmaram ter com a sua comunidade. Para os agricultores, para além dos problemas estruturais de desigualdades de renda e acesso à terra, a comunidade é vista enquanto o espaço do cotidiano e do vivido. As redes de amigos e familiares são vistas como elementos que produzem sentidos nestes espaços e expressariam o modo de vida mais tranquilo. Para os idosos em especial, o lugar onde vivem é visto como o único estilo de vida possível.

As produções das roças, para os agricultores questionados, se constituem como um trabalho cansativo, e, por vez, sem rentabilidade, no entanto, é o momento nas comunidades em que todos estão ocupados na atividade, realizando as trocas de favores, reproduzindo as redes de cooperação para a permanência da tradição dos plantios. Além disso, produzir as roças, para os idosos, é enxergado como uma terapia, momento de ocupar o corpo e a mente com aquilo que já vem desempenhando durante gerações. Encontramos algumas agricultoras mais idosas, que, com o avançar da idade, os problemas de saúde acabaram surgindo, ocasionando o sentimento de frustração por não terem condições de realizarem as mesmas atividades na agricultura como antes. O apego à comunidade e o trabalho na agricultura pode ser visto no Gráfico 30.

Gráfico 30- Santo Estevão: percentual dos agricultores que gostam de trabalhar com a agricultura, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Em uma análise sociocultural, as comunidades rurais são espaços de produção de conhecimentos locais, informação, referências nos valores humanos de partilha, cooperação, justiça e responsabilidade mesmo diante as adversidades. Nesta perspectiva, fugimos da ideia de que o espaço agrário da agricultura familiar é o campo em que se reproduz apenas um tipo de agricultura, muito pelo contrário, a forma de trabalho mais presente nas comunidades rurais é um dos elementos que envolve toda multifuncionalidade que agricultura familiar possui. Além disso, mesmo com a fragilidade que se encontra a pequena produção nos espaços visitados, esta multifuncionalidade não deixa de existir.

Para Schneider (2004), o processo de industrialização e os trabalhos não agrícolas em espaços com grande quantidade de pessoas morando no campo não excluem por completo as especificidades e sociabilidades das comunidades, pode ocorrer uma desarticulação de algumas práticas locais, mas não a sua extinção. Nesta perspectiva, as comunidades da Conga, do Lamarão e Paiaiá (esta última de maneira mais intensa) ainda reproduzem as atividades laborais nas roças por meio da ajuda mútua, a exemplo dos adjutórios ou mutirões, principalmente em períodos de plantação ou colheita, prevalecendo as relações de solidariedade nestas comunidades. Caron (2009) conceitua o mutirão de seguinte forma:

O termo mutirão designa dois tipos de cooperação camponesa. Uma concerne os bens comuns e coletivos (construção ou conservação de estradas, escola, barragem, cisterna), a outra, os convites de trabalho para o benefício de uma família, geralmente

trabalhos penosos (desmatar um campo, erguer uma cerca, construir uma casa etc . (CARON, 2009, p. 100).

Esta forma de trabalho consiste na ação coletiva entre os agricultores no revezamento por meio da ajuda mútua nos trabalhos nas roças, assim amigos, vizinhos e parentes se ajudam na plantação e na colheita em especial, com o objetivo de auxiliar coletivamente no processo produtivo e até mesmo excluir o trabalho pago a terceiros nas ocasiões em que mais necessitam de força de trabalho nas plantações. Relação de troca e de manifestação cultural que pode ser vista na Figura 32.

Figura 32- Santo Estevão: mutirão coletivo entre os agricultores, comunidade Paiaia. 2019



Fonte: Foto cedida pelos agricultores da comunidade (2021).

A bata de feijão é uma prática reproduzida entre gerações, antes era mais intensa e generalizada nas comunidades pela ausência do uso das máquinas de bater e de selecionar os feijões, porém, mesmo com as mudanças nas práticas de colheita e preparação final, ainda é uma tradição que resiste em algumas comunidades visitadas. A bata de feijão é uma tradição que enfraqueceu também pela redução no tamanho das roças cultivadas pelos agricultores, o que antes reuniu muitas pessoas para a ajuda coletiva nas grandes colheitas, hoje com esta redução a reprodução desta cultura, quando acontece, é para a manutenção da tradição de maneira recreativa e solidária e ajuda mútua.

A cooperação e a solidariedade são práticas muito frequentes entre os agricultores, principalmente entre os mais idosos. Os laços de amizade e de ajuda coletiva se estabelecem como potencialidades presentes nesses espaços rurais e as comunidades são microespaços que funcionam também por essas redes de sociabilidades e acordos coletivos. Nas áreas visitadas, são as mulheres em especial que estão fazendo frente para que essas redes não se acabem, são

as agricultoras que se articulam com os demais na manutenção dos eventos de cunho religiosos nas igrejas, as ações políticas das associações, a reprodução das roças e as estratégias de reprodução da agricultura familiar. As mulheres, negras em sua maioria, sempre estiveram presente no trabalho agrícola, na manutenção das redes nas suas comunidades, dando continuidade às práticas tradicionais da agricultura familiar. Até mesmo a bata de feijão em que a função dos homens é bater o feijão, demonstrado anteriormente na Figura 32, as mulheres ficam com a função de limpar, auxiliando também para a reprodução da tradição. Assim, para Davis (2016):

As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra (DAVIS, 2016, p.241).

O destaque das mulheres foi perceptível, uma vez que, em sua maioria, são os homens que criam maiores vínculos com os espaços fora dos estabelecimentos familiares, são eles que mais estão inseridos na pluriatividade, nos trabalhos temporários na cidade, nos espaços de sociabilidade e lazer que nem sempre se inserem enquanto espaços construídos para as mulheres, como os bares e campo de futebol. A relação entre o público e o privado caberia na análise, o lar e tudo que diz respeito à manutenção do estabelecimento familiar é destinado às responsabilidades das mulheres, já os trabalhos fora de casa e os espaços de sociabilidades e lazer, como campos de futebol e bares, ficam sob usos dos homens. No entanto, o privilégio de trabalhar fora da unidade familiar para os homens, o entretenimento fora de casa só é possível por que “os papéis das mulheres na procriação, criação da prole e manutenção da casa possibilitam que os membros de sua família trabalhem – trocando sua força de trabalho por salários –, e isso dificilmente pode ser negado.” (DAVIS, 2016, p.243).

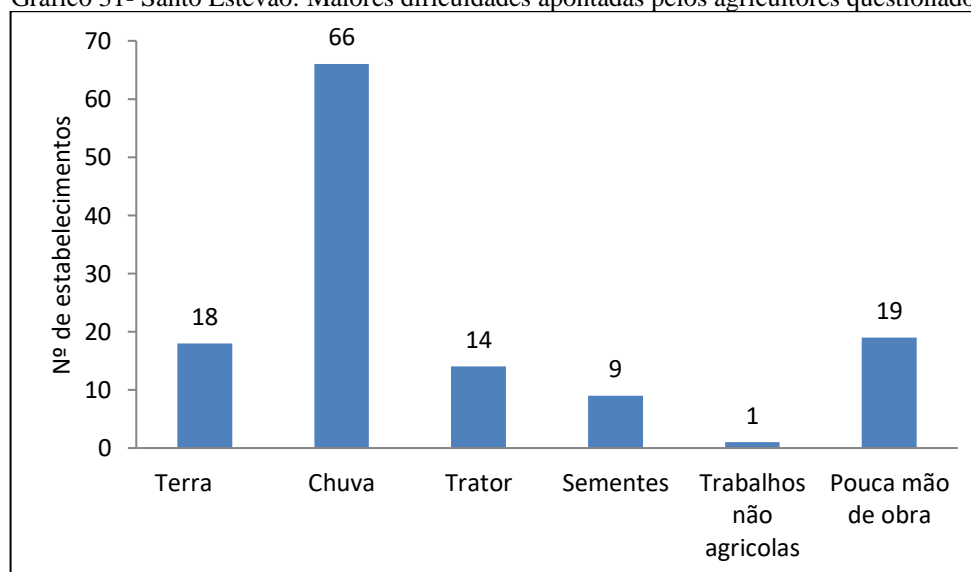
Dessa forma, para o imaginário social de uma sociedade patriarcal e machista, “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p.241). Isto explica também a resistência de muitos homens rurais em aceitar a ida das suas esposas para trabalhar na cidade por exemplo, principalmente se apenas a mulher conseguir se inserir nos trabalhos fora da unidade familiar e o esposo não.

No que tange aos problemas que afetam o desenvolvimento da agricultura familiar do espaço agrário estudado, foi possível perceber que os elementos terra, renda e acesso a água se enquadram enquanto os principais obstáculos em morar no campo. A chuva para os

agricultores, ou melhor, o não acesso a água dificulta a produção dos cultivos. Para os agricultores e as agricultoras familiares que responderam aos questionários, a água é o elemento principal que pode contribuir para um melhor desenvolvimento da produção, conseqüentemente, a qualidade de suas vidas e segurança alimentar. A irregularidade das chuvas e a não existência de projetos de irrigação nas comunidades afetam diretamente a produção das culturas temporárias do milho e feijão, dentre outras culturas reproduzidas no campo estudado.

Os agricultores do Semiárido são os primeiros a perceber as mudanças no tempo pela relação que existe entre a chuva e a reprodução das roças. Para muitas, as transformações e descontinuidades das chuvas nos períodos certos das plantações foram perceptíveis com o passar do tempo. Na visão destes sujeitos, no momento da sua infância, por exemplo, quando trabalhavam nas roças dos pais, as chuvas chegavam no tempo certo e dificilmente a sua falta afetava a produção como um todo, atualmente tais irregularidades estão cada vez mais constantes. Todavia, além do problema a dificuldade de acesso a água, a terra, a falta de membros para trabalhar e dificuldades em conseguir os tratores e guardar as sementes constituem-se enquanto expressivas dificuldades que enfrentam em reproduzir a agricultura, como aponta o Gráfico 31.

Gráfico 31- Santo Estevão: Maiores dificuldades apontadas pelos agricultores questionados 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Para o agricultor SILVA, M.C. (2021), o principal problema para os agricultores está na “a chuva que é instável e a falta de trabalho”. Já para COSTA, S.L. (2021), a “falta de água que demora pra chegar e o transporte ruim” prejudica as famílias que mora no campo. Para a

agricultora BARBOSA, C. (2021), “o transporte é um problema, a falta de terra, poucas opções de lazer, e a água que quando não chove prejudica a roça”. Estas foram algumas das falas dos agricultores nas comunidades do Paiaiaí, Lamarão e Conga.

No entanto, para além da chuva que atrapalha a produção, as principais demandas que apareceram com mais frequência entre os agricultores das comunidades visitadas, se destacam aquelas de cunho individual e familiar e as demandas de caráter coletivo comunitário. Dentre elas, estão a falta de abastecimento regular de água na comunidade, os serviços de saúde e de educação que influenciam na qualidade de vida dos moradores, a falta de articulação entre o poder público municipal e as associações na aquisição de políticas públicas para o desenvolvimento das comunidades, a ausência de assistência técnica no campo, e a falta de renda e trabalho que possam sair da dependência dos programas de redistribuição de renda, a exemplo do Bolsa Família. Tais demandas podem ser observadas no Quadro 5.

Quadro 5- Santo Estevão: principais demandas apontadas pelas comunidades rurais visitadas. Conga, Lamarão, Paiaiaí. 2021

Demandas	Conga	Paiaiaí	Lamarão
Falta de água constante	x	x	x
Equipamentos agrícolas	x	x	
Sede de associação	x		x
Construção de praça	x		x
Reabertura de escolas	x	x	
Calçar ruas	x	x	x
Atendimento médico na comunidade			x
Acesso a terra	x	x	x
Pouca adesão dos moradores com a associação local			x
Construção de casas	x		x
Resgatar a mini fábrica de costura		x	
Cooperativa de beiju e derivados da mandioca	x		
Grupos de produção coletiva	x	x	x
Construção de cisternas		x	x
Retomada dos festejos culturais	x	x	x
Construção e fortalecimento das casas de farinha	x		x
Cursos de formação produtiva local	x	x	x
Assistência técnica	x	x	x

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Além dos problemas estruturais e da falta de políticas públicas para o desenvolvimento socioespacial do campo, alguns outros problemas enfrentados pelos agricultores familiares

residem na sua própria desorganização enquanto categoria coletiva. Uma articulação entre um sindicato mais atuante, o fortalecimento político das associações comunitárias tirando destas instâncias o desaparelhamento de órgãos do governo, além da urgência em capacitar politicamente os agricultores configuram-se enquanto ações fundamentais para resolver as principais demandas que tanto os agricultores reclamam. O município além de ter uma assistência técnica⁵² insuficiente e que não trabalha para impulsionar a pequena produção dos agricultores, o próprio poder público local até o ano de 2021 não havia construído uma secretaria municipal de agricultura familiar, o setor responsável fica a cargo do departamento de agricultura familiar, subordinado à Secretaria de Assistência Social. De acordo com a Coordenadora de agricultura municipal do município:

Apesar do município não ter uma Secretaria de Agricultura, hoje existe uma diretoria de agricultura na qual hoje eu estou coordenadora dessa diretoria. É uma conquista! Essa diretoria é vinculada à Secretaria de Assistência Social e isso dificulta muito pro município. O que a gente da Diretoria de Agricultura junto com a Secretaria de Assistência Social e junto aos técnicos, os agrônomos, a gente tem feito um trabalho direcionado para os agricultores, com orientação, acompanhamento no plantio, no cultivo, na emissão das DAPs que a declaração de aptidão Pronaf, orientação a regularização Fundiária, a capacitação da permanência, a Organização das associações comunitárias, o incentivo de se criar cooperativas de produção e o incentivo ao crédito dentre outras ações. (Entrevista concedida por J. C. G. no dia 31.01.2020).

Pensar em políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar sem construir o mínimo para que isso aconteça é minguar as possibilidades de mudanças para o campo. Nos espaços frágeis economicamente, o que ainda mantém as pessoas morando é o forte vínculo afetivo pelo seu modo de vida, o futuro das relações socioeconômicas se torna incerto. Quando o Estado não intervém por meio das políticas públicas de fortalecimento das potencialidades existentes no campo, quando não há uma articulação entre os agentes envolvidos, o rural continuará perdendo gente, dando lugar para o avanço do capital no campo e para a exploração da mão de obra camponesa na cidade.

⁵² Até o início do ano de 2021 o município possuía três técnicos ligados a BAHIATER, instância do governo do estado. Estes técnicos ficavam responsáveis em emitir as DAPs, inscrições para o Garantia Safra, regulamentação das associações rurais, dentre outros serviços. No entanto, no mês de março do mesmo ano, os contratos dos técnicos foram finalizados e o município ficou sem o serviço por meses, prejudicando diretamente os agricultores familiares.

4.3 “MEU FILHO TEVE QUE SAIR, SE AQUI NÃO TEM TRABALHO!”: MIGRAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

Na concepção marxista, pensar em trabalho é relacioná-lo com a produção da mais-valia, esta sendo considerada como a porção do trabalho não pago ao trabalhador extraído pelo capitalista. O sentido da mais-valia não se encaixa na categoria da agricultura familiar pela ausência da figura do patrão, a própria família que gerencia todo processo produtivo e organiza seu estabelecimento familiar. As relações não capitalistas dentro do próprio capitalismo fazem parte do campo das contradições que envolvem a agricultura familiar e o mercado. A reprodução do trabalho no sistema capitalista tem em sua essência o objetivo da produção do lucro em curto período de tempo, já para a noção de trabalho na agricultura familiar o tempo curto não é o elemento fundamental, mas sim a produção dos alimentos, respeitando o ciclo da natureza. A terra e o trabalho são alicerçados em dimensões diferentes, ligado à ética e à reprodução da vida. Tempo e natureza ganham dimensões diferentes por que ambos não são anulados em sua essência, para os agricultores, eles só reproduzem seu modo de vida por que a terra e a chuva, por exemplo, cumprem sua função natural e não mercadológica.

O trabalho no sistema capitalista ganha um caráter polissêmico, isto por que é analisado de diferentes formas, a depender de qual classe e grupos sociais estamos trabalhando. Para a agricultura familiar, o trabalho nas unidades com pouca produção, devido à limitação da terra e a ausência de políticas públicas de fortalecimento, por exemplo, é visto bem mais sob o viés da produção de alimentos do que a geração de renda, motivo que influencia na forma em que os sujeitos envolvidos e a sociedade analisam esta categoria. Isto por que:

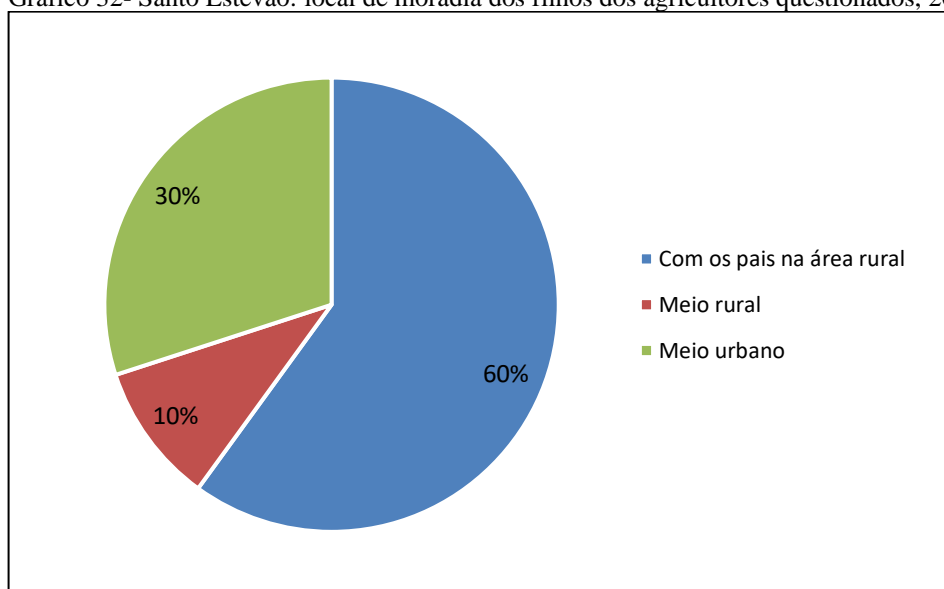
Com efeito, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho, na sua dimensão ontológica, forma específica da criação do ser social, é reduzido a emprego – uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como não trabalho o cuidar da casa, cuidar dos filhos etc. (FRIGOTTO, 2009, p. 176).

A ideia de trabalho é socialmente construída, variando no tempo e no modo de produção vigente. Quando as influências do trabalho assalariado e a toda analogia consumista que o capitalismo criou é hegemônico no espaço, as outras formas de trabalho que não se encaixam na lógica salarial, normalmente urbana, são consideradas menos relevantes e passíveis de serem deixadas de lado. No espaço agrário estudado, foi perceptível esta diferença quando os agricultores analisavam as desvantagens que o trabalho rural possuía em relação ao trabalho assalariado na cidade. O modelo a ser alcançado, principalmente para os filhos dos agricultores,

era aquele ligado a fábrica de calçados, por exemplo, distante da pequena produção familiar. Os pais mantêm seus filhos na “roça” enquanto não adquirem algo “melhor”, nesse caso, para os mesmos, o melhor era o trabalho urbano, de preferência assalariado ou a migração.

Em relação à realidade percebida nos estabelecimentos visitados, o Gráfico 32 aponta que 55% dos filhos dos agricultores ainda moravam com os pais, grande parcela de crianças e adolescentes que ainda permaneciam com seus pais ajudando na agricultura e estudando. No que tange aos filhos jovens e adultos, 31% das agricultoras questionadas seus filhos não moravam mais no campo, alguns migraram para estados como São Paulo, Mato Grosso, Aracajú e cidades baianas próximas, como Feira de Santana e Salvador, outros saíram do campo para morar na cidade de Santo Estevão, nesses casos, se desvinculando por completo da agricultura familiar local, em sua grande maioria, inserindo-se nos trabalhos urbanos. Os filhos jovens e adultos que ainda permanecem no campo, são aqueles que construíram famílias na comunidade, reproduzindo a agricultura familiar, outros com trabalhos na cidade, porém, sem desvincular totalmente do espaço rural.

Gráfico 32- Santo Estevão: local de moradia dos filhos dos agricultores questionados, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

A pobreza oriunda principalmente da falta de terra, da baixa produção, da ausência de organização coletiva eficiente que impulsionem as diferentes formas cooperativas de trabalho no campo, dentre outros fatores, auxilia na busca de outras formas de sobrevivência e trabalho. Quando nem o campo nem a cidade conseguem absorver essa força de trabalho ociosa que existe no espaço agrário de Santo Estevão, a saída para muitos filhos de agricultores é a

migração. Refugiar-se nas grandes cidades é um caminho que normalmente se torna sem volta, sem retorno para o campo, como pode ser observado no relato abaixo:

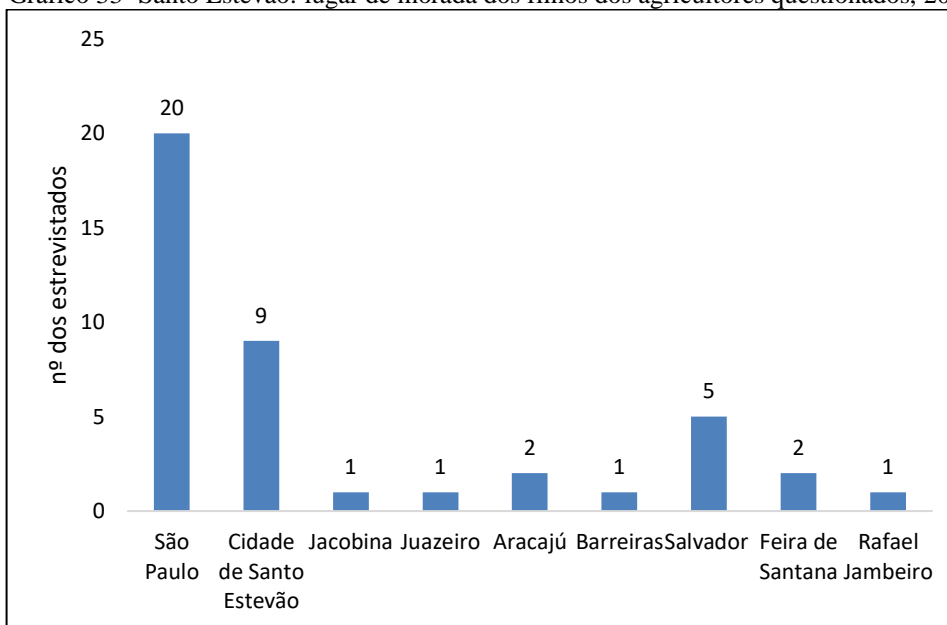
“Meu filho teve que sair, se aqui não tem trabalho! O pouco que a gente planta na roça não dar pra sobreviver e os bicos que conseguimos de vez em quando não é o suficiente. O menino quando cresce, alguns nem chega a terminar os estudos, tem que sair mesmo, pra trabalhar.” (Agricultor J.S.C. Trabalho de campo, 2021).

A migração assim como a pluriatividade e os trabalhos não agrícolas são tão presentes no espaço agrário estudado quanto à realidade da falta de terras. O “fazer os bicos” citado pelo agricultor acima se insere enquanto as estratégias que estes sujeitos lançam mão para dar subsídios nas despesas da família por meio dos trabalhos temporários, tanto no campo quanto na cidade. Foi perceptível, por meio do contato com esses sujeitos, que a migração dos filhos, principalmente aqueles que já chegaram ao final da adolescência e início da vida adulta, é uma partida quase inevitável, porém, compreensível, já que as possibilidades de permanência a depender do cenário familiar são quase inexistentes. Para Menezes (2009):

Quem migra é o indivíduo, no entanto, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e sexo. Alguns membros da família ficam e outros partem; os que partem podem se estabelecer definitivamente nos locais de destino ou retornar periodicamente. O fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes de familiares e de amizade, de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes (MENEZES, 2009, p.270):

A relação conflituosa que existe entre a agricultura e a permanência dos jovens neste tipo de atividade compreende como um campo de perdas e renúncias, que, em muitos casos, acabam recorrendo a migração. Como demonstra o Gráfico 33, nas comunidades visitadas as maiores parcelas dos filhos das agricultoras migraram para o estado de São Paulo, alguns com décadas que marcaram a sua saída. Para outros, quando inseridos nas estratégias de sobrevivências e articulação entre a agricultura e os trabalhos não agrícolas, permaneciam na comunidade mesmo.

Gráfico 33- Santo Estevão: lugar de morada dos filhos dos agricultores questionados, 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Além da migração para outros estados e para cidades baianas, alguns filhos dos questionados depois que inseriram nos trabalhos urbanos, a exemplo da fábrica de calçados, optaram por migrar para a cidade construindo outro estilo de vida e desvinculando do campo, no que tange à moradia.

Os novos horizontes estão justamente nas outras estratégias de sobrevivência, isso inclui um outro tipo de trabalho que possa gerar renda superior às resultantes das atividades agrícolas. No caso do espaço agrário de Santo Estevão, foi perceptível a função que os trabalhos fora da unidade produtiva familiar exercem na dinâmica financeira da família, em alguns casos, esse trabalho assalariado na cidade não retira por completo esses jovens do campo, é enxergado como uma estratégia de permanência, uma vez que a renda oriunda dos trabalhos urbanos é a mesma que auxiliam na manutenção da família. Dessa forma:

Assim, cada vez mais pessoas residentes no meio rural conciliam o desempenho de atividades agrícolas agregadas a atividades não agrícolas. Longe de representar uma ameaça a propriedade rural para a família e sim confere como uma estabilidade, estabilidade essa constantemente abalada pela alta pela alta de insumos e queda dos preços dos produtos agrícolas (MAESTELLI, 2002, p.186).

No entanto, a migração se transforma em mais um caminho de peregrinação por trabalho e outras oportunidades de melhoria de vida. Antes o mercado de trabalho nos grandes centros urbanos absorvia boa parte dessa mão-de-obra excedente e barata vinda do campo, hoje, esse cenário se torna cada vez mais instável e precário. Para os agricultores entrevistados, a migração

dos filhos foi causada principalmente pela ausência de renda e trabalho remunerado, assim, segundo eles:

Meu filho mudou daqui tanto pelas questões familiares e trabalho (SOUZA, B.S. 2021). “Meu menino foi morar com a mãe em São Paulo e lá achou trabalho e não voltou mais (BORGES, G.O. 2021). “O meu saiu pela falta de trabalho, o pai trabalha em São Paulo e os filhos acabaram indo também (BARRETO, C.P. (2021). “Um casou e outro foi em busca de trabalho” (COSTA, C.2021).
 “Na roça não tem trabalho que dar dinheiro, assim os dois saíram pra trabalhar (SILVA, E.S. 2021)

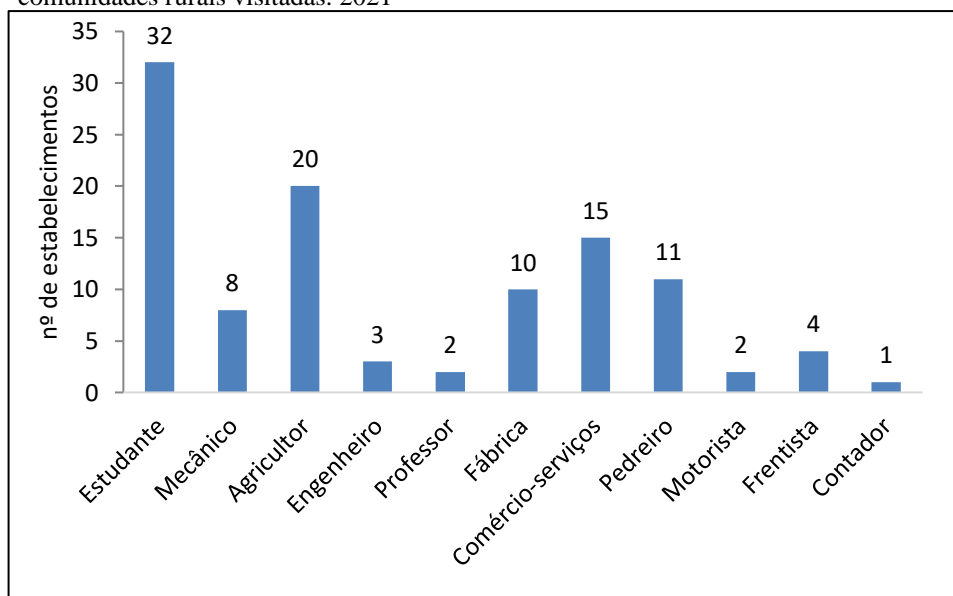
Mesmo percebendo que os processos migratórios são dinâmicos e mudam para responder às demandas do sistema econômico, funcionando por meio da concentração e dispersão, pensar a saída do campo para a cidade atualmente é entrar nos cenários das incertezas. Isto foi visto também nas narrativas dos agricultores mais idosos, aqueles que possuem filhos em São Paulo, por exemplo. Para aqueles que migraram no final dos anos 1990 e início da década de 2000, conseguiram vantagens no novo lugar de morada, se estabelecendo financeiramente e criando boa qualidade de vida para sua família, não retornando mais para o campo. Compreende-se também que cada realidade é única, e cada período no tempo e no espaço responde as demandas do mercado e capital. Atualmente, o que se percebe é um aumento contínuo do desemprego, da precarização e terceirização do trabalho, além da lógica do descarte da força de trabalho de forma intensa. Neste cenário, para o homem do campo, no nosso caso, nordestino, e , em sua maioria jovens negros, se inserir no mercado de trabalho urbano é penar para não cair na miserabilidade. Nesta perspectiva, de acordo com Abromavay (1999)

Se é verdade que o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo, [...] a contrapartida é a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais: aqueles que mais saem do campo - os e sobretudo as jovens - são exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho (ABROMAVAY,1999, p.2).

No que tange às funções e as profissões dos filhos dos agricultores questionados, percebemos quatro perfis nas comunidades rurais, como pode ser visto no Gráfico 34. O primeiro diz respeito às crianças e aos adolescentes que ainda estavam em idade escolar, frequentando a escola e consorciando seu tempo com o trabalho nas produções, ajudando os pais nos períodos produtivos; o segundo os filhos que ainda se encontravam no campo trabalhando na agricultura, esses se reconheciam enquanto agricultores, porém, com outras funções temporárias não agrícolas; o terceiro perfil, os filhos que migraram para morar na sede do município e estão ocupados nas funções da indústria, no setor público e no comércio em geral; já o quarto perfil, aqueles que estavam inseridos na migração para outros lugares distantes, destino esse demonstrados no Gráfico 33 anteriormente. Para este último perfil, as

profissões dos filhos empregados em outros estados, por exemplo, podemos destacar a função de pedreiro, contador, motorista de aplicativo, caixa de supermercado, engenheiro civil, além das outras funções no comércio.

Gráfico 34- Santo Estevão: Atividades dos filhos dos agricultores questionados fora e dentro das comunidades rurais visitadas. 2021



Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

E mais uma vez o fator terra e a falta de renda aparecem como elementos centrais quando elencamos as origens das precariedades dos pequenos agricultores familiares. Assim, sem sombra de dúvidas sanar os principais problemas que atravessam a pequena agricultura familiar é tornar político o debate fundiário e sua democratização. Além de criar condições dignas para estes agricultores produzirem de maneira mais eficiente. Nesta perspectiva, a respeito das origens das desigualdades no campo, Araujo (2015) aponta que:

No contexto brasileiro, de uma forma ou de outra, a agricultura camponesa enfrenta uma crise, que se evidencia nas condições de reprodução da vida camponesa, obrigando/levando o trabalhador rural a buscar sustento, principal ou parcial, em tempo integral ou parcial, de um ou de todos os membros da família, fora de sua terra de trabalho. A crise para a família camponesa é a falta de terra, o tamanho da unidade familiar não permite a manutenção dos membros da família com dignidade, a terra de trabalho não proporciona uma renda satisfatória obrigando os trabalhadores a buscarem o sustento em outro lugar que não sua unidade familiar de produção. É preciso, mais terra de trabalho e não terra de negócio (ARAUJO, 2015, p.74).

A crise na pequena agricultura está ligada à estrutura de terras no Brasil, à concentração e à falta de acesso a meios que gere trabalho e melhores condições de vida impactam diretamente na vida dos agricultores familiares, a migração e a pluriatividade aparecem como

as estratégias de sobrevivência. A forma, função, estrutura e processo defendidos por Santos (2020) evidenciam o cenário que se encontra a agricultura familiar de Santo Estevão, a pouca terra e a grande quantidade de minifúndios com o tempo surgiram novas funções nas famílias dos agricultores. As mudanças nas formas de trabalho criaram uma nova dinamicidade no campo, ligadas à mudança na produção e ampliação dos moradores do campo nos trabalhos urbanos.

As dualidades na forma de analisar os espaços e suas atividades são reproduzidas de maneira intensa para os agricultores entrevistados. O bom e o ruim, a agricultura e a fábrica, o campo e a cidade, o permanecer ou migrar, dentre outros elementos. As narrativas são formadas por e a partir do trabalho, isto se explica por que para muitos que sempre tiveram a pobreza muito presente durante toda vida, o espaço rural pode ser uma ótima escolha para morar, no entanto, não possui as mesmas vantagens para o trabalho. Compreensível, uma vez que nenhum sujeito inserido no sistema capitalista vive apenas do que produz, as necessidades são criadas para que haja consumo.

De acordo com Gomes (1990), é a sobrevivência que condiciona o trabalhador a vender sua força de trabalho para o capitalista, antes para aquele que lhe oferecia melhor oferta de compra, atualmente com a precarização do trabalho e o aumento do desemprego o trabalhador mais pauperizado vende sua energia para qualquer possibilidade salarial. Na prática, para o citado autor, o que determina esse processo são as necessidades vitais de existência, ligada ao alimentar-se, vestir-se e abrigar-se, submetendo a qualquer salário e função precarizada no âmbito do capitalismo.

Nesta perspectiva, os agricultores familiares quando não produzem meios próprios que auxiliem a sobrevivência da família, acabam vendendo sua força de trabalho, ora, por vezes, se desvinculando por completo da agricultura, e se tornando, em geral, trabalhadores urbanos. Nesta perspectiva, isto se explica porque não são sujeitos de fora do capitalismo, também são convencidos pelas sutilezas e vantagens que o mercado salarial vende. Além disso, envolvem as condutas e comportamentos sociais construídos pelo próprio sistema, uma vez fora do mercado de trabalho urbano e assalariado, são atravessados pelos preconceitos de classe e de lugar de origem, realidade enxergada no espaço agrário de Santo Estevão.

Como pensar um campo rico em possibilidades para os jovens rurais? Os filhos dos agricultores, quando impossibilitados de sobreviver com toda família apenas pela agricultura, há uma grande chance de tornar uma figura cada vez mais ausente nos espaços rurais.

Agricultura familiar fragilizada pela falta de políticas públicas, pelas escassas possibilidades de permanência, os seus membros acabam influenciados pelas sutilezas do capital, que vende uma perspectiva enganosa de um melhor espaço de viver e consumir. O campo, por vezes, visto como o espaço do atraso e sem perspectivas é uma ideologia criada para que os agricultores mais pobres permaneçam naturalizando a pobreza, sem questionar suas origens e contradições.

4.4 UM NOVO OLHAR PARA O ESPAÇO AGRÁRIO DE SANTO ESTEVÃO

Entendemos a urbanidade como estrutura hegemônica que exerce influência em todo espaço. Esse processo além de criar hierarquias entre os espaços geográficos e os modos de vida tem o poder de construir subjetividades, identidades e consciência coletiva. A urbanidade no sistema capitalista, industrial e moderno exerce poder em relação aos espaços, tanto no rural como no urbano e subjuga um em detrimento de outro. No entanto, concordamos com Carneiro (1997) quando a autora defende a ideia de que mesmo que ocorra:

“[...] os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista, intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1997, p. 54).

Nesta perspectiva, a adaptação do pequeno agricultor na reprodução das práticas consideradas urbanas não nega a sua ruralidade e identidade própria. Um dos exemplos desta relação é o crescimento da pluriatividade, a penetração dos trabalhos não agrícolas no campo, no entanto os sujeitos inseridos nas novas atividades não deixam, em geral, de permanecer no campo e reproduzindo suas práticas socioculturais e políticas.

A compreensão do espaço por meio das dualidades é um tanto perigosa por que ocorre o perigo de cair em generalizações. No campo de Santo Estevão, por exemplo, o que antes a cidade era o único espaço de lazer para os moradores da cidade e do campo, atualmente cada vez mais os sujeitos invertem a lógica espacial e cresce o consumo o lazer rural. Este tipo de lazer pode ser visto na própria paisagem rural de algumas comunidades, percebeu-se um crescimento no número das chácaras e fazendas, do turismo nos rios e nos bares, o ciclismo rural etc. Deste modo, o campo é visto pelo “ar puro”, a simplicidade da vida e a natureza “são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência” (CARNEIRO, 1997, p. 57). A própria urbanidade que criou concepções inferiores sobre o rural, uma vez cansada da turbulência da cidade, (re)significou este espaço para usufruir

dos seus elementos. Assim, com a mudança social e econômica, as ruralidades e urbanidades estão em constantes relações, nos usos por meio do trabalho e do lazer.

Foi por meio da pesquisa de campo que percebeu-se o funcionamento das ruralidades nas comunidades visitadas. Para as famílias rurais, o espaço vivido da moradia é o elemento que transmite tranquilidade e garante a reprodução da vida. É no ambiente da casa que as relações familiares se reproduzem e os códigos de condutas internas são impostos com maior veemência. São os sujeitos rurais que compreendem como funcionam as identidades que se criam entre ambiente familiar e comunidade. Toda e qualquer forma de pensar o campo, as propostas que visem melhorar a agricultura familiar e fortalecer suas práticas rurais devem partir do conhecimento destas famílias, sejam projetos de interesse familiar, ou até mesmo as propostas de cunho coletivo para benefício da comunidade. Dessa forma:

Assim, as reflexões sobre a ruralidade na atualidade exigem o reconhecimento do rural, tanto nas suas relações com o urbano, como segundo as suas relações internas e específicas. A possibilidade de se estudar novas ruralidades supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações desse espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (RIOS, 2011, p. 78).

Não cabe pensar o campo sob as mesmas perspectivas e projetos que são reproduzidos na cidade. O espaço agrário estudado assim como em outros lugares do país, os discursos hierárquicos dos lugares, a penetração das narrativas da cidade como o espaço superior em diversas dimensões é reproduzida com força entre os sujeitos da pesquisa. Morar na “roça” carrega um sentido polissêmico: o espaço positivo para morar, reproduzir o modo de vida e criar os filhos, gasta pouco com despesas, porém, carrega um sentido negativo pelas suas ausências, de trabalho remunerado, de políticas públicas eficazes e até mesmo da falta de atenção do poder público. Nesse sentido, segundo as falas observadas entre os agricultores e as agricultoras, no que tange as desvantagens em morar no campo:

1 “Não ver problemas, a única coisa ruim é a falta de trabalho” (FERREIRA, S. S, 2021)

2- “Morar na roça é bom por que gasto pouco com as despesas, aqui quando falta a mistura tem uma galinha, um ovo, quando não tem gás tem o fogo de lenha. A parte ruim é a falta de renda e transporte mesmo” (SOUZA, G.L, 2021)

3- “Aqui é constante a falta de água, seria bom melhorar a renda das famílias que é baixa. O transporte é ruim, saúde também.” (SILVA, C.G, 2021)

4- “O transporte é ruim, falta de terra, falta lazer, escola boa, saúde melhor” (CONCEIÇÃO, S.C, 2021)

Morar na “roça”, como disseram, ganha uma conotação positiva quando remete a suas ruralidades, saberes, cotidiano e relações comunitárias, porém as ausências das políticas públicas, os problemas que enfrentam com a falta de chuva, com a mobilidade, as limitações fundiárias e a dificuldade na renda são enxergadas como pontos negativos, que por muitas vezes acabam superando o sentimento de permanência. Neste último caso, não bastam os laços de amizades e familiares que se constituíram no lugar, ou até mesmo as formas afetivas que se cria com o espaço de vivência, a ausência de maior disponibilidade de acesso à terra, oportunidades efetivas de renda, trabalho e políticas públicas acabam estando entre os principais fatores negativos.

Nesse sentido, quando perguntado sobre o que o campo e a terra significam para os sujeitos da pesquisa, percebeu-se as afetividades e as narrativas positivas para com seu âmbito comunitário e o trabalho nas plantações, observados no Quadro 6 abaixo:

Quadro 6- Santo Estevão: agricultores questionados e sua visão sobre o campo, 2021

Agricultora (o)	O que o campo significa para você?
Souza, F.S.	O trabalho, a distração, o alimento e o modo de vida.
Conceição, M. N.	Tudo, a vida, o trabalho, os amigos, a vivencia, tradição, alimento.
Santos, F. C.	Bom, liberdade, espaço para as crianças brincarem e criar livres.
Silva, M.C.	A base de tudo, a origem, o modo de vida.
Santos, G. S	O campo é nossa empresa rural, onde tiramos o alimento, o trabalho e a sobrevivência.
Gomes, C.S.	Sossego, tranquilidade, a plantação, o alimento.
Cerqueira, B.G.	Tudo de bom, a vida. O alimento que produzo não vendo nada, por que é feito com amor, e amor não se vende.

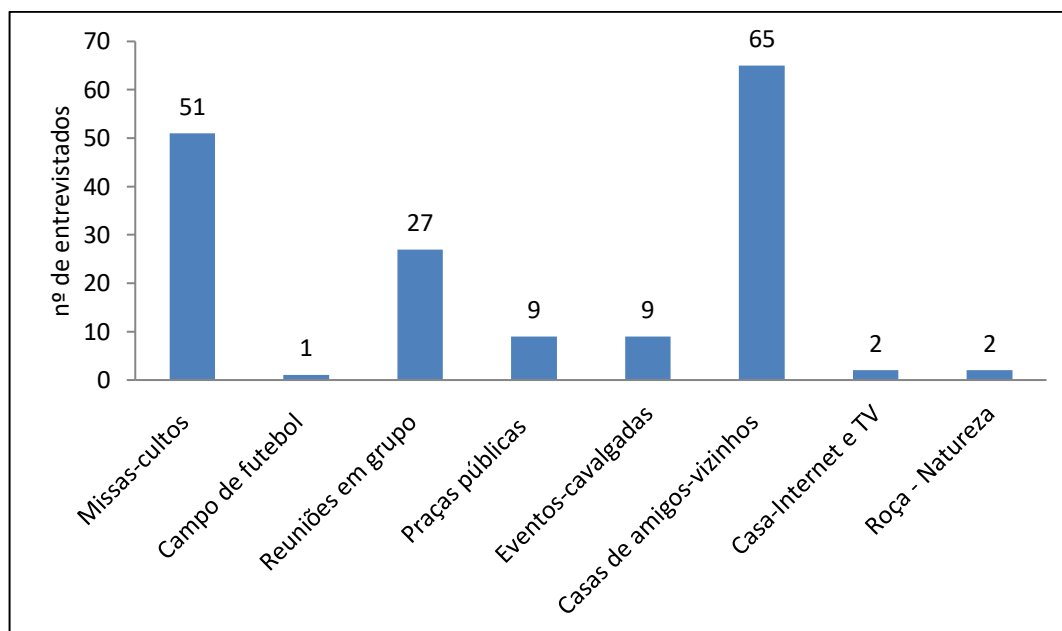
Fonte: SILVA, L. C. Trabalho de campo (2021).

Como demonstram as falas, para os agricultores, é impossível desassociar o espaço de vivência com o trabalho e o alimento que produzem. O alimento se repete quase sempre quando perguntado sobre o que o campo significa para eles, uma relação entre modo de vida, trabalho e reprodução das roças. Os laços afetivos são extremamente importantes também, pois é na comunidade que os sentidos de coletividade são criados, expressos, sobretudo, nas relações afetivas tecidas entre amigos e familiares.

A relação afetiva com as pessoas e com o lugar de origem constrói os espaços rurais por meio de outra dimensão. As comunidades visitadas são espaços carentes em opção de lazer,

esta falta, porém é substituída pelos elementos que existem no próprio espaço. Envolvem as redes de amizades e religiosidades, as reuniões em grupo das associações e a própria natureza. As relações de amizade e as materialidades das igrejas são marcadores que criam significados no campo, sendo vistos também como a distração e o lazer nas áreas visitadas, processo que pode ser visto no Gráfico 35.

Gráfico 35- Santo Estevão: opções de lazer para os agricultores das comunidades visitadas, 2021



Fonte: SILVA, L.C. Pesquisa de campo (2021)

É impossível pensar no fortalecimento das comunidades rurais sem articular ações que criam meios de geração de renda para os agricultores. Nesta perspectiva, qualquer estratégia de impulsionar a agricultura familiar deve levar em consideração suas limitações internas, uma delas remete às contradições/desigualdades na distribuição de terras. Para a realidade estudada, a terra e a renda são pares dialéticos do mesmo processo contraditório.

De maneira mais específica, concordamos com a visão de Santos (2012), quando este analisa a planificação do espaço por meio da reordenação da renda em relação à diferença entre os salários urbanos e as rendas agrícolas. Além disso, é preciso uma redistribuição dos benefícios do seguro social e do consumo de bens públicos para que se possa atingir o meio rural. No entanto, para Santos (2012), é preciso uma mudança estrutural, pois as causas que ocasionam o subemprego nas condições atuais são as mesmas que provocam as diferenças de bem-estar entre o campo e a cidade. Isto significa que aumentar a renda dos camponeses pode permitir-lhe maior poder de compra e acesso aos bens materiais, mas isso não significa que a

sua situação de pobreza mudará. Isto porque as estruturais de produção das riquezas possuem uma lógica desigual, contraditória e espacialmente seletiva. As disparidades regionais pressionam a saída do homem do campo para as grandes metrópoles, a economia é produzida para as necessidades das elites e de outros países, e não para suprir as necessidades internas.

Em outra perspectiva, na planificação do espaço, a prioridade seriam as necessidades internas, o campo produziria para comercializar com sua cidade, fornecendo alimentos, matérias primas, mão de obra e capitais. Em uma economia “[...] voltada para dentro liberaria cada homem e o país inteiro das múltiplas formas de dependência: econômica, técnica, cultural. Isso permitiria uma política autentica de polos de desenvolvimento econômico e social” (SANTOS, 2012, p.80).

As tecnologias sociais e inditárias que os sujeitos do campo constroem, em sua maioria saberes coletivos passados entre gerações, são potencialidades rurais que precisam ser fomentadas. Segundo Lima (2010, p. 93), “as tecnologias sociais buscam a inclusão social e melhoria das condições de vida das populações, fortalecendo a promoção do bem-viver e o cuidado coletivo com a vida na terra e em nosso país”. Nessa perspectiva, a ideia de tecnologia social vem ganhando uma importância muito grande no debate sobre a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável.

O conceito parece novo dos debates políticos, sociais e acadêmicos, porém as tecnologias sociais já fazem parte da reprodução da vida dos sujeitos do campo, visto também nas comunidades rurais visitadas. Os exemplos de tecnologias sociais são variados e em diferentes áreas. Ainda de acordo com Lima (2010), estas tecnologias podem estar nas formas de comercialização e economia solidária; reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos e consumo humano; intercâmbios para troca de conhecimento; agroecologia; saneamento; energia; meio ambiente; sementes crioulas; segurança alimentar e nutricional; moradia popular; educação; saúde; plantas medicinais; inclusão digital; arte; cultura; lazer; geração de trabalho e renda; microcrédito; promoção de igualdade em relação à raça e à gênero, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência; comunicação popular e comunitária; etc.

O novo sob a perspectiva tecnológica nem sempre é o mais viável quando não são de conhecimento dos agricultores, o novo causa estranheza e possui pouco crédito quando não bem articulado coletivamente. Normalmente, as tecnologias novas quando penetram no campo são inseridas com pouco diálogo, de cima para baixo, que, em muitos casos, afloram a baixa autoestima dos agricultores, assim eles se sentem incapazes para gerenciar o que não possuem conhecimento. Este fato é um dos motivos que explica o porquê de muitos projetos pensados

pelo poder público local não terem sido implementados com efetividade. Não basta culpar os agricultores qualificando-os como sujeitos que não tem interesse nos projetos, se não há capacitação para os mesmos ou muito menos valorizam os seus próprios saberes locais.

O desenvolvimento para o rural deve ser pensado de forma diversa e diferente das propostas para o urbano. Diversa por que o perfil dos agricultores e os demais sujeitos rurais não é homogêneo, e para o campo de Santo Estevão, existem tanto os agricultores que reproduzem sua vida baseado no trabalho agrícola, como os sujeitos que apenas vivem no campo, mas sua renda não é mais das atividades da agropecuária. Sendo assim, atividades plurais, seja por meio de cooperativas no campo, seja pelas políticas de valorização que impulse a pequena agricultura, ou até mesmo as agroindústrias gerenciadas pelas famílias são propostas que devem ser pesadas e implementadas no espaço agrário estudado. O contato a campo com os agricultores permitiu perceber que são estes sujeitos que produzem tecnologias orgânicas e ambientais, que tem função de melhorar suas produções, contribuindo também para o meio ambiente, como pode ser observado na Figura 33.

Figura 33- Santo Estevão: Comunidade rural do Lamarão/Tapaúna, método orgânico de compostagem, 2021



O método de adubação natural ou agroecológico utilizando o esterco de animais é uma prática muito comum encontrado no campo, outra estratégia é a compostagem com restos de alimentos e frutas. Caracteriza-se como uma forma natural e historicamente utilizada no âmbito da agricultura familiar que tem como objetivo a adubação do solo para suprir os nutrientes que se perdem ao longo das repetidas safras, já que uma grande parcela dos agricultores reproduz

a roça nas mesmas áreas todo ano, ação essa que empobrece o solo pelo efeito da retirada da vegetação todo início de plantação, sem tempo para o ambiente se recuperar. Acaba sendo uma alternativa sustentável, tudo se aproveita, desde os esterco de animais como ovelhas, cabras, galinhas e o gado para utilizar no solo⁵³, até mesmo restos de alimentos, frutas e cascas utilizada pela própria família, como apresentado na Figura 33, A e B. Este último exemplo encontrado na comunidade do Lamarão tem uma potencialidade muito grande com o efeito de compostagem. A agricultora que reproduz tal prática aproveita praticamente todos os resíduos orgânicos que a família produz, o líquido que sai no final do processo da compostagem (Figura 30, B) é reutilizado nas plantas medicinais e frutíferas no quintal. Já a adubação na área de plantio do milho e feijão, é feito pelo adubo retirado no processo A da Figura 33.

Toda prática que exclui o uso dos fertilizantes e adubos químicos deve ser incentivada. O resultado do uso intensivo de defensivos químicos, principalmente pelas grandes produções das monoculturas, já deixou claro em diversos estudos que os prejuízos são inúmeros, tanto para a alimentação das populações quanto para os ecossistemas. Assim, o uso intensivo de “[...] agroquímicos e de máquinas pesadas tem um impacto forte na estrutura do solo e na atividade biológica nos solos, enquanto também produz perdas de micronutrientes naturais no solo que não são compensadas pelos adubos químicos” (WEID, 2005, p.66). Além disso, os agrotóxicos e os adubos químicos ameaçam não somente ao solo, mas também impactam os aquíferos, rios e lagos, que ocasiona a perda de biodiversidade agrícola muito presente nas produções das grandes lavouras.

A proposta mais viável tanto para os sistemas produtivos ecológicos quanto para a parte econômica da agricultura familiar está na reprodução da agroecologia nos sistemas internos de cada comunidade. Uma proposta de agroecologia que vai além dos sistemas orgânicos, mas humanamente viável. Ainda de acordo com Weid (2005), existe uma grande dificuldade para o avanço da agroecologia nos espaços rurais, isto porque criam-se modelo homogêneos na forma de trabalhar as práticas agroecológicas nos lugares, sem levar em consideração a diversidade de cada ecossistema e dos próprios agricultores.

Para a realidade do espaço agrário de Santo Estevão, a discussão e implementação das práticas agroecológicas no campo não são fomentadas como deveria, existem ainda aqueles agricultores que utilizam diversos tipos de produtos de forma indiscriminada, com objetivo de

⁵³ Aqueles agricultores que não possuem nenhum tipo de rebanho, acabam comprando os esterco em mãos de terceiros, ou agricultores próximos que possuem algum tipo de criação. É uma alternativa sustentável sem utilizar o adubo químico, no entanto, encarece com os gastos nas produções das pequenas roças.

minimizar os prejuízos com a ação das lagartas e formigas, por exemplo. No entanto, nas propriedades visitadas, os agricultores alegaram não utilizar, porém a pesquisa não teve como averiguar isso em todas as propriedades. Nas áreas visitadas a produção era orgânica, uma vez que, no geral, 92% dos entrevistados não utilizavam venenos nas plantações. No entanto, não podem ser consideradas produções agroecológicas. Podem até reproduzir práticas similares, porém são não enquadradas nos fundamentos da agroecologia⁵⁴.

Pensando o modelo de desenvolvimento rural para o campo de Santo Estevão, deve ser aquele que valorize as práticas socioculturais, ambientais e econômicas já realizadas nas comunidades, operacionalizando ações e políticas ainda não existentes, que tenham como objetivos o fortalecimento da agricultura familiar local. As ruralidades presentes no campo estudado, a exemplo das práticas culturais da bata de feijão, dos festejos religiosos, do São João, dos multirões ou adjuntórios, da cooperação comunitária e toda tecnologia social que ainda se reproduz, carece com urgência de ações de revalorização e fortalecimento coletivo das comunidades, em parceria com o as associações, sindicato rural e poder público local.

Em contato com os agricultores por meio das suas falas, percebeu-se que está cada vez mais raro encontrar práticas socioculturais repassadas entre gerações sendo reproduzida atualmente nas comunidades. Para a agricultora Conceição, J. B. (2021) “práticas culturais, mudaram muito. Antes a gente sentava no terreiro dos vizinhos e familiares para conversar, tinha os reis, samba de roda, isso tudo acabou”; para Lima, G. S. (2021) “as práticas culturais que mudaram, acabaram os reis, novenas e a violência que cresceu muito na roça”; já para Silva, F.J. (2021), “aqui as cavalgadas que não existem mais, as práticas culturais que acabaram e isso enfraquece a comunidade”. Na comunidade do Paiaia, as rodas em volta do pilão de milho, como uma das tradições reproduzidas pela agricultura familiar quase não são mais realizados, segundo os moradores, é muito raro encontrar cenas como essas, que pode ser observado na Figura 34.

⁵⁴ Para Altieri (2000) a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos. Muitas práticas são reproduzidas historicamente entre os agricultores tradicionais, estes que preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos.

Figura 34- Santo Estevão: uso do pilão para moer o milho seco na Comunidade rural do Paiaíá, 2019



Fonte: Foto disponibilizada pelas agricultoras da comunidade. Pesquisa de campo (2021).

O uso do pilão se tornou raro nas comunidades por que além de ser muito trabalhoso todo processo, para o agricultor é mais fácil comprar a fubá ou o floco de milho no supermercado para fazer o cuscuz, por exemplo, em vez de produzir sua própria fubá em casa de maneira artesanalmente, como apresentado na Figura 34. Além disso, esta prática é realizada pelas gerações mais antigas, não mais sendo aderido pelos jovens, entendidos enquanto parte dos elementos internos de reprodução das ancestralidades nas comunidades. Outras mudanças são percebidas pelos agricultores mais antigos, os mesmos adquiriram um sentimento saudosista dos períodos passados, quando as festividades religiosas, culturais e os valores coletivos e internos do lugar de vivência eram fortes e estabelecidos entre todos. Para eles, é uma perda enorme e uma ruptura das tradições, uma vez que é visto como uma não continuidade daquilo que já fazia parte do seu modo de vida.

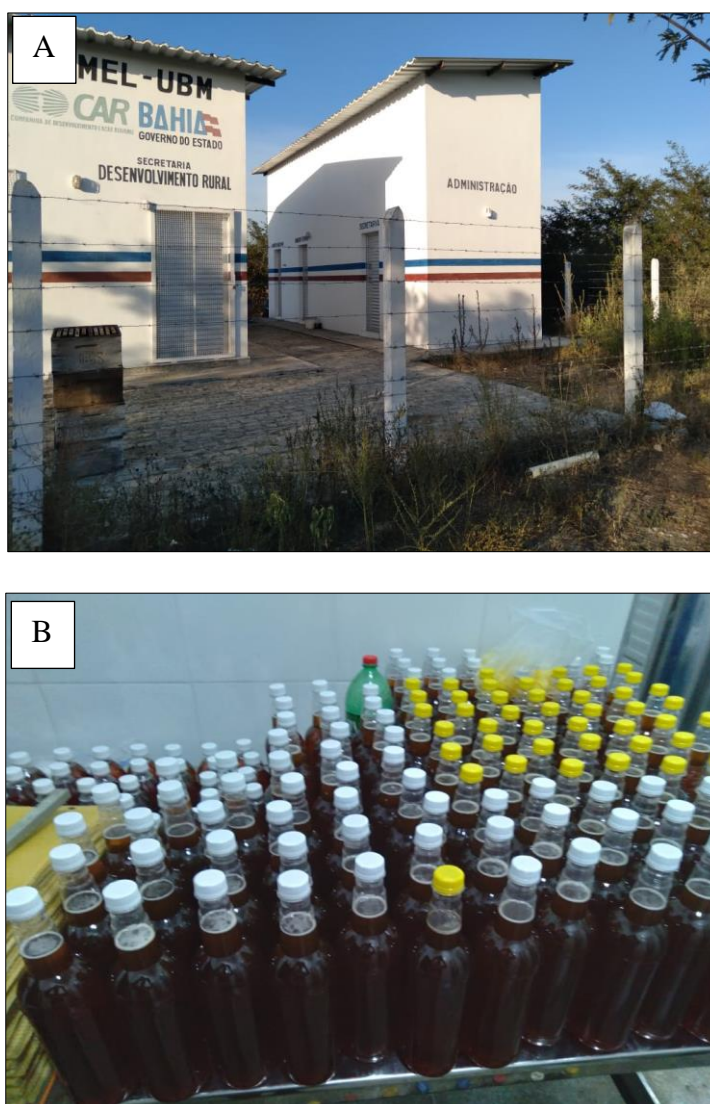
Quando Santos (2012) aponta que só compreendemos a totalidade do espaço por meio da forma, função, processo e estrutura, podemos relacionar também as mudanças que a agricultura familiar vem apresentando. As mudanças nos valores culturais, as antigas formas no campo como as casas de farinhas e suas descontinuidades na sua função, estas transformações estão inseridas no processo de fragmentação da pequena agricultura, respondendo as imposições que o mercado e o capitalismo impõem.

Por outro lado, analisar o espaço enquanto uma instância que a sua essência é social (SANTOS, 2020) é perceber que tudo que se reproduz neste mesmo espaço é possível de adaptações e mudanças em seus usos e práticas socioculturais, e o campo não está fora desta lógica. Para Carneiro (1997), deve-se romper com o paradigma que define a cultura da agricultura familiar camponesa como algo “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança”.

No tocante as outras realidades percebidas a campo, uma delas diz respeito às ações políticas dos agentes que penetram nas comunidades, em sua maioria para colher benefícios próprios estabelecidos por relações de poder. Nesta perspectiva, poucos são os projetos que realmente proporcionam algum benefício coletivo para as comunidades, em sua maioria são ações pontuais e individuais, para permanecer o seu vínculo com a comunidade. Essa realidade da margem para os diversos tipos de chantagens morais, tanto diretamente com as associações rurais na figura dos presidentes, utilizando sua influência na área, tanto para com os agricultores que já receberam algum benefício disponibilizado pelo (a) vereador (a). Cria-se assim, um sentimento de gratidão eterna, vendo-se obrigados a votar sempre no mesmo candidato que lhes ofertou ajuda. Um modelo de coronelismo disfarçado, o voto é trocado por benefícios que podem auxiliar individualmente e de maneira instantânea algumas necessidades, mas não apresentam nenhum projeto que visa melhorar os problemas da comunidade e fortalecer a agricultura familiar como um todo.

Pensar melhorias para o campo da agricultura familiar de Santo Estevão é articular estratégias com os diversos agentes para mitigar os projetos de geração de renda no próprio espaço agrário. A renda e a potencialidade que ela causa no funcionamento e no equilíbrio das famílias é revolucionário. Isto por que não existem ruralidades fortes e autoestima do agricultor sem comida na mesa e recursos financeiros para a manutenção das despesas. Projetos diversos, seja por meio de pequenas agroindústrias coletivizadas, cooperativas de produção, ou pelas unidades de beneficiamento dos produtos produzidos localmente devem ser fomentados no espaço agrário estudado. Um dos únicos exemplos encontrados no campo de Santo Estevão foi a Unidade de Beneficiamento do Mel, localizado na comunidade rural de Quebradas, construída no ano de 2015, como pode ser visto na Figura 35.

Figura 35- Santo Estevão: Unidade de Beneficiamento do Mel, comunidade rural de Quebradas, 2020



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Na Unidade de Beneficiamento do Mel (UBM) atualmente existem 40 produtores diretos que utilizam da estrutura da unidade para produzir o mel sob modelo de associação⁵⁵, estes têm a apicultura como sua principal fonte de renda. Normalmente por ano, os apicultores retiram duas safras do mel que são vendidos para diversas origens, tanto para mercados locais e da região próxima, como também já venderam para outros estados por meio do intermediário dos atravessadores. A UBM foi uma conquista dos apicultores que também são agricultores da comunidade, em especial pela ação do presidente da unidade, que teve a iniciativa de implementar a unidade por meio de parceiras dos órgãos estaduais, municipais e federais, a

⁵⁵ Associação de Apicultores de Santo Estevão (AAPISE)

exemplo dos financiamentos acessados pelo PRONAF. Através destas parceiras e financiamentos de créditos que foi possível construir a sede da unidade de beneficiamento, em seguida houve a aquisição dos equipamentos para o funcionamento moderno na produção do mel de qualidade.

Iniciativas econômicas como a UBM devem ser construídas e fortalecidas em Santo Estevão, as potencialidades que o campo tem e a vontade que os agricultores possuem em inserir-se nas atividades diversas para geração de renda existe e precisam ser fomentadas em mais comunidades. Trabalhar com a realidade é perceber que é quase impossível o pequeno agricultor, que vive com sua família em uma área com uma ou duas tarefas de terras, sobreviver apenas da agricultura sem criar meios de buscar outras atividades para gerar renda e suprir o ambiente familiar. Terra e trabalho são pares dialéticos do mesmo problema estrutural que condicionam os pequenos agricultores à pobreza.

Nesta perspectiva, entendendo as necessidades percebidas em cada comunidade visitada e os problemas estruturais que afetam o espaço agrário de Santo Estevão como um todo, buscamos elencar as principais dificuldades que prejudicam o fortalecimento da agricultura familiar do município e quais possíveis estratégias de produção e trabalho pode contribuir na renda dos agricultores. Como pode ser visto no Quadro 7.

Quadro 7- Santo Estevão: estratégias e projetos que podem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável no campo

Problemas	Possíveis Soluções
Baixa produção agrícola	Diversidade de culturas e produção alternada
	Construção de bancos de sementes nas associações
	Assistência técnica com base agroecológica e adaptada à realidade local
Estiagem	Consortiar lavouras de periodicidade diferente
	Incentivo na caprinocultura e ovinocultura
	Projetos de irrigação para hortas coletivas rurais
Incentivo às atividades produtivas e de beneficiamento da produção	Projetos de economia solidária e cooperativismo (Beiju e derivados da mandioca) (Compotas de frutas nativas) (Bolachas e derivados de milho)
	Grupos de artesanato entre os membros das comunidades
	Incentivo na Pesca no quintal (ambientalmente adaptados)

	Expansão da apicultura nas comunidades com potencialidade
--	---

Fonte: Pesquisa de campo (2021). Elaboração: SILVA, L.C. (2021)

O município de Santo Estevão tem potencialidades para construir um projeto de desenvolvimento rural sustentável para o campo. Mesmo inserido no polígono das secas, o Santo Estevão possui um grande potencial hídrico com o rio Paraguaçu que banha as comunidades do Porto Castro Alves, Rebouças, Altamira, Primavera, dentre outras, mesmo assim não se cria um circuito da pesca nas comunidades rurais que estão localizadas próximas ao rio. A estiagem é um dos principais problemas que prejudica as produções dos agricultores e o acesso a água não chega a estes agricultores do município para potencializar e diversificar suas produções. Uma das saídas para isso seria a construção de hortas comunitárias com tecnologia irrigada, servindo de renda para os moradores das comunidades, além da retomada do projeto de caprinocultura e ovinocultura no campo, que vem enfraquecendo entre os agricultores. Aproveitando ainda este potencial hídrico, criatórios coletivos ou individuais de tilápias devidamente equipados nos quintais seria uma outra estratégia de geração de renda, principalmente por que garante o incentivo à permanência dos jovens nas comunidades.

Percebemos que o exemplo da Unidade de Beneficiamento do mel é um projeto de cunho cooperativo que deu certo no campo. Neste particular, é preciso aproveitar as produções já existentes nos lugares, ou seja, as potencialidades locais, endógenas, como a mandioca, o milho, as frutas e incentivar o cooperativismo no campo, produzindo os derivados destas culturas e a produção do artesanato, inserindo, por exemplo, as mulheres nestas cadeias produtivas.

Além destes projetos de cunho mais estratégicos, que demandam principalmente a parceiras com o Estado e o poder público local, as próprias associações rurais precisam retomar seu espírito político e solidário construindo nas comunidades os bancos de sementes, para que assim não se perca a origem das sementes crioulas, contribuindo também para que os agricultores não fiquem dependentes da compra de sementes nos mercados. Estes são alguns dos diversos exemplos que quando bem articulados entre poder público, sindicato rural, as associações rurais e com as comunidades poderão construir uma agricultura familiar forte, que possa gerar melhorias na qualidade de vida das populações rurais, promovendo o desenvolvimento econômico e sustentável.

Outro aspecto observado no espaço agrário estudado é como o poder público municipal gerencia a educação pública no campo. Analisar o processo de universalização da educação pública para o campo é perceber que as políticas públicas educacionais para os sujeitos rurais se inseriram em negligências e descontinuidades. Negligência no que tange as ausências e atrasos na oferta de ensino próximo aos agricultores e construção do ensino voltado para suas vivências e realidades. Para muitas agricultoras nas comunidades visitadas, a escola e a educação pública com mais acesso é uma realidade relativamente nova no campo, no qual os seus filhos e as gerações mais novas conseguiram alcançar. A taxa de analfabetismo da população de Santo Estevão acima de 25 anos é considerada alta, mesmo alcançando uma redução nas últimas décadas (2000 e 2010) como pode ser visto na Tabela 14.

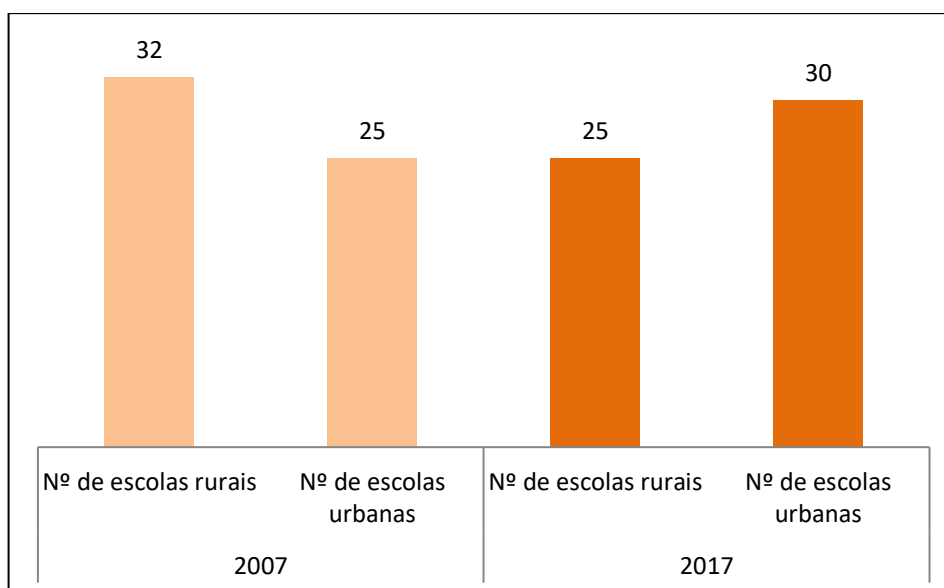
Tabela 14- Santo Estevão: taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade por grupos de idade (%)

Grupos de idade								
15 anos a 24 anos			25 anos a 59 anos			60 anos ou mais		
1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
27,8	12,1	4,3	42,9	31,8	21,1	77,4	66,5	56,1

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)

Para o grupo acima de 60 anos, em 2010, mais de 50% da população eram consideradas analfabetas. Realidade observada a campo com os agricultores, para os idosos o cenário observado foi que muitos não sabiam ler nem escrever, alguns escreviam mecanicamente apenas a própria assinatura, como já mencionamos nesta pesquisa. Já no que refere-se às descontinuidades, o fator que vem penalizando a educação é o fechamento de escolas rurais, uma realidade que não está presente apenas em Santo Estevão, mas no Brasil como todo. Os números desse processo no município estudado podem ser vistos no Gráfico 36.

Gráfico 36- Santo Estevão: número de escolas rurais e urbanas. 2017



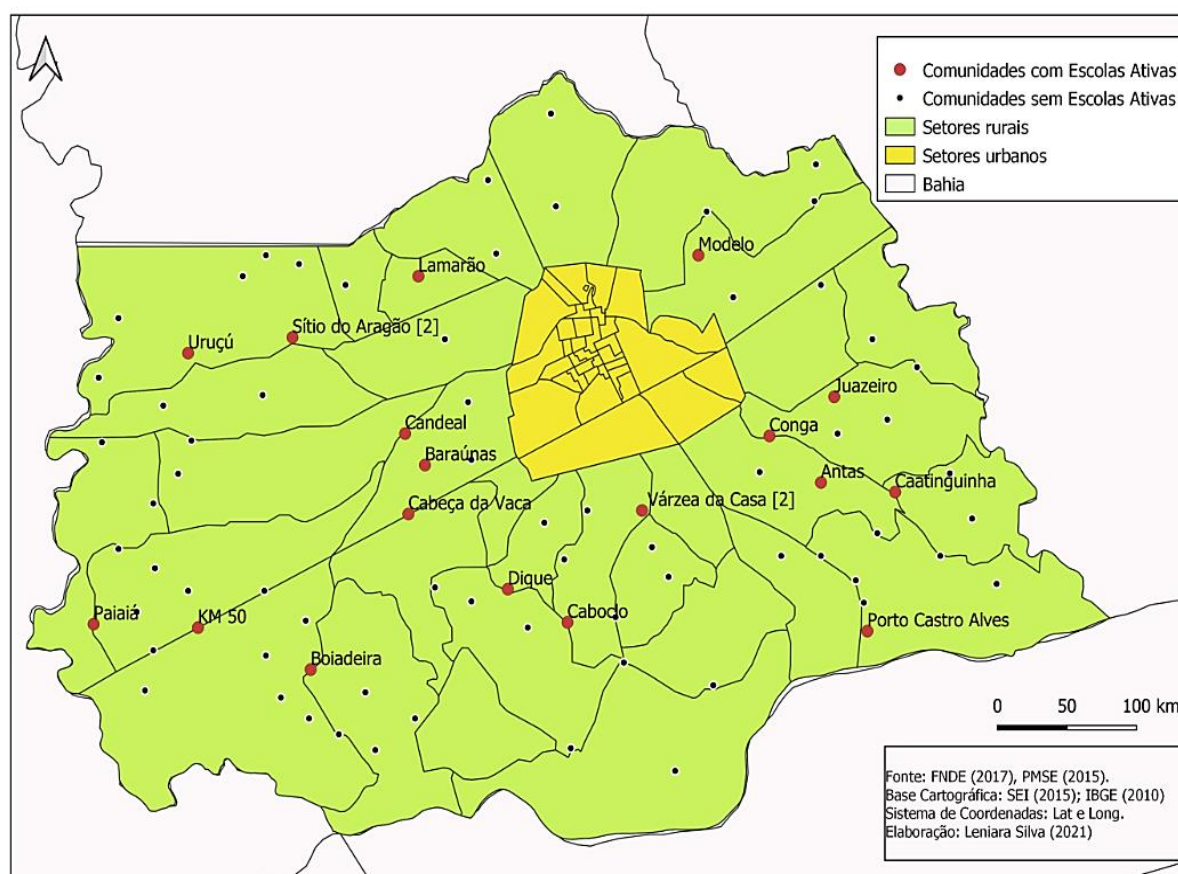
Fonte: FNDE (2017). Elaboração: Leniara Silva (2020)

O Gráfico 36 demonstra uma redução no número das escolas rurais, em contrapartida, a quantidade de escolas urbanas cresceu no mesmo período analisado. Se em 2007 no campo possuía 32 escolas públicas de educação básica, em 2017 esse número reduziu para 25. Já para a área urbana esta realidade se inverte, em 2007 houve 25 escolas na cidade, número esse que cresce para 30 escolas em 2017, no caso das escolas urbanas, 90% delas são públicas municipais e 10% privadas, também da educação básica. Em relação as creches, no campo existe apenas uma unidade localizado na comunidade da Conga, construída no ano de 2020, no qual atende as famílias da comunidade e das áreas próximas, inclusive de mães que trabalham na fábrica e no comercio local.

O processo de fechamento das escolas rurais é mais um cenário do lugar que é colocado os sujeitos do campo, relegando seus direitos e forçando os filhos dos agricultores um ensino distante da sua realidade e longe do seu lugar de vivência. A educação como direito parte dos interesses dos próprios sujeitos camponeses, das dimensões do desenvolvimento sociocultural, que é o principal ponto de pauta dos movimentos sociais do campo atualmente. Segundo Caldart (2008, p. 27), “nosso propósito é conceber uma educação básica do campo voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais”. Esse panorama exemplifica um modelo de educação no campo ligado aos aspectos culturais dos povos que nele habita, através das lutas dos movimentos sociais que historicamente estão organizados para a conquista dos seus direitos.

Para a realidade do campo de Santo Estevão, as políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação se deram de maneira problemática, distanciando das propostas inclusivas e sociais no que tange aos direitos dos sujeitos rurais. Dessa forma, a proposta resultou no fechamento de 12 escolas do campo no intervalo de tempo entre 2007 a 2020, atualmente no campo funcionam apenas 21 escolas rurais (FNDE, 2020) para atender mais de 80 comunidades (Figura 36). As ações para amenizar os danos ligados a distância entre as comunidades dos alunos e suas unidades de ensino se deram pelo processo de nucleação, permitindo aos estudantes continuarem em turmas regulares próximo de sua comunidade. Outro incentivo devido à política de fechamento das escolas vincula-se ao deslocamento, assim, os alunos passaram de uma forma geral a necessitar de transporte escolar para se deslocarem para as unidades de ensino (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ESTEVÃO, 2015).

Figura 36- Santo Estevão: Comunidades rurais com Escolas ativas e não ativas, 2020



Fonte: FNDE (2017, 2020); PMSE (2015). Elaboração: Leniara Silva (2021)

Pensar em valorização das ruralidades e suas identidades se constituem também pela construção de políticas educacionais que levam em consideração as realidades e contextos

socioespaciais das populações rurais. Para a realidade estudada é um caminho que está longe de se tornar o ideal, isto por que o processo funciona no caminho contrário da valorização das ruralidades. O espaço agrário de Santo Estevão não possui nenhuma Escola de Família Agrícolas (EFA), as ações educacionais pensada para a realidade dos agricultores são escassas, muitas vezes sem dialogar com os sujeitos envolvidos, reproduzindo um ensino descontextualizado do seu lugar de vivência. Nesta perspectiva, é urgente construir outras políticas públicas de educação para o rural, se quisermos um novo cenário, ligado à um projeto popular de educação para os agricultores pautados nos direitos dos sujeitos do campo.

Outro elemento importante vinculado às produções agrícolas e a comercialização é como o cenário da Feira livre local passou por modificações estruturais e funcionais ao longo do tempo. Como já apresentamos no Capítulo 2, o processo histórico do surgimento da feira livre de Santo Estevão, sua estrutura e dinâmica econômica modificaram por completo, além disso, os perfis dos comerciantes tornaram-se cada vez mais diversificados. Na década de 1980, 1990 e início dos anos 2000 a feira livre possuía características locais, com a presença mais forte dos produtos da agricultora familiar local e a venda das criações, como a ovelha, cabra, carneiro, porco e a galinha.

Atualmente a feira transformou-se em um espaço de comércio que pode ser encontrado diversos perfis de comerciantes. Possui uma parcela dos produtos que são oriundos da agricultura familiar do município, principalmente os cultivos sazonais que são comercializados pelos próprios agricultores. No entanto, em maior número são encontrados os comerciantes que compram os produtos nas CEASAs ou pela ação dos atravessadores para revender na feira livre da cidade. Este último perfil de feirante é tanto os moradores da cidade quanto outros comerciantes dos municípios próximos que fazem uso da feira principalmente aos sábados, dia que possui o maior fluxo (Figura 37).

É preciso destacar que a feira livre é um espaço em que o agricultor familiar utiliza para comercializar seus produtos e escoar suas produções. No cenário de precariedade que se encontram muitos agricultores, a feira livre é um dos poucos espaços de comercialização que eles encontram meios para vender os produtos que a própria família cultiva nas pequenas propriedades. Para Pereira, Brito e Pereira (2017),

As feiras livres são um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, indo muito além disso: é também espaço de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política. Nas feiras há movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito

peculiar, que se misturam com a paisagem local (PEREIRA, BRITO E PEREIRA, 2017, p.67).

A ausência da figura do agricultor familiar nas feiras livres é incentivar ainda mais na sua precariedade, na limitação de renda e acima de tudo dar espaço para a comercialização dos produtos contaminados pelos agrotóxicos. As feiras livres precisam ser diversas, coloridas em verduras, legumes, frutas, ou seja, com alimentos de qualidade, e quem produz tamanha riqueza no Brasil ainda são os agricultores familiares.

Figura 37- Santo Estevão: Centro de Abastecimento, Feira Livre, 2021



Fonte: SILVA, L.C. Pesquisa de Campo (2021)

No que tange a feira livre de Santo Estevão, o perfil dos feirantes mudou em vista as mudanças que a própria agricultura familiar sofreu nas últimas décadas. Para aqueles que não conseguem produzir suas culturas em uma quantidade de ser comercializada, cai no lugar de ter que comprar os produtos agrícolas para revender. As mudanças nas formas e função do campo alteraram as formas e funções da feira, isto se explica pelas fragilidades em que se encontram a agricultura familiar do município. A redução dos cultivos como a mandioca, o fumo, a laranja, o maracujá, dentre outros, já apresentados anteriormente, contribuiu para o afastamento dos agricultores dos espaços da feira livre. Uma feira cada vez mais dos revendedores e comerciantes sem muitas relações com o campo e a agricultura familiar.

A estrutura da feira livre sofreu adaptações na medida em que crescia o número dos feirantes e dos consumidores. Assim, em uma dimensão estrutural e funcional, antes a feira livre era aberta, com os aspectos sanitários mais precários, porém, a figura do agricultor familiar

era forte no local. Atualmente a estrutura e identidade da feira mescla com os compartimentos criados dentro do centro de abastecimento municipal, construído para ser compacto, fechado, fragmentado e com pouco diálogo com os demais setores do espaço.

Mesmo diante aos problemas de infraestrutura e mudanças no perfil dos feirantes, a feira livre continua sendo o espaço que movimentava a economia local, com fluxo intenso aos sábados, acolhendo diferentes tipos de feirantes. Mesmo com o crescimento dos hábitos de consumo e compras, que cada vez mais fortalece as redes de supermercados, as identidades e funcionamento da feira livre local prevalecem no espaço.

Em relação às manifestações culturais realizadas no espaço agrário, atualmente ainda se reproduzem os festejos juninos do São João, os eventos das cavalgadas, além dos festejos religiosos que já fazem parte da reprodução cultural e religiosa das comunidades, principalmente ligados a igreja católica. O São João em específico, é uma tradição muito forte que vai além do festejo em si, relaciona-se com as sociabilidades que se criam com o hábito de acender as fogueiras, preparar as comidas típicas e receber os familiares e amigos. É no São João também que marca a principal data do reencontro dos filhos que migraram para outros estados, o encontro com a família e amigos que deixaram no antigo lugar de vivência. Hábito tradicional este que cria uma nova dinâmica na comunidade, não deixando morrer os laços afetivos e próximos.

Além do São João existe também a Festa do milho, que já faz parte do calendário cultural municipal. A Festa do Milho e Feira da Agricultura Familiar acontece desde 2006, é realizada anualmente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (SINTRAFSE)⁵⁶ em parceria com o poder público municipal. O objetivo principal é a comercialização dos produtos da agricultura familiar dando visibilidade para a categoria rural. O nome da festa leva o milho como produto principal, visto que é uma das culturas mais produzidas entre os agricultores e é muito apreciado entre a população do campo e da cidade através das diversas receitas derivadas do milho. O evento conta não apenas com a comercialização, mas possui caráter cultural, com palestras, debates, seminários, danças, exposição de artesanato e shows com bandas locais e regionais.

⁵⁶ Devido à pandemia do Coronavírus, no ano de 2020, a festa teve sua edição cancelada pela primeira vez desde a sua implementação, atendendo as medidas preventivas de distanciamento social. Entretanto, a edição de 2021 foi realizada em menor proporção, sem público pelo modelo de apresentações virtuais e exposição dos pequenos estandes em frente ao Sindicato dos agricultores.

Entretanto, ao longo dos anos o perfil dos comerciantes da festa se tornou diversificado, artistas de outros municípios passaram a usar do espaço da feira para vender suas artes e produtos, além disso, devido às dificuldades com a chuva e as fragilidades da pequena produção, a presença do agricultor familiar a cada ano vem enfraquecendo. Cenário preocupante em vista que a feira foi pensada justamente para valorizar e dar visibilidade as culturas produzidas pelo pequeno agricultor, à ausência dessa figura deixa descaracterizada a feira em sua essência.

Pautar sobre a construção de ruralidades fortes e qualidade de vida dos agricultores familiares é remeter ao papel que o associativismo vem desempenhando no campo de Santo Estevão. As associações rurais encontradas no espaço agrário possuem caráter democrático e cooperativo, mesmo com as dificuldades de funcionamento. O associativismo rural possibilita de forma efetiva a luta e afirmação das identidades rurais, valorizando o interesse coletivo e o acesso às políticas públicas.

As associações rurais são analisadas entre os moradores das comunidades visitadas bem mais pelo viés dos benefícios que os mesmos podem adquirir fazendo parte das associações, do que qualquer outra função política que a organização pode ter. Quando perguntado a importância da associação para a família e para a comunidade, as frases a seguir foram as que mais se repetiram entre os agricultores:

“Pelos benefícios, consegui a aposentadoria e representa o agricultor.” (OLIVEIRA, A.M, 2021)

“O significado, os benefi

cios que a gente consegue, além de representar os agricultores.” (CONCEIÇÃO, M.S, 2021)

“É quem representa a comunidade, quem busca os benefícios, as melhorias” (SANTOS, C.O, 2021)

“É importante para a aposentadoria, é o que salva o povo da roça.” (Silva, M.R, 2021)

“É a segurança do agricultor, onde consegue os benefícios e representa a nossa classe.” (CHAGAS, A.G, 2021)

“Quando precisa de alguma prova, é bom pelos benefícios para quem é do campo.” (SOUZA, M.S, 2021)

Para além dos benefícios configurados pelo acesso as políticas públicas, são as associações rurais que ainda mantêm as comunidades organizadas e representadas nas instâncias públicas, o seu respaldo político e social é grande a ponto de terem autonomia na tomada de decisões junto aos órgãos públicos e privados, para garantir o bem dos seus membros e melhoria das comunidades. Assim, são por meio dessas organizações que o agricultor familiar consegue ter acesso algumas políticas públicas, apresentadas pelas falas como “benefícios”, como: a aposentadoria rural, o salário maternidade, o auxílio doença, auxílio reclusão e pensão

por morte. Os programas locais também são alcançados pelas associações, que direcionam o poder público aos agricultores que mais necessitam dos programas destinados a esta categoria rural.

Contudo, os mecanismos políticos de fortalecimento das comunidades precisam ser renovados, as associações rurais necessitam se reorganizarem e construir pautas que vão além da aquisição dos benefícios públicos. É urgente uma articulação entre as associações rurais, o sindicato rural e o poder público para impulsionar a agricultura familiar novamente. Além disso, a juventude rural precisa de uma articulação, se comprometer com as demandas da sua comunidade participando ativamente nas associações e se colocando enquanto lideranças rurais, em vista que este é um dos principais problemas que estas organizações coletivas vêm enfrentando no campo.

Sabemos também que para os problemas estruturais não existem soluções rápidas e capazes de resolvê-las, no entanto, a organização, o aprendizado e a ação coletiva tem o poder que construir espaços fortes em desenvolvimento sustentável. A pobreza não pode ser um elemento sempre presente nos espaços que possuem riquezas diversas, é preciso construir iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações territoriais nas comunidades. A emancipação das mulheres, por exemplo, deve ser fomentada nos espaços rurais de Santo Estevão, são elas que os efeitos da pobreza atingem em maior grau. Além disso, a mudança produtiva da agricultura familiar deve iniciar pela ação das mulheres, elas que são as principais lideranças rurais, que estão mais ativamente nas organizações dos estabelecimentos produtivos e na manutenção das famílias. Pensar em espaços rurais fortes em produção e coletividade sem priorizar as mulheres é contribuir ainda mais pela invisibilidade feminina, fortalecendo assim o poder do patriarcado, tão presente no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de escrita desta dissertação foi um caminho de volta para casa. Percorrer os espaços rurais criou um sentimento de familiaridade, como se eu fizesse parte ainda daquela vivência, dos cotidianos rurais, escutando histórias dos sujeitos que param o que estão fazendo para serem ouvidos, bem como para receber bem uma visita de alguém desconhecido. O campo, para mim, autora desta pesquisa, sempre foi carregado de significados. Só quem já fez parte deste espaço enquanto morada consegue assimilar com tamanha categoria. Roça, casa e escola constituem-se enquanto a tríade que movimentou o cotidiano da minha família durante muito tempo. Cada um destes elementos contribuiu para a formação do meu caráter, da minha personalidade e na minha visão de mundo.

A roça foi o terreno fértil que me ensinou durante muito tempo o significado do trabalho, da obrigação e do compromisso diário referente ao processo produtivo agrícola. Foi por meio das plantações na roça que minha infância foi marcada pela noção de responsabilidade, diversão e compreensão do ciclo da natureza, isto por que desde o início da vida no campo a gente aprende o significado do “tudo que se planta dá”. A casa carrega o sentido do vivido, dos acordos que aprendemos, dos papéis estabelecidos baseado na divisão de gênero, na construção da identidade feminina e masculina.

Nossa subjetividade foi criada por meio dos acordos presentes no espaço rural, a exemplo de não frequentar todo tipo de espaço, do lugar de menina e lugar de menino, porém, éramos livres para o ato de brincar, a criatividade era a florada entre os espaços da roça e da casa. Já a escola, este espaço foi onde pude acessar o mundo das letras, os primeiros contatos com os livros, o gosto pela escrita e o acesso a sabores diversos que recebia da merenda escolar. A merenda para mim carregava afetividade, visto que era minha mãe que fazia, além disso, constituía enquanto elemento que contribuía para nossa alimentação diária, e, inserida em uma família pobre e numerosa, alimentação era um elemento importante para quem não tinha em abundância em casa. Assim, a educação escolar me deslocou do campo da invisibilidade, das dificuldades de acesso aos espaços, do pobre acervo cultural e material e me possibilitou acessar voos nunca antes vistos para a realidade da maioria dos sujeitos de onde eu vim. Eu sou fruto da educação pública, uma mulher negra, do campo e nordestina que vem mudando sua história e ocupando espaço de privilégios graças à educação.

Não poderia findar este processo de escrita sem mencionar estes detalhes que construiu bases para o interesse em pesquisar a temática, ligado ao espaço agrário e a agricultura familiar

de Santo Estevão. A minha história é costurada por meio de muitas, e assim foi visto a campo. A agricultura familiar é um caldeirão de histórias, às vezes de pobreza, às vezes de superação da norma, e assim chegamos aqui.

No que se refere à área de estudo, o espaço agrário de Santo Estevão passou por transformações significativas ao longo do tempo. Antes um espaço com relações produtivas tradicionais, com famílias numerosas diretamente ligadas com a agricultura, reproduzindo o modo de vida rural e coletivo entre as comunidades. Com a mudança da sociedade, principalmente acompanhada pela penetração das relações capitalistas nos espaços da cidade e do campo, este processo teve papel significativo para modificar as atividades e as sociabilidades presentes no campo.

A instalação da fábrica de calçados na cidade de Santo Estevão é vista como uma das penetrações do capital fabril no espaço que modificou as relações produtivas e sociais no campo e na cidade. Anterior à instalação da fábrica, o município possuía sua economia ligada às atividades agropecuárias e o pequeno comércio que abastecia a população local. Na década de 1990, o município se encontrava em um cenário econômico de estagnação, as atividades agrícolas já apresentava um declínio produtivo, influenciados pela falta de políticas públicas, pelo processo progressivo causado pela migração e perda de população rural. Visto a urgência de novos postos de trabalho no município, o poder público municipal articula uma força tarefa para o município receber uma fábrica com intuito de resolver o aumento no número de desemprego e contribuir para minimizar a migração rural. Possuindo características geográficas estratégicas e excesso de mão de obra barata, Santo Estevão se insere no modelo de desenvolvimento para o Nordeste, implementado pela SUDENE. Com objetivo de descentralização industrial, alimentado pela vinda de fábricas para a Bahia, utilizando de todas as benéficas, como as inserções fiscais e todo aparato técnico para receber este tipo de empreendimento, o município se insere na lógica de industrialização difusa.

Nesta perspectiva, a instalação da fábrica de calçados foi inaugurada em 2001 empregando nos primeiros anos mais de 2.500 funcionários. O espaço se tornou mercadoria por excelência no qual a extração da mais valia e a exploração da mão de obra barata contribuiu para outro reordenamento espacial. Um crescimento urbano significativo, impulsionado pelo efeito renda consumo e influenciando em algumas mudanças no perfil de ocupação dos moradores do campo, conseqüentemente, em toda dinâmica da agricultura familiar.

A dualidade analítica do “fumo” e da “fábrica” que produzimos ao longo da pesquisa teve como objetivo responder às transformações que o espaço agrário passou no que tange a produção e formas de trabalho. Objetivo alcançado em vista que o trabalho de campo feito nas comunidades rurais do Lamarão, Conga e Paiaia permitiu perceber como os trabalhos não agrícolas e a pluriatividade estão presentes na dinâmica econômica das famílias. As diversas formas de obtenção de renda são estratégias de sobrevivência no campo. A pequena agricultura, de forma geral, atualmente possui característica de subsistência, o que impossibilita os agricultores sobreviverem apenas do que retira deste tipo de atividade. As roças feitas pelos agricultores possuem um grande papel na alimentar familiar, minimizando os gastos com produtos nos mercados, porém ainda não possui potencialidade suficiente para gerar renda no campo. Encontramos nos estabelecimentos familiares uma diversidade de cultivos, em maior grau o milho e feijão, porém, com produções pequenas que não permitiam a venda do excedente para contribuir com a renda familiar.

Percebemos também que as formas materializadas no campo, entendidas pela estrutura fundiária em que o agricultor familiar está inserido configura como o principal empecilho de permanência e geração de riqueza entre os estabelecimentos produtivos. O Brasil possui uma das maiores concentrações de terras do mundo, com uma enorme quantidade de terra nas mãos de um seletivo grupo de privilegiados, enquanto a maior parcela dos agricultores familiares, camponeses e comunidades tradicionais vivem espremidas em minúsculas propriedades, ou se encontram na condição de sem terras. Esta realidade não é diferente no espaço agrário de Santo Estevão, dos 4.624 estabelecimentos rurais em 2017, 3.646 estabelecimentos se inseriam no grupo com menos de 2 hectares de terras, ocupando uma área de 2446 hectares, pouco mais que 14% da área total. Além disso, no Censo agropecuário de 2017 no campo de Santo Estevão existiam 329 produtores sem área, enquanto 55 proprietários possuíam acima de 2 módulos fiscais, equivalente a mais de 100 hectares de terras. Configura-se assim enquanto um espaço concentrado com uma elevada fragmentação da pequena propriedade, tornando-se cada vez mais um campo incerto no que se refere à permanência dos sujeitos rurais.

Terra, renda e trabalho ganham dimensões diferentes quando trabalhamos a relação entre agricultura familiar e a pobreza rural no município estudado. A limitação de terra enquanto forma desigual e estrutural no espaço não permite a construção de uma agricultura familiar produtiva, inviabilizando o processo de desenvolvimento rural para os mais pobres. Por outro lado, o fator terra também é elemento basilar que impede que a agricultura familiar exerça sua função com qualidade, no que tange à produção e à geração de renda. No cenário

estudado, mais de 80% dos entrevistados viviam com menos de um hectare, muitos com apenas 2 tarefas de terras, dentre estes, 63% possuíam suas terras via herança familiar, com grande fragmentação da pequena propriedade.

A não geração de renda pelas atividades agrícolas causa mudanças na forma de trabalho dos sujeitos rurais, fazendo com que estes se insiram em outras atividades fora do estabelecimento produtivo, reproduzindo assim as famílias pluriativas. Assim, percebemos que as comunidades rurais têm nas formas, nas funções, os processos e suas estruturas desiguais intimamente ligados a realidade presente nos elementos terra, renda e trabalho.

A renda de uma grande parcela dos agricultores configura-se pelos trabalhos temporários na cidade, e principalmente nos programas de redistribuição de renda como o Bolsa Família e da previdência rural, com a aposentadoria rural. 85% dos entrevistados não possuíam a agricultura como sua principal fonte de renda. Foi possível encontrar muitas famílias que possuíam apenas o Bolsa Família como a única renda direta, além da pequena agricultura de subsistência. O cenário de pobreza foi um dos elementos principais nos estabelecimentos visitados, isto por que das famílias entrevistadas, 55% viviam com menos de um salário mínimo, oriundo principalmente dos repasses dos programas como o antigo Bolsa Família.

Famílias que sobreviviam por meio das redes de ajuda familiar, principalmente dependentes da ajuda financeira dos pais ou avós aposentados. Além disso, famílias desagregadas pelo efeito migratório, filhos que se inserem no movimento migratório pendular, saindo todo dia do campo para trabalhar nas ocupações urbanas, como na fábrica de calçados e no comércio, além daqueles que migraram para lugares distantes com intuito de pleitear vagas no mercado de trabalho em outros estados. Dos entrevistados, 31% possuíam seus filhos fora do campo, morando nas áreas urbanas, inseridos no processo de migração. 55% dos agricultores nas comunidades possuíam filhos morando ainda no campo, com os pais, adolescentes e crianças em idade escolar que ajudavam na reprodução das roças. Existe também a dinâmica dos maridos que migram com frequência para trabalhar em cidades distantes, mantendo o resto da família no campo. São estratégias como estas que o pequeno agricultor familiar de Santo Estevão lança mão para driblar a pobreza extrema.

A agricultura familiar de Santo Estevão, atualmente, quem ainda mantém as atividades agrícolas funcionando são os adultos e os idosos, as mulheres em especial. 83% das entrevistadas foram as mulheres, negras em sua maioria, que permanecem em maior número na reprodução da agricultura familiar. A juventude rural está inserida em maior grau nos trabalhos

urbanos, assalariados na fábrica, no setor público municipal e no comércio. A não adesão dos jovens à agricultura é consequência da fragilidade da agricultura familiar, além das influências da modernidade que cria modelos de sociedade, de trabalho e de sociabilidades. O modelo de trabalho a ser inserido é o assalariado, urbano e estável, mesmo que este seja mal remunerado, exploratório e seletivo.

Apesar dos problemas estruturais de falta de terra, da vulnerabilidade financeira e das escassas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar do município estudado, nas comunidades rurais visitadas ainda se reproduzem as ruralidades ancestrais, pautadas nos acordos coletivos, na cooperação por meio da ajuda mútua, nas práticas sustentáveis etc. As comunidades rurais são microespaços coletivos, que mesmo com suas contradições e conflitos, mantêm o modo de vida pautado nas redes de solidariedade e na cooperação, diferente da essência do capital que valoriza a individualidade corrosiva. As associações rurais, as práticas culturais tradicionais, a articulação entre amigos e familiares, além das outras tecnologias sociais que mesmo sem folego não deixaram de existir, constrói a essência do agricultor familiar.

Nas comunidades visitadas, os agricultores, em sua maioria mulheres gostam de morar no campo, 96% dos entrevistados possuem relações de afetividade com o seu modo de vida, e sua grande maioria afirmaram gostar de trabalhar com a agricultura, porém, o lado positivo de viver no rural é atravessado pela falta de políticas públicas e toda invisibilidade que ao longo do tempo o Estado direciona a estes sujeitos. A pouca estrutura dos espaços no que tange aos serviços, a dificuldade que se criou no transporte e mobilidade, a avanço das violências e a falta de atividades que geram rendas no próprio campo são atravessamentos, que, em suma, podem ser decisivos para a permanência ou não dos agricultores nestes espaços rurais.

Como pensar em espaços agrários com justiça social e democratização fundiária sem pensar na construção de outro campo brasileiro? Como criar articulações que construa um modelo de desenvolvimento rural para os agricultores excluídos onde priorize seu modo de vida? É possível resgatar o sentimento de autoestima para que a juventude rural construa bases de permanência e geração de riqueza no campo? São questões que nunca fizeram tanto sentido para alcançar as mudanças nas estruturas que afetam o espaço agrário da agricultura familiar de Santo Estevão.

Pensando o espaço agrário de Santo Estevão e a realidade vivenciada pelos agricultores pobres, a mudança deve partir de dentro, as comunidades rurais enquanto espaços coletivos

devem construir sua própria história de luta e resistência. Trabalhar por meio das potencialidades dos lugares para gerar riqueza e construir projetos de emancipação humana. Os sujeitos rurais, a maioria esmagadora de pessoas pretas e pardas, mulheres e homens com toda riqueza ancestral, passada entre gerações, precisam extrair das suas sabedorias as estratégias para construir um campo diverso, produtivo e próspero novamente, onde a cooperação seja o fundamenta que alimenta as transformações.

Em um país que ainda vivencia o rastro catastrófico da pandemia, alimentado pela incompetência que governou politicamente por meio da morte, um país que entra no colapso da fome e do desemprego, mais do que nunca deve retomar o caminho de volta para o campo, frear a “passagem da boiada” e fortalecer a produção de alimento de qualidade. E justamente são os agricultores familiares que ainda produzem os alimentos sem venenos, que abastecem o mercado interno e que coloca comida na mesa do brasileiro. Fortalecer a agricultura familiar no nível de políticas públicas em escala nacional, estadual e municipal é permitir que o país não retorne ao mapa da fome, contribuindo para a dignidade humana e acima de tudo a promoção da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. **De camponeses a agricultores familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n.ºs. 1, 2 3 e 29, n.º1 – Jan/dez 1998 e jan/ago.1999.

ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de políticas públicas**. V.7, n.2. Editora EDUFMA, Maranhão. 2003

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf.> Acesso: 15/06/2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ALVES, F.A. REIS, W.M. **Formalização do contrato de comodato e sua influência na propriedade: benefícios mútuos aos partícipes**. Anais. XIII FAVE, Matipó, MG, 24 a 27 de novembro de 2020. Disponível em: <https://fave.univertix.net/2020/11/18/formalizacao-do-contrato-de-comodato-e-sua-influencia-na-propriedade-beneficios-mutuos-aos-participes/>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

ANDRADE, M. C. **Agricultura e Capitalismo**. Editora Ciências humanas. São Paulo, 1979.

ARAÚJO, W. K. O. **A relação campo-cidade no município de Feira de Santana – Ba: Renda da terra, Campesinato e Ruralidades**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia. São Cristóvão, Sergipe. 2015

Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BATISTA, L. A. Sujeito Social na Agricultura Familiar e a Busca Pelo Seu Espaço. **UNOPAR**, Ciênc. Human. Educ. Londrina, v. 13, n.1, p.15-23, Jun. 2012. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensino/article/view/724>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BARBOSA, H. J. N. JUNIOR, M. A. M. SÁ, T. H. Quem produz comida para os Brasileiros? 10 Anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 18 n.3. Set/Dez. 2017. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540/4172. Acesso em: 11 de maio de 2020.

Boletim da Agricultura Familiar / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. - Salvador : SEI, 2018.

BOMBARDI, M. L. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 14, pp. 107-117. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123836>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo**. Vozes, Petrópolis, RJ, 2008.

CARMO, E. M. Intervenção educacional no processo de organização sociocomunitária em populações atingidas por barragens. R. **Faced**, Salvador, n.13, p.137-148, jan./jun. 2008.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11910>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, **Anais**. Natal, Sober, p.147-185. 1997. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-rural-e-o-urbano-brasileiro-de-economia-e-sociologia-rural-35-natal-rn-anais>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

CARNEIRO, M. J. MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial - contribuições ao debate**. Flávio Borges Botelho Filho (organizador): Universidade de Brasília, Brasília, v.5 n.17, 2005

CARVALHO, F. F. **Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais do Nordeste**. (Dissertação de Mestrado). Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Unicamp, Campinas, 2001

CASTRO, P. F. L. Agricultura Familiar, Habitus e Acesso a Terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, ABraSD, v. 2, n. 2, p. 91-105, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/17>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CONCEIÇÃO, S. S. **A Constituição Familiar entre Senhores e Escravas: mulheres forras e livres, em Santo Estevão do Jacuípe e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, no século XIX**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Cachoeira, BA, 2021.

COSTA, H. H. F. G. Água Grande, Pedras Duras; história e memórias do Rio Paraguaçu: um olhar cultural sobre populações ribeirinhas. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. **Anais**. Salvador: UFBA. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/HeloisaHelenaFernandesGoncalvesdaCosta.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. Boitempo, São Paulo, 2016.

DELGADO, G.C. BERGAMASCO, S.M.P.P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Delgado, Guilherme costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

DELGADO, G. C . O Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea. **IPEA**, Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2004

DOURADO, L. A. J. Camponês catingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. **GeoTextos**, vol.8, n.1, jul. Salvador. 2012. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/campon%C3%AAs-caatingueiro-reflex%C3%B5es-sobre-o-campesinato-no-semi-%C3%A1rido-brasileiro>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. R.B. **Estudos Urbanos e Regionais** v.13, n.2 / novembro. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em 06 de setembro de 2019.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de Agricultor familiar e de Camponês. **Campo-Território**, Uberlândia, v.1, n.2, p.14-30, ago.2006. Disponível em: seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view Acesso em: 06 de setembro de 2019.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Org.). Editora da Unicamp, 2008

_____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 8., 2002, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa, 2002.

FLORES, C. D. **Territórios de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2014.

FONSECA, I. C. M. **Introdução a história de Santo Estevão do Jacuípe**. Santo Estevão: S/E, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 de junho de 2020.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, N. G. **Prorural: a criação da Previdência Social Rural no Governo de Médici**. Din-Logos. N.3. Rio de Janeiro, Setembro de 2009.

GERMANI, I. G. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**: Revista impressa da pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2006.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. 2 ed. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico**: Bahia. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Rio de Janeiro: 1950

_____ Censos Demográficos 1940, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

_____. População rural e urbana. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 20 jan. 2020

_____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: XX vol. 1958, pp. 95-105 : <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 20 jan. 2020

_____. Censo agropecuário. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso: 20 de jun. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Editora da UNICAMP. Campinas, São Paulo. 1990

LEITE, Z. A. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Rev. NERA** Presidente Prudente ano 21, n. 43, pp. 10-28 Mai.-Ago./2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

LIMA, V. Tecnologia social e agricultura familiar: uma questão de igualdade. In: **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). Brasília-DF, 2010.

LINHARES, M. Y. TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A questão da agricultura de subsistência. In: **História da agricultura brasileira: combate e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588 p.

MACHADO, L. G. **Terra, Trabalho e Riqueza na Freguesia de Santo Estevão do Jacuípe, (1840-1888)**. Trabalho de conclusão de curso em História (Monografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

_____. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.

_____. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **REVISTA USP**, São Paulo, n.64, p. 28-49, dez./fev. 2004-2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article> acesso em: 24 de agosto de 2020.

MASTRELLI, R. S. A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.183-201, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/user/>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

MATTEI, L. O Papel E A Importância Da Agricultura Familiar No Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500> acesso em: 12 de maio de 2020.

MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência Histórica do campesinato do Nordeste. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias- estratégias de reprodução social**. GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (orgs.). São Paulo: ed. UNESP. 2009.

MESQUITA, S. A. OLIVEIRA, C. M. J. **A cultura do fumo na Bahia, da excelência a decadência**. Bahia Agríc. v .6, n.1, nov. 2003. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/content/cultura-do-fumo-na-bahia-da-excel%C3>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

MESQUITA, H. A. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia - Goiás - Brasil v. 28 n. 1 p. 127-142 jan. / jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4906>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

MOREIRA, P. A. M. S. GERMANI, G.I. Retrocessos ou continuidade? Questão agrária e a propriedade privada no Brasil e suas repercussões na Política Nacional de Reforma Agrária no Estado da Bahia. **Rev. NERA**, v. 24, n. 59, pp. 276-290. Dossiê. Presidente Prudente. 2021

NERY, M. G. S. **As implicações socioespaciais da instalação de fábrica de calçados em Itapetinga-BA, Nova Serrana-MG e São João Batista-SC**. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

NETO, D. B. S. **Pecuária em Santo Estevão: Algumas Alternativas**. Trabalho de conclusão de curso (monografia). Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, 1999.

_____. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! IN: **Geografia Agraria teoria e poder**. Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Júlio César Suzuki, (Orgs.). 1º ed. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, I. R. **Indústria de calçados e implicações socioespaciais: a grande fábrica de calçados no município de Santo Estevão - BA**. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

OLIVEIRA, V. D. Os sujeitos sujeitados ao movimento do capital: a superexploração do trabalho camponês na produção de fumo. In: **Novas configurações do espaço agrário nordestino: expansão do capital versus movimento e organizações sociais de luta pela terra e pelo trabalho**. Janio Roberto Diniz dos Santos, Socrates Oliveira Menezes, Suzane Torta Souza. (Orgs.) Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

OLIVEIRA, U. A. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, ano 19, v.2, n.21. p.113-156. Ju/dez. São Paulo 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agraria**. ed:1. FFLCH, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, E. F. **Implicações da pluriatividade na produção do espaço agrário no município de São Gabriel-BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015

OLIVEIRA, D. A. **Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

PALMA, E. G. A. **Aplicação da legislação ambiental no território da APA do Lago de Pedra do Cavalo: o caso do Núcleo de Reassentamento Ilha de São Gonçalo**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAULILO, M. I. S. **Trabalho Familiar: Uma Categoria Esquecida De Análise**. Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

PEREIRA, G.V. BRITO, P.T. PREIRA, B.S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista RCH**. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 10, edição 20, Dezembro 2017. Disponível em: <http://www.rchunitau.com.br/>. Acesso em: 25 de junho de 2022.

PEREIRA, L. I. PAULI, L. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Revista Campo-Território**. nº11. Jul. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/30684/18932>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

PEREIRA, S. R. N. **Políticas energéticas e desenvolvimento sócio-espacial: as transformações geradas pela energia eólica no semiárido baiano**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Salvador, 2020.

PÉRTILE, N. **Marcas da "integração" na Agricultura Familiar de Quilombo, SC**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2001

PLEIN, Clério. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. 1 ed. CRV, Curitiba, PR, 2016.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. Annablume, São Paulo, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. BRITTO, S. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina– BA**. 2018. Disponível em: <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44correntina>. Acesso: 20 de novembro de 2019

RIOS, J. A. V. P. **Ser e não ser da roça, eis a questão! Identidade e discursos na escola**. EDUFBA, Salvador, 2011.

REIS, W. M. ALVES, F. A. Formalização do contrato de comodato e sua influência na propriedade: benefícios mútuos aos partícipes. **Anais**. XIII FAVE, Matipó, MG, 2020.

REIS, S. L. S. **Entre práticas e representações: tensões territoriais nos cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste de Bahia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências – Salvador, 2021. 326 f

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n.02. 2005. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>. Acesso em 26 de maio de 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006 [1996].

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo : Hucitec, 1978

_____. **Pensando o Espaço do homem**. 5ª edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2012.

_____. **Espaço e método**. 5ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2020.

_____. **Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, J. A. L. **Implicações do PRONAF na produção do espaço rural do município de Feira de Santana–BA (1999/2006)**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Programa Nacional de produção e uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê-BA**. 2012. 262 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Janio. Urbanização e produção de cidades no/do Território de Identidade Portal do Sertão. **Geografia ensino e Pesquisa**. UFSM, Santa Maria-RS. v.24, e.6. março, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339664711>. Acesso: 10 de junho de 2022.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa informação tecnológica. Brasília, DF. 2008

SCHNEIDER, S. CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Delgado, Guilherme costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n.51, p.99-123, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

_____. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 1999.

_____. **Agricultura Familiar e Industrialização. Pluriatividade Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. 2 ed. UFRGS. Porto Alegre, RS, 2004

_____. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996.

_____. Reflexões sobre diversidade e Diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento Rural. **Ruris**. Campinas, v.4, n.1, p.85-131, mar. 2011. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/708>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, São Paulo**: Companhia das Letras, 1995.

SEI- Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). SEI, 3 v. p. Salvador, 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE (2018). Bahia. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/>. Acesso em: 13 maio de 2021.

Secretaria de Administração da Bahia-SEAB (2022). Disponível em: <http://www.saeb.ba.gov.br/>. Acesso em: Agosto de 2022.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 1993

SILVA, A. P. A. **Lavoura fumageira do Recôncavo da Bahia: uma tentativa de caracterização (1773-1831)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. 2 ed. Zahar editora. Rio de Janeiro, 1981.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: **a questão agrária no Brasil O debate na década de 1990**. João Pedro Stedile (Org.) 1 ed. Expressão popular. São Paulo. 2013

_____. Por uma Reforma Agrária não essencialmente agrícola. . In: **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. João Pedro Stedile (Org.) 1 ed. Expressão popular. São Paulo. 2013

SILVA, L. C. A materialização do centro de Santo Estevão-BA: história, processos e suas influências. **Sitientibus**, n. 55: 1-8 (jul./dez) Feira de Santana-BA, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/4553>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

SILVA, O. H. Agricultura Familiar: Diversidade e Adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 12: 161-167 JUN. 1999

SILVA, R. E. **Fazer Charutos: uma atividade feminina**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas – UFBA. Salvador, 2001.

SILVA, J. M. **Agricultura e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão-GO**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Departamento de Geografia. Campos, Catalão, Goiás. 2011

STÉDILE, J. P. A Questão Agrária e o Socialismo. In: **A questão agrária no Brasil o debate na década de 1990**. STEDILE, J. P. (Org). 2ed. Expressão popular. cap.4, p.365-384, São Paulo, 2013.

_____. A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960. STEDILE, J. P. (Org). São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31

SOUZA, V. S. **Agricultura familiar e as políticas públicas: o desenvolvimento rural em Amargosa/BA**. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica do Salvador. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Salvador, 2014.

SOUZA, C. L. S. **Terra, Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

SUZUKI, C. J. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera** – Ano 10, n.10 – Janeiro/Junho. 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1429/1407/4137#:~:text=A%20cidade%20e%20o%20campo,re%2Dpensar%20os%20seus%20conceitos>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas Territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92, ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

TENDÊNCIAS C. I. **Relevância do Setor de Tabaco no Brasil**. Tendências Consultoria Integrada. São Paulo – SP, 2018. Disponível em: http://www.sinditabaco.com.br/site/wp-content/uploads/2018/10/Estudo-Tende%CC%82ncias_Releva%CC%82ncia-do-setor-de-tabaco-no-Brasil.pdf. Acesso em 05 de julho de 2021.

VEIGA, J. Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec. 1991

_____. Fundamentos do agrorreformismo. In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Encontro anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, 20, 1996, Caxambu. **Anais...Caxambu: ANPOCS**, 1996.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. Outubro, 2003. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%206.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

_____. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs). **Agricultura Familiar no Brasil: desafios e**

perspectiva de futuro. 1.ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Cap.2, p.66-83.

WEID, J. M. V. D. Agroecologia e agricultura familiar para o aumento da segurança alimentar: uma visão geral. IN: **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate.** Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília. V. 5. N. 17, 2005.

WELCH, C. A. MALAGODI, E. CAVALCANTI, J. S. B. WANDEREY, M. N. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** Clifford Andre Welch, Edgard Malagodi, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth B. Wanderley. (Orgs.). Ed.1. Editora UNESP. São Paulo 2006

7 APÊNDICE

ENTREVISTA- PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ESTEVÃO - SINTRASE

1. O sindicato possui quantos anos de atuação no município?
2. Qual o papel do sindicato no município de Santo Estevão?
3. Quais as principais ações do SINTRASE para a melhoria do trabalho e qualidade de vida dos agricultores familiares do município?
4. Quem pode participar do sindicato atualmente?
5. Quais as conquistas e aquisições de projetos e políticas públicas que o sindicato já conseguiu junto com os agricultores?
6. Qual a relação do sindicato com a prefeitura, o poder público municipal?
7. Normalmente quais são as principais situações em que os agricultores procuram o sindicato?
8. De forma geral, quais as principais dificuldades que vocês encontram para desenvolver atuações de melhoria da produção e do trabalho dos agricultores rurais?
9. Como é feita a relação entre sindicato e associações comunitárias rurais?
10. Existe algum projeto feito pelo sindicato em incentivar a diversificação da produção das culturas assim como as criações de rebanhos para os agricultores aumentarem a sua renda financeira?
11. Existe um diálogo por meio de reuniões, visitas dos membros do sindicato com os agricultores? Ou esse contato é inexistente?
12. Como o sindicato percebe as mudanças que o campo de Santo Estevão vem presenciando? Tanto na diminuição da produtividade quanto no fator migração dos moradores das comunidades rurais?
13. Existem ações sendo feitas juntamente com a prefeitura e com os líderes de associação para criarem medidas de permanência desses moradores no campo?
14. Em relação a questão fundiária, como se encontra a situação das terras no município? Os agricultores tem a titulação de suas terras? Possuem o DAP? Há um incentivo para regulamentar a situação fundiária dos agricultores? Para assim facilitar os mesmos em conseguir políticas públicas direcionadas.

15. O sindicato já teve conhecimento de algum conflito de terras no espaço agrário do município? Se teve, qual a atuação do sindicato para solucionar os conflitos ou as injustiças que afligem os agricultores?

ENTREVISTA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ESTEVÃO-BA

- 1- Em sua visão quais foram as principais mudanças que o campo de Santo Estevão passou? Seja no quesito trabalho, permanência, e políticas públicas.
- 2- Na sua visão as atividades agrícolas ainda é a principal fonte de renda dos trabalhadores rurais daqui? Se não quais são as outras estratégias de trabalho?
- 3- Em suas andanças pelas comunidades rurais, com seu histórico de luta pelos direitos desses sujeitos como caracterizar o perfil dos moradores do campo de Santo Estevão? Tem um perfil?
- 4- Quais são as principais dificuldades que o pequeno agricultor enfrenta para permanecer no campo daqui?
- 5- Como caracterizar a agricultura do município? É apenas de subsistências, autoconsumo, é redirecionado para o comércio? Possuem pontos que utilizam da irrigação?
- 6- Como funcionam as ações da secretaria de agricultura familiar do município para os agricultores? Tem medidas mais direcionadas para o trabalho, permanência, educação etc?
- 7- A feira do milho (feira da agricultura familiar) que o SINTRASE juntamente com a prefeitura organizam possui o mesmo caráter que quando foi feita sua primeira edição? Sofreu alguma mudança, as pessoas que comercializam seus produtos são todos do campo ou não?
- 8- Como a senhora enxerga a atual feira livre? pode-se dizer que é uma feira de agricultores, só comerciantes ou mista?
- 9- Tem algum projeto para o campo que inclua as cooperativas solidárias no município? Já se pensou em novas estratégias de renda para o pequeno produtor?
- 10- Como a senhora analisa o papel da população do campo para a movimentação do comércio de Santo Estevão? A grande parcela dos consumidores é do campo ou da cidade?
- 11- Em sua vida, com a vinda da fábrica para a cidade, a produção agrícola diminuiu? O êxodo rural fez aumentar ou não depois da fábrica?
- 12- Como a senhora ver o campo atualmente? É um espaço fadado a esvaziar-se, continuaremos a pensar em um campo da pobreza e da pouca terra?

- 13- Quais as estratégias que vocês utilizam para se fazer mais presente, mais próximos desses camponeses? Há um diálogo em as comunidades e o poder público?
- 14- Como a senhora analisa a resistência que alguns agricultores tem para o novo?

ENTREVISTA- LÍDER DE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL

1. A associação tem quanto anos de existência?
2. Qual a relevância da associação na comunidade?
3. Atualmente existem quantos associados da comunidade?
4. A atuação da associação se restringe só na comunidade ou exerce influências em outras comunidades próximas?
5. Os membros são atuantes? Valorizam o papel da associação?
6. Quais foram as principais políticas públicas que a comunidade conseguiu graças a associação?
7. Quais os principais problemas que a comunidade enfrenta atualmente?
8. Como está a situação da titulação das terras dos membros?
9. Na comunidade a (o) senhora (o) já presenciou algum conflito de terras? Brigas com fazendeiros, herdeiros, etc?
10. E a produção agropecuária dos moradores da área? O destino final é a venda? O autoconsumo? Ambos os casos?
11. Os moradores da comunidade através da associação já tiveram acesso algum programa de credito financeiro rural como o PRONAF, PAA, PNAE?
12. Na comunidade existe alguma escola, posto de saúde, área de lazer construído pela prefeitura? Se sim, como conseguiram a instalação?
13. Na comunidade existe a atuação de algum vereador diretamente? Auxiliando na construção de projetos para a melhoria da comunidade? Como acontece essa relação com os membros?
14. Na comunidade existe alguma cooperativa, projeto solidário, área de plantio comum, festejos religiosos?
15. Quais as ações do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santo Estevão na comunidade? Em quais ocasiões os moradores mais necessitam do SINTRASE?
16. Como a (o) senhora (o) analisa o perfil dos moradores da comunidade? É composto mais por idosos, jovens?
17. Na visão da senhora (o), a comunidade sofre com a influência da migração, a saída dos moradores para outros lugares?
18. Os estudantes da comunidade têm acesso fácil ao transporte escolar? A escola próxima a sua residência?

19. Quais as principais dificuldades que um líder de associação comunitária enfrenta no município?
20. Como a senhora (o) enxerga o campo atualmente? E a terra, a plantação?

QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ESTEVÃO-BA

1. Identificação do Entrevistado		
1.1 Nome..... Idade.....		
1.2 Estado civil: () solteiro () casado () separado judicialmente () união estável		
1.3 Relação do entrevistado com a família: () Pai () filho () filha () esposa		
1.4 Tempo de residência na propriedade (anos): () 1-5 () 5-10 () 10-15 () 15-20 () + 20		
1.5 Tempo de residência na comunidade:		
1.6 Se veio de outro lugar, qual lugar de origem.....		
1.7 Por quais motivos resolveu migrar para o lugar.....		
2. Caracterização da família		
2.1 Quantos membros tem a família: () 1-2 () 3-4 () 5-6 () 7-8 () 9-10 () +10		
2.2 Numero de filhos: () Homens () Mulheres		
2.3 Onde os filhos moram: () com os pais () meio rural () meio urbano		
2.4 Os filhos distantes moram onde:.....		
2.5 Profissão dos filhos:		
2.6 A família se enquadra enquanto agricultores familiares: () Sim () Não () Parcialmente		
3. Características do estabelecimento familiar		
3.1 Condição: () Própria () Alugada () Empestada () Doadada () outros		
3.2 Tipo de moradia: () Adobe () Tijolos () Bloco () Madeira () Mista		
3.3 Quantos cômodos: () 2-3 () 4-5 () 6-7 () 8-9 () +10		
3.4 Possui: () energia elétrica () água encanada () internet () Cisterna () Poço artesiano		
3.5 A origem da energia foi pelo programa luz para todos () Sim () Não		
3.6 A origem da cisterna: () Governo federal () governo municipal () própria		
3.7 Na unidade familiar possui: () currais () Chiqueiro () galinheiro () estábulo () outros		
4. Aspecto Fundiário do imóvel rural		
4.1 Área disponível no imóvel (ta): () 1-5 () 5-10 () 10-15 () 15-20 () 20-25 _____		
4.2 Área destinada para a agricultura (ta):		
4.3 Área destinada para a pecuária (ta):		
4.4 Origem da terra: () compra () compra e herança () herança () alugada () uso capião		
4.5 Possui titulação da terra: () Sim () Não		
4.6 Possui o cadastro rural (CAR): () Sim () Não		
5. Bens de consumo, comunicação e transporte		
5.1 Bens de consumo:		
() Televisão	() Geladeira	() liquidificador
() televisão com antena comum	() Celulares	() Ar condicionado
() televisão com antena parabólica	() fogão a gás	() Computador
() maquina de lavar	() fogão a lenha	() roteador
() rádio	() bateadeira	() DVD
5.2 Meio de transporte: () carro () motocicleta () bicicleta () ônibus escolar () ônibus coletivo () carona () carro de fazenda () carroça () outros		

6. Situação ocupacional do produtor				
<input type="checkbox"/> produtor patronal <input type="checkbox"/> produtor arrendatário <input type="checkbox"/> parceiro ou meeiro <input type="checkbox"/> produtor familiar <input type="checkbox"/> produtor arrendatário <input type="checkbox"/> produtor agregado				
Valor pago pelo arrendamento (ta) _____				
Possui contrato assinado (arrendamento-parceria): <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Quanto tempo (agregado, arrendamento, parceria) _____				
Administra outra propriedade: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não				
7. Renda agrícola				
Propriedade	Não	Sim	Não respondeu	
Fonte de renda principal				
Fonte de renda secundária				
Não é fonte de renda				
8. Renda não agrícola				
Tipo de renda	Sim	Renda mensal	Não respondeu	
Comercio				
Indústria				
Construção civil				
Serviços gerais				
Funcionaria publica				
Pensões				
Bolsa família				
Aluguel				
Aposentadoria				
8.1 Renda mensal salarial da família (total entre agrícola e não agrícola) <input type="checkbox"/> menos de 1 SM <input type="checkbox"/> entre 1 á 2 SM <input type="checkbox"/> entre 2 à 3 SM <input type="checkbox"/> entre 3 a 5 SM <input type="checkbox"/> + 5 SM				
9. Produtos agrícolas cultivados na ultima safra				
Produtos	Área plantada		Quantidade-destino	
	Tarefas	Produzida (colheu)	Destino	Valor em R\$
Milho (sacos de 60 kg)				
Feijão (sacos de 60 kg)				
Mandioca (o kg)				
Fumo (saca)				
Abobora (unidades)				
Maracujá (saco)				
Amendoim (litro)				
Frutas				
Quiabo (saca)				
Tomate (o kg)				
10. Hortifrúteis cultivados por semestre				
Produtos	Área plantada		Quantidade-destino	
	Tarefas	Colheita	Destino	Valor em R\$
Coentro				
Alface				
Couve				
Cebolinha				
Rúcula				
Cenoura				
Batata doce-inglesa				
Pimentão				

Plantas medicinais					
11. Característica da pecuária					
() bovinos.....cabeças () caprinos.....cabeças () suínos.....cabeças () ovinos..... () Galináceos.....cabeças () equinos.....cabeças () outros.....cabeças					
11.1 Qual o destino do rebanho: () venda () consumo próprio () mista					
11.2 Teve algum investimento do governo na compra do rebanho: () Sim () Não					
11.3 Principais despesas com o rebanho: () ração () vacinas () funcionários () água					
11.4 Finalidades do rebanho no momento: () Corte () engorda () leite () Recria () Cria					
11.5 Utilizam pastos alugados fora do estabelecimento: () Sim () Não					
12. Produção Familiar					
Produção	Produz		Total produzido	Destino	
	Sim	Não		Consumo	Comercialização
Ovos					
Leite					
Doces					
Mel					
Queijo					
Licor					
Farinha de mandioca					
Aguardente					
Temperos					
*Comercialização 1) Feira livre 2) Vizinhos 3) Cooperativas 4) Não vende 5) Outros					
13. Produção e manuseio					
13.1 Qual o meio usa para de preparar a terra na plantação : () manual () trator () animal					
13.2 Utilizam outros equipamentos para: () Gradiar () plantar () colher () bater					
13.3 Qual a procedência desses equipamentos: () própria () alugada () da associação () cedida pelo governo () da cooperativa () Serviço contratado () outros					
13.4 Faz algum tipo de adubação do solo: () Sim () Não Quais:.....					
13.5 Utiliza algum tipo de agrotóxico: () Sim () Não					
13.6 O uso do agrotóxico é com muita frequência: () Sim () Não					
13.7 Como armazenam a produção: () Tambor () Garrafas pets () Sacos () outros					
13.8 Recebem assistência técnica: () Sim () Não Qual a origem:.....					
13.9 Recebem algum tipo de financiamento: () Sim () não Qual tipo:.....					
13.10 Se recebe financiamento, usam para que:					
13.8 Quais as principais dificuldades que enfrentam para produzir					
14. Dados sobre a organização sindical da família					
14.1 A família está filiada à: () sindicato Qual:..... () associação Qual:..... () cooperativas Qual:.....					
14.2 Qual a importância para a família e para a comunidade					
15. Família o campo e a comunidade					
• Gosta de morar na comunidade : () Sim () Não Motivos:					
• A comunidade oferece: () posto de saúde () escolas () igreja () comércios () Serviços					
• Lugares de socialização: () missas-cultos () campo de futebol () reuniões em grupo () grupo de jovens () cavalgadas () eventos beneficentes () Praças publicas () casas de amigos-vizinhos					

- Observa mudanças no lugar: () Sim () Não
Quais:.....
- O que a terra, o campo significam para
você:.....
- Gosta de trabalhar na agricultura: () Sim () Não
- Quais as maiores dificuldades em morar no
campo:.....
.....
- Costumam ir para a cidade para: () fazer compras () exames () pagar contas () lazer
- Mudaria para a cidade algum momento da vida: () Sim () Não

Assinatura do entrevistado.....data: _____

Questionário readaptado por Leniara Silva, tendo como base o modelo de SILVA(2011)